

Doutoramento em Gestão
Área de Especialização – Contabilidade

A MUDANÇA DE AUDITOR
E O RELATÓRIO DE AUDITORIA FINANCEIRA

Paula Alexandra Godinho Pires Heliodoro

Tese apresentada para obtenção do Grau de Doutor
Orientador: Professor Doutor Manuel Filipe Mouta Lopes

Lisboa, 2014

*“ O estudo em geral, a busca da verdade e da beleza são
domínios em que nos é consentido ficar crianças
toda a vida”.*

Albert Einstein

AGRADECIMENTOS

A realização de uma tese de doutoramento apesar de ser quase sempre um trabalho solitário não é possível de concretizar sem o apoio de outros, sob as mais diversas formas. Assim quero agradecer:

- À minha Mãe, aos meus Filhos e restante Família pelo apoio, compreensão, motivação e confiança que depositaram em mim pela compreensão da minha ausência durante esta árdua viagem.

- À Amiga de sempre, Fátima Romão, figura sempre presente nos bons e maus momentos ao longo da minha vida e que neste projeto me apoiou com os seus contributos técnicos e palavras amigas.

- Ao meu orientador, Professor Doutor Manuel Filipe Mouta Lopes, pelo seu incansável apoio, pelas palavras de encorajamento, disponibilidade permanente, empenho, e dedicação, bem como, o importante e extraordinário contributo científico que tornou possível a realização deste trabalho. O meu muito obrigado.

- Ao Amigo e Colega, Professor Doutor Francisco Carreira, da Escola Superior de Ciências Empresarias do Instituto Politécnico de Setúbal por ter sempre a porta aberta, onde tantas vezes desabafei sobre os meus receios e angustias. A ele quero exprimir o meu profundo reconhecimento.

- Ao Grande Amigo de longa data, Professor Doutor João Carvalho, que apesar de estar longe, esteve, sempre, presente durante a caminhada da realização da tese com a sua amizade e palavras de incentivo e ânimo quando a motivação teimava em escassear e o cansaço insistia em assomar.

- À Presidente do Departamento de Contabilidade e Finanças, Professora Doutora Ana Bela Teixeira pelas facilidades concedidas que muito contribuíram para a atempada conclusão deste trabalho e à Professora Doutora Teresa Alves pelos seus estímulos persistentes.

- Por fim, a alguém muito especial que me ensinou a importância de ir sempre mais longe e de ser quem sou hoje. A ti, esteja onde estiveres, te dedico esta Tese.

PAI, muito obrigado por tudo

ÍNDICE GERAL

AGRADECIMENTOS	vii
ÍNDICE DE FIGURAS.....	xiii
ÍNDICE DE QUADROS	xv
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	xvii
RESUMO.....	xix
ABSTRACT.....	xxi
INTRODUÇÃO	1
PARTE I -REVISÃO DE LITERATURA.....	11
CAPÍTULO I – A AUDITORIA E O AUDITOR	13
1.1. Conceito de Auditoria	13
1.2. Natureza e Objetivos da Auditoria Financeira.....	15
1.3. Evolução das Práticas de Auditoria Financeira.....	22
1.4. Os Utilizadores da Informação Financeira.....	35
1.5. Tipos de auditoria	36
1.6. Organismos de auditoria	42
1.7. A Independência do Auditor	49
1.8. Fatores que condicionam a independência do auditor	52
CAPÍTULO II - O RELATÓRIO DE AUDITORIA	55
2.1. Os relatórios de auditoria financeira.....	57
2.1.1. Opinião do auditor	58

2.2. Razões do problema da compreensão do relatório de auditoria financeira	64
2.3. A relevância da informação contida no relatório de auditoria financeira para os utilizadores	66
2.4. A utilidade do trabalho do auditor.....	73
CAPÍTULO III - A MUDANÇA DE AUDITOR	79
3.1. A mudança do auditor e o relatório de auditoria financeira	81
3.2. Estudos realizados a nível internacional sobre o relatório de auditoria financeira e a mudança do auditor	83
3.3. Teorias sobre a mudança do auditor.....	89
3.3.1. Abordagem de mercado	89
3.3.2. Abordagem contratual.....	91
3.4. O impacto da duração do mandato do auditor na qualidade da auditoria.	107
3.5. Governo das Sociedades.....	110
3.5.1. Definição.....	111
3.5.2. Normativo português sobre o governo das sociedades	113
3.5.3. Os Modelos de Governo.....	115
3.5.3.1. Modelo Latino (Monista)	117
3.5.3.2. Modelo Anglo-Saxónico	117
3.5.3.3. Modelo Dualista.....	117
3.6 A importância do setor de atividade na mudança de auditor.....	118
3.7 As Big Four	119
PARTE II - ESTUDO EMPÍRICO	123

CAPÍTULO IV – PROBLEMA DE INVESTIGAÇÃO	125
4.1. Problema de investigação	127
4.2. Objetivos e hipóteses de investigação.....	128
4.3. Metodologia de investigação utilizada.....	136
4.3.1. Técnicas utilizadas para a análise dos dados	137
4.3.2. Modelo utilizado	137
4.4. Descrição da amostra objeto de estudo	143
CAPÍTULO V – ANÁLISE DOS RESULTADOS	149
5.1. Análise Descritiva.....	151
5.2. Análise estatística – Modelo de Regressão Logística	151
5.3. Submodelos do problema.....	156
5.3.1. Submodelo da CAE	156
5.3.2. Submodelo da Classificação pelo Volume de Negócios.....	158
5.4. Aplicação do modelo de regressão logística	159
5.3. Conclusões sobre as hipóteses	159
PARTE III – CONCLUSÕES.....	163
CAPÍTULO VI – CONCLUSÕES	165
REFERÊNCIAS.....	171
ANEXOS	i
Anexo I – Base de dados com todas as variáveis do modelo inicial.....	iii
Anexo II – Base de dados com as variáveis do modelo final.....	xxxii

Anexo III – Primeiro resultado do SPSS com 14 variáveis - Bloco 1: Método = Enter	lv
Anexo IV – Segundo resultado do SPSS com 10 variáveis	lviii
Anexo V – Terceiro resultado do SPSS com 7 variáveis	lxviii
Anexo VI – Multicolinearidade entre as variáveis iniciais	lxxii
Anexo VII – Resultados Submodelo CAE	lxxvi
Anexo VIII – Resultados Submodelo da Classificação pelo Volume de Negócios	lxxxvi

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura	1	A Função da Auditoria	19
Figura	2	O Processo de Auditoria	68
Figura	3	O Relatório de Auditoria como Medida de Fiabilidade da Informação Financeira	75
Figura	4	Os Modelos de Governo Adotados em Portugal desde 2007	116

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1	Factos Históricos da Auditoria.	31
Quadro 2	Estudos sobre a Relevância do Conteúdo Informativo do Relatório de Auditoria Financeira no Mercado de Capitais.	71
Quadro 3	Síntese dos Estudos que Analisaram as Motivações para as Empresas Mudar de Auditor.	93
Quadro 4	Resumo Normativo Português do Governo das Sociedades.	114
Quadro 5	Descrição das Variáveis Iniciais do Modelo de Regressão Logística.	140
Quadro 6	Tipo de Relatórios de Auditoria Observados.	144
Quadro 7	Caraterização da Amostra Segundo o Volume de Negócios.	145
Quadro 8	Caraterização da Amostra Segundo o Valor do Ativo	146
Quadro 9	Total de Observações sobre a Mudança de Auditor	147
Quadro 10	Resultados do Modelo com 7 Variáveis	153
Quadro 11	Variáveis na Equação do Modelo	154
Quadro 12	Resultados do Submodelo da CAE	157
Quadro 13	Resultados do Submodelo da Classificação pelo Volume de Negócios	158

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAA – American Accounting Association

AECA – Asociación Española de Contabilidad y Administración de Empresas

AIA – American Institute of Accountants

AICPA – American Institute of Certified Public Accountants

ANIMEC – Associação Nacional de Investigadores do Mercado de Capital

BOICAC – Boletín Oficial del Instituto de Contabilidad y Auditoría de Cuentas

CA – Chartered Accountant

CAE – Classificação das Atividades Económicas

CLC – Certificação Legal de Contas

CMVM – Comissão de Mercado de Valores Mobiliários

CNCC – Câmara dos Revisores Oficiais de Contas

CNSA – Conselho Nacional de Supervisão de Auditoria

CNVM – Comisión Nacional del Mercado de Valores

CPA – Certified Public Accountant

CSC – Código das Sociedades Comerciais

DRA – Diretriz de Revisão e Auditoria

DT – Diretrizes Técnicas

EFA – European Federation of Accountants

EU – European Union

FASB - Financial Accounting Standards Board

FEE – Federation des Experts Comptables Européens

GAAS – Generally Accepted Auditing Standards

GAO – General Accounting Office

IAASB – International Auditing and Assurance Standard Board

IASB – International Accounting Standards Board

IASC – International Accounting Standards Committee

ICAC – Instituto de Contabilidad y Auditoría de Cuentas

ICAEW – Institute of Chartered Accountants in England and Wales

IFAC – International Federation of Accountants

ISA – International Standard of Auditing

IT – Interpretações Técnicas

NAGA – Normas de Auditoria Geralmente Aceites

NIA – Normas Internacionais de Auditoria

PCAOB – Public Company Accounting Oversight Board

POC – Plano Oficial de Contabilidade

RJROC – Regime Jurídico dos Revisores Oficiais de Contas

ROC – Revisor Oficial de Contas

RT – Recomendações Técnicas

SAS – Statements of Auditing Standards

SEC – Securities and Exchange Commissions

SNC – Sistema de Normalização Contabilística

SROC – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

RESUMO

A Mudança de Auditor e o Relatório de Auditoria Financeira

A problemática existente em redor da mudança de auditor e a opinião emitida pelo auditor através do relatório de auditoria financeira tem-se revelado um importante tema e amplamente investigado por autores e investigadores nas áreas da contabilidade e auditoria. O relatório de auditoria financeira representa a materialização do produto final de uma auditoria externa e independente. Assim sendo, é perfeitamente expectável que a opinião do auditor nem sempre seja a prevista por parte da empresa.

A presente investigação, através de um estudo empírico, procura aferir se existe uma analogia entre a mudança de auditor e o relatório de auditoria qualificado. A investigação empírica prévia realizada por outros autores documenta a existência de uma dualidade entre estes dois fatores. Analisámos uma amostra de empresas cotadas em mercado contínuo entre 2006 e 2012, utilizando o modelo de regressão logística, para testar se a receção de um relatório de auditoria qualificado era motivador da mudança de auditor.

As conclusões apontam para a existência de uma relação significativamente positiva entre o relatório de auditoria qualificado e a mudança de auditor, sendo que dos fatores motivadores estudados, os mais determinantes na mudança de auditor foram a reservas sobre o ativo, existência de outras reservas e a dimensão da empresa auditada, o crescimento da empresa, o tipo de modelo de governo e os diferentes CAE, dando indicação que a satisfação dos acionistas é preponderante na decisão de mudança de auditor pela administração da empresa.

Palavras-chave: Relatório de auditoria financeira, mudança de auditor, fatores de mudança, modelo de regressão logística, *stakeholders*.

ABSTRACT

The Change of Auditor and The Financial Audit Report

The existing problems in the change of auditor and the opinion issued by the auditor through the financial audit report has proved to be an important theme and widely investigated for authors and researchers in the areas of accounting and auditing. The financial audit report represents the materialization of final product of an external and independent audit. Therefore, it is quite expected that the auditor's opinion not always expected by the company.

This research, through an empirical study, seeks to assess if there is an analogy between the change of auditor and the qualified audit report. The prior empirical research carried out by other authors documenting the existence of a duality between these two factors. We analyze a sample of companies quoted on the continuous market between 2006 and 2012, using the logistic regression model, to test whether the reception of a qualified audit report was motivating the change of auditor.

The findings point to the existence of a significant positive relationship between the qualified audit report and the change of auditor, and the motivating factors studied, the most decisive in changing the auditor were qualifications about the asset, the existence of other qualifications, the size of audited company, the company's growth, the type of governance model and the different CAE, giving indication that the satisfaction of shareholders is predominant in the decision to change auditor by the company management.

Key –Word: Financial Audit report, the auditor change, change factors, logistic regression model, stakeholders.

INTRODUÇÃO

Caracterização geral da área de pesquisa

A função de auditoria à qual é atribuída uma missão de claro interesse público tem passado por diversos períodos de crise de identidade e de confiança social. No século XXI, a evolução dos acontecimentos, marcados em grande parte pelos escândalos financeiros ocorridos no ambiente internacional tem levado a profissão de auditoria à pior e mais profunda crise da sua história.

Com o objetivo de recuperar e superar a situação de crise existente, nos últimos anos têm aumentado os esforços para se aproximar das expectativas dos utilizadores e do trabalho real dos auditores e, para alcançar auditorias mais adequadas e de superior qualidade, oferecendo assim proteção reforçada aos destinatários deste serviço.

A auditoria financeira como é entendida hoje, teve a sua origem no século XIX na Grã-Bretanha, espalhando-se aos restantes países da Europa, bem como ao Canadá e Estados Unidos. (Robertson e Smieliauskas, 1998, p. 5).

Primeiramente a auditoria financeira tinha como propósito prevenir e detetar erros e fraudes cometidos pelas empresas. Hoje em dia, a realidade é diferente. A auditoria financeira tem a finalidade de comprovar que a informação contida nas demonstrações financeiras está de acordo com o estabelecido nas normas que lhe são aplicáveis. Atualmente, os auditores têm como função principal a emissão de um relatório de auditoria onde exprimem a sua opinião sobre as demonstrações financeiras da empresa auditada.

No entanto, os utilizadores da informação financeira consideram que a função da auditoria deveria ser outra, e que o trabalho do auditor deveria ser mais abrangente do que dar informações sobre se as contas expressam em todos os seus aspetos a imagem fiel e adequada da empresa, da sua situação financeira, bem como, se contêm a informação necessária e suficiente para a sua adequada interpretação e compreensão.

A sociedade exige que a função da auditoria financeira tenha um papel cada vez mais ativo, nomeadamente ao nível da gestão da empresa, na apreciação da economia, eficiência e eficácia das empresas.

O alcance da auditoria financeira deve ser alargado de modo a ir ao encontro das exigências da sociedade que espera que a mesma forneça um nível de segurança aceitável, assim como, uma resposta aos atuais problemas.

No entanto, sendo o objetivo principal de uma auditoria financeira o exame independente que exprime uma opinião sobre as demonstrações financeiras e que em princípio deveria dar credibilidade às mesmas é alvo de inúmeras críticas que têm posto em causa os profissionais de auditoria no mundo, em especial em países com maior tradição a nível da prática de auditoria.

Como resposta aos escândalos financeiros ocorridos nos Estados Unidos da América (EUA) com principal destaque foi aprovada em Julho de 2002 a *Lei Sarbanes-Oxley*¹. Esta lei visa proteger os investidores através da melhoria da exatidão e da fiabilidade da informação financeira divulgada pelas empresas.

De igual forma, na União Europeia (UE), foi publicada a Diretiva 2006/43/CE² relativa à auditoria legal de contas anuais e consolidadas com o intuito de haver uma maior harmonização entre os estados membros da união europeia assim, a profissão de auditoria tem desenvolvido várias estratégias com o intento de ultrapassar a situação de crise de identidade e de confiança social. Uma das estratégias para reduzir o *gap*³ de expectativas, de melhorar a qualidade das auditorias e simultaneamente a sua imagem perante a sociedade, passa pelo desenvolvimento de normas e regulamentos profissionais que descrevam de forma clara o trabalho realizado pelo auditor no decorrer da sua atividade profissional (Humphrey, Moizer e Turley, 1996).

¹ SOX – A Lei de Sarbanes-Oxley – Act. (2002).

² Diretiva n.º 2006/43/CE “Relativa à revisão legal das contas anuais e consolidadas, que altera as Diretivas n.º78/660/CEE e n.º 83/349/CEE do Conselho e que revoga a Diretiva n.º 84/253/CEE do Conselho”, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de Maio de 2006. Publicado no JOCE n.º L 157, de 09/06/2006.

³ *Gap* tradução no texto para “lacuna”

Apesar destas normas proporcionarem aos seus destinatários certas diretrizes ou linhas de orientação, continuam a ter um carácter bastante genérico, uma vez que são constituídas pelos próprios profissionais de auditoria, quase como uma auto regulação (Willekens, Steele e Miltz, 1996, p. 249).

Como resultado esta situação e com a finalidade de minimizar a situação vivida pela profissão de auditoria nas últimas décadas, a *Internacional Federation of Accountants (IFAC)*, através do *International Auditing and Assurance Standard Board (IAASB)* que elabora e emite as normas internacionais de contabilidade (*NIAs*) entende que o desenvolvimento de normas profissionais que sejam válidas para facilitar uma atuação mais adequada e uniforme por parte dos auditores a nível mundial iria contribuir para aumentar a confiança dos utilizadores da informação financeira nos relatórios de auditoria.

Relevância do tema

Este trabalho tem como propósito analisar a relação existente entre a opinião do auditor veiculada pelo relatório de auditoria financeira e a mudança do auditor pela empresa auditada.

De acordo com Bell e Tabor (1991), estudos deste tipo servem como apoio à tomada de decisão dos auditores independentes, pois auxiliam na predição do tipo de parecer a ser emitido para a empresa auditada em situações de incerteza. Deste modo, espera-se que este estudo contribua para o desenvolvimento de conhecimento sobre os determinantes dos pareceres dos auditores independentes, à medida que identifica características das empresas auditadas que possam auxiliar na explicação ou predição de características observadas no relatório emitido pelo auditor e se dedica a investigação do tema num mercado emergente.

A relevância do tema referente à opinião do auditor e a mudança do auditor pode ser analisada como uma forma de apresentar à comunidade científica, aos profissionais e à sociedade, as características referenciadas pela literatura e observadas empiricamente neste estudo, que a mudança do auditor está relacionada com a opinião emitida pelo

auditor nos relatórios de auditoria financeira, que corresponde ao principal meio de comunicação entre auditores e a sociedade acerca das conclusões da auditoria realizada.

O relatório de auditoria financeira, parte integrante das informações financeiras exigidas pela legislação, nomeadamente no art.º 262 do Código das Sociedades Comerciais (CSC), representa a materialização do parecer que finaliza um processo de auditoria, que envolve três grupos de interessados: auditores, utilizadores da informação financeira e auditados. O parecer dos auditores consiste num relatório considerado o produto final da auditoria realizada, o qual materializa os resultados encontrados e encerra um processo relativamente complexo (Camargo, Dutra, Pepenelli e Alberton, 2011).

De acordo com Dutra (2011), o auditor desenvolve um trabalho analítico para emitir um relatório sintético acerca das conclusões obtidas na auditoria realizada, os *stakeholders*⁴ detêm neste relatório uma opinião acerca da adequação das demonstrações auditadas e, por sua vez, os auditados são aqueles que podem ser afetados pelas decisões tomadas por estes *stakeholders*, influenciadas por um relatório de auditoria qualificado.

Ainda sobre os *stakeholders*⁵, Gramling, Rittenberg e Johnstone (2012) explicam que são inúmeros os interessados pelo trabalho de auditoria, tais como o conselho de administração, responsável pela supervisão dos executivos, os administradores, com responsabilidade da gerir a empresa, salvaguardar os ativos a eles confiados e preparar as demonstrações financeiras que são direcionadas a investidores e/ou potenciais investidores, credores e quaisquer indivíduos que possuam algum tipo e interesse pela entidade.

Neste sentido, e de acordo com Ballesta e García-Meca (2005), as partes interessadas nas demonstrações financeiras têm como preocupação principal, em relação à auditoria, a presença ou a ausência de modificações no relatório de auditoria financeira, o que pode conduzir em reações no mercado, afetar o relacionamento entre o auditor e auditado, levar a administração da empresa auditada a exercer pressão sobre os

⁴ *Stakeholders* – Utilizadores da informação financeira

auditores e fazer com que os auditores sofram processos judiciais por erros na condução e nos resultados da auditoria.

O tema da tese é pertinente tanto ao nível da prática como na teoria da auditoria financeira. Em Portugal o relatório de auditoria financeira ainda não foi devidamente estudado no que concerne ao impacto que possa ter na mudança de auditor para além de ser expetável encontrar as razões subjacentes a essa mudança. Assim sendo, a relevância deste estudo deve ser analisada segundo dois prismas:

- A nível académico: no contexto atual económico e social em que a nossa sociedade se encontra este trabalho de investigação visa reforçar o contributo científico sobre dois temas importantes e atuais na auditoria que tanta controvérsia tem suscitado por parte de investigadores e autores na comunidade científica. Por um lado temos o relatório de auditoria financeira que desde o século passado tem sido alvo de críticas e contributos por parte tanto de organismos internacionais como nacionais de forma a melhorar o seu conteúdo e entendimento por parte dos *stakeholders*. Por outro lado, a problemática da mudança de auditor. É igualmente importante descortinar as causas que levam as empresas a mudar de auditor, mesmo quando obtêm uma opinião limpa por parte dos auditores. No âmbito da auditoria financeira este tema tem sido igualmente debatido e sujeito a variadas interpretações por parte dos autores.
- A nível profissional: De realçar as vantagens que este trabalho de investigação tem para todos os interessados no funcionamento das empresas, nomeadamente ao nível do impacto da informação veiculada pelo auditor junto dos *stakeholders*. O trabalho realizado, enquanto modelo preditivo, deverá permitir aos *stakeholders* questionar a administração das empresas sobre a fiabilidade da informação e a confiança nos atuais auditores.

As conclusões desta tese serão relevantes para os profissionais de auditoria assim como para toda a estrutura académica como referido anteriormente, uma vez que é nossa pretensão salientarmos um modelo preditivo de mudança de auditor mediante a presença de determinadas variáveis tanto ao nível do próprio relatório de auditoria financeira como ao nível da empresa auditada.

Objetivos do trabalho de investigação

O trabalho de investigação tem como objetivo fundamental procurar estabelecer um modelo preditivo no âmbito do contexto português, visando determinar quais as variáveis que determinam a empresa auditada a mudar de auditor.

Assim, e face ao exposto é nossa intenção analisar a relação existente entre a opinião dos auditores expressa nos relatórios de auditoria financeira e a mudança do auditor pela empresa auditada. Nesse sentido visamos analisar a temática em duas vertentes, nomeadamente:

- A opinião do auditor expressa no relatório de auditoria financeira é o potencial factor causador da mudança do auditor pela empresa auditada?
- Quais são os principais fatores motivadores da mudança do auditor pela empresa auditada?

Pretende-se, assim, contextualizar as conclusões retiradas sobre os estudos que abordam a relação existente entre a opinião emitida pelo auditor e a mudança do mesmo pela empresa auditada abordada em estudos prévios que serão abordados ao longo deste trabalho. Esta é, neste contexto, a questão fulcral do trabalho de investigação a realizar.

Importa salientar que a opinião do auditor pode ser emitida por um ROC (Revisor Oficial de Contas) ou por uma SROC (Sociedade de Revisores Oficiais de Contas), neste sentido é nossa pretensão que ao longo do corpo da tese passemos a referirmos somente a auditor. De igual modo também em relação aos documentos emitidos pelo auditor CLC (Certificação Legal de Contas) e RA (Relatório de Auditoria) também é nossa intenção fazer menção somente ao relatório de auditoria financeira para facilitar a compreensão do texto.

Problema de Investigação

Nos últimos tempos têm-se verificado que as empresas auditadas têm efetivado uma mudança de auditor para além da imposição legal. Este tema tem surtido algum interesse por parte de académicos, organismos reguladores e investigadores em vários países, nomeadamente em Espanha, Inglaterra e Estados Unidos da América.

Vários motivos têm sido apontados como causadores desta mudança, nomeadamente a emissão de relatórios de auditoria financeira qualificados. No entanto, em Portugal este tema ainda não foi explorado e é nossa intenção averiguar quais os fatores motivadores para que ocorra esta mudança. Para isso irá ser analisado uma série de variáveis que no nosso entendimento poderão influenciar a respetiva rotatividade do auditor, nomeadamente a existência de reservas sobre os capitais, ou sobre o ativo, ou ainda outras reservas, a estrutura de capitais, a dimensão da empresa, o crescimento da empresa, o Modelo de Governo, o setor de atividade económica ou o tipo de auditor.

Metodologia de Investigação

Nesta fase importa concretizar a metodologia a utilizar para abordar o tema deste trabalho. Iremos realizar uma investigação causal na medida em que é nosso propósito averiguar os motivos que levam a empresa auditada a mudar de auditor.

Dada a natureza dicotómica da variável mudança de auditor, o tipo de análise mais apropriado é a regressão logística (Marôco, 2011). O objetivo é saber quais as variáveis independentes que influenciam o resultado (variável dependente) e usá-las numa equação para prever o resultado de um acontecimento. A escolha do modelo revela-se apropriada por apresentar um resultado variando entre 0 e 1 e funcionando como probabilidade para a mudança do auditor, tem ainda como vantagem o facto que este tipo de análise não exigir o cumprimento rigoroso dos pressupostos da normalidade multivariante e a igualdade de matrizes de variância e covariância entre os grupos (Hair, Anderson, Tatham & Black, 1999).

Estrutura da Tese

A estrutura da tese é composta, para além da Introdução por 3 partes fundamentais: *Revisão da literatura*, *Desenvolvimento do estudo empírico* e *Conclusões*.

- Na ***Introdução*** é apresentada uma panorâmica da tese, realçando a problemática subjacente ao tema em estudo, tanto ao nível da sua caracterização e enquadramento genéricos, como ao nível da sua característica inovadora, e bem assim, a relevância académica e profissional do trabalho desenvolvido. Na introdução são igualmente definidos os objetivos do trabalho, o problema a investigar e a metodologia adotada para a investigação.
- A ***Revisão de Literatura*** desenvolve-se em vários capítulos que visam clarificar a importância da auditoria financeira no contexto atual e a importância da opinião do auditor emitido pelo relatório de auditoria financeira como variável motivadora da mudança de auditor pela empresa auditada. Assim houve que compartmentar a revisão bibliográfica em três capítulos distintos, com vista a uma melhor exposição das investigações científicas existentes subordinadas ao tema da problemática inerente ao relatório de auditoria financeira e à mudança do auditor.
- Nesta perspetiva, o ***Capítulo I*** incide sobre a caracterização geral e a relevância da auditoria financeira no contexto atual, económico e social, como elemento credibilizador da informação financeira prestada pelas empresas que relatam.
- No ***Capítulo II***, uma vez efetuado o enquadramento da profissão, visa abordar o relatório de auditoria financeira quanto à utilidade, relevância e fiabilidade, enquanto elemento fulcral da nossa investigação.
- O ***Capítulo III*** analisa a relação existente entre a mudança do auditor e a opinião emitida pelo auditor no relatório de auditoria financeira. De igual forma, abordamos o impacto da rotatividade do auditor na qualidade da auditoria, assim como a eventual influência que os atuais modelos de governo praticados pelas empresas auditadas possam ter na mudança de auditor. Ainda dentro do *capítulo III* foi referido

a possibilidade de existirem setores de atividade económica onde a propensão para a mudança de auditoria seja mais evidenciada. Também a dimensão da empresa de auditoria foi por nós abordada, salientado o facto das empresas de maiores dimensões proporcionarem melhores serviços aos seus clientes, o que poderá conduzir a uma mudança de auditor.

- A parte do desenvolvimento do estudo empírico é compartimentada em dois capítulos. *O Capítulo IV* no qual se consubstancia a formulação das hipóteses, o trabalho de recolha de dados, e, bem assim, é determinada a dimensão e descrita a composição da amostra e a sua relevância estatística.
- No *Capítulo V* são efetuadas as análises tidas como pertinentes dos resultados obtidas na investigação.
- As *Conclusões* do estudo desenvolvido constam do *Capítulo VI* e consistem numa análise no contexto português, ao nível da mudança de auditor com resultado da opinião emitida pelo auditor no relatório de auditoria financeira. Neste capítulo salientam-se ainda algumas limitações do trabalho realizado, bem como caminhos futuros e contributos para futuras investigações.

PARTE I -REVISÃO DE LITERATURA

CAPÍTULO I – A AUDITORIA E O AUDITOR

1.1. Conceito de Auditoria

Etimologicamente, a palavra “auditoria” deve a sua origem da palavra latina *audire*, a qual significa “ouvir” e o auditor era encarado como um “ouvinte” (Costa, 2007). Para atender ao mundo globalizado, de uma sociedade moderna composta pelas grandes organizações, com o desenvolvimento económico dos países, originando uma crescente complexidade na administração dos negócios, onde as transações são contabilizadas em *real-time*, o conceito de auditoria financeira tem-se ampliado ao longo do tempo.

Apesar do conceito de auditoria financeira poder assumir hoje vários significados, pode-se afirmar que a auditoria financeira consiste “ *num processo de julgamento assente na recolha e análise de evidências apropriadas e suficientes e que fundamentam a opinião do auditor sobre a conformidade entre determinados procedimentos e um quadro de referência previamente definido*” (Taborda, 2006). Auditar corresponde assim, à acumulação e avaliação de evidências sobre a informação produzida com o objetivo de determinar e reportar o nível de correspondência entre essa informação e os critérios estabelecidos (Arens, Randal & Beasley, 2003).

Na doutrina em matéria de contabilidade e auditoria financeira podem-se encontrar diferentes definições sobre o conceito de auditoria:

- Segundo Holmes (1978) a auditoria financeira pode definir-se como “*a revisão objetiva da situação financeira inicialmente realizada pela administração*”.
- Stamp e Moonitz (cit in Costa, 2007) salientam que a auditoria financeira é “*um exame independente, objetivo e competente de um conjunto de demonstrações financeiras de uma entidade, juntamente com toda a prova de suporte necessária, sendo conduzida com a intenção de exprimir uma opinião informada e fidedigna, através de um relatório escrito, sobre se as demonstrações financeiras apresentam apropriadamente a posição financeira e o progresso da entidade de acordo com as normas de contabilidade geralmente aceites. O objetivo da opinião do perito independente, a qual deve ser expressa em termos positivos ou negativos, é emprestar credibilidade às demonstrações financeiras (cuja responsabilidade pela preparação depende do órgão de gestão)*”.

- Cañibano Calvo (1996) assinala que *“a auditoria das demonstrações financeiras é o exame e verificação das demonstrações financeiras de uma empresa com o objetivo de emitir uma opinião sobre a fiabilidade dos mesmos”*. Auditar consiste em “examinar e verificar informação, registos, processos, entre outros, com o objetivo de expressar uma opinião sobre a fiabilidade”.

- Na perspetiva de Lourenço (1999), o termo auditoria financeira é utilizado para designar missões de controlo e revisão em áreas de atividade económica, tendo em vista obter os dados necessários à tomada de decisões, planificação e controlo. Deste modo, pode-se afirmar que a auditoria financeira é uma atividade de revisão e verificação da informação contabilística realizada por um especialista, tendo por objetivo a emissão de uma opinião profissional sobre a fiabilidade da informação.

- Para Messier, Glover e Prawitt. (2006), *“a auditoria é um processo sistemático de objetivamente obter e avaliar evidencia sobre determinadas asserções acerca de ações económicas e eventos com o objetivo de determinar o grau de correspondência entre essas asserções e determinados critérios pré estabelecidos e consequentemente comunicar os resultados aos interessados”*.

Também no nosso país ao nível normativo, nomeadamente através do Decreto-lei nº 487/99,⁶ que enquadra a Certificação Legal das Contas (CLC) a auditoria financeira é definida como sendo *“o exame das demonstrações financeiras de uma entidade, realizado por um perito independente e especialmente qualificado, de acordo com um conjunto de técnicas bem definidas, com o objetivo de expressar o seu parecer profissional sobre a conformidade da informação contida em tais demonstrações financeiras com uma certa estrutura de reconhecidos princípios e técnicas contabilísticas, e sobre a consistência de aplicação destes.”*

⁶ Decreto-lei n.º 487/1999. Diário da República, 1ª Série de 16 de Novembro de 1999.

1.2. Natureza e Objetivos da Auditoria Financeira

A *American Accounting Association* (AAA, 1973) refere que a auditoria financeira é um processo que objetivamente obtém e avalia a evidência sobre a atividade económica e os acontecimentos de uma empresa, para averiguar o grau de correspondência entre estas informações e os critérios estabelecidos na sua execução. Concisamente, a auditoria financeira tem como objeto promover segurança sobre a qualidade das mensagens contabilísticas emitidas pelas empresas.

Segundo Flint (1988) a função da auditoria financeira tem evoluído em resposta a uma sentida necessidade de indivíduos ou grupos na sociedade que procuram informação ou garantia acerca da conduta ou atitude de outros nos quais eles têm um interesse legítimo e reconhecido. Ideia partilhada por Boynton, Johnson e Kell, (2002) que a relaciona com o início das atividades económicas desenvolvidas pelo homem:

“Auditoria começa em época tão remota quanto à contabilidade. Sempre que o avanço da civilização tinha implicado que a propriedade de um homem fosse confiada, em maior ou menor extensão, a outra, a deseabilidade da necessidade de verificação da fidelidade do último, tornou-se clara”.

Nos primórdios da auditoria financeira, a mesma não era encarada como uma função pública, tal como é entendida hoje em dia. Era entendida como um negócio privado entre as partes interessadas: o auditor que realizava uma revisão às demonstrações financeiras com vista à deteção de erros e fraudes e a entidade que contratava o serviço, necessitando de um especialista independente que intervinha e operava sobre a maneira como era conduzida a gestão.

No entanto, a finalidade original de que o auditor tinha como objetivo a deteção de erros e fraudes, foi completamente ultrapassada, e a função do auditor é atualmente de emitir uma opinião sobre a fiabilidade das demonstrações financeiras que devem ser elaboradas segundo os princípios de contabilidade geralmente aceites, responsabilidade exclusiva da direção da empresa (Costa & Alves, 2005). Em Portugal, esta responsabilização por parte da direção da empresa foi igualmente referenciada no POC⁷

⁷ POC – Plano Oficial de Contabilidade

(1989), sendo que atualmente o Sistema de Normalização Contabilística (SNC)⁸ no seu ponto 3.1. (Características da Informação Financeira – Objetivos) salienta o seguinte:

“a responsabilidade pela preparação da informação financeira e pela sua apresentação é primordialmente das administrações”.

Neste sentido, Flint (1988) argumenta que a auditoria financeira existe porque grupos ou indivíduos interessados são incapazes por várias razões obter eles próprios a informação ou a garantia desejada. Deste modo, a função da auditoria financeira pode ser observada como um meio de controlo social porque serve como mecanismo para monitorizar a conduta e a performance.

Neste âmbito, Marques de Almeida (JTE⁹, 1998) refere que *“a função essencial de um trabalho de auditoria é permitir que o auditor esteja em condições de informar adequadamente sobre o grau de credibilidade da informação financeira refletida nas demonstrações financeiras”.* Ainda segundo o mesmo autor, três objetivos secundários da auditoria podem ser identificados:

- **Detetar erros e fraudes** – apesar do trabalho do auditor ser avaliar a credibilidade das demonstrações financeiras, deve o auditor no seu planeamento detetar eventuais erros ou fraudes;
- **Informações sobre o controlo interno** – como uma das tarefas do auditor é avaliar o controlo interno da empresa, deverá sempre que necessário, fazer no seu relatório eventuais reparos no que concerne a eventuais melhorias;
- **Assessoria económico-financeira** – o auditor, ao avaliar a credibilidade, fiabilidade e razoabilidade das demonstrações financeiras da empresa, fica com um conhecimento global da empresa, nomeadamente a nível patrimonial, financeiro e económico.

⁸ SNC – O Diário da República 1ª série, nº 133, de 13 de Julho de 2009, no seu Decreto-lei nº 158/2009 de 13 de Julho aprova o Sistema de Normalização Contabilística e revoga o POC (Decreto-lei nº 410/1989 de 21 de Novembro).

⁹ JTE – Jornal do Técnico Oficial de Contas.

Autores como Abdel-Qader, (2002) e Porter, Simon e Hatherly (2005) são unânimes em afirmar que o objetivo de uma auditoria financeira tem sido sempre dinâmico e não estático. Brown (1962) afirma que o objetivo e as técnicas de auditoria financeira têm mudado durante os 400 anos de existência reconhecida para acompanhar as necessárias mudanças e expectativas da sociedade.

Assim sendo, e em virtude do aumento da dimensão e complexidade das operações efetuadas nos mercados financeiros, a função atual do auditor pode ser encarada segundo diferentes perspectivas: económica, social e legal.

- **Económica:** a auditoria financeira tem um carácter económico, uma vez que ao ser um serviço realizado por uma entidade privada, deve ter como objetivo a maximização da rendibilidade originada do exercício da sua atividade. Na opinião de Marques de Almeida (2001) a *“auditoria transforma a informação financeira num bem público, acessível ao público em geral, requerendo, por isso, um padrão mínimo de qualidade em ordem à proteção do público consumidor. O papel económico do auditor, num mercado regulamentado, é o de purificador da informação financeira”*.
- **Social:** A auditoria financeira aparece para satisfazer necessidades da iniciativa privada, tendo, entre outras finalidades básicas, a de controlar de alguma maneira os administradores das empresas por mandato dos proprietários das mesmas. A crescente diversidade dos utilizadores da informação financeira fez alterar este panorama tripartido administrador-auditor-proprietário da empresa, ampliando consideravelmente o número de interessados no conhecimento dos dados das empresas. Deste modo, a auditoria financeira passou também a assumir uma dimensão social desconhecida na sua origem. Considerando-se mesmo que a função social do trabalho do auditor não deve limitar-se à simples comprovação e verificação dos registos contabilísticos. A avaliação externa da eficiência da organização, isto é, a análise estratégica da empresa, é reclamada pelas correntes mais abrangentes da auditoria, ao proporem o desenvolvimento do trabalho de auditoria à compreensão da análise da situação estratégica em que se encontra a empresa, Vinten (1991).

Neste sentido Ruíz Blanco (1997) afirma que os auditores tomaram consciência do interesse mostrado pelo público em geral e a Lei da Auditoria assumiu “*a tendência a reconhecer a responsabilidade social do auditor (...) tendo em conta a maior participação da sociedade na atividade económica*”. Em Portugal a responsabilidade social parece de igual modo, estar a assumir uma posição de destaque nas organizações com a Lei n.º 141/85 de 14 de Novembro, alterada pelo Decreto-lei n.º 9/92 de 22 de Janeiro, que estabelece que as empresas que, no final do ano civil, tenham pelo menos 100 trabalhadores devem elaborar, até 31 de Março do ano seguinte, o respetivo balanço social.

- **Legal:** A perspetiva legal da auditoria financeira surge como consequência da função social, já anteriormente abordada ou da repercussão do bom ou mau funcionamento que as empresas têm na sociedade. Como resultado desta situação, os governos sentiram necessidade de criar mecanismos que garantissem um certo grau de segurança, postos em prática por profissionais independentes. Em Portugal, é competência dos Revisores Oficiais de Contas, a fiscalização da gestão com vista ao cumprimento das disposições legais e estatutárias das empresas, sem ir contra as competências atribuídas por lei aos seus órgãos e aos membros destes. A auditoria financeira é assim vista na maioria das vezes, como resultado de uma obrigação legal. Como salientado pelo número 2 do artigo 44º do Decreto-lei n.º 224/2008, de 20 de Novembro¹⁰, estabelece que,

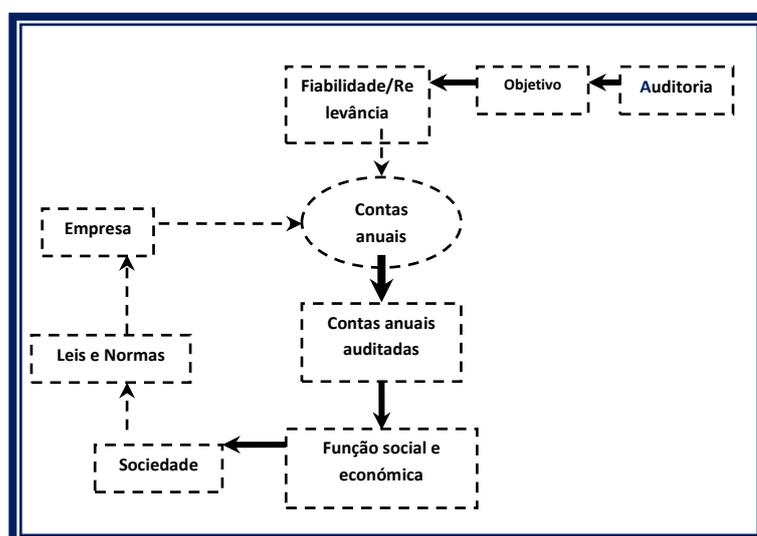
“a certificação legal das contas exprime a opinião do Revisor Oficial de Contas de que as demonstrações financeiras apresentam, ou não, de forma verdadeira e apropriada, a posição financeira da empresa ou de uma outra entidade, bem como os resultados das suas operações e os fluxos de caixa, relativamente à data e ao período a que as mesmas se referem”.

¹⁰ Decreto-lei que introduz no Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, aprovado pelo Decreto-lei nº487/99 de 16 de Novembro as alterações que decorrem da transposição para a ordem jurídica interna da Diretiva nº 2006/43/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de Maio, relativamente à revisão legal de contas anuais e consolidadas.

As sociedades legalmente sujeitas à revisão de contas são as sociedades anónimas e as sociedades por quotas que, durante dois anos consecutivos, ultrapassem dois dos três limites do art.º 262 do CSC.¹¹

Daí podermos concluir que a função social, económica e legal da auditoria financeira deve responder às necessidades de os seus utilizadores disporem de uma comprovação independente da informação divulgada pela empresa que os gestores terão elaborado e que está devidamente evidenciada nas contas anuais, como é ilustrado na figura seguinte:

Figura 1 – A Função Da Auditoria



Fonte: Adaptado de Orta Pérez, Manuel «Una propuesta de marco conceptual de la auditoria de cuentas anuales», 1996, p. 83

¹¹ n.º 2 do art.º 262 (Fiscalização): “As sociedades que não tiverem conselho fiscal devem designar um revisor oficial de contas desde que, durante dois anos consecutivos, sejam ultrapassados dois dos três seguintes limites:

- a) Total do balanço: 1.500.000 euros
- b) Total das vendas líquidas e outros proveitos: 3.000.000 euros e
- c) Número de trabalhadores empregados em média durante o exercício: 50

Também Knechel (2001) aponta como objetivo da auditoria financeira:

- Avaliar se as demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com os Princípios Contabilísticos Geralmente Aceites;
- Avaliar a possibilidade de existência de demonstrações financeiras fraudulentas;
- Avaliar a probabilidade da empresa continuar em atividade;
- Avaliar o potencial da organização para manter a sua posição competitiva no mercado.

De igual modo, também Geada (2005) salienta que *“a atual importância do Auditor é facilmente avaliada quando comparada com o crescimento em dimensão e complexidade das grandes empresas, cujos títulos de dívida e capital constituem uma parte muito significativa das poupanças investidas da economia. Os mercados de capitais simplesmente não poderiam operar sem a confiança impressa pelo trabalho desenvolvido pelos auditores.”* As mudanças nas necessidades e expectativas da sociedade são altamente influenciadas pelos fatores contextuais da envolvente económica, política e sociológica em determinado momento.

Ao longo do tempo, vários foram os organismos e associações internacionais em matéria de contabilidade e auditoria que se têm pronunciado sobre os objetivos da auditoria financeira, nomeadamente:

- Para a *Union Européenne des Experts Comptables, Economiques et Financiers (UEC)* (cit. in Costa, 2007) *“ o objetivo de uma auditoria às demonstrações financeiras consiste em expressar uma opinião relativamente a se tais demonstrações financeiras apresentam ou não uma imagem verdadeira e apropriada (“a true and fair view”) da situação dos negócios da empresa à data do balanço e dos seus resultados do ano financeiro, tendo em consideração a lei e os costumes do país onde a empresa se encontra registada”*.

- Para a *IFAC*¹², organismo internacional encarregado da elaboração das Normas Internacionais de Auditoria (*NIA*) (cit. in Costa, 2007), “o objetivo de uma auditoria às demonstrações financeiras é o de permitir que o auditor expresse uma opinião sobre se as demonstrações financeiras estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a estrutura conceptual de relato financeiro aplicável¹³”.

Segundo a norma de auditoria norte americana *SAS*¹⁴ nº1 (*Responsibilities and Functions of the Independent Auditor*) o principal objetivo de uma auditoria é avaliar se as demonstrações financeiras expressam, de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da empresa e o resultado das suas operações, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e depois do auditor ter efetuado uma auditoria de acordo com as normas de auditoria geralmente aceites. Fazendo um resumo do que foi referido anteriormente, podemos sintetizar os principais objetivos da auditoria do seguinte modo:

- Garantia da informação financeira

O estabelecimento de uma obrigação de auditar as demonstrações financeiras terá como principal argumento a transparência das demonstrações financeiras que devem apresentar aos gestores do negócio como instrumento transmissor de informação aos investidores sobre a situação financeira da empresa.

- Divulgação dos resultados no relatório de auditoria financeira

As empresas desenvolvem um volume de atividades sobre as quais proveem uma ampla variedade de informação aos indivíduos com direitos legítimos na atividade das empresas, o qual vai determinar a forma de como estes tomam conhecimento das

¹² IFAC – International Federation of Accountants.

¹³ ISA 200 – Objective and General Principles Governing an Audit of Financial Statements. Em vigor desde 15 de Dezembro de 2005.

¹⁴ SAS – Statements of Auditing Standards.

referidas atividades, influenciam a percepção de como os fenómenos empresariais se formam e assim determinam as ações ou decisões que estes tomarão.

Uma vez que a atividade das empresas influencia de forma evidente a conduta dos agentes económicos surge a necessidade de analisar em que medida é revelada a atividade da empresa, ou seja, a divulgação de um amplo volume de informação, resultar credível e confiável.

Como é óbvio, a grande relevância da função supervisora da auditoria financeira, aumenta á medida que aumenta a importância da informação contida nos relatórios anuais.

1.3. Evolução das Práticas de Auditoria Financeira

Como em todas as profissões, e como evidenciado no ponto anterior a auditoria financeira existe para satisfazer uma necessidade da sociedade. No entanto é expectável que a auditoria financeira mude conforme as necessidades da sociedade mudem. Neste sentido, apresentamos uma abordagem do desenvolvimento da auditoria financeira de acordo com as exigências da sociedade desde os seus primórdios até à atualidade.

Existem claras evidências históricas de que os primeiros indícios da auditoria datam da civilização suméria, por volta do ano 2200 A.C., identificáveis a partir da prática da conferência dos bens oriundos da atividade pastoril. Práticas semelhantes de controlo de registos por uma terceira pessoa foram comprovadas por arqueológicos nas civilizações egípcias, persa e hebraica. Também no Império Romano, era usual os imperadores encarregarem funcionários de inspecionarem a contabilidade das diversas províncias.

No entanto, a primeira referência à palavra “auditor” remonta ao ano 1285, no reinado do rei Eduardo I de Inglaterra para designar aquele que realizava o exame às contas públicas e cujo testemunho poderia conduzir à punição de possíveis infratores. A primeira associação de auditores foi criada em 1581 na cidade de Veneza, sob o nome de “*Collegio dei Raxonati*” e o primeiro tribunal de contas surgiu na França no ano 1640 “*O Tribunal de Contas de Paris*” por iniciativa do ministro Colbert.

Todavia, a auditoria financeira, como modernamente é entendida, teve o seu início na Grã-Bretanha em meados do século XIX como consequência da Revolução Industrial. *“A grandeza económica e comercial da Inglaterra e da Holanda, em fins do século passado, bem como dos Estados Unidos, onde hoje a profissão é mais desenvolvida, determinou a evolução da auditoria, como consequência do crescimento das empresas, do aumento da sua complexidade e do desenvolvimento do interesse da economia popular nos grandes empreendimentos (Crepaldi, 2004).*

Na verdade, no período anterior a 1840, a auditoria financeira era restrita a realizar uma verificação detalhada de todas as transações. A indústria era essencialmente baseada em pequenas fábricas. Durante o período pré 1840, a preocupação era centrada na autorizada honestidade de utilização de fundos por aqueles a quem os fundos tinham sido confiados.

De igual modo, o objetivo principal da auditoria financeira era a deteção da fraude. No sentido de ir ao encontro deste objetivo, as contas a serem auditadas eram sujeitas a um detalhado e completo exame, com especial ênfase na precisão matemática. O conceito de testar ou de amostragem não fazia parte dos procedimentos de auditoria. A existência de controlo interno era também desconhecida (Lee & Azham, 2008).

A prática da auditoria financeira não se tornou firmemente estabelecida até ao advento da revolução industrial durante o período de 1840-1920 na Grã-Bretanha (Gill & Cosserrat, 1996; Ricchiute, 1989), onde um grande número de empresas de produção foi implementado (Adbel-Qader, 2002). Como resultado, grandes quantidades de capital são necessárias para facilitar esta enorme quantidade de despesas de capital.

O aparecimento de uma classe média durante o período da revolução industrial deu origem a fundos para o estabelecimento de empresas industriais e comerciais. Contudo, o mercado de transações durante este período era desregulado e altamente especulativo e a taxa de empresas falidas financeiramente era bastante alta. Neste contexto, era expectável que o número crescente de pequenos investidores tivesse necessidade de proteção (Porter, Simon & Harthey, 2005).

Em resposta aos desenvolvimentos sociais na Grã-Bretanha durante este período, o *Joint Stock Companies Act* foi aprovado em 1844. O *Act* atribuía a nomeação de

auditores para verificar as contas da empresa. Contudo, a apresentação anual do balanço aos sócios e o requerimento da revisão legal de contas foram só obrigatórios em 1900 na Grã-Bretanha no âmbito do *Companies Act 1862* (Leung, Coram & Cooper, 2007). Os auditores durante este período eram sócios escolhidos pelos seus colegas. Durante o período de 1844 a 1920, as empresas permaneceram relativamente pequenas e os gestores das empresas eram em geral somente considerados responsáveis pela custódia segura e utilização autorizada dos fundos que lhes eram confiados. De acordo com as necessidades e expectativas da época, os objetivos da auditoria financeira eram concebidos para proteger principalmente os sócios, e num segundo plano, banqueiros, mutuantes, de atos sem escrúpulos por gestores de empresas que detinham a posse dos seus fundos. Pouca atenção era prestada ao controlo interno da empresa.

Deste modo, os objetivos principais da auditoria financeira neste período passam a ser:

- A deteção da fraude e erros, e
- Um retrato apropriado da solvência ou insolvência da empresa no balanço.

Conjuntamente com o objetivo principal de deteção de fraude e erros, os procedimentos de auditoria no período de 1840 a 1920 envolvem um exame mais detalhado da contabilidade, provas internas documentais e verificação detalhada da precisão matemática dos registos contabilísticos.

O crescimento da economia nos Estados Unidos da América (*EUA*) entre 1920 e 1960 causou uma mudança do desenvolvimento da auditoria da Grã-Bretanha para os EUA. Entretanto, o avanço dos mercados de valores mobiliários e instituições de concessão de crédito facilitaram também o desenvolvimento dos mercados de capitais neste período. As empresas cresceram em tamanho, resultando numa separação da propriedade e as funções da gestão tornaram-se mais evidentes.

De forma a assegurar que os fundos continuassem a fluir dos investidores para as empresas e que os mercados financeiros funcionassem em harmonia, há necessidade de convencer os participantes dos mercados financeiros que as demonstrações financeiras das empresas revelam uma imagem fiel e verdadeira da situação financeira (Porter, 2005).

Assim sendo, a função da auditoria financeira neste período era principalmente dar credibilidade às demonstrações financeiras preparadas pelos gestores para os seus *shareholders* e não a deteção de erros ou fraudes. De igual modo, o uso do conceito de materialidade e técnicas de amostragem eram usadas neste período.

Relativamente à utilização das técnicas de amostragem, os auditores precisavam de confiar no controlo interno da empresa de modo a facilitar a abordagem da investigação. A ligação ao controlo interno durante este período pode ser testemunhada, de acordo com a frase encontrada na página 240 da *Accountants Digest* em Março de 1936:

“O primeiro passa a tomar quando se planeia uma auditoria através do método de testes consiste numa investigação exaustiva do sistema nos quais os livros são guardados (...) Não é de exclusivo direito do auditor ver que a verificação interna é efetuada, mas verificar quanto pode ser invocada para completar a sua investigação”.
(cit in Lee & Azham, 2008).

De uma forma geral pode-se afirmar que durante este período as condições socioeconómicas tiveram grande influência no desenvolvimento da auditoria financeira. Como é referido por Porter, Simon e Hathery, (2005) durante este período a auditoria financeira teve entre outros os seguintes desenvolvimentos:

- **Ligação ao controlo interno da empresa e técnicas de amostragem:** ao mesmo tempo que as empresas crescem em tamanho, o volume das transações torna progressivamente menos exequível para os auditores verificarem em detalhe todas as entradas nos registos contabilísticos. De igual modo, com o crescimento do volume das transações e a delegação de responsabilidades, os erros e as fraudes nos dados da empresa tornaram-se mais prováveis de ocorrer. Assim sendo, e em ordem a prevenir e/ou detetar essas eventualidades, a gestão introduziu sistemas de controlo interno.
- **As provas em auditoria são recolhidas através de fontes internas e externas:** estas funções passaram a ser reconhecidas como tendo igual importância que as

tarefas tradicionais do auditor de examinar os livros da empresa, dados e diversos documentos.

- **Maior ênfase na imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras:** embora as mudanças que ocorreram na auditoria financeira entre 1920 e 1960 fossem importantes, a principal mudança ocorreu relativamente no que concerne aos objetivos da auditoria financeira. O focus da auditoria financeira mudou de prevenir e detetar fraudes e erros para avaliar a verdade e equidade da informação apresentada nas demonstrações financeiras da empresa. No âmbito dos desenvolvimentos ocorridos neste período de tempo, as necessidades da sociedade mudaram e os auditores aceitaram como sendo o seu objetivo primário, dar credibilidade às demonstrações financeiras preparadas pela gestão da empresa para os seus *shareholders*. Ao mesmo tempo, que dar credibilidade às demonstrações financeiras assume ser o objetivo principal da auditoria, a deteção da fraude e erros declinou em importância.

Os relatórios de auditoria financeira deixaram de ter como objetivo a deteção de fraudes para refletir a análise da imagem verdadeira e apropriada contida nas demonstrações financeiras. A postura da profissão de auditoria em relação à fraude foi submetida a severas críticas dentro e fora da profissão, não só devido às fraudes empresarias terem aumentado, como também, à insatisfação sentida com o alargamento da responsabilidade por parte dos auditores em detetar fraudes e erros.

Opinião partilhada por Willingham (1975) quando afirma que *“a deteção de fraudes como um objetivo da auditoria foi “destituída” pelos profissionais e não pelos utilizadores da informação financeira. Um público reivindicativo pode restaurar esse objetivo”* (cit. in Almeida, 2005).

Este período ficou marcado pelo importante avanço ao nível tecnológico e ao nível do tamanho e complexidade das empresas. Os auditores nos anos 70 tiveram um importante papel em reforçar a credibilidade da informação financeira e a promoção de operações num mercado de capitais efetivo (Porter, Simon & Hatherly, 2005).

Nos anos 80 há um reajustamento na abordagem dos auditores onde a avaliação do sistema de controlo interno foi considerado um processo demasiadamente caro e deste modo, os auditores começaram a elimina-lo nos seus sistemas de trabalho e fazer maior uso dos procedimentos analíticos (Salehi, 2007).

Os maiores desenvolvimentos ocorridos no âmbito das técnicas de auditoria ocorrem no período de 1960 e 1990. Nomeadamente (Porter, Simon & Hatherly, 2005):

- Aumento da ênfase ao nível das provas de auditoria de uma ampla variedade de fontes (internas e externas);
- Surgimento e aumento significativo de computadores, tanto como ferramenta de auditoria como sendo um elemento nas empresas auditadas a ser alvo de exames de auditoria;
- Desenvolvimento do risco em auditoria, como uma abordagem de auditoria sempre que o auditor avança numa área na qual pode provavelmente conter erros.

Segundo Porter, Simon e Hatherly (2005) os serviços da prestação de assessoria surgem como o objetivo secundário no período de 1960 a 1990. Desde os anos 80 e em conformidade com o aumento de pessimismo da sociedade provocada pelos casos frequentes de fraude nas empresas, que a profissão de auditoria reconheceu um aumento de responsabilidade na deteção da fraude. A qualidade das auditorias tem sido posta em causa depois de uma série de escândalos financeiros de empresas públicas tais como Sunbeam, Waste Management, Xerox, Adelphia, Enron e WorldCom. O colapso destas empresas originou uma crise de confiança no trabalho dos auditores (Boynton & Johnson, 2006).

Até hoje, a tendência é para voltar aos primórdios e responsabilizar os auditores na prevenção da fraude, apesar de recusarem-se a assumir tais responsabilidades. A “*Auditing Expectation Gap*” que significa o desfasamento entre o valor percebido e o valor esperado do trabalho de auditoria será menor quanto maior for o empenho dos auditores neste papel. Uma vaga de reformas radicais tem sido levada a cabo por

diversos países, organismos de contabilidade, governos, acadêmicos, a fim de fortalecer a prática de auditoria financeira (Leung, Coram & Cooper, 2007). Algumas das reformas chave que importam abordar são:

- **SEC – *Sarbanes-Oxley Act***¹⁵

A implementação do “*Sarbanes-Oxley Act* pela *Securities and Exchange Commission (SEC)*”¹⁶ em Janeiro de 2002, resulta das reformas implementadas após os escândalos financeiros envolvendo empresas norte-americanas (WorldCom, Enron, Adelphi, etc), tendo como objetivo reforçar a confiança dos utilizadores das demonstrações financeiras no trabalho de auditoria e torná-lo mais eficaz no combate à fraude. Opinião partilhada por Borgerth (2006) que afirma que o maior objetivo prende-se com o “*equilíbrio dos mercados por meio de mecanismos que assegurem a responsabilidade da administração de uma empresa sobre a fiabilidade da informação por ela fornecida*”.

Esta lei representa a maior mudança governativa desde a reforma do mercado de valores mobiliários nos anos 30 do século passado (o *Securities Act* de 1933 e o *Securities Exchange Act* de 1934), na presidência de Roosevelt, em resposta à crise financeira de 1929, porventura a maior crise de sempre do capitalismo. Contudo, as suas normas não são dirigidas somente às sociedades de auditoria e à administração das restantes empresas, mas também aos intervenientes no mercado de valores mobiliários, como as bolsas, corretores, empresas de *rating*¹⁷, advogados e procuradores das empresas junto da entidade reguladora do mercado acionista.

Uma das medidas de maior impacto da lei está seguramente na definição da responsabilidade das próprias empresas pelas suas contas (*corporate responsibility*).

¹⁵ *Sarbanes-Oxley Act* – Lei que visa proteger os investidores através da melhoria da correção e confiança das divulgações das empresas. Aprovado no 107º Congresso dos Estados Unidos da América.

¹⁶ SEC (*Securities and Exchange Commission*) – Organismo criado em 1934 nos Estados Unidos, logo após a aprovação da *Securities Act* em 1933 e da *Securities Exchange Act* em 1934, com o intuito de proteger os investidores e manter a integridade dos mercados de valores mobiliários. O objetivo primordial da intervenção da SEC é promover a divulgação da informação pertinente, fazer cumprir as leis que regem os mercados assim como, proteger os investidores que interagem nesses mercados.

¹⁷ *Rating*- Palavra inglesa para “avaliação de risco”

Deste modo, as empresas passam a ter um “*audit committee*” encarregado de assegurar o rigor dos procedimentos e dos relatórios contabilísticos, ao mesmo tempo que se estabelece a responsabilidade direta da administração pelos relatórios financeiros.

A proposta da *Sarbanes-Oxley Act* é proteger os investidores através da divulgação de demonstrações financeiras mais transparentes, impondo responsabilidades sobre as informações contidas nos relatórios financeiros e contabilísticos, criação de um novo órgão regulador “*Public Company Accounting Oversight Board*” (PCAOB), supervisionado pela SEC, que em parceria com representantes do sector privado, fiscaliza as auditorias independentes para que cumpram as premissas da *Sarbanes-Oxley Act* e a melhoria do controlo interno das empresas. Esta lei afirmou-se como um marco histórico no esforço das autoridades norte-americanas em restaurarem a confiança dos vários utilizadores na qualidade e integridade da informação financeira. Os principais benefícios da *Sarbanes-Oxley Act* são:

- Confiança dos investidores, através da maior responsabilização e penalidades;
- Redução da probabilidade de fraudes significativas sem deteção;
- Obrigatoriedade de verificação contínua das deficiências e correções;
- Mais e melhor informação ao mercado de capitais;
- Redução de riscos, através de melhores avaliações de bancos e agências de *rating*;
- Maior conforto na aplicação de leis e regulamentos;

Ramsay Report (Austrália)

Como resultado do colapso da *HIH Insurance Ltd*¹⁸, a Comissão do Governo Australiano elaborou um relatório onde fez as seguintes recomendações no sentido de melhorar a independência do auditor:

- Inclui uma declaração no *Corporations Act 2001*¹⁹ de que os auditores são para serem independentes;
- Solicitam aos auditores declararem ao conselho de administração que a sua independência é mantida;
- Impedir especiais relações entre o auditor e o cliente;
- Estabelecer uma independência do conselho fiscal;
- Estabelecer um comité de auditoria para supervisionar o problema dos serviços não auditados, os honorários e as relações entre cliente e auditor.

No seguimento da matéria abordada anteriormente resume-se no quadro 1 alguns factos históricos marcantes relacionados com a evolução da auditoria.

¹⁸ A *HIH Insurance Ltd* foi a segunda maior companhia de seguros na Austrália tendo o seu colapso sido considerado o maior da história empresarial australiana, estimando-se perdas no valor de 5,3 biliões de dólares australianos. As investigações revelaram indícios de gestão dolosa e evidência de fraudes cometidas por gestores da empresa.

¹⁹ *Corporations Act 2001* – por vezes referido como *Corporations Act* é a legislação principal que regulamenta as sociedades na Austrália. Regula entre outras, matérias como a constituição e funcionamento das empresas, direitos dos funcionários, captação de recursos, etc.

Quadro 1 – Factos Históricos da Auditoria

4.500 a.c	Provas arqueológicas constataram a existência de inspeções e verificações de registos realizados entre a família real Urukagina e o templo sacerdotal sumeriano.
4.000 a.c	Auditoria na cobrança de impostos na Babilónia.
1.800 a.c – 95 d.c	Referências bíblicas de controlo interno e auditorias.
61 d.c – 117 d.c	Em cartas a Trajano, escritas por Plínio, o jovem relata a existência de práticas de auditoria realizadas nas províncias romanas.
977d.c	Em obra de Abu-Abdallah Al-Khwarismi, denominada Mafatih Al-Ulum (as chaves da ciência), são feitas referências sobre práticas de revisão.
1130	Auditoria de receitas e despesas por órgãos governamental inglês e escocês.
1200	Auditoria em Londres.
1310	Execução das funções de auditoria por conselhos londrinos.
1314	Criação do cargo de auditor do Tesouro na Inglaterra.
1494	Publicação da primeira literatura contabilística por Frei Luca Pacioli
1500 e seguintes	Intensificação do comércio com as expedições marítimas, havendo registo de casos de “auditores” nas embarcações.
1559	Sistematização e estabelecimento de auditoria dos pagamentos a servidores públicos pela Rainha Elisabeth I.
1581	Execução de funções de auditoria pelo <i>Collegio dei Raxanati</i> , na cidade de Veneza, Itália.
1640	Criação do Tribunal de Contas de Paris.
1750 e seguintes	Revolução Industrial na Inglaterra com o surgimento de grandes empresas proporcionou grande impulso para a profissão.
1773 e 1792	Criação das Bolsas de Valores de Londres e de Nova Iorque.
1880	Criação da Associação de Auditores Públicos Certificados na Inglaterra.
1845	O <i>Railyway Companies Consolidation Act</i> passou a adotar a verificação anual dos balanços por auditores.

1854	Criação do primeiro conselho profissional na Escócia: <i>Chartered Accountant (CA)</i> .
1887	Fundado o <i>American Institute of Certified Public Accountants (AICPA)</i> , na ocasião ainda denominado <i>American Institute of Accountants (AIA)</i> .
1892	Publicação do livro “ <i>Dicksee’s auditing: a practical manual for auditors</i> ”.
1894	É criado na Holanda o Instituto de Contabilidade Pública.
1896	Criação da designação <i>Certified Public Accountant (CPA)</i> nos EUA.
Início do séc. XX	Surgimento das grandes empresas americanas e rápida expansão do mercado de capitais.
1900	Obrigatoriedade das contas anuais das sociedades de responsabilidade limitada, na Grã-Bretanha serem sujeitas a auditoria.
1916	Surgimento do IPA (<i>Institute of Public Accountants</i>), que sucede ao AIA.
1917	1ª Norma de Auditoria do AIA.
1929	<i>Crash</i> da Bolsa de Valores.
1921	Criação do <i>General Accounting Office (GAO)</i> , órgão governamental de contabilidade dos Estados Unidos.
1934	Criação do <i>Security Exchange Commission (SEC)</i> nos Estados Unidos, aumentando a importância da profissão do auditor como guardião da transparência das informações contabilísticas das organizações e a sua divulgação para o mercado de capitais.
1951	Criação da <i>Union Européenne des Experts Comptables, Economiques et Financiers (UEC)</i> .
1957	Redenominação do AIA para AICPA (<i>American Institute Of Certified Public Accountants</i>), instituto que teve importância decisiva para o desenvolvimento das práticas contabilísticas e de auditoria.
1973	Surge o FASB (<i>Financial Accounting Standards Board</i>), nos Estados Unidos da América, com o objetivo de determinar e aperfeiçoar os procedimentos, conceitos e normas contabilísticas.
1976	Relatório do Senador dos EUA, Lee Metcalf, intitulado “ <i>The Accounting Establishment</i> ”.

1977	Surgimento do IFAC (<i>International Federation of Accountants</i>), que substituiu o <i>International Coordination Committee for Accountancy Profession</i> , com o intuito de emitir padrões profissionais e guia de recomendação, além de procurar a convergência internacional desses padrões.
1978	Relatório, Conclusões e Recomendações (<i>Comissão Cohen</i>); Primeira Norma de Auditoria do UEC.
1980	1ª Norma de Auditoria do IFAC.
1984	Aprovação em 10/4/1984, da Diretriz 84/253/CEE (8ª Diretiva) relativa à aprovação das pessoas encarregadas da auditoria às demonstrações financeiras.
1986	Criação da <i>Federation des Experts Comptables Européens</i> (FEE), como resultado da fusão entre a UEC e o <i>Group d' Etudes des Experts Comptables de la CEE</i> .
1987	Relatório da Comissão Nacional sobre o Relato Financeiro Fraudulento (<i>Comissão Treadway</i>).
1992	Controlo Interno – Estrutura Conceptual Integrada (<i>Committee of Sponsoring Organizations – COSO – da Comissão Treadway</i>).
1995	Estratégia Relativa à Harmonização Internacional (Comunicação da UE).
1996	O Papel, o Estatuto e a Responsabilidade do Auditor na UE (Livro Verde da UE).
1998	O Futuro da Auditoria na UE (Comunicação da UE).
2000	Controlo de Qualidade da Auditoria na UE (Recomendação da UE); Estratégia da UE para o Futuro em Matéria de Informação Financeira a Prestar pelas Empresas (Comunicação da UE).
2001	Surge o IASB (<i>International Accounting Standards Board</i>), com sede na Grã-Bretanha, que assume a responsabilidade de estudo de padrões contabilísticos, antes dirigidos pelo IASC (<i>International Accounting Standards Committee</i>), com o propósito de harmonizá-las internacionalmente.
2002	A Independência dos Auditores na UE (Recomendação da UE); <i>Sarbanes – Oxley Act</i> (EUA).
2004	1ª Norma de Auditoria do <i>Public Company Accounting Oversight Board – PCAOB</i> (EUA).

2006	A UE aprova a 8ª Diretiva.
2007	IFAC divulgou o Manual de Auditoria, Garantia de Fiabilidade e Ética e o Manual de Contabilidade para o sector público para 2007.
2008	Nova recomendação da União Europeia relativa à Limitação da Responsabilidade Civil dos Auditores.
2009	IFAC divulga <i>Handbook</i> de 2009 das Normas Internacionais de Auditoria e Controlo de Qualidade; Publicação do novo SNC e Diplomas Anexos.

Fonte: Adaptado de RCA – Revista de Controlo e Administração (2007), p. 94

Segundo Leung, Coram e Cooper (2007), as reformas implementadas no âmbito da auditoria surtiram efeito na profissão nos seguintes aspetos:

- O papel dos auditores terá de mudar em função dos interesses do público, assegurar integridade aos relatórios financeiros, fazer a separação da função da não-auditoria e outros serviços consultivos;
- Maior atenção em relação ao risco, sensibilização para a fraude, objetividade e independência e,
- Aumentar a atenção sobre as necessidades dos utilizadores da informação financeira.

A revisão de literatura efetuada no âmbito do desenvolvimento histórico da auditoria financeira permite-nos concluir que maior enfoque terá de ser dado ao nível da análise integral da empresa de forma a enfatizar o conhecimento estrutural e organizativo da empresa, bem como, a compreensão total do negócio do cliente. Assim sendo, com o aparecimento dos órgãos citados anteriormente, a auditoria financeira está mais do que nunca, acompanhando o desenvolvimento económico mundial visando colaborar para a continuidade das empresas e simultaneamente, minorar a ideia histórica de somente gerar custos para a empresa.

1.4. Os Utilizadores da Informação Financeira

Os benefícios decorrentes para os *stakeholders* das demonstrações financeiras auditadas podem ser espelhados no princípio fundamental da auditoria externa – ***acrescentar valor***.

A informação financeira sobre a atividade da empresa interessa a diversos grupos de utilizadores e deve ser elaborada com o objetivo de satisfazer as necessidades da maioria dos utilizadores da mesma. Esta informação deve ser útil aos utilizadores para os ajudar na sua tomada de decisão. Os utilizadores podem ser classificados em dois grupos distintos: externos e internos.

Os primeiros (os externos) são aqueles que estão externos à empresa e não podem intervir na gestão da mesma. Por exemplo, a auditoria financeira é útil:

- **Aos acionistas ou proprietário**, porque o relatório de auditoria financeira ajuda a valorizar a eficácia da direção e por outro lado, serve de base para tomar decisões relativamente a aumentos de capital, distribuição de dividendos ou efetuar créditos.
- **Aos investidores**, porque a informação contida no relatório de auditoria financeira pode ser relevante no processo de tomada de decisão.
- **Às entidades financeiras**, porque antes da concessão de créditos, necessitam de analisar os indicadores financeiros e económicos das diferentes áreas da empresa tais como solvabilidade, resultados operacionais, liquidez, entre outros, com o propósito de detetar a insolvência das empresas a quem estão a conceder créditos.
- **À área fiscal**, porque pressupõe que a empresa que tem as suas demonstrações financeiras auditadas tem cumprido com os seus deveres fiscais.
- **Aos analistas financeiros**, porque se as contas anuais estão auditadas, o seu trabalho se baseará em valores homogéneos, comparáveis e fiáveis.

- **Aos credores e fornecedores**, porque as demonstrações financeiras lhes permitem conhecer o risco da empresa com que efetuam operações.

Os segundos, os utilizadores internos, são aqueles que mediante a sua atuação intervêm na gestão da empresa e a auditoria também lhes é útil. Assim, é útil:

- **Aos diretores e administradores**, porque desta forma se comprova que a gestão, funcionamento e controlo do negócio se realizou em conformidade com as políticas e procedimentos estabelecidos. Deste modo, se garante a honestidade da gestão tanto dos diretores como dos administradores.
- **Aos colaboradores da empresa**, porque lhes fornece uma informação relevante do conhecimento da situação financeira da empresa.

1.5. Tipos de auditoria

Segundo o objetivo da auditoria financeira podemos obter os seguintes tipos de auditoria:

a. Quanto à independência do auditor:

- **Auditoria financeira ou externa:**

Consiste na revisão e verificação da situação contabilística (demonstrações financeiras) da empresa, com a finalidade de emitir uma opinião profissional independente sobre a credibilidade da sua apresentação e elaboração. Esta auditoria é normalmente realizada por um indivíduo externo à organização com o propósito de dar credibilidade a informações constantes nas demonstrações financeiras perante os diversos utilizadores das mesmas. A auditoria financeira ou externa pode-se assim definir como um serviço público prestado por profissionais qualificados, que consiste na realização segundo normas e técnicas

específicas, de uma revisão das demonstrações financeiras da empresa. Esta revisão visa expressar uma opinião independente sobre se as mesmas apresentam adequadamente a situação económico-financeira da empresa num dado momento, analisar os seus resultados durante um determinado período, e se as demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites.

▪ **Auditoria financeira ou contabilística:**

A auditoria financeira ou contabilística é a auditoria às demonstrações financeiras das empresas²⁰, que compreendem, em sentido lato, todo o processo de apresentação das contas de fim de exercício²¹. A auditoria contabilística é definida como um exame independente, objetivo e competente das demonstrações das empresas, realizado de acordo com determinadas normas, feito por um profissional qualificado, que permita expressar opinião sobre a importância das mesmas, referente a uma determinada data. O n.º 2 do art.º 44 do Decreto-lei n.º 487/99 de 16 de Novembro reflete qual o objetivo de emitir uma opinião sobre as demonstrações financeiras:

“A certificação legal das contas exprime a opinião do revisor oficial de contas que as demonstrações financeiras apresentam ou não de forma verdadeira e apropriada, a posição financeira da empresa ou de outra entidade, bem como os resultados das suas operações relativamente à data e ao período a que as mesmas se referem”.

Relevamos ainda o facto que o *IFAC* na sua norma n.º 700 (*OROC*, 2007)²² evidenciar que *“conforme disposto na ISA 200, o objetivo de uma auditoria de demonstrações financeiras é o de habilitar o auditor a expressar uma opinião sobre se as*

²⁰ Fazem parte das demonstrações financeiras:

- Demonstração de resultados por funções e por resultados
- Anexo ao balanço e à Demonstração de Resultados
- Balanço

²¹ Para as sociedades cotadas em Bolsa é obrigatório nas Demonstrações de Fluxos de Caixa

²² Manual dos Revisores Oficiais de Contas – versão 30

demonstrações financeiras estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a estrutura conceptual de relato financeiro aplicável”.

▪ **Auditoria interna**

Tem por objeto verificar os diferentes procedimentos e sistemas de controlo interno estabelecidos por uma empresa, com o objetivo conhecer se funcionam como havia sido previsto e ao mesmo tempo oferecer à direção possíveis mudanças ou melhorias nos mesmos. Deste modo, a auditoria interna auxilia os membros da organização no desempenho eficaz das suas responsabilidades. Com esta finalidade a auditoria interna fornece-lhes análises, apreciações, recomendações, conselhos e informações respeitantes às atividades analisadas, contribuindo para o apoio do órgão de gestão no cumprimento dos objetivos organizacionais.

A auditoria interna tem assumido um papel determinante ao nível da gestão de risco organizacional, cujo crescimento tem evoluído na gestão das organizações. Em 1941 criou-se em Nova Iorque o Instituto de Auditores Internos, cuja sede situa-se em *Altamonte Springs, Florida*, e à qual pertencem os auditores da maioria dos países da Europa, assim como dos Estados Unidos.

Em Portugal, a auditoria interna está representada pelo *IPAI* – Instituto Português de Auditores Internos, associação profissional sem fins lucrativos, criada em 17 de Fevereiro de 1992 tendo os seus estatutos sido alterados em 11 de Março de 1998. O *IPAI* é o organismo representativo em Portugal do *IIA* – *The Institute of Internal Auditors*, o que permite obter informação profissional e técnica devidamente atualizada. O *IPAI* representa a profissão de auditor interno, associando todos os profissionais e académicos da auditoria interna nas organizações, sejam elas públicas ou privadas.

Este organismo foi criado com o intuito de promover o desenvolvimento dos conhecimentos e da prática da auditoria interna através da divulgação pelos auditores e para os auditores de todos os desenvolvimentos e descobertas que se vão realizando. Assim sendo, os objetivos do *IPAI* são entre outros:

- Defesa dos interesses dos profissionais da auditoria interna;
- Contribuição para a formação em conhecimentos, metodologias e práticas de auditoria interna atualizados, permitindo uma evolução permanente;
- Desenvolvimento da atividade associativa.

b. Quanto ao objeto da auditoria

▪ **Auditoria de gestão**

A auditoria de gestão incide sobre a gestão das empresas ou outras entidades, propondo-se analisar a atuação dos gestores, aos quais cumpre o dever de diligenciar como refere o art. 64º e 72º do CSC²³ (2002):

“Os gerentes, administradores ou diretores de uma sociedade devem atuar com a diligência de um gestor criterioso e ordenado, no interesse da sociedade tendo em conta os interesses dos sócios e dos trabalhadores” e

“Os gerentes, administradores ou diretores respondem para com a sociedade pelos danos a esta causados por atos ou omissões praticados com preterição dos deveres legais ou contratuais, salvo se provarem que procederam sem culpa”.

As principais funções da gestão são entre outras, planear estratégias, normas e procedimentos para que se possam atingir os objetivos traçados à priori. Deve ainda ter como função acrescida a organização da empresa a fim de que os planos, normas e procedimentos possam de facto operar e finalmente coordenar e controlar a forma como os mesmos estão a atingir os seus fins.

Neste sentido, cabe ao auditor de gestão emitir uma opinião sobre se a gestão da empresa está de acordo com os princípios de gestão implementados pelos

²³ CSC – Código das sociedades comerciais.

regulamentos da empresa e normativos aplicáveis. Assim, a auditoria de gestão dever-se-á pronunciar sobre os três princípios base de gestão:

- a. Economia – assegurar que a empresa procura sempre as melhores condições da qualidade e preço;
- b. Eficiência – assegurar que o mínimo de recursos foi afetado para conseguir um nível de produção adequado, e
- c. Eficácia – assegurar que o nível de produção atingido satisfaz os resultados esperados.

Também para alguns autores como Taborda (2006), a auditoria de gestão *“tem por objetivo último a melhoria da produtividade das operações, a identificação e aperfeiçoamento dos pontos fracos e potenciação dos pontos fortes, a análise das oportunidades e ameaças do negócio e a promoção da rendibilidade e eficiência da organização no geral”*.

Isto é, a realização de um exame da gestão de uma empresa com o propósito de avaliar a eficácia dos seus resultados com respeito a metas previstas, avaliar se os recursos disponíveis (humano, financeiros, técnicos, entre outros) estão sendo administrados com a eficiência, eficácia e economia com que se havia planeado na planificação estratégica da empresa e se obtiveram ou não os objetivos.

O seu propósito é determinar os graus de efetividade, economia e eficiência alcançados pela empresa e formular recomendações para melhorar as operações avaliadas. A auditoria de gestão relaciona basicamente os objetivos de eficiência, eficácia e economia. De salientar o facto que segundo o art.º 158º do Decreto-lei 487/99 de 16 de Novembro, os Revisores Oficiais de Contas têm a obrigação legal de pronunciarem-se sobre eventuais crimes públicos:

“Os Revisores Oficiais de Contas devem participar ao Ministério Público, através da Ordem, os factos detetados no exercício das respetivas funções de interesse público, que incidem prática de crimes públicos”.

▪ Auditoria Informática

Tradicionalmente, este tipo de auditoria era conduzida em redor do computador, através da avaliação de técnicas de validação da entrada de dados e provando o adequado registo nas listagens finais de documentos selecionados e vice-versa. Com o aumento de sistemas *on-line*, esta tarefa ficou extremamente dificultada com a redução da documentação tradicional. Surge, a necessidade de o auditor conduzir a sua análise, não em redor do computador, mas através dele. A auditoria informática controla quatro grupos distintos:

1. Controlos de *hardware* incorporados pelo fabricante nos equipamentos;
2. Controlos de funcionamento que se prendem com a existência de um plano, segregação de funções de análise, segregação física dos equipamentos, documentação, programas e ficheiros mestres contra ações deliberadas ou erros não intencionais.
3. Controlos de *software* relacionados com os programas de validação de dados e de atualização de ficheiros;
4. Controlos de operação respeitados com a exploração dos sistemas, tendo em vista os aspetos seguintes:
 - a. Cadernos de operação;
 - b. Planificação de operação;
 - c. Existência de procedimentos;
 - d. Existência de segurança;
 - e. Existência de procedimentos de recuperação de ficheiros;
 - f. Existência de registos diários;
 - g. Existência de avaliação periódica do nível de utilização dos recursos instalados.

Pelo exposto e como assinala Costa (2007), auditoria informática tem como objetivo verificar se existem controlos apropriados, a respetiva adequação às necessidades da empresa, certificar que os mesmos estão implementados e

proceder à avaliação da sua eficácia de forma a poder tirar-se conclusões sobre a “*performance*” de todo o sistema informático. Duas recomendações internacionais de práticas de auditoria foram emitidas para orientar o trabalho de auditoria em ambiente de processamento eletrónico, nomeadamente:

- 1008 (Avaliações do Risco e Controlo Interno – Características e Considerações de SIC);
- 1009 (Técnicas de Auditoria assistidas por computador).

Das classificações acima referidas, pode-se concluir, que o termo “auditoria” é aplicado a inúmeras atividades, mas sempre com a finalidade de avaliar e comprovar uma ação ou comportamento efetuado por um terceiro independente do auditor.

1.6. Organismos de auditoria

Como salienta, Costa, (1993) “*O crescente incremento das relações internacionais e nível económico e comercial com a consequente implementação de empresas originárias de um país noutros países conduziu a que se começasse a assistir à tentativa de harmonização das normas políticas e contabilísticas dos diferentes países*”. Na realidade existem vários organismos internacionais e nacionais, criados com o intuito de supervisionar e atuar sobre a harmonização contabilística e de auditoria financeira.

A nível internacional existem entre outros, a saber:

International Federation of Accountants (IFAC)

A *IFAC* formou-se em 7 de Outubro de 1977, sendo uma instituição internacional que reúne diferentes organizações de contabilidade nacionais em todo o mundo nos diversos âmbitos de trabalho, ou seja, no âmbito público, privado, na área de educação, e outros tipos de organização que apesar de não serem constituídos por contabilistas estão de algum modo relacionados com os profissionais de auditoria. O *IFAC* é constituído por

153 organizações de 133 países diferentes, representando mais de 2,5 milhões de contabilistas. Portugal está representado na *IFAC* através da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. A *IFAC* tem como objetivo, o desenvolvimento a nível mundial da profissão de contabilista através da harmonização das normas com o propósito de prestar serviços de qualidade ao público. As principais funções da *IFAC* são as seguintes:

- Atuar como defensora da normalização internacional, através da aplicação de padrões comuns a todos os contabilistas e através de normas técnicas que se adaptem a todos os sectores de atividade;
- Assumir uma postura de líder de modo a adaptar a profissão às necessidades sociais;
- Promover o estabelecimento de normas internacionais estandardizadas a todos os contabilistas.

The European Federation of Accountants and Auditors (EFAA)

O *European Federation of Accountants and Auditors* surge em 1 de Janeiro de 1987. Ao nível da Europa é a associação mais importante incluindo nos seus membros 38 organizações profissionais de 26 países. Esta organização tem entre outros objetivos promover e harmonizar a prática da auditoria na Europa, tanto no âmbito do sector público como no privado. A *EFAA* tem um campo de atuação amplo que agrega contabilidade, fiscalidade, banca, seguros e contabilidade pública. Ao nível da auditoria a *EFAA* tem assumido um papel muito importante com o desenvolvimento de vários estudos, nomeadamente:

- Continuous Quality Assurance – Statutory Audit in Europe
- Setting the Standards – Statutory Audit in Europe

- Statutory Audit Independence and Objectivity
- Discussion Paper on Providing Assurance on Environmental Reports

A nível nacional:

American Institute of Certified Public Accountants (AICPA)

O *American Institute of Accountants (AIA)*, atual *American Institute of Certified Public Accountants* constituiu-se em 1887; é a associação que reúne os profissionais que exercem a profissão de auditoria nos *EUA*. O *AICPA* é um organismo de referência para a profissão de auditoria, pelo seu grau de desenvolvimento em matéria de contabilidade e auditoria, tendo como finalidade habilitar os seus membros com as preparações e atualizações necessárias que satisfaçam as procuras dos seus clientes e dos *shareholders*²⁴. O *AICPA* tem como principais objetivos:

- Desenvolver os meios necessários para informar, acompanhar e atualizar os seus membros;
- Promover e fomentar o conhecimento da informação financeira como instrumento útil, compreensível e com benefícios para os seus utilizadores;
- Incrementar a compreensão das competências, responsabilidades e profissionalismo dos auditores entre os *shareholders* e a comunidade empresarial;

Institute of Chartered Accountants in England & Wales (ICAEW)

O *Institute of Chartered Accountants in England & Wales* surgiu em 1880 e é considerado na Inglaterra o grupo de profissionais de contabilidade mais importante com 118.000 membros. O *ICAEW* tem como principais funções:

²⁴ *Shareholders* – Acionistas da empresa

- Preparar e atualizar os contabilistas de conhecimentos na área;
- Cuidar pelo cumprimento das normas de conduta ética entre os seus membros;
- Fornecer os seus membros associados dos serviços que necessitam.

Compagnie Nationale des Commissaires aux Comptes (CNCC)

É o organismo responsável pela emissão das normas de auditoria na França, tendo sido criado em 1969 por decreto e sob a tutela do *Garde des Sceaux* (Ministério da Justiça – *Chancellerie*). O *CNCC* é o organismo oficial das auditorias legais, tem a responsabilidade de emitir e estabelecer normas e orientações de auditoria, bem como, zelar pela sua qualidade e ocasionalmente, opinar em assuntos de contabilidade ou relacionados com a divulgação da informação. Adicionalmente emite informações técnicas sem o peso ou autoridade das normas que representam orientações práticas com o propósito de auxiliar a aplicação das normas emitidas. Neste país, para além da *CNCC*, existe outro organismo de referência, nomeadamente a *Ordre des Experts-Comptables (OEC)*. Este organismo é responsável pela emissão das recomendações (não obrigatórias) relacionadas com a contabilidade, ética e auditoria e representa a classe quando se relaciona com organismos contabilísticos internacionais. Ambos fazem parte da *FEE*.

Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC)

O crescimento das sociedades anónimas em Portugal fez surgir a necessidade por parte dos acionistas de uma maior fiscalização da atividade da empresa, levando a que o Decreto-Lei nº 49381/69, de 15 de Novembro nos seus artigos n.º 3 e 43 impusesse a obrigatoriedade que um dos elementos do conselho fiscal fosse um Revisor Oficial de Contas (*ROC*). Com a publicação do Decreto-Lei nº 1/72 de 3 de Janeiro no seu artigo nº1 estabeleceu que competia ao *ROC* “a revisão da contabilidade de empresas comerciais ou de quaisquer outras entidades, o exercício das funções de membro do

conselho fiscal ou de fiscal único e a prestação de serviços de consultadoria compreendidos no âmbito da sua especialidade”.

Posteriormente em 1974 foi criada pela Portaria nº 83/74 de 6 de Fevereiro e com a autorização do Ministro das Finanças e da Justiça, a Câmara dos Revisores Oficiais de Contas (*CROC*), assumindo especial relevância ao adotar as Normas Técnicas de Revisão/auditoria de 1983. Em 1987, foi emitido o Código de Ética e Deontologia Profissional (*CEDP*) e em 1993 o Decreto-Lei nº 422-A/93 de 30 de Dezembro veio instituir um novo regime jurídico aplicável aos *ROC*s, atribuindo à Câmara o estatuto de associação pública ao mesmo tempo que clarifica e alarga o âmbito de atuação dos *ROC*s. Em 1994 foram aprovados em Assembleia-geral os Regulamentos Internos: Eleitoral, de Estágios, de Exame, Disciplinar e do Controlo de Qualidade.

A necessidade de aproximação ao ordenamento jurídico comunitário e a própria evolução da legislação nacional estiveram por base do Decreto-Lei nº 487/99 de 16 de Novembro – Regime Jurídico dos Revisores Oficiais de Contas (*RJROC*) – que reformulou o estatuto dos *ROC* e instituiu a *OROC* (Ordem dos Revisores Oficiais de Contas), pessoa coletiva pública que tem por competência representar e agrupar os seus membros, bem como superintender em todos os aspetos relacionados com a profissão de *ROC*. (Taborda, 2006 p. 27).

Com o Decreto-Lei nº 76 – A / 2006, de 29 de Março²⁵, veio introduzir alterações no código das sociedades comerciais (*CSC*), tendo a temática do governo das sociedades assumido um papel de destaque, nomeadamente, no que se refere à direção e à fiscalização das sociedades comerciais. Neste sentido foi aberto a possibilidade de as sociedades portuguesas adotarem uma estrutura de fiscalização diferente do tradicional conselho fiscal, compreendendo conselho de administração, comissão de auditoria e *ROC* ou uma terceira estrutura que compreenda conselho de administração executivo, conselho geral e de supervisão e *ROC*.

Recentemente, o Decreto-Lei nº 224/2008, de 20 de Novembro, introduziu no Estatuto dos Revisores Oficiais de Contas, parte das alterações que decorrem da transposição para a ordem jurídica interna da Diretiva nº 2006/43/CE, nomeadamente por via de:

²⁵ Decreto-Lei nº 76º- A/2006. Diário da República, 1ª Série, de 29 de Março de 2006.

- Aplicação das normas internacionais de auditoria;
- Atualização de requisitos em matéria de formação;
- Reforço dos deveres de ordem deontológica;
- Criação de estruturas independentes de controlo de qualidade e de supervisão pública.

Cumulativamente, o Decreto-Lei n.º 225/2008, de 20 de Novembro²⁶, igualmente transpõe, para a ordem jurídica nacional, algumas das disposições da Diretiva n.º 2006/43/CE. Este Decreto-Lei veio definir as entidades de interesse público.

A definição do conceito de entidades de interesse público é fundamental, uma vez que se entende que, dada a importância para o país destas entidades tem de existir um reforço na independência, qualidade e transparência dos trabalhos de auditoria a elas associados.

Através do *CNSA* (Conselho Nacional de Supervisão de Auditoria) criado com o Decreto-Lei n.º 225/2008, de 20 de Novembro, é atribuída a responsabilidade pela organização de um sistema de supervisão pública do *ROC* e das *SROC* e a função de assegurar uma cooperação entre os Estados Membros.

A *OROC* tem competências reconhecidas para a emissão de Normas (Normas Técnicas de Revisão/Auditoria) que compreendem as normas gerais, normas de trabalho de campo e normas de relato, cuja aplicação são legalmente obrigatórias e constituem os princípios básicos e os procedimentos essenciais a cumprir pelos revisores/auditores no desenvolvimento dos trabalhos por elas abrangidos. Estas normas são auxiliadas e desenvolvidas pelas *DT* (Diretrizes Técnicas) com aplicação obrigatória, salvo se existirem razões fundamentais para a sua não aplicação. Devido a algumas questões técnicas da profissão de *ROC*, existem as *IT* (Interpretações Técnicas) e as (*RT*) Recomendações Técnicas com o objetivo de orientar os revisores/auditores na aplicação das normas e *DT* e para promover a boa prática profissional. Por sua vez, as Normas e

²⁶ Decreto-Lei n.º 225/2008. Diário da República, 1ª Série, n.º 226, de 20 de Novembro de 2008

as recomendações internacionais emitidas pela *International Federation of Accountants (IFAC)* deverão ser, supletivamente aplicáveis.

Instituto de Contabilidad y Auditoría de Cuentas (ICAC)

Em Espanha foi através da Lei 19/88 de *Auditoria de Cuentas* que o *ICAC* organização autónoma ligada ao Ministério das Finanças assumiu as competências em matérias de planificação e normalização contabilística. As normas de auditoria antes de serem emitidas deverão reunir o consenso dos organismos profissionais (Instituto de Auditores – *Censores Jurados de España – IACJCE*; *Registro de Economistas Auditores - REA* e *Registro General de Auditores de Cuentas – REGA*) e estar de acordo com os princípios gerais reconhecidos pelos dos Membros da União Europeia. A criação das normas passa por várias etapas: os comités dos três organismos (*IACJCE, REA e REGA*) elaboram as normas seguindo sempre que possível as *ISAs* correspondentes, passando-as para o *ICAC* para posterior publicação. As normas de auditoria são de aplicação legal obrigatória e contêm princípios básicos, procedimentos e aplicações de auditoria. Por fim, as normas são publicadas no *Boletín Oficial del Instituto de Contabilidad y Auditoria de Cuentas (BOICAC)*. Para além das normas, e assumindo um carácter não obrigatório, os organismos preparam recomendações e orientações.

Para além da homologação e publicação das normas técnicas de auditoria, são atribuídas ao *ICAC* no exercício da atividade de auditoria, as seguintes funções:

- Guardar e gerir o registo oficial de auditores;
- Exercer ações punitivas sobre os auditores;
- Aprovação do conteúdo dos programas para os exames de acesso à profissão;
- A realização e promoção das atividades de investigação, estudo, documentação, difusão e publicação para melhorar a normalização contabilística e da auditoria;

- A harmonização das normas contabilísticas e de auditoria com as disposições da União Europeia;
- A coordenação e cooperação em matéria contabilística e de auditoria com os organismos nacionais e internacionais.

Seguidamente e após termos evidenciado a importância da auditoria financeira na sociedade atual e termos acompanhado a evolução da mesma como resultante da evolução da própria sociedade, no ponto seguinte iremos analisar a crescente importância da função do auditor numa sociedade mitigada por ameaças ao nível económico, social e legal e como o auditor tem tentado ir ao encontro das expectativas dos utilizadores da informação financeira.

1.7. A Independência do Auditor

A definição de independência mais popular da literatura nesta área surge pelos auditores Watts e Zimmerman (1983;1986) “*consiste na probabilidade de que o auditor documenta um erro ou anomalia que tenha descoberto nas demonstrações financeiras*”.

A qualidade do trabalho de auditor é uma garantia da qualidade da informação financeira, e tem como suporte básico a sua competência técnica e a independência em relação ao cliente. Este conceito de independência do auditor é amplamente tratado na literatura por vários autores, por ser um conceito dúbio e sem definição precisa tendo tido várias abordagens, nomeadamente:

“ (...) *não existe uma definição de independência inequívoca e amplamente aceite, ao tratar-se de um conceito indeterminado e empiricamente inobservado*” (Mayoral & Segura, 2007). Ainda segundo os mesmos autores, “ *a opinião a independência do auditor é um atributo associado com o maior ou menor grau de permissividade frente ao seu cliente, e assim, uma independência do auditor, opera como um elemento limitador da sua menor independência abriria as portas a um *laissez faire* do seu cliente, devido à sua maior permissibilidade.*”

Para Mautz e Sharaf (1961) o conceito de independência da auditoria financeira é uma característica que mantém o auditor afastado de quaisquer pressões que possam afetar o seu trabalho.

Para Shandl (1978), a independência baseia-se, na garantia que o auditor mantém-se afastado de quaisquer interesses a nível pessoal e profissional, por parte de terceiros, por ter expresso a sua opinião, o seu julgamento ou quaisquer conclusões que tenha tomado.

De acordo com Knapp (1985) o conceito da independência do auditor consiste na habilidade do mesmo se manter afastado das pressões exercidas por parte dos clientes.

Segundo Arens, Loebbecke, Iskandar, Susela, Isa e Boh (1999) o conceito está relacionado com uma posição imparcial aquando da realização de testes de auditoria, avaliação de resultados e na emissão de relatórios de auditoria.

Para Moizer (1997) a independência do auditor passa pela assertividade e aplicação da deontologia.

O autor Baker (2005) no seu livro salienta o facto que o conceito de independência de auditoria ter surgido na Inglaterra e nos Estados Unidos e ter sofrido diversas alterações ao longo dos últimos 150 anos.

Para Alleyne e Devonish (2006) os escândalos recentemente ocorridos vieram por em causa o conceito de independência do auditor, nomeadamente o caso Enron e Arthur Anderson.

Em conclusão e em virtude de não haver consenso sobre o conceito, podemos analisar o conceito da independência do auditor segundo dois primas (Gramling & Karapanos, 2008):

- Por um lado, assegurar a execução de um trabalho de auditoria de elevada qualidade, que minimize ou impossibilite, a influência por parte de terceiros, que possam influenciar a opinião do auditor e,

- Noutra perspetiva, impulsionar a confiança dos investidores nas demonstrações financeiras das empresas auditadas.

Do exposto anteriormente, e de acordo com Moore, Loewenstein, Tanlu e Bazerman (2003), os auditores iniciam a sua relação com o cliente com o desejo de culminar positivamente o seu trabalho e poderem assinar um relatório de auditoria limpo.

Assim, torna-se essencial aos auditores, que mantenham a sua independência e garantam a execução do seu trabalho, com elevada qualidade, uma vez que, a ausência da independência terá como resultado final a descredibilização da informação auditada, assim como, todo o trabalho profissional (Bakar, Rahman & Rashid, 2005).

Diversos têm sido os normativos emanados pelos diferentes organismos em diferentes países numa tentativa de harmonização do conceito. Ao nível nacional, a *OROC* emitiu o Código Deontológico e os Estatutos do Revisor Oficial de Contas, onde apresenta um conjunto de normas e princípios pelos quais os profissionais do sector devem-se pautar. Conteúdo que mais à frente iremos aprofundar.

Similarmente, a nível internacional vários são as entidades e organismos que produziram vários Códigos de Conduta e de Ética, a saber:

- **APESB** (*Accounting Professional and Ethical Standards Board*) através do seu Código de Ética dos Profissionais de Contabilidade (*APES 110 – Code of Ethics for Professional Accountants, seção 290*).
- **IESBA** (*International Ethics Standards Board for Accountants*), por mediante o Código de Ética e Deontologia do *IFAC* (*International Federation of Accountant*).
- A **ISA** (*International Standard Auditing n° 200*) vem reforçar a ideia que o auditor tem o dever de respeitar o que lhe é exigido eticamente, no que concerne, à sua independência.

Apesar de todo o trabalho desenvolvido para existir um consenso neste domínio ainda prevalece a confusão entre os utilizadores da informação financeira em relação à independência do auditor.

1.8. Fatores que condicionam a independência do auditor

Como já anteriormente citado, o conceito de independência do auditor e a sua consequente aplicação é extremamente difícil de concretizar, derivada de agentes de ordem social, financeira, profissional que no seu conjunto ou isoladamente faz com que haja um afastamento daquilo que é considerado “*independência real*” (Kleinman & Palmon, 2001).

Segundo Beattie, Brandt e Fearnlet (1999) a dependência económica que o auditor possa ter poderá constituir um obstáculo à prestação do serviço de auditoria financeira. Os estudos realizados por Reynolds e Francis (2001) e Jennings, Pany e Reckers (2006) revelam que um auditor é economicamente dependente sempre que a maioria dos ganhos totais do auditor são provenientes unicamente de um cliente ou de uma carteira muito reduzido de clientes.

Por outro lado, a existência de conflito de interesses é considerada um dos fatores que poderão pôr em causa a independência do auditor. O auditor diariamente desenvolve o seu trabalho num panorama caracterizado por um conflito de interesses, isto é, deve julgar aquele que lhe paga (Monterrey & Sánchez, 2007).

Os serviços de auditoria são procurados como mecanismos de monitorização devido aos conflitos de interesses potenciais entre proprietários e gestores (Windmoler, 2000; Jensen & Payne, 2005). Deste modo, Jensen e Meckling (1976) argumentam que o auditor desempenha um papel importante na monitorização nas empresas modernas caracterizadas pela separação entre a posse e o controlo das mesmas. Em determinados casos, a apresentação de demonstrações financeiras auditadas é a resposta contratual menos dispendiosa aos conflitos de interesses entre o proprietário e gestor e intra-proprietários (DeAngelo, 1981).

É esperado pelos *stakeholders* que o auditor preste um serviço de forma imparcial e verdadeiro, ou seja, análise de forma detalhada e minuciosa as demonstrações financeiras e conseqüentemente comunique à administração, caso existam, todas as falhas, erros, omissões que tenha encontrado nas demonstrações financeiras auditadas.

Porém, a empresa cliente, por vezes deseja precisamente o contrário, ou seja, que o auditor ignore os problemas e omissões que encontrou (Koo & Sim, 1999). Sempre que o auditor ceda ao cliente neste sentido, a auditoria realizada neste âmbito está comprometida (Alleyne & Devonish, 2006).

(Schult, 1974) conclui deste modo, que é visível que a existência de um conflito entre as partes pode colocar em questão a realização de uma auditoria financeira com retidão. A nível nacional esta questão por ser complexa e de extrema importância é analisada pela *CMVM (Comissão de Mercado de Valores Mobiliários)* no seu art.º 11 do Regulamento da *CMVM*.

No capítulo seguinte iremos abordar a importância do relatório de auditoria financeira como produto final de todo o trabalho do auditor. É crucial o entendimento da importância do mesmo, uma vez que é um dos principais instrumentos de tomada de decisão dos vários utilizadores da informação financeira nos diversos campos de atuação.

CAPÍTULO II - O RELATÓRIO DE AUDITORIA

2.1. Os relatórios de auditoria financeira

O relatório de auditoria financeira é o documento onde o auditor reflete todo o seu trabalho através da opinião (ou impossibilidade de opinião) que emite sobre as demonstrações financeiras da empresa auditada. O serviço de auditoria é encarado pela sociedade como uma função pública. Neste âmbito, o conteúdo do relatório de auditoria financeira deverá ser melhorado e aumentado, em virtude de possuir deficiências no processo de comunicação entre o auditor e os respetivos utilizadores, originando um “*gap* de comunicação”. De salientar que o relatório de auditoria financeira é encarado frequentemente como um “barómetro” da situação financeira da empresa e não apenas como um documento revelador da fiabilidade das demonstrações financeiras. Opinião partilhada por Arens (1996), para o qual o relatório de auditoria financeira é o culminar do processo de auditoria. Através do mesmo o auditor exprime a sua opinião sobre as demonstrações financeiras auditadas ou as razões para não expressá-las.

Opinião partilhada por (Johnson, Khurana & Reynolds, 2002) afirmando que os relatórios de auditoria financeira são os principais meios de comunicação com os *stakeholders* e assim sendo, a opinião do auditor é usualmente tratada como uma fonte para avaliar se as informações representam a realidade económica e financeira da empresa. Nesta linha de pensamento, Becker, Defond, Jiamnbalvo e Subramanyam (1998), afirma que a auditoria financeira reduz as assimetrias de informação existentes entre os gestores e os restantes interessados na empresa, dando possibilidade a que os utilizadores da informação financeira creiam que as demonstrações financeiras são credíveis.

Também, Santos e Pereira (2004) o relatório de auditoria financeira é o produto final do trabalho do auditor. É por meio dele que o auditor comunica com os utilizadores das informações financeiras, destacando aspetos referentes aos trabalhos desenvolvidos no decorrer dos seus exames, bem como, as suas conclusões a respeito da entidade auditada expressas na forma de opinião.

A dificuldade que por vezes surge prende-se com o facto de muitos dos utilizadores da informação financeira não possuem formação específica em matérias de contabilidade e

auditoria. Assim, a mensagem que o auditor emite deve ser perfeitamente compreensível e a função claramente delimitada, ou seja, *“a tarefa do emissor é lutar por uma mensagem simples, clara, interessante e interativa, de modo que transmita, pelo menos, os pontos principais ao público-alvo”* (Kotler, 1996).

Tal como para os autores anteriores, Alberton (2002) o produto da auditoria são os relatórios emitidos no final dos trabalhos realizados pelos auditores e conhecidos como relatórios de auditoria financeira.

Para Pasiouras, Gaganis e Zopounidis (2007) o relatório de auditoria financeira consiste num relatório no qual o auditor expressa uma opinião relativa às demonstrações financeiras da empresa auditada, realçando se estas estão livres de distorções relevantes e se foram elaboradas de acordo com a legislação específica vigente e com as normas e princípios contabilísticos.

Também para Hope e Langli (2010) o relatório de auditoria financeira é um instrumento de comunicação, em que as partes interessadas são informadas sobre as conclusões obtidas pelo auditor e também sobre possíveis problemas constatados nos controles internos e/ou nas demonstrações financeiras das empresas auditadas, inclusive aqueles que dizem respeito à capacidade da empresa se manter em processo de continuidade.

2.1.1. Opinião do auditor

Existe consenso na literatura de auditoria que aspetos financeiros e não financeiros afetam a decisão de emissão de relatórios de auditoria modificados e estes aspetos convergem para o desenvolvimento de tipos de modelos de relatórios de auditoria financeira, ou seja, explicação e/ou predição da possibilidade de uma empresa receber um relatório de auditoria qualificado (Spathis, Doumpos & Zopounidis, 2003).

O que determina o tipo de relatório de auditoria financeira a ser emitido prende-se com características da empresa auditada, do auditor e da relação bilateral auditor-auditado que auxiliam na previsão do resultado de uma auditoria financeira expressa no parecer

emitido, isto é, a probabilidade do relatório de auditoria financeira ser qualificado ou simples (Ireland, 2003; Pasiouras, Gaganis & Zopounidis, 2007).

Embora, na introdução da tese tivéssemos chamado a atenção para o facto de coexistirem em Portugal dois tipos de documentos emitidos pelos *ROC's* (*CLC* e *RA*) sobre a opinião emitida pelos *ROC's* é nossa intenção passarmos a referirmos ao longo do trabalho só ao relatório de auditoria financeira. No entanto, parecemos que é pertinente analisar o conteúdo da *CLC*. Neste sentido, seguidamente vamos analisar a *CLC* no que concerne ao tipo de opinião emitida pelo auditor.

Certificação Legal de Contas

De acordo com Guimarães (2005), a *CLC* é, sem dúvida, o relatório da atividade desenvolvida no âmbito do Estatuto da *OROC*.

De acordo com o n.º 1 do artigo 508.º -D do Código das Sociedades Comerciais (*CSC*) a entidade que elabora as contas consolidadas deve submetê-las a exame pelo *ROC* e pelo seu órgão de fiscalização. O *ROC* deve emitir em conformidade com o n.º 3 do artigo 451.º do *CSC*, um documento de Certificação Legal de Contas (*CLC*) que incluirá diversos aspetos, dos quais se salienta o parecer (opinião) sobre se as demonstrações financeiras apresentam ou não, de forma verdadeira e apropriada, e de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites, a posição financeira e os resultados da empresa reportados a uma determinada data.

Em termos normativos a *OROC* emitiu um conjunto de Diretrizes de Revisão/Auditoria (*DRA*) das quais se destacam a *DRA 700 – Relatório de Revisão/Auditoria*, a *DRA 701 – Relatório de Auditoria elaborado por Auditor Registado na CMVM sobre Informação Anual* e a *DRA 702 – Relatório a elaborar por Auditor Registado na CMVM sobre Informação Semestral que versam sobre esta matéria*.

De acordo com a *Diretriz de Revisão/Auditoria 700 (DRA 700, §10)*²⁷ a *CLC* é o principal relatório de revisão/auditoria descritivo, produzido pelo auditor onde expressa

²⁷ DRA 700. (2001). Relatório de Revisão/Auditoria, Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

a sua opinião de concordância ou não, sobre o conjunto completo dos mapas financeiros que analisou. Nesse sentido, é necessário que o auditor esteja atento às constantes mudanças procurando estar sempre atualizado com as normas e regras que regem a elaboração de um relatório de auditoria.

Verifica-se que a *CLC* é o documento de trabalho produzido pelo auditor que é do conhecimento do público, estando sempre sujeito análises, críticas e ponderações por terceiros. A *CLC* tem vindo a ser alvo de algumas modificações devido, por um lado, ao próprio âmbito do trabalho a efetuar e, por outro, devido às mudanças normativas aplicáveis às demonstrações financeiras.

Exemplo do referido no parágrafo anterior é a alteração da OROC através da Circular nº 47/05 do modelo de relatório/auditoria para as contas individuais, indo a *CLC* ao encontro da alteração do nº 3 do art.º 451 do *CSC* (Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro). Atualmente existem dois tipos de Relatórios de Auditoria em Portugal derivadas do tipo de auditor que emite o documento, nomeadamente a *DRA 700* (Relatório de Auditoria) e a *DRA 701* (Relatório de Auditoria Elaborado por um Auditor Registado na *CMVM* sobre Informação Anual) que passamos a explicar.

DRA 700 – Relatório de Auditoria

Os modelos de Certificação Legal de Contas são resultantes do tipo de opinião que o auditor entender mais adequada face ao trabalho desenvolvido e aos resultados obtidos. Assim sendo, o auditor pode emitir uma Certificação Legal de Contas modificada ou simples da empresa.

A *CLC Simples* deve ser expressa quando o revisor/auditor concluir que as demonstrações financeiras dão uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira da empresa, em todos os aspetos materialmente relevantes, isto é, uma opinião totalmente concordante com as demonstrações financeiras.

CLC com ênfases: Este tipo de Certificação Legal de Contas é emitido quando surgem incertezas fundamentais divulgadas nas demonstrações financeiras, nomeadamente, abolição de princípios contabilísticos ou alterações de políticas contabilísticas com o

acordo do auditor, inexistência da demonstração de resultados por funções, a demonstração de fluxos de caixa, a posição financeira da empresa (empresas que perderam mais de metade do capital social (art.º 35 do CSC)), ou ainda a presença de situações que afetam a comparabilidade e estejam devidamente divulgadas.

Para Martins (2005) e Almeida e Vasconcelos (2008), os parágrafos de ênfase são utilizados para chamar a atenção dos utilizadores das demonstrações financeiras. A sua eventual emissão pode ocorrer, para destacar eventual divisão de responsabilidade entre os auditores responsáveis pelos exames da empresa ou ainda para destacar o risco de desembolso futuro ainda não contabilizado pela empresa, visto o nível de viabilidade de ocorrência desse desembolso ainda não exigir o seu registo.

O parágrafo da ênfase, que vem a seguir ao parágrafo da “Opinião” inicia-se com a seguinte descrição: *”Sem afetar a opinião expressa no parágrafo anterior chamamos a atenção para as situações seguintes...”*. De seguida descreve-se as respetivas matérias que afetam as demonstrações financeiras.

CLC com reservas: Ocorre sempre que existam limitações de âmbito, desacordos, incertezas fundamentais não divulgadas e derrogação de princípios contabilísticos ou alterações de políticas contabilísticas sem o acordo do ROC e não devidamente divulgados. Por sua vez, as reservas podem ser divididas em dois tipos distintos, por limitação de âmbito e por desacordo. Como afetam sempre a opinião, o parágrafo da opinião sofrerá as seguintes alterações, de acordo com o respetivo tipo de reserva:

- **Reserva por limitação de âmbito:** *“ Em minha opinião, exceto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações descritas nos parágrafos n.º... (parágrafos das reservas por limitação de âmbito) acima, as demonstrações financeiras referidas apresentam...”*.
- **Reserva por desacordo:** *“Em minha opinião, exceto quanto aos efeitos das situações descritas nos parágrafos n.º... (parágrafos das reservas por desacordo) acima, as demonstrações financeiras referidas apresentam....”*.

CLC com escusa de opinião: Certificação Legal de Contas emitida quando subsistam limitações de âmbito profundas e significativas que não permitam ao auditor a obtenção de evidência suficiente. O parágrafo da opinião vem:

“Dada a relevância e significado dos efeitos das situações descritas nos parágrafos nº..... (parágrafo das reservas) acima, não estou em condições de expressar e não expresse uma opinião sobre as demonstrações financeiras referidas...”

CLC com opinião adversa: situação em que os efeitos dos desacordos são tão profundos e significativos e afetam de tal modo as demonstrações financeiras que estas induzem em erro os destinatários das demonstrações financeiras. Na CLC com opinião adversa o parágrafo da opinião vem:

“Em minha opinião, e dada a relevância e significado das situações descritas nos parágrafos n (parágrafos das reservas) acima, as demonstrações financeiras referidas não apresentam...”

Nos termos do nº 5 do art.º 44 do *Estatuto dos ROC* e também da *DRA 700 (§49)*, o auditor poderá emitir uma **“Declaração de Impossibilidade de Certificação Legal de Contas”**, quando se lhe depararem situações de inexistência ou de significativa insuficiente ou mesmo de sonegação de matéria de apreciação.

DRA 701 – Relatório de Auditoria Elaborado por um Auditor Registrado na CMVM sobre Informação Anual

O Código dos Valores Mobiliários aprovado pelo Decreto-Lei nº 486/99, de 13 de Novembro atribui aos auditores registados na *CMVM* a obrigação, entre outras, de emitir um relatório de auditoria sobre a informação financeira contida em documentos de prestação de contas das entidades abrangidas por aquele código. O referido relatório integra-se no conjunto de documentos de prestação de contas Código dos Valores Mobiliários que têm de ser publicitados, os quais incluem ainda o relatório de gestão, as contas anuais, a certificação legal das contas e outros exigidos por lei ou regulamento.

Os modelos tratados na *DRA 701* são adaptados aos modelos previstos na *DRA 700*, nomeadamente:

- Modelo de Relatório de Auditoria para as Contas Individuais
- Modelo de Declaração de Impossibilidade de Relatório de Auditoria
- Modelo de Relatório de Auditoria para as Contas Consolidadas
- Modelo de *CLC* e Relatório de Auditoria para as Contas Individuais
- Modelo de *CLC* e Relatório de Auditoria para as Contas Consolidadas.

Relatório de Auditoria Modificado - para além das situações modificativas contempladas na *DRA 700*, acresce a situação da inexistência de qualquer das qualidades exigidas pelo Código de Valores Mobiliários a qual deve dar lugar a uma reserva por desacordo ou a uma opinião adversa. No caso da existência de uma reserva por desacordo prevista na alínea b) do parágrafo 12 da *DRA 701*, o parágrafo da opinião deve ser modificado da seguinte forma:

“Em nossa opinião, exceto quanto à não verificação das qualidades da informação financeira referidas nos parágrafos n.ºs..... (indicar os parágrafos pertinentes incluídos nas Reservas) acima, as demonstrações financeiras apresentam....”.

No caso de se tratar de uma informação financeira prospetiva explanada em termos vagos não quantificados, o revisor/auditor não estará normalmente em condições de realizar qualquer trabalho, apressando uma escusa de opinião quanto a essa informação. A não concordância com o suporte dos pressupostos nem que se baseia a informação financeira prospetiva dá lugar a modificação nos termos da *DRA 810*.

2.2. Razões do problema da compreensão do relatório de auditoria financeira

Como salientado anteriormente, vários têm sido os autores e organismos que se têm preocupado em aclarar as principais causas para que o relatório de auditoria financeira não seja compreendido na sua plenitude. Os motivos principais que originam a falta de compreensão do relatório são os seguintes:

- **Redação do relatório padronizada:** Em virtude de a maioria dos utilizadores da informação financeira ter poucos conhecimentos de auditoria e de contabilidade, é nos relatórios de auditoria financeira que se vão basear. Por isso, é essencial que os relatórios de auditoria financeira sejam capazes de transmitir com clareza a informação apresentada e o nível de garantia fornecido. A Comissão sobre as Responsabilidades do Auditor (*Comissão Cohen*) realça o uso de uma linguagem altamente estandardizada que resulta numa ambiguidade para a maior parte dos utilizadores. O relatório de auditoria financeira converteu-se num documento simbólico mais do que uma comunicação entre o auditor e o utilizador levando a que os utilizadores não os leiam.
- **Linguagem técnica:** Os utilizadores não estão familiarizados com a terminologia que se utiliza na redação dos relatórios, razão pela qual têm dificuldades para decifrar a mensagem que se lhes está transmitindo. Se a função do relatório de auditoria financeira é dar credibilidade às demonstrações financeiras emitidas por uma empresa, é então relevante que os utilizadores das mesmas leiam e compreendam o mesmo. Neste sentido, Garcia Benau e Pucheta Martínez (Março, 2001) argumentam que o uso excessivo de termos técnicos no relatório de auditoria financeira e por outro lado, a mensagem que o relatório pretende transmitir, ser demasiada curta, dificultando a compreensão da mensagem comunicada pelo relatório. Esta visão é partilhada por Cabal Garcia (2000) quando afirma que:

“O modelo atual do relatório de auditoria, sintético, uniforme e com conteúdo altamente técnico, escapa à sua compreensão por causa da sua formação deficiente em matérias contabilísticas e de auditoria”.

Assim, os profissionais de auditoria deveriam reexaminar a linguagem usada no relatório de auditoria financeira. Gay e Schelluch (2006) no seu estudo sobre este tema, destacam como uma das principais conclusões a incerteza dos auditores relativamente à mensagem por eles transmitida ser entendida pelos *stakeholders*.

- **A responsabilidade do trabalho de auditoria não é explicada:** Ruíz Barbadillo (1998) é da opinião que apesar de toda a investigação feita nas últimas décadas, o relatório de auditoria financeira continua a não permitir que os utilizadores do mesmo entendam a natureza da auditoria e a mais-valia que é a informação por ele divulgada. Neste mesmo sentido, se pronuncia López Combarros (1996) quando afirma que:

“É necessário que em relação a estas áreas comuniquemos aos utilizadores das demonstrações financeiras o alcance exato do trabalho que esperamos realizar e o nível de responsabilidade que assumiremos.”

Posteriormente, Garcia e Vico (1998) comentam no seu estudo que os utilizadores têm um vazio educacional uma vez que *“os utilizadores não compreendem as limitações técnicas da auditoria nem tão pouco as suas responsabilidades”*.

Num estudo recente efetuado por Schelluch e Gay (2006), os autores concluíram que os auditores creem que têm maiores níveis de responsabilidade e *accountability* do que aquela que lhes é atribuída pelos utilizadores da informação financeira. A atitude cética dos *shareholders* é provavelmente resultante dos recentes escândalos financeiros nas empresas nas últimas décadas.

2.3. A relevância da informação contida no relatório de auditoria financeira para os utilizadores

A revolução industrial, iniciada em Inglaterra no século XVIII, marcou a decadência da pequena empresa familiar onde o proprietário, executor material de todas as operações, orientava o seu negócio de acordo com os seus interesses defendendo os seus capitais, contribuindo para a sua maximização da sua riqueza pessoal. O desenvolvimento da economia trouxe consigo a aparição de um novo tipo de empresas, as sociedades por ações, que passaram a constituir uma peça chave na envolvente empresarial.

Desta forma, a propriedade da empresa dissolve-se por um elevado número de pessoas e os acionistas transferem para a direção a gestão das empresas. Consequentemente, os contribuintes do capital têm uma participação mínima na gestão da empresa e a sua desvinculação do dia-a-dia da empresa é, praticamente, total. A gestão da empresa é refletida nas demonstrações financeiras, que constituem a parte informativa em que se sintetiza a situação patrimonial, financeira e os resultados alcançados pela empresa ao longo do período.

Para os acionistas a informação divulgada pela empresa é extremamente importante, na medida em que desejam saber se a gestão da empresa (administração) tem gerido, eficazmente, os seus recursos, ou se pelo contrário, é necessário efetuar uma mudança na mesma. Para além dos acionistas, há outros grupos sociais que direta ou indiretamente tem vínculos com a empresa, isto é, têm interesse nas demonstrações financeiras divulgadas pela empresa.

Também a nível académico, de uma forma geral, o relatório de auditoria financeira comunica o que foi auditado, as responsabilidades da administração e dos auditores, bem como, o objetivo da auditoria e a opinião do auditor (Ricchiute, 2002). Desta forma, o relatório surge como o meio formal de comunicação existente entre o auditor e partes interessadas, sobre a conclusão da auditoria financeira realizada (Boynton, Johnson & Kell, 2002). Por outras palavras, no término do trabalho de auditoria, a opinião do auditor é materializada no relatório de auditoria financeira, pelo qual a conclusão do trabalho realizado é comunicado aos utilizadores da informação

financeira, cujo conteúdo informativo é padronizado pelas normas de auditoria (Almeida & Vasconcelos, 2007).

Wiesner (1987) estudou os principais problemas ocorridos com emissões dos relatórios de auditoria financeira, cujos reflexos, possam ter, supostamente, trazido prejuízo aos utilizadores da informação financeira, quando da sua tomada de decisão. O autor infere ainda que o auditor possui influência positiva na elaboração das demonstrações financeiras, de modo que na sua atuação minimiza a possibilidade de não-conformidades nas informações financeiras, o que poderia ajudar a explicar um número maior de relatórios de auditoria limpos, em relação a relatórios de auditoria de outra natureza.

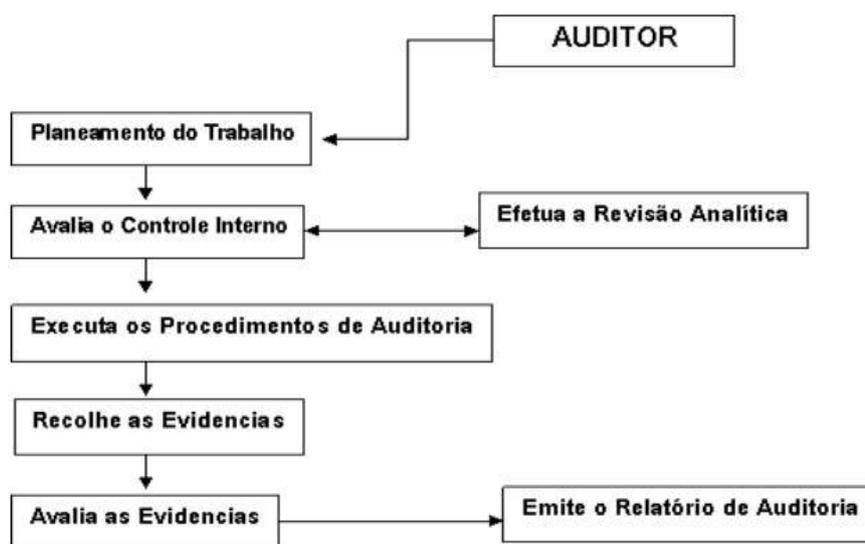
Também Siqueira (2004) estudou a credibilidade, a importância e a influência do relatório de auditoria como instrumento auxiliar para a tomada de decisão dos investidores, considerando para tal, investidores institucionais, pessoas singulares, instituições financeiras e investidores financeiros pertencentes à *ANIMEC (Associação Nacional de Investidores do Mercado de Capital)*. Segundo o auditor, a auditoria financeira é útil para o mercado de capitais. Segundo a percepção dos utilizadores questionados, os mesmos esperam do auditor uma atuação mais ativa, não cingida somente à opinião sobre a adequação das informações financeiras, mas também a aspetos gerais do negócio.

No que concerne ao aspeto da credibilidade, o autor referido anteriormente, menciona que a mesma se encontra abalada, talvez devido aos escândalos ocorridos nos mercados de capitais, como a *Enron, World Com*, entre outros. No que concerne à influência, o autor apurou que para os utilizadores da informação financeira as informações divulgadas pelos auditores poderiam ser aperfeiçoadas.

Neste sentido, Siqueira (2004) conclui que o relatório de auditoria financeira não tem influência significativa nas decisões dos utilizadores das demonstrações financeiras. Contudo, a influência das informações contidas no mesmo, no processo de tomada de decisão dos utilizadores é uma variável dependente da importância e da credibilidade, de modo que apenas quando estas estiverem satisfeitas é que se terá um relatório de auditoria financeira que seja significativamente preponderante na tomada de decisão.

A figura 2 que representa o processo de auditoria realizado pelo auditor desde o planeamento da auditoria até à conclusão dos trabalhos e posterior emissão do relatório de auditoria financeira.

Figura 2 – O Processo De Auditoria



Fonte: Adaptado de Almeida (2010, p. 25)

Neste sentido o relatório de auditoria financeira tem presentemente, uma grande importância nos mercados financeiros, com os investidores a serem parte interessada de um dos grupos de indivíduos que maior uso faz do mesmo, já que ao participarem diretamente na incerteza da empresa, têm um especial interesse na transparência e fiabilidade da informação contabilística que utilizam para a sua tomada de decisões. Dado que entre as funções da direção da empresa encontra-se a elaboração da informação contabilística/financeira, a auditoria financeira assume-se como um controlo adequado, ao adicionar garantias tanto a acionistas como a outros utilizadores da informação financeira da fiabilidade da dita informação.

Segundo a Teoria da Agência, o auditor assume-se como um monitor contratado pelos proprietários da empresa para melhorar o controlo da direção. Por outro lado, o relatório da auditoria financeira converte-se num canal de transmissão de informação privada da

empresa aos investidores, facto este que pode reduzir o problema da relação entre acionistas e diretores, ao disporem os segundos de uma maior quantidade de informação (Melumad & Thomas, 1990).

De acordo com Piot (2000), a auditoria financeira encontra a sua legitimidade técnica na redução dos custos de agência. O seu papel consiste em reduzir a assimetria de informação para minimizar a perda residual, em face dos interesses divergentes entre acionistas e gestores.

Muitas das vezes a relação entre acionistas e gestores, está repleta de interesses conflitantes que derivam da separação entre propriedade e controle, da divergência de objetivos e da assimetria da informação (Dey, 2008; Lafond & Roychowdhury, 2008).

Como referido no parágrafo anterior, os custos de agência decorrem, essencialmente da separação entre a propriedade e a gestão, nas empresas atuais, uma vez que os acionistas delegam a gestão em equipas profissionais, surgindo o problema das divergências de interesses conflitantes, em que o gestor dispõe, normalmente, de mais informação sobre os negócios (assimetria de informação).

Assim, o facto de o relatório de auditoria financeira acompanhar as demonstrações financeiras de uma empresa aumenta o seu conteúdo informativo e constitui uma melhoria na informação disponível para os utilizadores da informação financeira. Esta informação poderá por vezes reafirmar a sua fiabilidade no caso do relatório de auditoria limpo, como adicionar dados novos sobre questões que, sem estarem abertamente considerados nas demonstrações financeiras, têm um efeito material e normalmente negativo sobre as mesmas, como é o caso dos relatórios de auditoria qualificados, com escusa de opinião ou opinião adversa e no limite uma declaração de impossibilidade de certificação legal de contas.

Ideia partilhada por Lin, Liu e Wang (2009) que entendem que os auditores ao realizarem as suas auditorias de acordo com as NAGA (Normas de Auditoria Geralmente Aceites)²⁸, vão certificar a fiabilidade das demonstrações financeiras das

²⁸ As normas de auditoria do AICPA, aprovadas em 1954, denominam-se de NAGA (*Normas de Auditoria Geralmente Aceites*), cujo termo em inglês é conhecido por GAAS (*Generally Accepted Auditing Standards*). Este normativo é composto por 10 normas.

empresas através da detecção de erros materialmente relevantes. A utilidade da informação financeira pode afetar a tomada de decisão dos *stakeholders*, e assim o relatório de auditoria financeira tem um valor relevante ao melhorar a tomada de decisão sobre determinadas matérias, como por exemplo os investimentos racionais.

A auditoria financeira surge assim, como um mecanismo de cobertura do risco de informação, ou seja, que a informação publicada garanta os parâmetros de qualidade que se exigem para a tomada de decisões económicas. Em consequência o relatório de auditoria financeira deverá transmitir as deficiências detetadas na informação financeira. A necessidade de informação financeira fidedigna para um conjunto alargado de utilizadores relativamente a determinadas empresas originou que a auditoria financeira atualmente assuma um caráter legal e recorrente.

Variados têm sido os estudos empíricos realizados sobre a relevância da informação contida no relatório de auditoria financeira no mercado de capitais, em áreas geográficas e temporais diferentes, nomeadamente:

- Estudos relativos ao “*conteúdo informativo*” do documento a nível do mercado de capitais e das entidades de crédito;
- Estudos que pretendem verificarem se o relatório de auditoria é relevante a ponto de determinar o valor das ações.

Como podemos constatar a tabela seguinte resume os principais estudos realizados por uma série de autores ao longo das últimas décadas sobre a relevância do conteúdo do relatório de auditoria financeira no mercado de capitais, analisando o objeto de estudo, a metodologia aplicada e os resultados obtidos.

as quais se encontram divididas em Normas Gerais, Normas Relativas ao Trabalho de Campo e Normas para a Elaboração de Relatório.

Quadro 2 - Estudos sobre a Relevância do Conteúdo Informativo do Relatório de Auditoria Financeira no Mercado de Capitais

Autor	Objeto do estudo	Metodologia	Resultados
Baskin (1972)	Relatórios que contêm reservas consistentes ou por falta de uniformidade.	Data: divulgação dos resultados anuais.	Nem os relatórios no seu conjunto nem os tipos de reservas que contêm produzem reações no mercado.
Firth (1978)	Relatórios qualificados: por incerteza; por intervenção de outros; por incumprimento; por falta de uniformidade.	Data: Publicação das contas anuais.	Só se produz uma reação significativa e imediata no caso das qualificações por incerteza. Os investidores reagem de um modo diferente aos diferentes tipos de qualificações.
Ball, Walker e Whittred (1979)	Relatórios qualificados: depreciação de edifícios; Outras valorizações de ativos; outros fatores.	Data: o mais cedo entre a receção do relatório anual na Bolsa de Sidney ou a divulgação na imprensa financeira.	Existiu unicamente um comportamento anormal significativo nas qualificações por depreciação de edifícios, que adquiriram a condição de reservas pela primeira vez no período de análise.
Banks e Kinney (1982)	Opiniões “sujeito a”.	Data: a do relatório anual.	As empresas afetadas por contingências de perdas comportam-se significativamente pior que as suas carteiras de controlo.
Elliott (1982)	Opiniões “sujeito a”: gestão continuada; realização de ativos; litígios.	Data: publicação dos resultados.	Comportamento anormal e negativo nas qualificações por gestão continuada produzindo-se a reação adversa antes da emissão da opinião qualificada.
Dodd, Dupoch, Holthausen e Leftwitch (1984)	Opiniões “sujeito a” e adversas.	Data: identificada aplicando uma regra própria.	O comportamento anormal negativo produz-se de três a seis meses antes do anúncio da opinião qualificada. As rendibilidades anormais resultaram estatisticamente significativas para a amostra de opiniões adversas.
Dopuch, Holtausen e Leftwitch (1986)	Estudo idêntico ao do Dodd <i>et.al.</i> (1984), contudo centrado nas opiniões publicadas na	Data: publicação na imprensa financeira.	Os descobrimentos nos meios das opiniões qualificadas do tipo “sujeito a “ produzem efeitos negativos

	imprensa financeira.		significativos nos preços dos títulos.
Loudder, et al (1992)	Qualificações “sujeito a”.	Data da ocorrência: a mais cedo entre a revelação na imprensa.	Só as qualificações inesperadas pelo mercado produzem reações negativas parcialmente significativas (90%).
Jones (1996)	Opiniões sobre a continuidade da empresa; 68 relatórios qualificados e 86 favoráveis recebidos por empresas com problemas financeiros.	Incorpora as expectativas dos investidores.	O autor conclui que este tipo concreto de relatórios tem conteúdo informativo.
Del Brio González (1998)	Relatórios com reservas: Empresa em funcionamento; erros de valorização de ativos e passivos; erros que se refletem nos dados dos resultados; incertezas.	Data: registo dos relatórios na CNMV.	Não é possível rejeitar a hipótese de ausência de relevância das reservas de auditoria para os investidores da Bolsa de Madrid.
Cabal García (2000)	Relatórios de auditoria qualificados por reservas: erros; incertezas; intervenção de outros auditores; reservas múltiplas; falta de uniformidade.	Data: registo dos relatórios na CNMV.	Só os relatórios qualificados por múltiplas incidências e por alterações nos princípios contabilísticos aplicados produzem rendibilidades anormais estatisticamente significativas em torno da data de registo na CNMV.
Cabal García (2001)	Relatórios de auditoria qualificados por distintas reservas.	Data: publicação na imprensa financeira.	Produzem-se reações estatisticamente significativas nos preços dos títulos perto da data de publicação na imprensa da qualificação do auditor.

Fonte: Adaptado de Cabal García, (2004), p. 9-10

Da análise dos resultados obtidos pelos diversos autores nos estudos apresentados obtemos diferentes perspectivas. Segundo Firth (1978), Ball, Walker e Whittred (1979), Banks e Kinney (1982), Loudder, *et al* (1992) e Jones (1996) a opinião que é emitida pelo auditor através do relatório de auditoria financeira é relevante para os investidores na medida em que a mesma é útil para a tomada de decisão. Por outro lado, os estudos realizados por Baskin (1972), Del Brío González (1998) e Cabal García (2000), concluem que a relevância da informação contida no relatório de auditoria financeira é

pequena ou nula, em virtude do conteúdo informativo não ser verificado no relatório de auditoria financeira.

2.4. A utilidade do trabalho do auditor

A importância do relatório de auditoria financeira, como medida da qualidade da informação financeira, tem sido salientada por vários autores, nomeadamente Garcia Benau e Monterrey (1997) que salientam que qualquer análise que se faça sobre a informação financeira de uma empresa resulta principalmente da leitura e interpretação do significado da opinião do auditor. De igual modo, Bernstein (1995) afirma que a certificação do auditor aumenta notavelmente a fiabilidade das divulgações facultadas pelos documentos financeiros.

Igualmente, o relatório de auditoria financeiro deve resumir as conclusões do processo de investigação efetuado pelo auditor, o que o obriga à utilização em várias ocasiões de uma linguagem técnica que pode originar problemas de compreensão nos utilizadores da informação como já anteriormente referido.

Os relatórios financeiros constituídos pelo Balanço, Demonstração de Resultados, Fluxos de Caixa e as Notas às Demonstrações Financeiras fornecem informação solicitada pelos gestores, investidores, credores, governo, entre outros *stakeholders* (Bagherpour, Monroe & Greg, 2010). Os utilizadores das demonstrações financeiras confiam nesta informação somente depois do auditor externo, que é independente confirmar a confiabilidade das informações. Deste modo, os auditores têm um papel de colaboração governativa em monitorizar o processo de relato financeiro das empresas (Ashbaugh & Warfield, 2003).

Poder-se-á afirmar que o relatório de auditoria financeiro pode ser concebido como um documento que mede a qualidade da informação financeira que é revelada pela empresa. As demonstrações financeiras são instrumentos utilizados pela empresa para comunicar a realidade dos factos económicos e financeiros da empresa. Estes documentos são o único meio ao dispor dos utilizadores interessados na atividade da empresa, dada a dificuldade que estes têm de observação direta da realidade física da empresa. O auditor

verificará se as afirmações correspondem à realidade empírica da empresa. Para Sterling (1985) todas as demonstrações financeiras podem ser verificadas e os auditores como observadores imparciais podem obter um grau de certeza razoável sobre a sua veracidade.

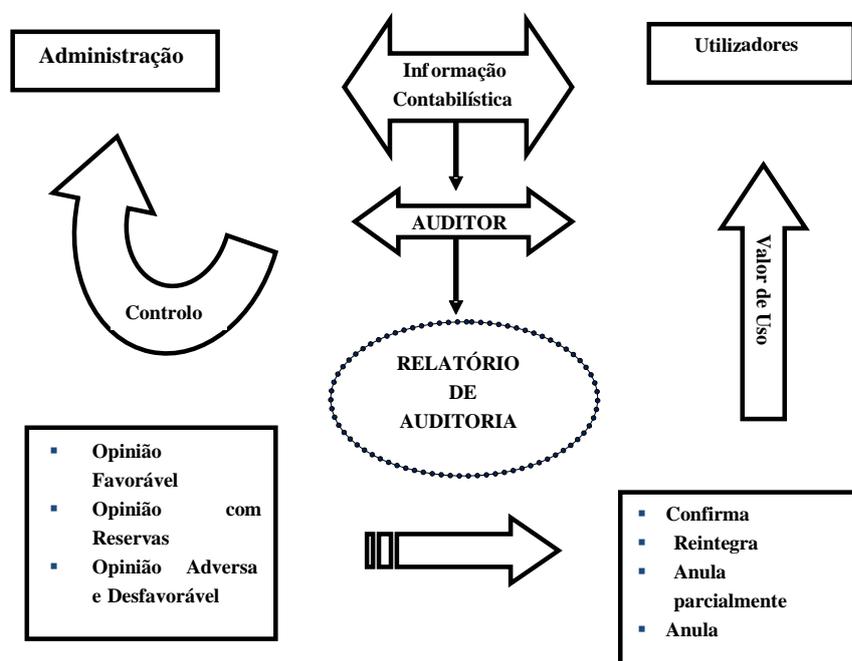
Partindo do pressuposto de que os utilizadores da informação financeira têm legítimo interesse no conhecimento da realidade da empresa, em virtude da mesma ajudar a opinião e orientar as suas tomadas de decisão em relação à empresa, a informação financeira só terá interesse se a mesma tiver valor. Consequentemente, a informação financeira só adquire valor se tiver determinado requisitos (*AECA – Princípios Contables*, 1999):

- **A informação deve ser relevante para os utilizadores:** todos os aspetos, factos e circunstâncias que afetam a realidade económica das empresas terão de ser incorporadas no seu processo financeiro e divulgados nas demonstrações financeiras;
- **A informação deve ser fiável:** averiguar se os factos registados nas demonstrações financeiras correspondem à realidade física da empresa, ou seja, se a informação está livre de erros materiais e representar exatamente as operações ou factos que evidencia através das demonstrações financeiras.

O *International Accounting Standards Board* (IASB, 1989) acrescenta mais uma característica qualitativa essencial à informação financeira – **compreensibilidade**, uma vez que a informação financeira pressupõe que seja compreendida pelos utilizadores.

A auditoria constitui um factor de garantia da fiabilidade da informação económica e financeira das empresas como se pode confirmar pela figura 3. A importância da auditoria reside na mais-valia da sua contribuição para o processo de divulgação das contas da empresa, pois a informação auditada tem supostamente maior valor do que a que carece de verificação. Os utilizadores da informação financeira estão interessados em obter uma informação de qualidade para a tomada de decisão (Elena Cabal, 2001).

Figura 3 – O Relatório de Auditoria Financeira como Medida da Fiabilidade da Informação Financeira



Fonte: Garcia, Elena Cabal (2001), p. 21

Contudo, esta opinião de que o relatório de auditoria financeira é utilizado pelos utilizadores para as diversas decisões de tomada de decisões é posta em causa por vários autores. Segundo Yubero Hermosa (2001):

“a opinião do auditor é de pouca utilidade para a tomada de decisão, uma vez que se está fazendo um relatório sobre valores passados, obsoletos, e por isso a informação não é oportuna. Os utilizadores exigem cada vez mais uma informação perspetiva, e recorre, a outros sistemas de informação para obtê-la e deste modo decidem.”

Esta linha de pensamento é partilhada também por Ruíz Barbadillo (1998), que salienta o facto que apesar do relatório de auditoria financeira ter um valor nominativo que lhe permite ser um valioso instrumento de informação, é por parte dos utilizadores pouco utilizado. A justificação para este fato, segundo este autor, pode estar relacionada com dois aspetos distintos:

- **Dificuldade na leitura e compreensão da mensagem do relatório de auditoria financeira**, originada pela linguagem altamente técnica juntamente com termos técnicos quase impenetráveis, que origina barreiras de comunicação e como consequência o relatório de auditoria passa a criar mais dúvidas do que a ser instrumento de esclarecimento;
- **Ausência de informação relevante ou desconhecida** pelos utilizadores do relatório de auditoria financeira, originando o desinteresse no mesmo pelos utilizadores.

Dos resultados obtidos pelos vários autores, concluiu-se que o dito documento é considerado útil aos utilizadores da informação financeira, apesar de se mostrarem insatisfeitos com o tipo de informação que o mesmo divulga, no que concerne à empresa auditada.

Apesar do auditor não ter como objetivo principal pronunciar-se no relatório de auditoria financeira sobre aspetos relacionados com a gestão da empresa auditada, os utilizadores das demonstrações financeiras creem cada vez mais que os auditores se pronunciem sobre a gestão das empresas auditadas.

O trabalho do auditor e as conclusões retiradas do seu trabalho de campo deverão acompanhar as necessidades e a evolução da sociedade, na medida em que os utilizadores requerem que os auditores se pronunciem sobre determinados indicadores económico-financeiros, como por exemplo, a gestão da empresa e a viabilidade de continuidade da empresa. Como realça Prado Lorenzo e González Bravo (1998):

“a falta de cobertura das novas necessidades dos diretores e utilizadores externos, têm-se traduzido em críticas à auditoria financeira e exigem do auditor um maior envolvimento na avaliação de questões como a qualidade da gestão ou a capacidade de empresa para continuar no mercado”.

No próximo capítulo, o cerne da nossa tese, vamos analisar a relação que existe entre o relatório de auditoria financeira, nomeadamente em relação à opinião emitida pelo auditor da empresa auditada, e as mudanças realizadas pelas empresas auditadas, em

relação aos auditores. É nossa intenção, inquirir se existe alguma relação entre estes dois factos. Para isso, iremos analisar um conjunto de estudos realizados nas últimas décadas sobre esta temática.

CAPÍTULO III - A MUDANÇA DE AUDITOR

3.1. A mudança do auditor e o relatório de auditoria financeira

Como já amplamente referido ao longo do trabalho, a principal responsabilidade de um auditor é dar uma opinião que as demonstrações financeiras da empresa estão em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites, bem como as normas de auditoria em vigor.

Assim sendo, e no seguimento do seu trabalho, o auditor é responsável por chamar à atenção da administração para qualquer fraqueza, incerteza ou irregularidade detetada. Por vezes são matérias que são materialmente relevantes e por isso, devem ser mencionados no relatório de auditoria financeira, originando um relatório de auditoria modificado. A administração irá sempre tentar afastar a possibilidade do auditor emitir relatórios de auditoria qualificados, uma vez que, esses relatórios podem ter um impacto negativo na perceção dos *stakeholders* sobre a administração no geral e na empresa em particular.

De uma forma geral a emissão de um relatório de auditoria qualificado poderá produzir determinadas consequências: a administração da empresa poderá fazer “*pressão*” no auditor para que este emita um relatório de auditoria limpo, o valor das ações poderá ser afetado e os honorários da administração poderão ser igualmente afetados (Chow & Rice, 1982).

Segundo Chew (2003) o debate sobre a mudança de auditor iniciou-se na década de setenta devido ao aumento de competitividade. O escândalo empresarial envolvendo a Enron e a empresa de auditoria associada, Arthur Andersen, lançou uma série de discussões sobre a independência do auditor ao longo do processo de auditoria financeira, uma vez que, o período de tempo de contratação entre as empresas rondava os 10 anos. Assim, quando a *Sarbanes-Oxley* estava sendo implementada houve a sugestão de implementar a obrigatoriedade de mudança de auditor nos EUA, facto que aliás nunca se veio a concretizar (Defond & Francis, 2005).

Todavia a mudança de auditor foi implementada na Índia, Austrália, Singapura, Coreia do Sul, Hong-Kong, entre outros. Também no nosso país a CMVM instituiu a mudança de auditor para as empresas de capital aberto.

A literatura sobre os relatórios de auditoria qualificados e a mudança do auditor está interligada. As variáveis mais defendidas como explicativas da mudança do auditor incluem entre outras:

- Honorários da empresa de auditoria (Mckeown, Mutchler & Hopwood, 1991; Addams & Davis, 1994).
- Problemas financeiros (Haskins & Williams, 1990; Carpenter & Strawser, 1971);
- Mudança na administração (Burton & Roberts, 1967; Carpenter & Strawser, 1971);
- A dimensão da empresa (Warren, 1980; Shank & Murdock, 1979; Chow & Rice, 1982)

Outros fatores podem ainda ser apontados como basilares na mudança do auditor, bem como reduzir a sua independência, designadamente, uma discórdia sobre o conteúdo das demonstrações financeiras (Addams & Davis, 1994), desacordo sobre a opinião emitida pelo auditor no relatório de auditoria financeira (Haskins & Williams, 1990), a ocorrência de mudança na administração da empresa (Beattie & Fearnley, 1995) e a dimensão da empresa de auditoria.

Smith (1986) é da opinião que as empresas que recebem um relatório de auditoria qualificado têm uma tendência maior de mudar o auditor, uma vez que pode duvidar da capacidade da função da auditoria para realizar um controlo externo à empresa dado que, através da mudança do auditor, as empresas podem colocar certos limites à atividade do auditor.

Para Geiger e Raghunandan (2002) e Azevedo (2007), as empresas que apresentam situações de falência nos primeiros períodos de contratação do auditor, afirmam existirem mais reservas nos relatórios de auditoria financeira do que quando a contratação é mais prolongada no tempo.

Nagy (2005) desenvolveu um trabalho onde constatou que longos períodos de relacionamentos não estão associados à diminuição da qualidade da auditoria, e sim à sua melhoria.

3.2. Estudos realizados a nível internacional sobre o relatório de auditoria financeira e a mudança do auditor

Até à data muitos foram os investigadores e autores que se debruçaram sobre a relação entre o relatório de auditoria qualificado e as mudanças do auditor. Vários estudos têm sido realizados no sentido de averiguar os fatores explicativos da mudança do auditor pela empresa auditada após a recção de um relatório de auditoria qualificado.

Os motivos que conduzem a que as empresas mudem de auditores têm sido analisados por uma extensa literatura especializada durante anos que observa a influência que as reservas contidas nos relatórios de auditoria têm sobre a decisão de substituir ou não os auditores. Nos Estados Unidos da América, o problema da mudança de auditor existe dentro da profissão de auditoria desde o início dos anos 60, sendo que para a *American Institute of Certified Accountants (AICPA)*, a mudança dos auditores era o problema mais grave que tinham que enfrentar na altura.

Estes motivos são de interesse extremo, uma vez que, por um lado existe evidência empírica que existe relação entre os dois fatores e por outro lado, existem custos elevados para a empresa cliente associados à rutura contratual, o que nos leva a refletir sobre os motivos subjacentes que possam estar intrínsecos a tais decisões.

O primeiro que deu evidência sistemática sobre esta matéria foi Burton e Roberts (1967) que analisaram 83 mudanças de auditor realizadas pela Fortune a 500 empresas entre 1952 e 1965. Os autores concluíram que a competição entre os auditores não era a causa da aplicação aleatória das normas de contabilidade e atribuem que o maior factor da mudança do auditor é a mudança da administração.

Várias são as razões apontadas ao longo das últimas décadas para a mudança de auditor como já foram referidas anteriormente e que destacam-se os honorários de auditoria (Ettredge, Sholz & Li, 2007), fusões e aquisições (Burton & Roberts, 1967),

dificuldades financeiras (Hudaib & Cooke, 2005), alterações na dimensão do cliente (Haskins & Williams, 1990) e a opinião de auditoria (Chow & Rice, 1982), como iremos analisar seguidamente.

Carpenter e Strawer (1971) entendem que a incidência da mudança dos auditores ocorre entre as empresas de capital aberto. A empresa requer os serviços de uma empresa de auditoria de maior dimensão, a qual tenha maior prestígio e tenha maior capacidade técnica. Esta atitude irá ter um impacto, na perspetiva dos autores, no mercado de títulos.

O estudo de DeAngelo (1982) sobre a mudança do auditor na indústria petrolífera reflete que as empresas tendem a escolher um auditor cuja prática contabilística do mesmo seja consistente com o método favorecido pela administração. O autor realça que a relação de causalidade existente entre as reservas e a mudança do auditor pode ser vista em duas perspetivas: as reservas podem causar uma mudança do auditor e por outro lado, a mudança do auditor pode originar a emissão de reservas.

Noutra perspetiva, Chow e Rice (1982) salientam entre outros fatores, que as empresas nos EUA mudam de auditor após receberem um relatório de auditoria qualificado.

Eichenser e Shields (1983) argumentaram no seu estudo que os honorários e a relação laboral eram os dois aspetos que influenciavam mais a mudança do auditor.

Por outro lado, Schwartz e Menon (1985) evidenciam que a taxa de mudança do auditor é maior entre as empresas que faliram sem qualquer correlação com o relatório de auditoria qualificado ou a mudança da administração.

Dupoch (1987) constatou que a existência de prejuízos é uma das principais causas justificativas da emissão de relatórios de auditoria qualificados. De igual modo, Spathis (2003) e Laitinen (1998) concluíram que as empresas deficitárias apresentam maior probabilidade de receberem um relatório de auditoria qualificado. Dupoch (1987) concluiu ainda que a baixa rotação dos ativos (Vendas/Ativo) e o aumento das importâncias a receber, constituem fatores que influenciam a emissão de relatórios de auditoria qualificados.

Outra pesquisa realizada por Craswell (1988) demonstrou que existe uma relação significante entre o relatório de auditoria qualificado e a mudança do auditor na Austrália. Os resultados obtidos por Craswell (1988) indicam que a proporção de relatórios de auditoria limpos das empresas que mudam de auditor era significativamente maior do que as entidades que não substituem as empresas de auditoria.

Em Hong Kong foi realizado um estudo por Gul, Lee e Lynn (1991) que sugere que não existe um número significativo de mudança de auditor após a emissão do relatório qualificado.

Iskandar, Syed (1993) concluíram no seu estudo que não existe relação significativa entre os relatórios de auditoria qualificados e a mudança do auditor. Acresce que segundo os autores, a mudança de auditores não favorece a realização de um relatório de auditoria limpo depois de ter ocorrido um relatório de auditoria qualificado no ano anterior.

Teoh (1992) atesta que a ameaça de mudança do auditor pelos clientes pode influir a opinião emitida pelo auditor no seu relatório e conseqüentemente a sua independência. Ou seja, o auditor terá que ponderar a situação entre ser independente e dar uma opinião qualificada ou enfrentar uma possível demissão.

A pluralidade dos autores evidencia a relação estatística significativa entre a receção de reservas e a mudança do auditor. Deste modo, Garcia Benau e Ruiz Barbadillo (2000) realçam que para o caso espanhol existe influência significativa entre o tipo de opinião emitida no último relatório de auditoria financeira e a mudança de auditor. No entanto, Gómez Aguilar e Ruíz Babadillo (2000), não partilham da mesma opinião, uma vez que não encontraram evidência estatística entre as reservas e a mudança do auditor.

Segundo Cabal (2000) as empresas que recebem relatórios de auditoria qualificados e que mudam de auditor não apresentam relatórios favoráveis no exercício seguinte à mudança, uma vez que a grande maioria manteve a opinião qualificada ao longo do tempo.

Bertin (2001) verificou, em empresas com dificuldades financeiras, a associação entre a antiguidade, duração do mandato, dimensão das entidades auditadas e o relatório de auditoria com reservas. O auditor considera que a dimensão das entidades auditadas, a antiguidade da relação e a duração do mandato do auditor, constituem fatores que se revelam significativos para explicar o tipo de opinião emitido no relatório de auditoria financeira.

De igual forma, Segura (2001) analisou a associação existente entre a opinião do auditor e um conjunto de variáveis explicativas, como o preço das ações, a dimensão da empresa, a rentabilidade, endividamento e o setor de atividade. A amostra deste estudo incidiu sobre 1100 observações, correspondente a 220 empresas espanholas, durante 5 anos no período de 1991-1995. A amostra totaliza 389 observações com relatório de auditoria qualificado. Os resultados indicam que o preço das ações e o endividamento não são variáveis significativamente relacionadas à opinião emitida pelo auditor.

A menor dimensão empresarial, a baixa rentabilidade, a existência de prejuízos e o sector de atividade explicam a maior propensão a receber relatórios de auditoria qualificados.

Villaroya (2003) verificou a associação entre a opinião de auditoria e um conjunto de variáveis económico-financeiras, nomeadamente, a rentabilidade, solvência e liquidez. As conclusões obtidas referem existir associação entre estas variáveis e a opinião emitida, apesar do baixo poder explicativo nas observações de relatórios de auditoria qualificados.

Mais recentemente, Branson e Breesch (2004) no seu estudo concluíram que a mudança do auditor nas empresas na Bélgica não pode ser explicado na sua totalidade utilizando a abordagem tradicional. Os autores evidenciaram que mais de metade das empresas na Bélgica tem de aceitar, voluntariamente ou involuntariamente a mudança de auditor pela empresa-mãe, ou seja, em termos quantitativos 8 em 10 empresas Belgas que mudaram, seguiram a decisão tomada pela “empresa mãe”.

A opinião da auditoria tem implicações no grau da confiança atribuída pelos utilizadores à informação financeira. Martínez (2005) realizou uma investigação

empírica, de natureza experimental, para verificar a relevância das reservas de auditoria nas decisões dos analistas de crédito. As conclusões obtidas indicam que os relatórios de auditoria com reservas e limpos influenciam as decisões dos utilizadores, bem como a quantificação do nível de risco de crédito.

De igual modo, Santos (2008) realizou uma pesquisa com o principal propósito de verificar se existia uma ligação entre a mudança do auditor e o relatório de auditoria qualificado emitido no ano anterior, e, ainda, se havia uma relação positiva entre a mudança de auditores e a emissão de relatórios de auditoria qualificados no ano da mudança e nos posteriores. As conclusões obtidas pelo autor salientam o facto que a administração é mais propensa a trocar de empresa de auditoria quando recebe um relatório de auditoria qualificado do que quando recebe um relatório de auditoria limpo. Acresce que o autor não encontrou relação positiva entre a mudança de auditor e a emissão de relatórios de auditoria qualificados nos anos imediatos à troca.

Noutro estudo publicado por Ismail e Aliahmed (2008), os autores ressaltam a alavancagem, o crescimento, o volume de negócios, as atividades financeiras, assim como a longevidade do contrato realizado com a empresa de auditoria como fatores determinantes para ocorrer a mudança do auditor.

Li e Liu (2010) sugerem no seu estudo que as empresas com estruturas fracas de governo das sociedades tendem a mudar para empresas de auditoria com menor dimensão ou mais flexíveis.

Também neste sentido, Bagherpour, Monroe e Shouler (2010) no seu estudo inquiriram como aumentar a concorrência dos auditores e a mudança de auditor nos objetivos empresariais, bem como os custos de agência potenciais de gestão que possam afetar a mudança do auditor no Irão.

De igual modo, Chadegani, Mohamed e Jani (2011) analisaram os determinantes mais importantes na mudança do auditor entre as empresas cotadas na Bolsa de Valores de Theran. De entre os seis fatores (mudança da direção, relatório de auditoria qualificado, dimensão da empresa do cliente, qualidade da auditoria, problemas financeiros e os honorários praticados pela empresa de auditoria) que os autores observaram como

potenciais fatores para a mudança do auditor pela empresa cliente, só a dimensão da empresa de auditoria está significativamente relacionada com a mudança do auditor.

A importância do relatório de auditoria financeira como factor de decisão da empresa para a mudança do auditor tem sido analisada na literatura através de vários estudos empíricos. Estes estudos têm como objetivo observarem as empresas que mudam de auditor, analisando que tipos de auditoria recebem antes de realizar a mudança do auditor.

Embora as mudanças dos auditores não sejam frequentes e quando ocorrem poderão não ter como causa fundamental a existência de num relatório de auditoria qualificado, existe uma ampla literatura, que evidencia o facto da influência das reservas nos relatórios de auditoria financeira para a mudança do auditor.

A relação entre o relatório de auditoria qualificado e a mudança do auditor não é unidirecional nem consensual, como podemos constatar pela análise dos estudos realizados nas últimas décadas. Estudos prévios apontam, de facto, para a tendência da mudança poder influenciar a opinião do auditor. Entre os autores que admitem que a ameaça de afastamento causada por divergências sobre a política de comunicação poder determinar a opinião do auditor salientamos, (DeAngelo, 1982; Magge & Tseng, 1990; Dye, 1991; Teoh, 1992; Krishnan & Stephens, 1996).

Em virtude de não haver concordância relativamente aos motivos que ocasionam a mudança de auditor, duas teorias surgiram na literatura, na expectativa de melhor traduzir os motivos que estão subjacentes à mudança do auditor.

3.3. Teorias sobre a mudança do auditor

Como analisado de forma exaustiva no ponto anterior, a literatura ao nível mundial tem realizado inúmeros estudos relacionados com as razões que levam as empresas a mudar de auditor como anteriormente mencionados. Neste sentido, estes motivos podem ser analisados segundo duas abordagens distintas:

3.3.1. Abordagem de mercado

Segundo esta perspetiva a mudança do auditor é analisada segundo a natureza da procura da auditoria que realizam as empresas e a oferta realizada pelos profissionais da auditoria. A mudança do auditor está relacionada com as mudanças nas características económico-financeiras e de gestão das empresas (Palmrose, 1986; Francis & Wilson, 1988; Johnson & Lys, 1990; Firth, 1999). Conforme referido por Johnson e Lys (1990) as empresas e os auditores estão motivados pela competência do mercado, no qual dependerá tanto das características da procura da auditoria, ou seja, dos atributos específicos que requerem os serviços da auditoria, como das características da oferta realizada pelo auditor.

Neste âmbito, a empresa irá eleger o auditor mais eficiente, aquele que ofereça um serviço a um menor custo. Logo, a mudança do auditor, ocorrerá quando as variações na quantidade ou no tipo do serviço procurado pela empresa façam com que o auditor atual deixe de ser o mais eficiente. As novas solicitações da procura do serviço da auditoria por parte das empresas auditadas podem converter o auditor em ineficiente; assim a mudança do auditor seria explicada pela necessidade da empresa auditada encontrar outro auditor que lhe ofereça o serviço com um determinado nível de qualidade distinto do anterior, ou seja, o novo auditor terá de oferecer novos serviços que vão ao encontro dos requisitos do negócio (Gómez-Aguilar & Ruiz Barbadillo, 2003).

Entre os fatores que na perspetiva do mercado foram identificados como indutores da mudança do auditor podemos destacar entre outros (Williams, 1988; Firth, 1999; Watts & Zimmerman, 1983; 1986):

- **O crescimento da empresa:** segundo (Palmrose, 1986; Williams, 1988; Francis e Wilson, 1988) a variação do nível de dispersão geográfica e da complexidade da informação contabilística da empresa pode ser considerada um indicador do crescimento da empresa.
- **Aquisições de empresas:** segundo Anderson, Francis & Stokes (1993) e Firth (1999) a aquisição de outra empresa é algo que pode provocar mudanças de auditor. Isto se deve ao facto da empresa absorvida ter de optar pelo auditor da empresa absorvente porque assim pode reforçar as economias de escala que poderão obter-se da auditoria conjunta de todo o grupo empresarial.
- **Os custos da agência da empresa:** a razão que está subjacente sobre a relação entre os custos de agência da empresa e a mudança do auditor é que quanto maior são os custos da agência da empresa, uma vez que a informação contabilística tem como objetivo a redução dos mesmos, maiores são então as exigências para a empresa de apresentar informação contabilística de alta qualidade (Palmrose, 1984; Plot, 2001). A variação dos custos da agência, também, foi analisada como um possível indutor da mudança do auditor. Assim sendo, a variação dos custos da agência têm sido analisados como um possível indutor da mudança do auditor. A teoria da agência considera a relação auditor-cliente ser um vínculo de contratos. Uma mudança nos auditores pode ser o resultado de uma mudança nos contratos do principal agente. Novos contratos entre os acionistas e gestores são formados sempre que o cliente contrata um novo gestor ou um novo chefe é introduzido. Quando a gestão muda, os novos executivos podem requerer uma mudança do auditor porque o anterior está muito associado com a gestão anterior ou porque os novos executivos procuram novas ideias. Além de que, mudanças significativas na principal prestação de recursos ou novos diretores de financiamento que sinalizam a necessidade de rever os contratos de agência. Esta revisão poderia, por sua vez, transformar num sinal para mudar os esforços de controlo.

- **Variações na estrutura do capital da empresa:** Segundo (Titman & Trueman, 1986; Bédard, Coulombe & Courteau, 2000; Menon & Williams, 2001; Beatty & Fearnley, 2002; Copley & Douthett, 2002) nos seus estudos salientam que existem incentivos para mudar de auditores antes de enfrentar mudanças na estrutura de capital da empresa, sejam derivados da emissão de nova dívida, seja de capital, a fim de adquirir a vantagem da experiência ou reputação de um novo auditor. A reputação ou experiência de um novo auditor pode ser bastante valiosa para os investidores, como meio de reduzir os custos de informação dos títulos a emitir.
- **Custos da auditoria:** Nos seus estudos, Gregory e Coller (1996); Deis e Groux (1996) obtiveram evidência empírica que várias empresas mudam de auditor como forma de reduzir os custos de auditoria. A ineficácia ou eficácia do auditor são prováveis que sejam fatores impulsionadores para substituir o auditor. Em primeiro lugar, porque pode prestar serviços de auditoria melhorados, uma vez que está em causa o melhoramento do entendimento da empresa e da envolvente.

Em segundo lugar, a longevidade da relação cliente-auditor, pode dar origem a uma harmonia que ao longo do tempo se irá traduzir por relações “quase familiares” com as operações dos clientes. Ao invés de uma mudança do auditor, o cliente pode optar por reter o auditor por lealdade e satisfação com o serviço prestado no passado. A retenção do auditor pode também passar pelo entendimento entre o auditor e o cliente acerca das políticas contabilísticas existentes que têm ocorrido ao longo do tempo.

3.3.2. Abordagem contratual

Outra linha de investigação para interpretar as mudanças do auditor centra-se na perceção da auditoria como um contrato de mercado no qual a empresa elege livremente o auditor e onde a possibilidade de existência de desacordos entre o auditor e a empresa podem levar a que a empresa decida por uma mudança do auditor (Lennox, 2000, Francis & Krishnan, 1999).

Segundo esta perspetiva a auditoria às demonstrações financeiras da empresa é vista como um serviço que tem como objetivo que o auditor ofereça uma opinião especializada e independente sobre se a empresa apresenta a sua informação contabilística de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites. Uma vez que a aplicação destes princípios requerem o juízo profissional do auditor, é possível que por vezes surjam desentendimentos entre a empresa auditada e o auditor.

Os gestores podem, também, procurar substituir os seus auditores sempre que recebam uma opinião de auditoria indesejável. Os gestores que tentam retratar aos *shareholders* uma imagem positiva deles próprios como bons administradores dos investimentos dos *shareholders*, podem ficar insatisfeitos com os auditores que emitem uma opinião de auditoria a qual o agente a perceba como não merecida ou como um resultado de um conflito sobre os princípios contabilísticos.

Para o cliente com dificuldades financeiras pode ainda ter maior incentivo em mudar os auditores para permitir um gestor retratar uma imagem com um bom administrador. Esta situação pode implicar que a auditoria financeira às demonstrações financeiras da empresa pode ser vista como um processo de negociação entre a empresa e o auditor (Dye, 1991). Assim sendo, e nesta perspetiva a mudança do auditor poderá estar motivada pelo comportamento oportunista da administração da empresa para alcançar os seus objetivos em relação à informação contabilística (DeAngelo, 1982).

Na abordagem conceptual a mudança do auditor é analisada segundo uma relação contratual que vincula a empresa cliente com o auditor e que vem definida pela envolvente no qual se desenrola a auditoria e o menor ou maior poder de negociação das partes, ou seja, fatores de carácter estratégico (DeAngelo, 1982; Dyl, 1991; Krishnan, 1994).

No quadro 3 os estudos empíricos evidenciados apontam uma série de variáveis relacionadas com a mudança do auditor. Os resultados das variáveis mais significantes não são unânimes, uma vez que diferem notavelmente. Ocorrem diferenças ao nível do período que foram efetuados, nos métodos de pesquisa, no tipo de empresa, no país das empresas, o que poderá eventualmente explicar as diferenças verificadas.

Contudo, os estudos mostram uma tendência genérica. O valor dos honorários de auditoria parece ser na maior parte dos estudos uma variável significativa para a ocorrência de mudança do auditor.

Acresce que, os estudos também associam as mudanças na propriedade do cliente, bem como, as mudanças na gestão da empresa como uma probabilidade de uma posterior mudança de auditor. Nova administração e acionistas poderão preferir auditores com os quais tinham uma relação propícia no passado.

Quadro 3 - Síntese dos Estudos que Analisaram as Motivações para as Empresas Mudar de Auditor.

Autor (es)	Data	País	Amostra	Pesquisa	Resultados
Burton e Roberts (1967)	1952-1965	EUA	620 Empresas da Fortune, 500 das quais 83 alteram de auditor	Envio de questionários para os gestores das 83 empresas para determinar as razões da mudança do auditor	Razão para a mudança do auditor: alterações na gestão, necessidade de serviços adicionais, novos financiamentos, desentendimentos sobre os princípios contabilísticos
Carpenter e Strawser (1971)	1969-1970	EUA	379 Empresas que emitiram títulos pela primeira vez	Estudo da alteração de auditores quando as empresas passam a estar cotadas	Empresas regionais e locais alteram de auditor quando passaram a estar cotadas. As razões para a mudança de auditor: prestígio, reputação, elevadas capacidades técnicas
Bedingfield e Loeb (1974)		EUA	246 Empresas		Fatores significantes para a mudança de auditor: honorários, insatisfação com os serviços de auditoria; disputa acerca de princípios e fusão de empresa.
DeAngelo (1982)	1973-1980	EUA	246 Empresas de gás e petróleo	Testes de relação entre taxas de mudança de	Rejeitou a hipótese de que o emitir de uma opinião qualificada

				auditor e o grau em que as demonstrações financeiras das empresas petrolíferas são influenciadas pela SFAS-19, seguido de testes em que a medida de desacordo entre clientes e auditores, sobre as demonstrações financeiras constitui um factor determinante na decisão de mudar de auditor.	constitui uma forte motivação para mudar de auditor. Desacordos entre clientes e auditor sobre a norma contabilística SFAS-19 parece ser um determinante importante na decisão de mudar de auditor.
Chow e Rice (1982)	1973-1974	EUA	9.460 Empresas cotadas	Comparação das opiniões de auditoria emitidas pelos auditores atuais e antecessores após a mudança de auditor. Análise da influência da opinião qualificada na mudança de auditor.	As empresas mudam de auditor mais frequentemente após a recepção de uma opinião qualificada. Contudo, as empresas que receberam opiniões qualificadas não mudaram sistematicamente de auditores com historial de emitirem menos Opiniões qualificadas. Os resultados sugerem ainda que as empresas qualificadas que alteram de auditor não tem a obter opiniões mais limpas.
Eichenseher e Shields (1983)	1976-1977	EUA	81 CFO's de empresas cotadas que mudaram de auditor	Fornecer nova evidência das condições de procura de serviços de auditoria no mercado.	As duas razões mais frequentes citadas para a mudança de auditor são os honorários relativamente elevados e insatisfação relativamente à capacidade de resposta do auditor às necessidades do cliente.

Schwartz e Menon (1985)	1974-1982	EUA	132 Empresas que preencheram um pedido de falência e 132 que o não fizera	Análise da motivação para alteração de auditor entre empresas falidas	As empresas falidas têm uma grande tendência a mudar de auditor, mas não existe uma associação entre essa mudança e a opinião emitida no ano anterior à mudança. Não existe uma diferença na propensão para a mudança entre as empresas de pequena e de grande dimensão. Para empresas em falência a tendência é a de mudar para uma empresa de auditoria de menor dimensão. Adicionalmente estas empresas com dificuldades financeiras apresentam maior propensão a mudar de auditor do que as empresas saudáveis, por razões de necessidade de novos serviços, dificuldades em pagar honorários ou desacordo com o auditor responsável em matéria de políticas contabilísticas ou de relato.
Healy e Lys (1986)	1977-1978	EUA	110 Clientes envolvidos na fusão da Touche Ross-Laser (1977) e na fusão da Ernst & Ernst-Leidesdorf (1978)	Análise da reação dos clientes, de auditores não pertencentes às <i>BIG8</i> , à fusão desses auditores com as <i>BIG8</i> .	Os clientes de maior (menor) dimensão e com taxas de crescimento dos ativos superiores (inferiores) antes da fusão estão dispostos a continuar (mudar) com o auditor <i>BIG8</i> fundido.
Smith (1986)	1982-1984	EUA	139 Empresas cotadas que mudaram de auditor	Determinar quando o tipo de relatórios de auditoria emitidos nos períodos ligados a uma mudança de auditor é	Apenas 4% da mudança do auditor, após a emissão de uma opinião qualificada, resultam em desacordos entre os novos auditores e os anteriores acerca da

				consistente com a existência de compra de opinião.	necessidade da qualificação.
Francis e Wilson (1988)	1978-1985	EUA	196 Empresas cotadas que mudaram de auditor	Testar se à uma associação positiva entre os custos de uma agência de uma empresa e a sua procura por uma auditoria de qualidade diferenciada	Os testes são suporte à hipótese de associação entre os custos de agência e a alteração de um auditor <i>BIG8</i> após controlo dos efeitos da dimensão e crescimento do cliente. Nem o crescimento ou dimensão do cliente, nem os custos de agência, explicam uma larga proporção da procura por auditores de maior dimensão ou <i>BIG8</i> .
Levinthal & Fichman (1988)	1983	EUA	2.388 empresas de COMPUSTAT	Opinião de auditoria	A probabilidade de um relatório qualificado aumenta logo após o período inicial, mas diminui durante o relacionamento entre o auditor e o cliente.
Williams (1988)	1977-1982	EUA	186 Empresas cotadas que mudaram de auditor e outras 186 que não mudaram	Tentativa de determinar uma resposta mais concreta à questão da mudança de auditor. Desenvolver uma explicação para identificar alguns dos fatores que contribuem para a mudança de auditor.	Os clientes são mais propensos a mudar de auditor quando a sua relação tem menos tempo e o auditor tem menor especialização da indústria e quando o cliente recebe atenção negativa dos meios de comunicação social.
Haskins e Williams (1990)	1985-1986	EUA	5.154 Empresas cotadas auditadas por uma <i>BIGN</i>	Investigação da natureza contingente de vários fatores da mudança de auditor, dos níveis de importância relativa desses	As empresas em dificuldades financeiras e as empresas com elevado crescimento têm maior propensão a mudar de auditor, enquanto a probabilidade de mudar

				fatores e mudanças de auditor entre empresas de auditor de grande dimensão (intra-BIG8) Desenvolvendo um modelo descritivo de base ampla para a classificação de mudanças de auditor intra-BIG8 o qual aborda estas questões.	de cliente se encontra negativamente correlacionada com a dimensão do cliente, quota de mercado e expansão.
Johnson e Lys (1990)	1973-1982	EUA	603 Empresas cotadas que mudaram de auditor, e uma amostra de controlo com 147 empresas que não mudaram	Estudo da mudança de auditores num ambiente de aquisição de empresas	Os clientes alteram de auditor em resposta a honorários relativamente mais elevados, e os novos auditores tendem a praticar honorários reduzidos no período inicial do contrato de serviços. Os clientes em crescimento tendem a substituir os auditores por auditores de maior dimensão.
Teoh (1992)	1973-1988	EUA	A amostra final consiste em 1.263 dados de empresa/ano.	Análise da decisão de qualificação do auditor confrontada com a possibilidade de o cliente vir a mudar de auditores caso seja emitida uma opinião qualificada.	Considera dois tipos de auditores: mecânico e estratégico. O mecânico avalia a situação do cliente e emite um parecer, sem considerar a possibilidade de uma mudança pelo cliente. No entanto, o auditor estratégico envolve-se numa análise de custo-benefício, especificamente o equilíbrio dos custos da perda do cliente (se uma mudança seguir-se à emissão de opinião), contra os custos dos litígios associados com a emissão de uma opinião errada. O cliente, por outro lado, está disposto

					a mudar após a recepção de uma opinião qualificada, caso os custos associados sejam suficientemente baixos, ou se o valor da empresa for suficientemente elevado.
DeFond (1992)	1979-1983	EUA	101 Alterações de auditores (de não <i>BIGN</i> para <i>BIGN</i>) e 30 alterações entre auditores de idêntica dimensão	Estudos da relação dos conflitos de agência na determinação do nível de necessidade de auditorias para credibilizar a gestão perante investidores atuam e potenciais.	Os clientes são mais propensos a mudar para um auditor <i>BIGN</i> a partir de um auditor não <i>BIGN</i> à medida que a posse da gestão diminui e a influência do cliente aumenta (isto é, à medida que aumentam os custos de agência).
Anderson, Francis e Stokes (1993)	1978-1985	Austrália	60 Aquisições de empresas	Estudo da mudança de auditor em ambiente de aquisição de empresas	As empresas adquiridas normalmente alteram para o auditor da empresa adquirente, especialmente se ocorrerem mais aquisições que resultem em entidades cooperativas.
Krishnan (1994)	1986-1987	EUA	2.989 Observações anuais de empresas	O estudo foca-se no processo de formulação da opinião de auditoria, para clientes que mudaram e clientes que não mudaram de auditor no ano anterior à mudança. Em particular examina a possibilidade de a mudança de auditor resultar não da recepção de uma opinião qualificada mas antes da utilização de julgamentos	Os auditores tratam os clientes que mudam de auditor (face aos que não mudam) de uma forma mais conservadora, ao emitirem a opinião de auditoria. Os clientes tendem a alterar de auditor devido ao conservadorismo global dos auditores, e não diretamente em resultado da emissão de opiniões qualificadas pelo auditor precedente.

				conservadores por parte dos auditores para alguns clientes.	
Addams e Davis (1994)		EUA	500 Empresas não cotadas		Mudança do auditor devido à insatisfação com o serviços prestados pelo auditor; honorários
Beattie e Fearnley (1995)	1992	Reino Unido e Irlanda	210 Empresas cotadas	Explora a importância das características da empresa de auditoria e os fatores motivadores da mudança de auditor.	Os clientes que ponderam alterar de auditor mas que mantiveram o auditor, normalmente não mudaram devido a uma redução de honorários de auditoria.
Krishnan e Stephens (1995)	1986-1988	EUA	2.104 Empresas cotadas	Comparação entre as decisões de auditoria do auditor anterior e a posterior para clientes que mudaram de auditor, relativamente ao tratamento dos auditores dos clientes que não mudou.	Os clientes são mais propensos a mudar de auditor após a receção de uma opinião qualificada do que uma opinião não qualificada, mas geralmente não são capazes de atrair novos auditores que emitam opiniões não qualificadas uma vez emitida uma opinião qualificada por parte do auditor precedente.
Addams, Davis e Mano (1996)		EUA	237 empresas cotadas		Mudança de acionistas e administração e honorários, como fatores de mudança do auditor.
Krishnan e Stephens (1996)	1986-1988	EUA	1.878 Empresas cotadas	Análise da relação entre a opinião de auditoria e mudança de auditor numa perspectiva bidirecional.	Os clientes são mais propensos a mudar de opinião após a receção de uma opinião qualificada do que após uma opinião não qualificada, mas a probabilidade de os auditores virem a emitir uma opinião qualificada é superior após a

					mudança de auditor.
Behn, Carcello e Hermanson (1997)	1997	EUA	434 <i>controllers</i> da Fortune 1000	Investigação da relação entre satisfação de clientes, características da qualidade de auditoria, mudança de auditor e experiência profissional.	A satisfação do cliente diminui, à medida que a relação entre clientes e auditor progride, conduzindo à mudança de auditor.
Beattie e Fearnley (1998)	1998	Reino Unido e Irlanda	508 Empresas cotadas	Elucidar sobre a percepção dos fatores que influenciam a relação auditor-cliente e indicação de influência relativa dos fatores económicos e comportamentais.	A maioria (55%) das mudanças de auditor foi precedida de propostas de uma futura empresa de auditoria.
Lennox, C. (2000)	1988-1994	Reino Unido	949 Empresas cotadas	Testa a existência de “ <i>opinion-shopping</i> ” através da previsão das opiniões que as empresas teriam recebido caso tivessem tido uma decisão de mudança oposta	Perante decisões de mudança diferentes as empresas teriam recebido mais vezes relatórios desfavoráveis. Isto sugere que as empresas são bem-sucedidas na prática de “ <i>opinion-shopping</i> ”.
Vanstraelen (2000)	1992-1996	Bélgica	Empresa submetidas ao Banco Nacional Belga	Testa a opinião do auditor	Os relacionamentos longos entre o auditor e o cliente aumentam significativamente a probabilidade de receberem uma opinião limpa ou reduzem de forma significativa a vontade de qualificar os relatórios de auditoria. Os auditores estão mais propensos a emitir uma opinião limpa nos dois primeiros anos do seu mandato do que no

					ultimo ano.
Woo e Koh (2001)	1986-1995	Singapura	54 Empresas cotadas que mudaram de auditor e 54 que não mudaram.	Identificar os fatores associados à mudança do auditor	À medida que os custos de agência aumentam os clientes estão mais propensos a mudar de auditor.
Firth, M. (2002)	1996	Grã-Bretanha	Demonstrações Financeiras do exercício de 1996 de 1.112 empresas cotadas na “ <i>International Stock Exchange</i> ”.	Examinar o fornecimento de outros serviços não de auditoria (consultadoria) aos clientes de auditoria com recurso a dados da Grã-Bretanha, analisando o impacto desses serviços nos honorários de auditoria e a associação entre serviços de consultadoria e a incidência de serviços de relatórios de auditoria qualificados.	As empresas com honorários de consultadoria mais elevados são mais propensos a receber uma opinião de auditoria mais limpa. Tal poderá acontecer devido ao facto de os trabalhos de consultadoria limparem áreas problemáticas na empresa ou devido aos honorários de consultadoria elevados prejudicarem a independência do auditor. Com os dados disponíveis, não foi possível distinguir entre estas duas razões.
Lennox (2002)	1996-1998	EUA	828 Demissões de auditores e 18,445 permanências de auditor (N = 19,273; 17,952 opiniões não modificadas e 1,321 modificadas)	Investigação do grau de participação dos comités de auditoria decisão de demissão do auditor.	As empresas destituem estrategicamente os auditores caso sejam mais propensos a emitir relatórios de auditoria desfavoráveis que os auditores recém nomeados (a compra de opinião motivou 17% das demissões dos auditores): Foi estimado que 15% dos comités de auditoria não participam nas decisões de demissão do auditor,

					contudo a compra de opinião não se encontra significativamente associada com a participação.
Gómez-Aguillar, N. e Ruiz-Barbadillo, E. (2003)	1991-1996	Espanha	735 Empresas	Investigação se as empresas espanholas empregam estratégias deliberadas na escolha do auditor para evitar uma opinião de auditoria qualificada.	Não encontraram nenhum aumento na probabilidade de mudança de auditor na sequência de uma opinião de auditoria qualificada. As conclusões foram no sentido de as empresas, cuja opinião foi qualificada, serem muito menos propensas a mudar para auditores de qualidade superior comparativamente a empresas com opinião não qualificada, quando esta qualidade é medida através da especialização do auditor, marca, dimensão e conservadorismo dos auditores. Para as 92 empresas qualificadas que mudaram de auditor a possibilidade de uma qualificação posterior está significativamente relacionada com a qualidade do auditor selecionado.
Vanstraelen (2003)	1988-1999	Bélgica	1.176 empresas (392 em falência, 392 com dificuldades financeiras mas não em falência, 392 sem dificuldades financeiras e não falência)	Investigação da ameaça de perdas resultantes da alteração de auditores e falência das empresas clientes no contexto regulamentar da Bélgica.	Caso o auditor emita uma opinião qualificada relativa a continuidade no terceiro ano de um contracto de auditoria de 3 anos os clientes são menos propensos a renovar o contrato do que se essa opinião for emitida no primeiro ou segundo ano.

Davidson, Wallace N., Jirporn, Pornsit e Dadalt, Peter J. (2004)	1993-1997	EUA	1.132 mudanças de auditor	Propuseram que quando as empresas não recebem uma opinião não qualificada e alteram de auditor de uma <i>BIG6</i> para um auditor de pequena dimensão, estarão perante uma “ <i>opinion-shopping</i> ”. Mudando de auditor e possivelmente recebendo uma auditoria de menor qualidade, estas empresas estão a praticar “ <i>earnings management</i> ”	Quando as empresas com uma opinião modificada escolhem alterar de auditor são mais propensas a escolher um auditor não <i>BIG6</i> do que as empresas que também alteram mas que recebem uma opinião não qualificada.
Hudaib e Cooke (2005)	1987-2001	Reino Unido	297 empresas cotadas que mudaram de auditor	Análise dos efeitos relacionados da alteração de gestão do <i>CEO</i> e dificuldades financeiras em conjunto com 5 variáveis de controlo na opinião de auditoria e na mudança de auditor.	As empresas com dificuldades financeiras e que mudam o seu diretor geral (<i>CEO</i>) são mais propensas a receber uma opinião qualificada. A probabilidade de mudanças aumenta com a severidade da opinião.
Chan e Lin (2006)	1996-2002	China	6.229 observações de empresas detidas pelo estado chinês	Análise em que medida a opinião do auditor é afetada por influências económicas e políticas dos governos.	Perante a emissão de opiniões qualificadas, os clientes tendem a alterar de auditores não locais para locais. Esta alteração indica que as empresas detidas pelo governo chinês podem efetivamente “comprar opinião” tirando vantagem das pressões económicas a que os auditores locais estão sujeitos.

Carey, Geiger e O’Connell (2008)	1994-1997	Austrália	136 Empresas com dificuldades financeiras que receberam uma opinião qualificada pela continuidade ou receberam a opinião qualificada	Análise dos custos potenciais para os auditores australianos e para os seus clientes decorrentes da emissão pela primeira vez de opiniões de auditoria modificadas por continuidade.	Os clientes que recebam opiniões qualificadas por continuidade são mais propensos a mudar de auditor do que os que recebem opiniões limpas.
Weiss e Kalbers (2008)	1999-2006	EUA	2.237 mudanças de auditor	Análise dos determinantes da mudança do auditor, verificando também a reação do mercado de capitais a essa mudança	Quer os clientes com aumento de rendimentos de <i>accruals</i> discricionários quer os que registaram diminuição tenderam a mudar de auditor.
Ismail, Shahnaz, Ali Ahmed, Huson Joher, Md. Nassir, Annuar e Abdul Hamid, Mohammad Ali (2008)	1997-1999	Malásia	23 empresas que registaram 26 mudanças de auditor e 26 empresas que não mudaram	Identificar os principais determinantes da mudança de auditor.	Variáveis como o crescimento do volume de negócios, permanência do auditor e honorários, são determinantes significativos da mudança do auditor, contudo a receção de relatórios qualificados não constitui um factor justificativo.
Ettredge, Heintz, Chan e Scholz (2011)	2004-2007	EUA	13,722 Observações (empresas/ano)	Investigação da associação entre opiniões adversas sobre o controlo interno sobre as demonstrações financeiras e maior probabilidade de subsequentes demissões dos auditores. Explora em que medida as empresas com	Quando uma empresa recebe uma opinião adversa relativamente a controlo interno, o comité de auditoria é mais propício a demitir os auditores. Após a alteração de auditor, as empresas com opiniões adversas são mais propensas a contratar auditores de maior qualidade (<i>Big4</i> ou

				<p>opiniões adversas tendem a contratar novos auditores mais especializados (<i>Big 4</i> ou auditores especializados) comparativamente com empresas que alteram após receberem uma opinião favorável. Análise da associação entre a contratação de auditores mais qualificados com opiniões mais favoráveis após a mudança de auditor.</p>	<p>especializados) do que as empresas com controlo interno efetivo que também alteraram de auditor.</p>
--	--	--	--	---	---

Fonte: Adaptado de Ewelt-Knauer (2012)

Como verificado no quadro anterior, os estudos apresentados comprovam uma falta de consenso sobre o impacto do relatório de auditoria qualificado e a mudança do auditor, como anteriormente referenciado. A análise do quadro permite-nos retirar algumas variáveis responsáveis para a mudança do auditor. Os autores Chow e Rice (1982) e Smith (1986) realçam nos seus estudos que a mudança ocorre porque os clientes procuram auditores que sejam mais propícios a emitir uma qualificação menos rigorosa ou venham a retirar as qualificações existentes sobre as demonstrações financeiras da empresa. Por outro lado, segundo Krishnan e Stephens (1996) os auditores têm maior propensão em emitir opiniões qualificadas aos clientes que mudam de auditor.

Tanto para Mutchler (1986) como para Mckeown, Mutchler e Hopwood (1991) os auditores estão mais propensos em emitir relatórios de auditoria qualificados para empresas cuja dimensão é reduzida.

Para Monroe e Teh (1993) a dimensão da empresa medida pelo ativo total é analisada em estudos sobre pareceres de auditoria, uma vez que é considerado um indicador de

saúde financeira, e assim, empresas de maiores dimensões estão menos sujeitas a pareceres e relatórios de auditoria qualificados.

Hope e Langli (2010) concluíram que a inclusão do ativo total nos modelos que estudam o tipo de opinião emitida nos pareceres de auditoria é realizada para controlar o efeito que o tamanho da empresa pode provocar na tendência dos auditores de emitirem relatórios de auditoria qualificados.

Segundo Reynolds e Francis (2001) e DeFond, Raghunandan e Subramanyan (2002) poderá existir uma relação negativa entre a dimensão da empresa auditada e a receção de um relatório de auditoria qualificado. Para estes autores as empresas com maiores dimensões tendem a pagar honorários mais elevados. Assim sendo, a probabilidade de o auditor emitir um relatório de auditoria qualificado é menor uma vez que poderá perder um cliente importante.

A mudança de auditor pode ter conotações negativas uma vez que se encontra relacionada com oportunismo da administração da empresa. Por outro lado, existe um interesse económico por parte dos gestores na continuidade do auditor em resultado dos custos elevados no início de uma relação cliente-auditor (DeAngelo, 1981), particularmente ao nível da pesquisa de novos auditores sendo estes maiores quanto mais rigorosa for a qualificação da opinião emitida.

Assim sendo, e em face do exposto e segundo Davidson, Wallace, Jirporn e Dadalt (2004) os motivos da mudança do auditor, assentam nas situações em que os gestores procuram uma auditoria de menor qualidade traduzindo-se em custos de agência, ou seja sinaliza a existência de problemas na qualidade da auditoria financeira. Essa qualidade da auditoria financeira é segundo Arruñada (2000), dependente da competência técnica, isto é, a capacidade do auditor encontrar as possíveis distorções materiais presentes nas demonstrações financeiras, em suma, a sua disponibilidade em transmitir uma opinião precisa sobre as demonstrações financeiras.

3.4. O impacto da duração do mandato do auditor na qualidade da auditoria.

A mudança obrigatória dos auditores teve origem no debate político do Comité *Metcalf* em 1976. Desde então a nível internacional tem ocorrido um debate com argumentos a favor e contra a implementação da mudança obrigatória dos auditores.

Vários organismos como *AICPA* (1992), *ICAEW* (2002) e *FEE* (2004), têm argumentado que a implementação de medidas de rotação obrigatórias é prejudicial para a qualidade da auditoria. Esta opinião é sustentada pelo facto que quanto mais tempo o auditor permanecer na empresa, maior o conhecimento e informação sobre a atividade da empresa e do sector de atividade onde a empresa opera, tendo como produto final uma auditoria de melhor qualidade (Barbadillo, Aguilar & Pena, 2006).

Também Arruñada e Pay-Ares (1997) sustentam que a mudança obrigatória dos auditores tem como efeito imediato a destruição do conhecimento criado em torno do cliente o que vai gerar uma auditoria de qualidade, uma vez que o conhecimento do auditor é um *input* importante que aumenta a capacidade do auditor para detetar erros materiais nas demonstrações financeiras dos clientes. A possibilidade de ocorrerem falhas do auditor, isto é, a emissão por parte do auditor de opiniões de auditoria inadequadas, ou seja, a realização de auditorias de qualidade inferior à que é pedida, seria maior nos primeiros anos do auditor.

Também para (Mutchler e Williams, 1990) os auditores que mostram maior nível de conhecimentos obtêm opiniões mais precisas sobre a situação financeira da empresa.

Por outro lado, vários têm sido os organismos reguladores (*U.S. Senate*, 1976; *SEC*, 1994; 2000) e autores como Petty e Gugaresan (1996) que defendem a necessidade de impor medidas de mudança obrigatória aos auditores, baseando-se no facto que a longevidade dos contratos reduz os incentivos para que os auditores mantenham uma atitude independente em relação aos clientes. Conforme o tempo decorre aumenta a concordância e reduz-se o requerido ceticismo profissional sendo possível a criação de uma clara identificação com os interesses do cliente.

Neste sentido, (*U.S. Senate*, 1976, p.211; Petty e Guganesan, 1996) alegam que o trabalho realizado pelo auditor requer um longo período de tempo de contacto entre o auditor e a administração. Assim, com o decorrer do tempo o auditor pode começar a identificar-se mais com os interesses da administração do que com os dos *stakeholders*, e desta forma é reduzida a sua capacidade de auditar as demonstrações da empresa de forma imparcial. Uma relação de longa duração pode ocasionar ao auditor uma dependência económica, uma vez que se o auditor perceber o cliente como um rendimento perpétuo, a sua independência pode ser colocada em causa (*Commission on Public Trust and Private Enterprise*, 2003; *Palmore*, 1989; *Deis e Giroux*, 1992; *Raghunathan et al*, 2002).

Também Chi, H, Y e H (2009) realizaram um estudo em Taiwan onde constataram que a mudança obrigatória de auditores está diretamente ligada à qualidade de auditoria e encontraram evidências de que é incoerente a suposição de que um exame obrigatório aumente a qualidade de auditoria ou a perceção de qualidade.

Ideia partilhada por Banimahd (2013), que afirma que se o contrato do auditor é duradouro, a independência do auditor pode enfraquecer, e assim, o valor da relevância da informação financeira vai diminuindo ao longo do tempo e um sinal “negativo” é transmitido para o mercado de capitais.

Para Myers, Myers e Omer (2003) a sugestão de limitar o mandato do auditor é fundamentada de que períodos longos resultam numa maior cumplicidade nas decisões relativas à apresentação das demonstrações financeiras.

Num contexto onde a escolha de auditores, a definição de honorários são normalmente influenciados pela direção da empresa, e, como tem vindo a ser demonstrado empiricamente, a probabilidade de mudar de forma voluntária de auditor, é maior quando recebe um relatório de auditoria qualificado (*Craswell*, 1988; *Krishnan*, 1994; *Krishnan e Stephens*, 1995; *Lennox*, 2000; *Gómez Aguilar e Ruiz Barbadillo*, 2003).

As empresas têm interesse em obter uma opinião de auditoria limpa devido aos custos que uma opinião qualificada tem no impacto no mercado de capitais (*SEC*, 1988). Os organismos reguladores têm debatido que as medidas de mudança ao criarem uma mudança obrigatória de auditor, criam um mercado importante que facilita a

substituição de clientes. Assim, os auditores já não se encontram dependentes economicamente de nenhum cliente.

A mudança consegue assim limitar a capacidade da direção de influenciar o comportamento do cliente, e, simultaneamente aumentará a qualidade de serviço prestado pelo auditor.

Logo, os auditores podem não ser menos avaliadores da prova, mas no momento de emissão de uma opinião são sensíveis aos aspetos económicos que podem advir da referida opinião (Wilkerson, 1987; Krishnan e Krishnan, 1996; Louwers, 1998).

Apesar da importância do tema, ainda são escassos os estudos empíricos que abordam a relação existente entre a duração do mandato do auditor e a qualidade da auditoria.

Como referido anteriormente existem duas abordagens contraditórias no que concerne ao impacto que a longevidade da permanência do auditor na empresa cliente tem na qualidade da auditoria.

Ghosh e Moon (2003) realizaram um estudo empírico onde testaram a relação entre o que chamaram de “*permanência do auditor na sociedade cliente*” e a qualidade da auditoria. Neste sentido, os autores utilizaram medidas contabilísticas e medidas de mercado, como “*proxy*” da qualidade da auditoria. A medida contabilística da qualidade da auditoria foi baseada nos “*earnings management*”²⁹. Se os auditores com maior qualidade têm maior probabilidade de detetar e de se oporem à prática de princípios contabilísticos questionáveis por parte dos seus clientes, é esperado que os ganhos de gestão diminuam à medida que a qualidade da auditoria aumente.

Ghosh e Moon (2003) encontraram algumas evidências em que os auditores tendem a ajustar as demonstrações financeiras das clientes empresas, se o risco de perderem esses mesmos clientes for elevado.

Em Portugal, segundo a revista Exame (2005) não há tradição de mudança dos auditores pelas empresas clientes. Ou seja, as empresas mudam de auditor unicamente por razões pontuais ou por imposição legal. As sociedades por quotas, quando aplicável a Revisão

²⁹ *Earning management* – ganho de gestão

Legal de Contas (se possuírem um Conselho Fiscal) compete aos sócios deliberarem a designação do Revisor Oficial de Contas (art.º 262 n.º 2 do CSC). Para as sociedades anónimas os membros efetivos do conselho fiscal, os suplentes e o fiscal único são eleitos pela assembleia geral, pelo período estabelecido no contrato da sociedade, mas não superior a quatro anos (art.º 413 e art.º 414 conjugados).

Em suma, quanto à mudança dos auditores existem duas correntes contraditórias. Uma primeira corrente defende que se devem impor limites à permanência do auditor por um longo período de tempo a fim de melhor a qualidade da auditoria.

Por outro lado, a existência de uma outra corrente preconiza que a permanência do auditor na empresa cliente melhora a tomada de decisão por parte dos auditores, uma vez que, estes ao permanecerem por um longo período de tempo nas empresas detêm mais informação sobre a sociedade, nomeadamente ao nível dos negócios dos seus clientes.

3.5. Governo das Sociedades

A recente crise financeira veio tornar evidente que a informação é fundamental para assegurar a transparência dos mercados, em particular a que respeita ao Governo das Sociedades³⁰ (*Corporate Governance*). A necessidade da aplicação de boas práticas de Governo das Sociedades tem vindo a contribuir para a criação de políticas governativas para as empresas, visando a otimização da sua *performance*, assim como, a estabilidade dos mercados financeiros e o crescimento da economia.

O governo das sociedades é um conceito relativamente novo, quer nos debates públicos quer a nível académico. O seu estudo tem as suas raízes no trabalho de Adam Smith (1776) e mais tarde nos trabalhos de Berle e Means (1932).

³⁰ Corresponde à tradução corrente e oficial d legislação portuguesa da terminologia anglo-saxónica “corporate governance” é designada por alguns autores como “governança da sociedade” (Abreu, 2010, p.7), “governo da empresa” ou “governança corporativa”.

O governo das sociedades procura evitar os problemas que surgem da separação da propriedade e do controlo (problemas de agência), bem como, no que concerne aos acionistas maioritários e minoritários. Visa ainda melhorar a confiança dos investidores, que é necessária para o adequado funcionamento de uma economia de mercado, e melhorar a eficiência económica e o crescimento. Não é possível encontrar uma só definição de Governo das Sociedades, uma vez que este, potencialmente, abarca um vasto número de fenómenos económicos distintos.

3.5.1. Definição

Há uma grande variedade de definições deste conceito, mas todas sublinham a necessidade de alinhamento entre gestores/auditores e acionistas. A definição mais utilizada é da *OCDE* (1999):

“A Corporate Governance é o sistema através do qual as organizações empresariais são dirigidas e controladas. A sua estrutura específica, a distribuição dos direitos e das responsabilidades dos diferentes participantes da empresa: o conselho de administração, os gestores, os acionistas e outros intervenientes ditam as regras e procedimentos para a tomada de decisão nas questões da empresa. E desta forma fornece a estrutura através da qual a empresa estabelece os seus objetivos e as formas de o atingir e monitorizar o seu desempenho”.

De igual forma, realçamos o contributo da definição de governo das sociedades apresentada na seção 2.5. do *Cadbury Report*:

“Corporate Governance is the system by which companies are directed and controlled.”

“O Governo das Sociedades pode ser definido, de uma forma restrita, como a relação da empresa com os seus acionistas ou, de uma forma mais alargada, com a sociedade em geral...” (Financial Times, 1997).

A CMVM (1999) define-o como um “*sistema de regras e de conduta relativo ao exercício da direção e do controlo das sociedades emitentes de ações admitidas à negociação em mercado regulamentado*”.

De igual forma o Instituto Português de *Corporate Governance* (IPCG³¹) entende que a expressão “Governo da Sociedade” designa:

“*Conjunto de estruturas de autoridade e de fiscalização do exercício dessa autoridade, internas e externas, tendo por objetivo assegurar que a sociedade estabeleça e concretize, eficaz e eficientemente, atividades e relações contratuais consentâneas com os fins privados para que foi criada e é mantida e as responsabilidades sociais que estão subjacentes à sua existência*” (Silva et al., 2006, p. 12).

Para a PWC “*Um bom Governo das sociedades é a fundação base para uma organização saudável. Define como a organização se deve comportar e como actuar tanto internamente como no mercado. Estabelece as relações entre o quadro de gestores e o resto da organização*” (in www.pwc.com)

De igual forma a nível académico têm surgido diferentes definições de governo das sociedades, a saber:

Para Shleifer e Vishny (1997) “*O governo das sociedades lida com as formas através das quais os fornecedores de capital asseguram o retorno do seu investimento, sendo por isso de extrema importância*”.

John e Senbet (1998) referem que “*O governo das sociedades é um meio através do qual as várias partes interessadas (stakeholders) exercem o controlo da ação dos diretores e gestores da sociedade e, assim, protegem os seus interesses*”.

Por outro lado, Zingales (1998) define governo das sociedades como” *Um conjunto de restrições que moldam a negociação ex-post dos resultados gerados pelas empresas*”.

Como podemos constatar o governo das sociedades representa um conjunto de boas práticas de governo ou de gestão das empresas de modo a tentar otimizar os interesses da própria empresa, com os dos detentores do capital através da criação de valor quer

³¹ Entidade privada, sem poderes vinculativos, que se debruça com questões relacionadas com o *governance*.

para os maioritários, quer para os minoritários, ambos designados *shareholders* e os dos restantes interessados (trabalhadores, clientes, Estado, sociedade em geral, entre outros).

3.5.2. Normativo português sobre o governo das sociedades

Portugal não ficou alheio ao processo de evolução do governo das sociedades, sendo que foi a *CMVM* a entidade que ficou com a incumbência de promover a normalização dos procedimentos. Assim sendo emitiu em 1999 uma série de Recomendações sobre o Governo das Sociedades Cotadas, de natureza facultativa, que deveriam ser seguidas pelas sociedades emitentes de ações admitidas à negociação num mercado regulamentado. A primeira versão das recomendações foi publicada em 1999 e continha 17 recomendações sobre os principais aspetos de governo das sociedades, incluindo a de que as sociedades cotadas informassem acerca do seu próprio cumprimento.

Em 2008 foi substituído pelo Código do Governo das sociedades da *CMVM*, que funciona igualmente como recomendações para boas práticas. Em Janeiro de 2010 foi efetuada uma alteração deste Código do Governo das Sociedades da *CMVM*, fruto da publicação da Lei nº 28/2009, de 19 de Junho e do Regulamento nº5/2008 sobre Deveres de Informação.

Em Maio de 2004 foi criado o Instituto Português de *Corporate Governance*, uma organização de cariz privado com um âmbito de atividade centrado no governo das sociedades, sendo a fonte mais influente do *soft law* em Portugal.

O *IPGC* definiu como principal missão, a elaboração do Livro Branco sobre o governo das sociedades em Portugal em 2006, numa primeira fase. Em comparação com as normas da *CMVM*, este livro Branco é um documento mais detalhado, extenso e pormenorizado. Contudo, de acordo com Silva (2006, p. 20) “*não se pretendeu entrar em conflito com as recomendações da mesma natureza emanadas pela CMVM, nem se considerou uma restrição o atual enquadramento normativo*”.

Anos mais tarde, no início de 2009, foi lançado um anteprojeto, o Código de Bom Governo das Sociedades (*IPCG*, 2009) com o intuito de incorporar outros normativos já em vigor. O quadro 4 expõe um resumo em termos normativos do governo das sociedades em Portugal.

Quadro 4 – Resumo Normativo Português do Governo das Sociedades

Ano	Entidade Emitente	Documento
1999	CMVM	Recomendações da CMVM sobre o Governo das Sociedades Cotadas (Revistas em 2003)
2001	CMVM	Regulamento da CMVM nº 7/2001 – Governo das Sociedades Cotadas (Revogado pelo Regulamento da CMVM nº 1/2007)
2003	CMVM	Revisão das Recomendações da CMVM sobre o Governo das Sociedades Cotadas
2003	CMVM	Regulamento da CMVM nº 11/2003 – Regulamento de alteração ao Regulamento nº 7/2001 (Revogado tacitamente pelo Regulamento da CMVM nº 1/2007)
2005	CMVM	Regulamento da CMVM nº 10/2005 – inclui alteração ao Regulamento nº 7/2001
2006	CMVM	Regulamento da CMVM nº 3/2006 – Ofertas e Emitentes – inclui alteração ao Regulamento nº 7/2001
2006	IPCG	Livro Branco sobre a <i>Corporate Governance</i> em Portugal do IPCG
2006	Governo	Decreto-Lei nº 76-A/2006, de 29 de Março
2007	CMVM	Regulamento da CMVM nº 1/2007 – Governo das Sociedades Cotadas (revoga o Regulamento da CMVM nº 7/2001). Entrada em vigor em 1 de Janeiro de 2009 (Revogado pelo Regulamento da CMVM nº 1/2010)
2007	CMVM	Ante-Projeto do Código do Governo das Sociedades da CMVM
2008	CMVM	Regulamento da CMVM nº 5/2008 – Deveres de Informação (inclui alteração ao Regulamento nº 1/2007)
2008	CMVM	Código do Governo das Sociedades da CMVM (Revisto em 2010)
2009	IPCG	Ante-Projeto do Código de bom Governo das Sociedades
2010	CMVM	Regulamento da CMVM nº 1/2010 - Governo das Sociedades Cotadas (Revoga o Regulamento da CMVM nº 1/2007). Entrada em vigor em 2 de Fevereiro de 2010

2010	CMVM	Revisão do Código do Governo das sociedades da CMVM – Aplicação obrigatória pelo artigo 1º do Regulamento da CMVM nº1/2010
------	------	--

Fonte: Elaboração própria

3.5.3. Os Modelos de Governo

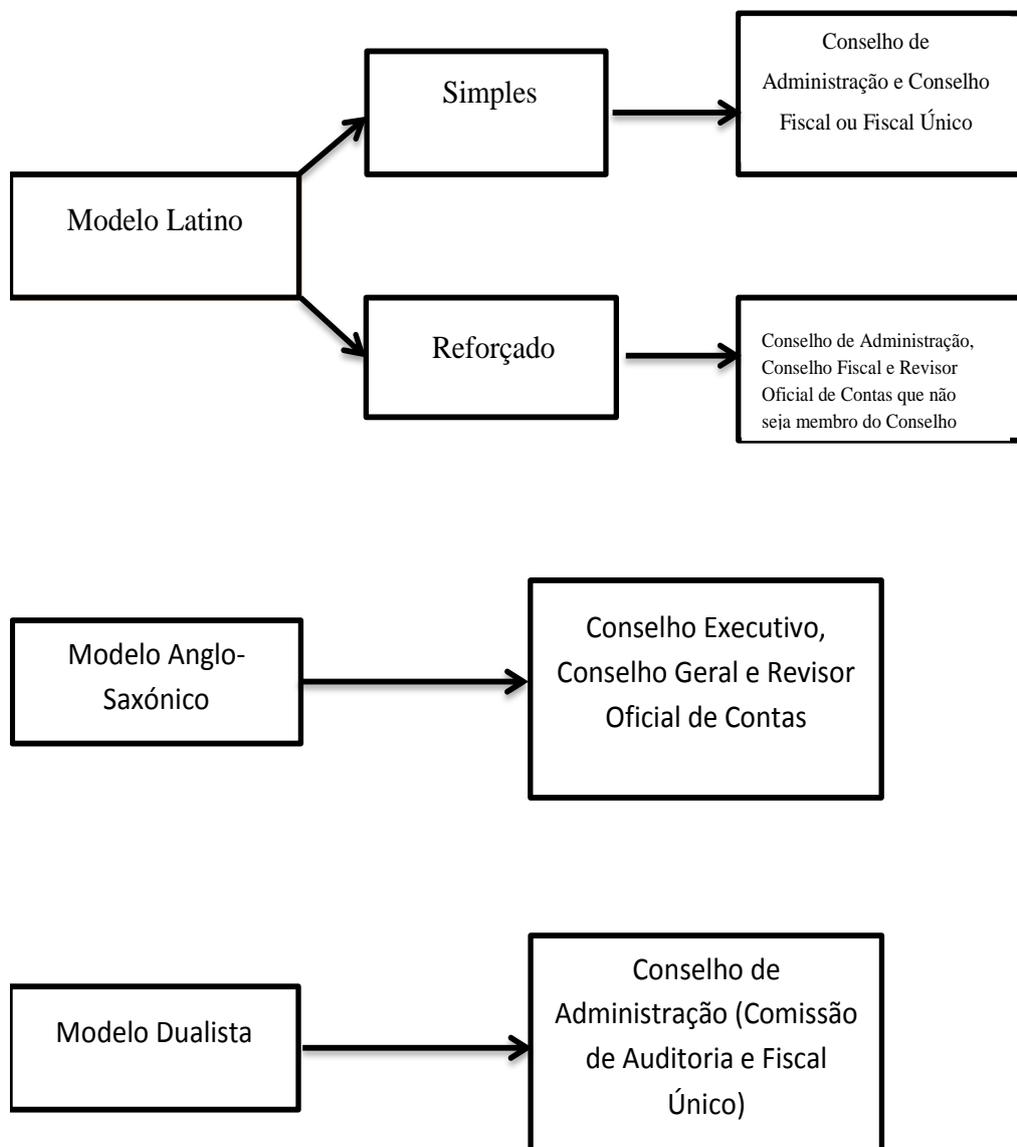
O século XXI trouxe um conjunto de eventos que marcaram de forma bastante relevante os mercados financeiros e de capitais, tendo colocado as questões relacionadas com o modelo de governo como uma prioridade. Os casos de fraude contabilísticas, acesso a informação privilegiada e de evasão fiscal, de grandes empresas americanas como a Enron, Worldcom, entre outras, conduziram a um aumento do debate sobre este tema.

Existe uma clara separação entre o problema básico de governo das sociedades nas empresas da Europa Continental e nas empresas Anglo-Saxónicas. Com efeito, o sistema de governo das sociedades adotado por uma empresa reflete as características económicas, históricas, culturais e legais de um país. É ainda moldado pela estrutura de propriedade e de controlo empresarial e pelo papel desempenhado pelos mercados financeiros aí existentes.

Nos últimos anos a *CMVM* propôs alterações nos modelos de governação com o propósito de ajustar a legislação portuguesa às recomendações da Comissão Europeia. O código atual dos governos das sociedades antevê a existência de três modelos opcionais de Modelos de Governo:

- Modelo Latino ou Monista
- Modelo Anglo-Saxónico
- Modelo Dualista

Figura 4- Modelos de Governo Adotados em Portugal desde 2007



Fonte: Elaboração própria

3.5.3.1. Modelo Latino (Monista)

O modelo Latino é constituído por três órgãos: a Assembleia Geral, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal ou Fiscal Único. O Modelo Latino Reforçado inclui o ROC. A característica mais importante deste modelo é a unificação no mesmo órgão da monitorização e gestão. A decisão final da composição dos órgãos do controlo e gestão é feita em Assembleia Geral pelos Acionistas. Há quem defenda que este modelo não é aconselhado para sistemas legais dominados por grupos de acionistas fortes e controladores que pode originar custos de agência entre os acionistas. O Modelo Latino é o modelo que prevalece em Portugal, Itália e Bélgica (Carreira, 2009). É o modelo tradicional português.

3.5.3.2. Modelo Anglo-Saxónico

O modelo Anglo-Saxónico implica um conselho de administração com uma comissão de auditoria e *ROC*. Caracteriza-se por ter um único órgão de administração, com funções de supervisão e de gestão. A competência do Conselho de Administração é gerir, a Comissão de Auditoria é fiscalizar e a do *ROC* e auditar contas. A principal vantagem deste modelo é quem fiscaliza é quem tem mais informação e mais fácil acesso à mesma. O Modelo Anglo-Saxónico é o modelo que prevalece nos *EUA* e Reino Unido (Carreira, 2009). Foi introduzido em Portugal pela reforma de 2006.

3.5.3.3. Modelo Dualista

Este modelo é constituído por quatro órgãos, a Assembleia Geral, o Conselho Geral, o Conselho Executivo e o *ROC*. Há uma alteração da designação do órgão executivo para “Conselho Executivo”, sendo os seus titulares designados de Administradores. Neste modelo existe uma maior separação entre a gestão e os detentores da propriedade, porque os membros dos órgãos de gestão não são diretamente nomeados pela Assembleia Geral.

A principal característica deste modelo é a reduzida participação dos acionistas na tomada de decisão da empresa. O modelo dualista é o modelo que prevalece na Holanda e nas empresas do setor financeiro da Suíça (Carreira, 2009). Introduzido em Portugal em 1986.

Do exposto podemos concluir que uma empresa cotada no mercado contínuo tem uma maior exigência em termos de divulgação de informação. Esta evidência poderá levar a empresa a escolher um modelo de governo mais transparente em que existe um maior controlo, maior independência dos órgãos de controlo e uma maior exigência em participação intervenientes nos órgãos sociais, como o Modelo Anglo-Saxónico.

No Modelo Anglo-Saxónico geralmente existe uma separação da propriedade e gestão, o que permite um maior poder aos gestores. Como os gestores agem de acordo com os seus interesses e não dos acionistas estes tendem a investir em projetos de curto prazo que permitem benefícios no curto prazo, enquanto no Modelo Latino, os acionistas têm um maior controlo e monitorização sobre a empresa e tendem a investir em projetos de mais longo prazo que permitam mais rentabilidade.

O modelo latino é o modelo onde a administração tem mais facilidade em substituir o auditor, uma vez que a administração não tem qualquer órgão a fiscalizar a mesma. Logo, a substituição do auditor torna-se muito mais fácil de efetivar.

3.6 A importância do setor de atividade na mudança de auditor.

Para fomentar e consolidar o crescimento económico ambicionado pelas empresas, a auditoria financeira é um factor determinante, por contribuir, para impulsionar o crescimento socioeconómico, sendo uma prova de credibilidade demonstrada pelas empresas a atuar no mercado. Neste sentido, e como já referido anteriormente e atendendo a um universo diversificado de empresas, considerou-se a possibilidade de as empresas de setores uniformes terem maior propensão a mudar de auditor. Já Segura (2001) realizou um estudo em Espanha onde constatou que os setores de atividade (entre outras variáveis) explicam a maior tendência para a emissão de relatórios de auditoria qualificados. Assim, e utilizando a classificação da CAE (revisão 3)

constituírem-se seis grupos de setores de atividade económica nos quais as empresas da nossa amostra fizessem parte, cinco dos quais homogéneos e um sexto com as restantes empresas.

3.7 As Big Four

De acordo com Reis (2009), *“uma auditoria pode contribuir para resguardar os direitos de terceiros, para reduzir a ineficiência das operações e a prática de atos abusivos, e para assegurar a adequação das demonstrações financeiras e outras informações financeiras”*. Em virtude da importância da auditoria para o funcionamento do mercado de capitais, os aspetos que possam contribuir ou prejudicar a qualidade dos serviços prestados pelas sociedades de auditoria são relevantes para as empresas.

A relação de auditoria com o funcionamento do mercado de capitais é destacada mais claramente por Santos e Grateron (2003), ao afirmarem que a profissão tem ajudado a impulsionar o desenvolvimento dos mercados, além de contribuir para o estabelecimento da ordem socioeconómica mundial. Ideia reforçada por Newman, Patterson e Smith (2005) destacando que os auditores assumem um papel relevante como instrumento de proteção dos investidores contra ações empreendidas pela administração. A relação entre a atuação dos auditores e o funcionamento do mercado de capitais também é ressaltada por Arens e Loebbecke (1996) que resumem o propósito da auditoria ao associa-lo ao risco de informação, por parte dos utilizadores.

Esta utilidade será tão mais efetiva quanto maior for a qualidade dos trabalhos desenvolvidos pelos auditores, no sentido de garantir que a informação divulgada seja adequada, justa e plena.

Na década de 80 ocorreu um impulsionamento para a expansão das sociedades de auditoria. O propósito era atender as procuras empresariais e dos investidores gerados pelas complexidades inerentes aos negócios globalizados. A partir desse momento surgiu a necessidade da formação de parcerias que acabou acarretando em fusões, aquisições e incorporações dentro do setor de auditoria financeira. Assim, nos anos 80

destacavam-se no mercado as *Big Eight*³². Estas empresas de auditoria adotavam um marketing moderno e apresentavam taxas de crescimento expressivas. A partir de 1987 ocorreu uma série de fusões e as *Big Eight* passaram a ser denominadas de *Big Six*. Em 1998 surge a fusão da *Pricewaterhouse* com a *Coopers & Lybrand*, e o mercado mundial no âmbito da auditoria passou a ser constituído por cinco grandes sociedades de auditoria, as *Big Five*. Externa da respetiva empresa.

O escândalo e respetiva falência em 2001 da Enron Corporation conduziu à dissolução da *Arthur Andersen* que era a responsável pela auditoria externa da respetiva empresa. Portanto, as *Big Five* passaram a ser *Big Four*, que se mantem até aos dias de hoje. Com a concentração das *Big Four*, a Lei Sarbanes Oxley determinou que se realizasse uma pesquisa sobre a continuidade da concentração do mercado. Os resultados apontavam para que as grandes empresas consultadas salientavam que as empresas de auditoria de menor dimensão não teriam a capacidade e a *expertise* técnica que se espera de um auditor.

Com a concentração das empresas de auditoria no mercado inglês as *Big Four* auditam 99 das 100 empresas que compõem o índice *Financial Times Stock Exchange – FTSE 100* (100 ações mais representativas da bolsa de Londres) e que das 250 empresas que compõem o *FTSE 250*, 240 são auditadas pelas *Big Four*.

Também Baker e Jones (2011) afirmam que as *Big Four* estão presentes em 90% das empresas da União Europeia. Outro estudo efetuado pela Revista Exame em 2012, verificou que 94 das 100 maiores empresas brasileiras em volume de negócios cotadas foram auditadas por uma das *Big Four*.

Sobre o impacto da concentração das empresas de auditoria no mercado de capitais, Ojo (2008) reforça este paralelismo, declarando que embora algumas evidências suportem o facto de que a concentração estimula a especialização, reduzindo o risco de demonstrações financeiras deturpadas, outras evidências indicam que um maior número de empresas de auditoria reduz o risco de uma delas estabelecer práticas que possam encorajar a realização de demonstrações financeiras de pouca qualidade.

³² As *Big Eight* eram formadas por: Arthur Andersen; Arthur Young & Co.; Coopers & Lybrand; Ernst & Whinney; Deloitte Haskins & Sells; Peat Marwick Mitchell; Pricewaterhouse; Touché Ross.

Em suma, a teoria que prevalece refere que a qualidade das auditorias está associada às maiores empresas de auditoria. Esta teoria é sustentada pelo facto das mesmas estarem mais bem habilitadas para identificarem problemas nas demonstrações financeiras e são mais independentes no que concerne à emissão da opinião sobre as contas das empresas auditadas. Possuem maiores recursos financeiros proporcionando investimentos mais avultados para habilitar o seu *staff*³³, investir em tecnologias de informação resultando numa maior independência.

³³ *Staff* – Recursos humanos

PARTE II - ESTUDO EMPÍRICO

CAPÍTULO IV – PROBLEMA DE INVESTIGAÇÃO

4.1. Problema de investigação

O quarto capítulo da tese será estruturado da seguinte forma: primeiro iremos expor o problema de investigação, de seguida os objetivos e as hipóteses que sustentam o problema de investigação, por fim, a metodologia de investigação de forma a verificar o estudo empírico.

A revisão de literatura apesar de não ser unânime nas causas da mudança de auditor, revela a existência de uma relação entre a mudança do auditor e o tipo de opinião emitida no relatório de auditoria financeira, bem como o real impacto que o relatório de auditoria financeira tem na mudança do auditor. Contudo, e como já referido, os estudos analisados não são unânimes sobre este assunto, porquanto por um lado existem autores que defendem que a mudança de auditor está relacionada com a longevidade dos contratos estabelecidos entre o auditor e a empresa, outros autores defendem que as empresas procuram auditores que estão dispostos a emitir uma opinião qualificada menos rigorosa. Existem ainda autores que sustentam que os auditores tendem a emitir relatórios de auditoria qualificados para empresas com menor dimensão.

Não tendo encontrado na literatura trabalhos sobre esta temática no contexto português identificou-se como problema de investigação a mudança de auditor e o relatório de auditoria nas empresas cotadas em mercado contínuo na *CMVM*. Ao longo da revisão de literatura foram igualmente abordados fatores que poderão influenciar a mudança de auditor, nomeadamente a presença das quatro maiores empresas de auditoria, vulgarmente denominadas de *Big Four*³⁴, os diferentes modelos de governo utilizados pelas empresas em estudo, assim como os diversos setores de atividade económica aos quais as empresas pertencem.

³⁴ Deloitte & Associados, Sroc, S.A.; PricewaterhouseCoopers & Associados, Sroc, Lda.; KPMG & Associados, Sroc, S.A e Ernst & Young Audit & Associados, Sroc, S.A.

4.2. Objetivos e hipóteses de investigação

Em função do nosso propósito em analisar a relação existente entre o tipo de opinião emitida pelo auditor através do relatório de auditoria financeira e as mudanças de auditor, cremos também ser de incluir outro tipo de informação como o comportamento da empresa.

O comportamento da empresa justifica-se pois há maior responsabilidade da Administração perante os *stakeholders* quando a empresa ganha dimensão e aumenta a sujeição a escrutínio público, sendo o auditor peça central na fiabilidade da informação prestada ao mercado sobre a situação e a evolução da empresa.

O primeiro impacto sobre o comportamento da empresa aparece aquando da divulgação da informação financeira obrigatória do Balanço e da Demonstração dos Resultados, e diversos autores como Segura (2001), Brigham e Houston (2011), Neves (2006), Harris (1998), Brealey, Myers e Marcus (2011) realizaram estudos referindo a existência de evidência empírica entre o valor de determinados rácios económico-financeiros e a mudança de auditor.

Esta hipótese de carater geral desagrega-se em várias hipóteses parcelares a investigar quanto a esta problemática, sobre a qual importa retirar conclusões mais direcionadas, de modo a melhor compreender os motivos de mudança de auditor.

Sendo a maioria das seguintes variáveis independentes calculada a partir de rácios económico-financeiros, iremos fazer uma pequena abordagem sobre esta técnica antes de debruçar-nos sobre a análise dos rácios em análise.

De facto, a análise de rácios constitui uma das principais técnicas de estudo no âmbito da análise financeira dado que permite reduzir toda a informação relevante constante num complexo conjunto de informação financeira, a um conjunto limitado de indicadores económico-financeiros.

O cálculo de rácios é utilizado na análise das informações financeiras de uma empresa a fim de se avaliar a sua situação económico-financeira num dado momento e/ou a sua

evolução ao longo de vários períodos de tempo e compará-la com a situação de outras empresas do mesmo setor e/ou valores médios do setor.

Segundo Neves (2006), devem recorrer aos rácios todos os analistas financeiros e todos aqueles que tenham uma tarefa de gestão, investimento ou de crédito. Salaria ainda o mesmo autor, que é uma técnica de preferência de entidades financeiras e de empresas especializadas na venda de informação de caráter comercial e financeira. Acrescenta ainda Brigham e Houston (2011) que os rácios são projetos para ajudar a avaliar as demonstrações financeiras.

Segundo Jagels e Coltman (2004), este tipo de análise permite uma avaliação das rubricas do balanço em conjunto com outro tipo de informação financeira, com o intuito de determinar várias relações pertinentes de várias áreas da empresa. Assim, a análise de rácios é de forma simples a comparação de dois números, valores numéricos monetários ou valores de quantidade.

Para Brealey, Myers e Marcus (2011) os rácios financeiros são apenas uma ferramenta conveniente de resumir grandes quantidades de dados financeiros e com a capacidade para comparar o desempenho entre empresas ou setores de atividade.

O método da análise de rácios promove a necessidade de comparar os valores dos rácios de uma empresa com determinados rácios de referência referentes a períodos anteriores para análises de evolução e/ou referentes a projeções ou objetivos predefinidos para análises de desempenho face ao previsto.

Em Portugal, as Centrais de Balanços que fornecem com maior rigor e regularidade informações sectoriais são a do Banco de Portugal, Millennium BCP e empresas especializadas na recolha e tratamento da informação financeira e comercial³⁵ (Monteiro & Almeida, 2011)

Assim, propomos testar 2 tipos de hipóteses capazes de influenciar a mudança do auditor: (i) hipóteses sobre a existência de relatórios qualificados, e (ii) hipóteses sobre o comportamento da empresa.

³⁵ Coface – Serviços de Portugal, S.A. <http://www.cofaceserviços.pt>; Informa D&B, S.A. <http://www.informadb.pt>; Dun & Bradstreet <http://www.dnb.com/>

No respeitante à existência de relatórios qualificados, temos as seguintes hipóteses:

H_1 – O relatório de auditoria com reservas sobre o capital próprio é indutor à mudança de auditor.

H_2 – O relatório de auditoria com reservas sobre o ativo é indutor à mudança de auditor.

H_3 – O relatório de auditoria com reservas sobre o capital alheio é indutor à mudança de auditor.

H_4 – O relatório de auditoria com outras reservas não consideradas nas hipóteses anteriores é indutor à mudança de auditor.

No respeitante ao comportamento da empresa é necessário um maior desenvolvimento sobre as escolhas das hipóteses:

- O rácio da **Rendibilidade dos Capitais Próprios (R_{CP})**³⁶ é o mais importante da contabilidade uma vez que evidencia a relação entre os resultados líquidos e o capital próprio dos acionistas. Os acionistas investem para garantir um retorno e este rácio vem retratar a situação do ponto de vista contabilístico. Podemos assim dizer que indica a capacidade da empresa em distribuir dividendos. Por outro lado, permite de igual modo ao acionista e ao gestor concluir se a rendibilidade dos capitais próprios está a um nível aceitável comparativamente às taxas de rendibilidade do mercado de capitais e ao custo do financiamento. O valor da R_{CP} quanto mais elevado for, tanto melhor será para a empresa e investidores. Segura (2001), Brigham e Houston (2011), Neves (2006), Harris (1998) e Brealey, Myers e Marcus (2011) obtiveram evidência empírica entre

³⁶ A rendibilidade dos capitais próprios em linguagem anglo-saxónica designa-se por *Return on Equity (ROE)*

este rácio e as reservas no relatório de auditoria. Assim, é de esperar que a probabilidade de uma empresa receber uma opinião modificada aumente em função do crescimento da rendibilidade dos capitais próprios.

Igualmente, o rácio da rendibilidade operacional dos ativos (ROA) é relevante na avaliação da aplicação dos recursos da empresa, uma vez que reflete melhor os aspetos económicos dos quais os gestores são responsáveis (Villaroya, 2003). Opinião partilhada por Gallén (2005) que menciona que os resultados operacionais são mais relevantes para os acionistas pois são mais estáveis e indicam com maior segurança a capacidade da empresa gerar fluxos de caixa futuros.

Assim, esperamos que a possibilidade de uma empresa com níveis de rendibilidade operacional baixo ou mesmo negativo, deverá condicionar a mudança de auditor.

Sendo assim, a hipótese de investigação a testar será:

H₅ – A mudança de auditor é influenciada pela rendibilidade da empresa.

- A variável independente sobre a **Dimensão da Empresa** auditada foi mensurada através do **logaritmo neperiano do valor do ativo médio total**, o **logaritmo neperiano do volume de negócios médio**, o **valor do ativo normalizado** e o **valor de negócios médio normalizado** tal como foi utilizado nos estudos de Mutchler 1986, Francis e Willson, (1988), Newton e Ashton (1989), Mckeown, Mutchler e Hopwood (1991), Krishnan e Krishnan (1996), Defond, Raghunandan e Subramanyam (2002), Ireland (2003), Spathis, Daimpois e Zopouridis (2003), Gaganis e Pasiounas (2007), Lee, Mandé e Son (2009), Reichelt e Wang (2010), Defond e Lennox (2011), Krishnan e Sengupta (2011). A utilização de valores normalizados relativamente ao valor do volume de negócios e ao valor do ativo prende-se com a importância de cada variável no modelo poder ser comparável eliminando a existência de *outliers*.³⁷

Todos os autores testaram nos seus estudos associação entre as opiniões emitidas nos relatórios de auditoria e a dimensão das empresas auditadas. São unânimes em afirmar

³⁷ *Outlier* – Observações extremas não características.

que estas variáveis assumem uma importância vital na decisão do auditor perante o tipo de parecer de auditoria da empresa auditada.

De facto, e ainda segundo os mesmos autores as empresas de grandes dimensões podem evitar com facilidade a insolvência, logo a emissão de relatórios de auditoria qualificados é menos oportuno. Logo, podemos concluir que as empresas com maiores dimensões podem, com maior facilidade, substituir o seu auditor quer em resultado de discordâncias técnicas quer para evitar uma opinião modificada.

Por outro lado, Gul, Lee e Lynn (1992), Krishnan e Krishnan (1996) e Craswell, Stokes e Laughton (2002), concluíram nos seus estudos que empresas com menores dimensões são mais propensas a receber um relatório de auditoria modificado do que empresas de maiores dimensões e subsequentemente mudarem de auditor, uma vez que a dimensão da empresa pode explicar os custos associados a eventuais conflitos. Se o auditor entende que existe risco de conflitos com o cliente, tenderá a assumir uma atitude mais conservadora do que teria face a uma empresa de menores dimensões.

H_6 – A mudança de auditor é influenciada pela dimensão da empresa.

- A escolha das variáveis **Crescimento do Volume de Negócios e Crescimento do valor do ativo** prende-se com o facto de refletir o crescimento da empresa e segundo Chaney, Jeter e Shaw (1997), Chan, Lin e Mo (2006), Woo e Koo (2001), Weiss e Kalbers (2008) as empresas com rápido crescimento ser as mais propensas a mudarem de auditor.

Esta conclusão está relacionada com o facto da evolução da atividade da empresa poder gerar necessidade de recorrer a auditores com recursos e conhecimentos suficientes para auditar as suas demonstrações financeiras.

Logo, esperamos obter uma relação positiva entre o crescimento do volume de negócios da empresa e a mudança de auditor. A hipótese a testar será:

H_7 – A mudança de auditor é influenciada pelo crescimento da empresa.

- A **Estrutura de Capitais** não é mais do que a combinação entre a dívida e o capital próprio utilizado pela empresa (Shoroeder *et al*, 2005). Para Menezes (2003) a estrutura de capital ótima consiste na minimização do custo do capital e, simultaneamente, a maximização do valor da empresa.

Também os autores Istitieh & Rodriguez-Fernandez (2006) afirmam que a literatura sobre os capitais próprios pode ser classificada em três vertentes, nomeadamente: a teoria dos *stakeholders* na estrutura de capitais; a teoria estratégica de mercado e por fim, a teoria estratégica e competitiva da empresa.

A primeira teoria, os *stakeholders* na estrutura de capitais, assenta na ideia que a dívida afeta os agentes não financeiros, tais como os colaboradores, fornecedores, entre outros. Assim sendo, devem considerar os *stakeholders*, além, dos acionistas e credores. No que concerne à segunda teoria, vários autores de diversos trabalhos sobre este tema afirmam que os níveis de endividamento podem afetar o mercado, levando-o a uma maior ou menor concentração da indústria. Por último, Istitieh & Rodriguez-Fernandez (2006) afirmam que de forma geral, os vários autores que realizaram trabalhos sobre a teoria estratégica e competitiva das empresas relacionaram a estrutura de capital com uma determinada estratégia de mercado e que estes convergem para o resultado de alavancagem da empresa, sendo que esta provoca uma atitude mais agressiva da empresa perante a concorrência.

A estrutura do capital vai ser medida pelo rácio financeiro *Debt to Equity* que estabelece a relação entre a entrada de capital injetado pelos credores e o capital proveniente dos acionistas. Este rácio vem mostrar o impacto dos custos financeiros no resultado final da empresa com o efeito de alavanca financeira.

Também, o rácio da autonomia financeira determina a dependência ou independência da empresa face a capitais alheios, dando apoio na análise do risco sobre a estrutura financeira da empresa. Quanto maior for este rácio, maior é a solidez financeira da empresa e maior será a sua capacidade para cumprir os compromissos assumidos com os seus credores. Os especialistas tendem a sugerir um nível de 33,33%, ou seja, o capital próprio deve financiar um terço do ativo (Esperança & Matias, 2009). A escolha do rácio de autonomia financeira como uma das variáveis independentes explicativas do

nosso modelo justifica-se para testar se a classificação da empresa medida pelo rácio conduz à mudança de auditor; Laitinen e Laitinen (1998) constatarem em estudo semelhante ao nosso a probabilidade de uma empresa receber um parecer de auditoria qualificado estar negativamente associado ao rácio de autonomia financeira, ou seja, quanto mais baixo for o índice de autonomia financeira mais propensão tem de receber um relatório de auditoria qualificado.

Igualmente, o rácio de endividamento apura a extensão com que a empresa utiliza o capital alheio no financiamento das suas atividades. Segundo Harrys (1995), Jagels e Cottman (2004), Ettredge (2007), Neves (2006), Brealey, Myers e Marcus (2011), o rácio do endividamento determina a dependência da empresa face ao capital alheio. Por outras palavras, representa a proporção do passivo no total das fontes de financiamento.

No âmbito do nosso estudo, autores como (Haskins & Williams, 1990; Citron & Taffler, 1992) nas suas investigações verificaram existir uma relação positiva entre as dificuldades financeiras das empresas e a emissão de pareceres de auditoria qualificados. Neste sentido, é expectável que as empresas com dificuldades financeiras tenham maior tendência para receber uma opinião qualificada (Hudaib & Cooke, 2005). A hipótese a testar será:

H_8 – A mudança de auditor é influenciada pela estrutura de capitais.

- Segundo Silveira (2004), o **Modelo de Governo** tornou-se uma condição indispensável para a estabilidade da economia, na medida em que, se traduz no sistema que assegura aos *shareholders* o modelo de governo e a efetiva supervisão da direção executiva. A relação que se estabelece entre a propriedade da empresa e a sua gestão realiza-se através do conselho de administração, da auditoria financeira e do conselho fiscal que no seu todo são instrumentos substanciais para o exercício do seu controlo e supervisão. A auditoria financeira é considerada assim, um importante factor no modelo de governo, uma vez que a sua função de verificar as demonstrações financeiras e emitir uma opinião sobre a sua adequação à realidade da empresa, vai mais longe ao garantir o controlo da propriedade da empresa sobre a gestão, junto com o conselho de administração e o conselho fiscal. Desta forma a hipótese a testar será:

H_9 – A mudança de auditor é influenciada pelo Modelo de Governo.

- É usual a classificação das empresas conforme a atividade económica constituindo grupos homogéneos quanto à produção. No sentido de conhecer se o setor de atividade económica influencia a mudança do auditor optou-se por considera-lo como variável independente no modelo criado. Desta forma a hipótese a testar será:

 H_{10} – A mudança de auditor é influenciada pelo setor de atividade económica.

- Uma das variáveis mais estudadas pela literatura como representante da qualidade da auditoria tem sido o **Tipo da Empresa** de auditoria pelo facto de as grandes empresas (*Big Four*) possuírem maiores recursos financeiros e humanos, assim como recursos tecnológicos mais avançados. DeAngelo (1981) e Teoh e Wang (1993) salientam que os utilizadores confiam mais nas demonstrações financeiras auditadas por empresas de maior dimensão. Opinião partilhada por Firmino *et al* (2010) ao declarar que “*a crescente dinâmica por informações mais oportunas e seguras vem, conseqüentemente, exigindo maior qualidade nos serviços realizados pelos auditores*”.

Muitos estudos têm demonstrado que a reputação do auditor tem associação direta com a qualidade da auditoria, uma vez que têm demonstrado a superioridade na qualidade dos serviços realizados pelas grandes empresas de auditoria quando comparadas com os prestados pelas médias e pequenas empresas (Lam & Chang, 1994; Firmino *et al*, 2010). De acordo com Almeida e Almeida (2007) “*uma empresa ao contratar uma Big Four sinaliza o mercado que a sua contabilidade será colocada à expertise de auditores treinados em grandes empresas, podendo aumentar a reputação da empresa, pois, assim, os executivos serão melhor avaliados nas decisões tomadas a nível contabilístico o que pode proteger as práticas de earnings management.*”

Em suma, as empresas de auditoria de maior dimensão encerram em si oportunismo, produzindo auditorias de maior qualidade quando enfrentam situações de maior risco e

auditorias de menor qualidade quando o risco não é tão elevado. Assim, a hipótese a testar será:

H_{11} – A mudança do auditor é influenciada pelo tipo de empresa de auditoria.

4.3. Metodologia de investigação utilizada

Atendendo ao problema identificado e de acordo com Sekaran (2000) iremos realizar um estudo exploratório a fim de melhor compreender a natureza do problema. No caso em concreto a mudança de auditor é condicionada por determinados motivos que vão ser objeto de pesquisa e análise. Como em Portugal existem poucos estudos nesta área foi necessário realizar um trabalho preliminar intenso para obter familiaridade com o fenómeno em causa, e compreender o que está a ocorrer, antes de desenvolver o modelo.

Segundo Sekaran (2000) um estudo exploratório é realizado quando não existe informação disponível como em assuntos análogos a investigação tem sido resolvida no passado.

Por outro lado estamos perante uma investigação causal, uma vez que foi nosso propósito delinear um ou mais fatores que estão sem dúvida a causar o problema. Daí termos identificado uma série de variáveis que poderão influenciar a mudança de auditor e posteriormente caracterizar. Assim, e ainda segundo Sekaran (2000) “*quando a variável X é retirada ou alterada de alguma forma, o problema Y é resolvido*” No entanto e como é o nosso caso “*(...) a maior parte das vezes existem múltiplos fatores que influenciam o problema de forma encadeada.*” É então essencial identificar os fatores cruciais e que estão associados ao problema objeto de estudo, em vez de estabelecer uma relação causa-efeito.

4.3.1. Técnicas utilizadas para a análise dos dados

Para a análise das hipóteses a testar, recorreu-se a técnicas estatísticas que outros autores em estudo similares utilizaram. Logo, foi utilizada a técnica de regressão linear logística para analisar a associação entre a variável dependente e as variáveis independentes estudadas, estimada pelo método da máxima verossimilhança. Segundo Marôco (2011) “ (...) quando a variável dependente é do tipo nominal dicotômico, a regressão logística é a técnica de regressão a utilizar para modelar a ocorrência, em termos probabilísticos, de uma das duas realizações das classes da variável dependente”. Assim sendo, recorreremos a esta técnica, a fim de estudar o efeito gerado pelas variáveis independentes sobre a probabilidade de ocorrência de um dado evento, ou seja a mudança de auditor.

4.3.2. Modelo utilizado

Ao longo do tempo o conhecimento científico vem sendo constituído a partir de evidências concretas, produto da curiosidade e observações do homem. Segundo Martins (1988) em muitas situações práticas o autor vê-se envolvido com a necessidade de construir um modelo matemático para estudar alguns fenómenos de observação. De acordo com o autor um modelo científico pode ser definido com a abstração de um sistema real, que possa ser utilizada com os propósitos de predição e controlo.

Segundo Ebrahim (2001), na vida real, entretanto muitas variáveis estão atuando conjuntamente sobre a variável resposta. Algumas dessas variáveis podem influenciar a variável resposta, enquanto outras podem atuar simplesmente como variáveis de confusão.

Assim sendo, em busca de se obter uma correta interpretação do que esteja realmente ocorrendo, devemos empregar métodos que levem em consideração a ação conjunta de variáveis que estejam atuando simultaneamente. Desta forma, os métodos bi-variados são recomendados como etapa preliminar na análise de dados e a análise multivariada, como segundo passo sequencialmente mais coerente.

As diferenças entre os dois modelos (regressão categorial e a regressão linear) residem nos pressupostos de aplicação e no método de obtenção das estimativas dos coeficientes do modelo (Marôco, 2011).

Enquanto na *regressão linear* a variável dependente é do tipo quantitativo, na *regressão categorial* a variável dependente é qualitativa, e as variáveis independentes ou predictoras, também designadas de co-variáveis, podem ser quantitativas ou qualitativas. Por outro lado, quando a variável dependente é nominal dicotómica a regressão categorial designa-se por *Regressão Logística*.

A aplicação de regressão categorial é de aplicação mais extensa (Marôco, 2011):

- *Aceita preditores qualitativos e quantitativos;*
- *Não assume relações lineares entre a variável dependente e as co-variáveis;*
- *Não exige que as variáveis predictoras apresentem distribuição normal;*
- *É menos sensível a outliers.*

Assim, a escolha da *regressão logística* prende-se com o facto de apesar da análise discriminante ser mais eficiente, quando as variáveis apresentam distribuição normal e variâncias homogéneas em todos os grupos, a regressão categorial é, de um modo geral, um método preditivo mais robusto.

A técnica estatística utilizada assenta no modelo de regressão logística, na qual a variável dependente é não métrica. A variável dependente é inserida através do uso de uma variável dicotómica que assume o valor 0 para indicar a ausência de um determinado atributo (no nosso estudo a mudança de auditor). O modelo *logit* tem como objetivo produzir, a partir de uma série de observações um modelo que permita a predição de valores tomados por uma variável categórica a partir de uma série de variáveis explicativas contínuas e/ou binárias.

A escolha do modelo *logit* tem subjacente o facto de permitir modelar problemas que consistem em determinar a probabilidade de um evento ocorrer como função de outros fatores como é o caso que vamos analisar.

A análise de regressão logística tem sido mencionada por alguns autores como Cox (1964), Hosmer e Lemeshow (1989), Ebrahim (2001) e Marôco (2011), como uma ferramenta estatística bastante poderosa usualmente apropriada para variáveis categóricas. Tendo em atenção que a variável dependente é dicotómica, usámos o modelo de regressão logística do tipo binária. Embora os primeiros estudos realizados tenham recorrido somente a testes uni variados para examinar variáveis individuais (Schwartz & Menon, 1985; Craswell, 1988; Gul, Lee & Lynn, 1992) o uso de modelos multivariados tornou-se usual (Williams, 1988; Hudaib Cooke, 2002) pois permite incorporar o argumento de que as alterações de auditor são suscetíveis de ser induzidas por combinações de fatores transversais (Haskins & Williams, 1990). É de salientar que a regressão logística tem aplicação em diversas áreas tais como, pesquisas de mercado, marketing, distribuição logística, ciências sociais, e outras.

Também para Fávero, Belfiore, Silva e Chan (2009) “*a regressão logística consiste numa técnica utilizada para descrever o comportamento entre uma variável dependente dicotómica (binária) e variáveis independentes métricas e/ou não métricas*”.

Portanto, para a análise das hipóteses nulas a testar, recorreu-se ao modelo de regressão linear *logit* que outros autores em estudos similares utilizaram, nomeadamente, MacFadden (1973), Ismail, Ali Ahmed, Nassir e Abdul Hamid (2008).

Assim, numa primeira etapa, o presente estudo, procura analisar se a mudança de auditor está associada à ocorrência de reservas sobre o Balanço e a Demonstração de Resultados, bem como, a uma série de variáveis que anteriormente foram utilizados em estudos análogos que estudaram a relação entre a opinião emitida pelo auditor no relatório de auditoria no exercício precedente. Assim, estabelecemos o seguinte modelo empírico de base para analisar a nosso problema de investigação:

$$\theta(Y_N) = \frac{e^{\alpha + \sum_{k=1}^n \beta_k X_{(N-1)k} + \varepsilon}}{1 + e^{\alpha + \sum_{k=1}^n \beta_k X_{(N-1)k} + \varepsilon}}$$

A variável dependente $\theta(Y_N)$ é a mudança de auditor, a qual assume o valor 1 quando se detete a existência de uma mudança do auditor e 0 na situação contrária. As 18 variáveis independentes inicialmente consideradas justificam as hipóteses em estudo:

Quadro 5 – Descrição das Variáveis Iniciais do Modelo de Regressão Logística

$\theta(Y_N)$	Mudança de auditor	Variável dependente dicotômica que assume o valor de 1 se a empresa e muda de auditor no ano N e o valor 0 se não muda. Deste modo a variável considerada no modelo reflete o tipo de opinião emitida pelo auditor num determinado exercício.	
<i>ResCP</i>	Reservas sobre o Capital Próprio de N-1 a N-3	Variável dicotômica que assume o valor 1 se a empresa tem pelo menos uma Reserva em Capitais Próprios e o valor 0 caso contrário.	<i>Hipótese 1</i>
<i>ResAT</i>	Reservas sobre o Ativo de N-1 a N-3	Variável dicotômica que assume o valor 1 se a empresa tem pelo menos uma Reserva em Activo e o valor 0 caso contrário.	<i>Hipótese 2</i>
<i>ResCA</i>	Reservas sobre o Capital Alheio de N-1 a N-3	Variável dicotômica que assume o valor 1 se a empresa tem pelo menos outras Reservas em Capitais Alheios e o valor 0 caso contrário.	<i>Hipótese 3</i>
<i>ResOR</i>	Outras Reservas de N-1 a N-3	Variável dicotômica que assume o valor 1 se a empresa tem pelo menos uma Reserva em Outras Reservas e o valor 0 caso contrário.	<i>Hipótese 4</i>

		contrário.	
RCP	$\frac{\text{Resultado Líquido}}{\text{Capital Próprio}}$	Variável ordinal que assume valores de 1, 2 ou 3 em função da rendibilidade.	Hipótese 5
RendAT	$\frac{\text{Resultado Operacional}}{\text{Ativo}}$	Variável ordinal que assume valores de 1, 2 ou 3 em função da rendibilidade	
Classificação pelo Logaritmo do volume de negócios médio (ClassVN)	$Ln(\text{Volume de Negócios médio})$	Variável ordinal medida pelo logaritmo do valor médio do volume de negócios nos anos N-1 a N-3.	Hipótese 6
Classificação pelo Logaritmo sobre o valor do ativo médio (ClassAT)	$Ln(\text{Ativo médio})$	Variável ordinal medida pelo logaritmo do valor médio do ativo nos anos N-1 a N-3.	
Volume de Negócios Normalizado (VNegNorm)	$\frac{VN_N - \bar{X}_{(VN)}}{DP}$	Variável numérica que é medida pelo valor do volume de negócios normalizado nos anos N-1 a N-3.	
Valor do Ativo Normalizado (ATNorm)	$\frac{AT_N - \bar{X}_{(VA)}}{DP}$	Variável numérica que é medida pelo valor do ativo normalizado nos anos N-1 a N-3.	
Taxa de crescimento do volume de negócios (TxClassVN)	$\frac{\Delta VN_N}{VN_{N-1}}$	Variável ordinal que assume valores de 1, 2 ou 3 em função da taxa de crescimento do Volume de Negócios	
Taxa de crescimento do valor do ativo (ClassAT)	$\frac{\Delta AT_N}{AT_{N-1}}$	Variável ordinal que assume valores de 1, 2 ou 3 em função da taxa de crescimento do Ativo	Hipótese 7
Debt to Equity (DtEquity)	$\frac{\text{Capital Alheio}}{\text{Capital Próprio}}$	Variável ordinal que assume valores de 1, 2 ou 3 em função da estrutura de capitais	Hipótese 8

Endividamento (Endivid)	<u>Capital Alheio</u> Ativo	Variável ordinal que assume valores de 1, 2 ou 3 em função do endividamento	
Autonomia Financeira (AutFinan)	<u>Capital Próprio</u> Ativo	Variável ordinal que assume valores de 1, 2 ou 3 em função da autonomia financeira	
ModGov	Modelos de Governo	Variável dicotómica que assume o valor 1 para o Modelo Latino e 0 para Outros Modelos.	Hipótese 9
CAE	Classificação das Atividades Económicas (rev3)	Variável nominal em função do tipo de grupo 1 - Indústria 2 - Construção 3 - Comércio 4 - Transportes 5 - Comunicação 6 - Outros	Hipótese 10
Big Four	Big Four	Variável dicotómica que assume o valor 1 quando o novo auditor pertence a uma das 4 grandes empresas internacionais de auditoria, e 0 nos restantes casos.	Hipótese 11

Fonte: Elaboração própria

O número e tipo de variáveis inicialmente previsto exigem uma despistagem à eventual colinearidade entre as mesmas, e recorreu-se ao *software SPSS* para os necessários testes, resultando a existência de uma possível relação de colinearidade entre 4 variáveis – por apresentarem um índice de condição superior a 15 –, tendo sido excluídas as que apresentavam as maiores proporções de variância (Marôco, 2011): *Debt to Equity*, Endividamento, Rendibilidade dos Capitais Próprios, e Classificação pelo Ativo (ver anexo VI).

Para confirmação da colinearidade fez-se a correlação bivariada entre pares de variáveis cuja informação é semelhante: Rendibilidade dos Capitais Próprios e Rendibilidade do

Ativo; Classificação pelo Volume de Negócios e Classificação pelo Ativo; rácios de *Debt to Equity*, Endividamento e Autonomia Financeira (ver anexo VI).

Dos resultados obtidos todos os pares de variáveis apresentaram correlações significativas a 1%, ainda que as rendibilidades entre o Capital Próprio e o Ativo fossem muito inferiores às restantes.

Feita a caracterização das variáveis a ser utilizadas no modelo de regressão logística, no ponto seguinte iremos analisar a amostra.

4.4. Descrição da amostra objeto de estudo

O modelo elaborado permite a sua aplicação a todo o tipo de empresas sujeitas a avaliação por auditores independentes. No entanto, tal dimensão para a amostra tornaria incomportável a realização do estudo em tempo útil, havendo até dúvidas quanto à necessidade de utilizar a totalidade das empresas para aferir a viabilidade estatística do modelo. Assim, optou-se por restringir a amostra a empresas cujos documentos financeiros estão disponíveis aos *stakeholders*, nomeadamente as cotadas em mercado contínuo entre 2006 e 2012 e disponibilizadas na página *web* da *CMVM*³⁸.

Esta amostra possui um volume importante de informação para os diversos anos e é composta por empresas que são representativas das que são obrigadas a submeter as suas contas ao controlo de um auditor independente com a emissão posterior da sua opinião no relatório de auditoria. Assim sendo, a amostra inicial seria constituída por 83 empresas entre financeiras e não financeiras.

Pelo facto das entidades financeiras regerem-se por um plano de contas próprio que difere do Sistema de Normalização Contabilística das empresas não financeiras a comparação entre empresas financeiras e não financeiras em determinadas rubricas relevou-se de difícil utilização. Logo, optou-se por retirar as empresas financeiras (26 empresas), passando a nossa amostra a ser unicamente constituída por empresas não financeiras (57 empresas).

³⁸ www.cmvm.pt/index.asp

Com o objetivo de analisar em que medida as mudanças do auditor são explicadas pela natureza do relatório de auditoria que recebem, o primeiro passo consiste em classificar os relatórios de auditoria das empresas que constituem a amostra em:

- Relatório de auditoria limpo (sem reservas), e
- Relatório de auditoria qualificado (com reservas)

Esta análise facilita uma primeira abordagem do comportamento das empresas da amostra, isto é, permite-nos detetar aquelas empresas que tendo recebido uma opinião qualificada, podem ter mais interesse em proceder à mudança de auditor.

A observação do conjunto das várias opiniões de auditoria e a mudança de auditor permitem estruturar a amostra em quatro grupos como se pode constatar no quadro 6.

Quadro 6 – Tipo De Relatórios De Auditoria Observados

Grupo I	Empresas que não mudaram de auditor e receberam um relatório de auditoria limpo.
Grupo II	Empresas que não mudaram de auditor apesar de terem recebido um relatório de auditoria qualificado.
Grupo III	Empresas que mudaram de auditor apesar de receberem um relatório de auditoria limpo.
Grupo IV	Empresas que mudaram de auditor depois de receberem um relatório de auditoria qualificado.

Fonte: Elaboração própria

No total conseguiram-se um conjunto de 337 observações no espaço temporal em análise.

A classificação pelo Volume de Negócios foi medida pela média do logaritmo neperiano tendo sido obtidos os seguintes valores:

Logaritmo do Valor do Volume de Negócios <12 = Pequena empresa
Logaritmo do Valor do Volume de Negócios ≥ 12 e <14 = Média empresa
Logaritmo do Valor do Volume de Negócios ≥ 14 = Grande Empresa

Quadro 7 – Caracterização da Amostra Segundo o Volume de Negócios

Este quadro apresenta a dimensão da amostra tendo em conta o volume de negócios. As empresas da amostra foram divididas em três categorias de dimensão. Os valores aqui presentes são valores médios para os últimos 3 anos.

Dimensão da Empresa	Frequência N°	Percentagem %
Pequena	136	40,3%
Média	132	39,2%
Grande	69	20,5%
Total	337	100,0%

Fonte: Elaboração Própria

Por outro lado, os resultados do quadro 7 permitem-nos concluir no que concerne à caracterização da amostra utilizando como valores referência o volume de negócios, ao nível das frequências observadas que se verifica uma quase igualdade entre as observações vindas das pequenas empresas (40,3%) e as observações vindas das empresas de média dimensão (39,2%), e por fim 69 observações oriundas de empresas de grandes dimensões com 20,5% da amostra.

De forma semelhante, a classificação do ativo foi medida pelo logaritmo do seu valor médio com os seguintes valores:

Logaritmo do Valor médio do Ativo <13 = Pequena empresa
Logaritmo do Valor médio do Ativo ≥ 13 e <15 = Média empresa
Logaritmo do Valor médio do Ativo ≥ 15 = Grande Empresa

Quadro 8 – Caracterização da Amostra Segundo o Valor do Ativo

Esta tabela apresenta a dimensão da amostra tendo em conta o logaritmo do ativo. As empresas da amostra foram divididas em três categorias de dimensão. Os valores aqui presentes são valores médios para os últimos 3 anos.

Dimensão da Empresa	Frequência N°	Percentagem %
Pequena	159	47,2%
Média	113	33,5%
Grande	65	19,3%
Total	337	100,0%

Fonte: Elaboração Própria

A amostra objeto de estudo segundo a análise da dimensão média do ativo das empresas é constituída por 159 observações oriundas de empresas pequenas, 113 observações oriundas de médias empresas e 65 observações oriundas de empresas consideradas de grandes dimensões. Salienta-se o facto das pequenas empresas representarem 47,2% da amostra em análise (quadro 8).

Apesar da caracterização da amostra ter sido realizada através de duas variáveis distintas, os resultados obtidos apontam no mesmo sentido. Isto é, a amostra é constituída maioritariamente por empresas de pequena dimensão.

Quadro 9 – Total de Observações Sobre a Mudança de Auditor

Este quadro apresenta os resultados das observações da não mudança e mudança de auditor. Os valores aqui presentes são valores para o período de 2006 a 2012.

	Frequência Nº	Percentagem %
Houve mudança de auditor	59	17,51%
Não houve mudança de auditor	278	82,49%
Total	337	100,0%

Fonte: Elaboração Própria

Pela análise do quadro 9 verifica-se uma clara tendência para a ocorrência de não mudança de auditor por parte das empresas da nossa amostra. Das empresas que constituem a amostra, na maior parte, não houve mudança de auditor (82,5%), comparativamente, 59 empresas mudaram de auditor (17,5%). Assim, temos um conjunto de 337 observações sobre as quais se vão testar as hipóteses recorrendo ao modelo elaborado.

Estatisticamente existe uma relação direta entre a dimensão da amostra e a fiabilidade da estimativa, pois quanto maior for a primeira mais se aproxima da população e logo os erros de estimação tendem a ser mais pequenos; ou seja: quanto mais informação sobre uma população, mais se consegue saber sobre as suas características (Newbold, 1997).

O modelo ao utilizar uma amostra está sempre sujeito a erros – rejeitar uma hipótese verdadeira ou aceitar uma hipótese falsa –, mas quanto maior a dimensão da amostra maior a probabilidade de não cometer nenhum dos erros (Newbold, 1997).

De acordo com Hosmer e Lemeshow (1989) o modelo de regressão logística segue uma distribuição binomial indicando se a empresa mudará de auditor no ano N ($Y_N = 1$) com probabilidade p ($\theta(Y_N = 1) = p$) ou se manterá o mesmo auditor ($Y_N = 0$) com probabilidade $1 - p$ ($\theta(Y_N = 0) = 1 - p$). Mas Newbold (1997) relembra que de acordo com o teorema do Limite Central quando a amostra tem uma dimensão grande o seu comportamento estatístico aproxima-se ao da distribuição normal: $Z = \frac{\hat{p} - p}{\sigma_{\hat{p}}}$; e refere mesmo, em nota de rodapé na página 235, que de modo geral a aproximação é satisfatória para amostras com 50 ou mais observações.

Mas na realidade as 337 observações correspondem à totalidade da informação disponibilizada pelas empresas não financeiras cotadas em mercado contínuo nos anos de 2006 a 2012, pelo que os dados podem ser utilizados de forma aceitável para os fins do trabalho.

CAPÍTULO V – ANÁLISE DOS RESULTADOS

5.1. Análise Descritiva

Pela observação real constatamos que em 278 observações não ocorreu mudança de auditor e nas restantes 59 observações houve mudança de auditor, perfazendo a não mudança de auditor 82,5% do total das 337 observações por nós recolhidas e analisadas. O valor de corte definido (0,2) corresponde aproximadamente à proporção de mudança de auditor nas observações totais.

5.2. Análise estatística – Modelo de Regressão Logística

Numa primeira etapa, o presente estudo, procura analisar se a mudança de auditor está associada à opinião emitida no exercício precedente. Assim, estabelecemos o seguinte modelo para analisar a nosso problema de investigação:

$$\text{logit}[\theta(Y_N)] = \log \left[\frac{\theta(Y_N)}{1 - \theta(Y_N)} \right] = \alpha + \sum_{k=1}^{14} \beta_k X_{(N-1)k} + \varepsilon$$

$$\text{logit}[\theta(Y_N)] = \log \left[\frac{\theta(Y_N)}{1 - \theta(Y_N)} \right] = \alpha + \beta_1 \text{ResCP} + \beta_2 \text{ResAT} + \beta_3 \text{ResCA} + \beta_4 \text{ResOR} + \beta_5 \text{ModGov} + \beta_6 \text{CAE} + \\ + \beta_7 \text{Big4} + \beta_8 \text{AutFin} + \beta_9 \text{RendAT} + \beta_{10} \text{ClassVN} + \beta_{11} \text{TxCresVN} + \beta_{12} \text{TxCresAT} + \beta_{13} \text{VNNorm} + \beta_{14} \text{ATNorm} + \varepsilon$$

Aplicando os dados da amostra no SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*)³⁹ obtivemos um primeiro resultado indicativo da necessidade de excluir 4 variáveis por apresentarem coeficientes com valores excessivos face ao modelo: *Big Four*,

³⁹ O SPSS é um dos *softwares* mais usados em diferentes áreas do saber pois possui um ambiente gráfico muito apelativo e de utilização intuitiva bastando para a maioria das análises efetuar a seleção das respetivas opções em menus e caixas de diálogos. Além disso permite tratar variáveis de diferentes tipos e permite desenvolver todo o processo da investigação, desde o planeamento do estudo até ao tratamento de dados para a análise, possibilitando a elaboração de relatórios, quer pelo próprio programa, quer por uma articulação com um processador de texto (Laureano & Botelho, 2010).

Rendibilidade do Ativo, Taxa de Crescimento do Volume de Negócios, e Autonomia Financeira (ver anexo III).

Ficando assim dimensionado o modelo a 10 variáveis, seguiu-se Marôco (2011) quando indica que a seleção de variáveis com poder preditivo deve ser realizado através de algoritmos próprios como a entrada (*Forward*) ou a retirada (*Backward*) de variáveis em função da significância das mesmas, e após a aplicação dos algoritmos escolher as variáveis com parcimônia e de modo adequado ao modelo.

Realizaram-se então os testes de retirada (*Backward*) de variáveis Wald, LR (*Likelihood Ratio*) e *Conditional*, e de cada resultado retirou-se o passo mais adequado em função dos pseudo- R^2 de *Cox & Snell* e de *Nagelkerke*, do teste de *Hosmer e Lemeshow* e da tabela de classificação (ver anexo IV).

Resultaram então as seguintes 7 variáveis escolhidas pelos 3 modelos: ResAT, OutRes, ModGov, CAE, ClassVN, VNegNorm, e ATNorm (ver anexo V).

O modelo final a testar será então:

$$\text{logit}[\theta(Y_N)] = \log\left[\frac{\theta(Y_N)}{1 - \theta(Y_N)}\right] = \alpha + \sum_{k=1}^7 \beta_k X_{(N-1)k} + \varepsilon$$

$$\text{logit}[\theta(Y_N)] = \log\left[\frac{\theta(Y_N)}{1 - \theta(Y_N)}\right] = \alpha + \beta_1 \text{ResAT} + \beta_2 \text{ResOR} + \beta_3 \text{ModGov} + \beta_4 \text{CAE} + \beta_5 \text{ClassVN} + \beta_6 \text{VNNorm} + \beta_7 \text{ATNorm} + \varepsilon$$

Sobre este modelo foi realizado a regressão logística binária, cujo quadro classificação (quadro 10) apresentou os seguintes valores:

Quadro 10 – Resultados do Modelo com 7 Variáveis

Observado	Previsto		% Correta
	Não Mudou de Auditor	Mudou de Auditor	
Não Mudou de Auditor	200	78	71,9%
Mudou de Auditor	21	38	64,4%
Percentagem Global			70,6%

Fonte: Elaboração Própria

Perante os dados do quadro 10 podemos constatar que o modelo prevê que não vai haver mudança de auditor em 221 casos (200 + 21) e que vai ocorrer mudança de auditor em 126 casos (78 + 38). Na realidade em 278 casos não houve mudança de auditor (200 + 78) e em 59 casos ocorreu mudança de auditor (21 + 38).

Pela observação do quadro constatamos que a percentagem das observações em que o modelo previu a não mudança de auditor e acertou corretamente é de 71,9%, e que as observações em que o modelo previu que iria mudar de auditor e realmente ocorreu essa mudança corresponde a 64,4%.

O modelo dá-nos uma percentagem total de acertos em 70,6% das observações.

E ainda os seguintes valores para as variáveis na equação do modelo como se podem analisar no quadro 11.

Quadro 11 – Variáveis na Equação do Modelo

	Beta	Sig	Exp (B)
ResAT	1,102	0,004	3,010
OutRes	-0,709	0,078	0,492
ModGov	-1,598	0,001	0,202
CAE		0,107	
CAE(1)	-1,214	0,010	0,297
CAE(2)	-0,833	0,134	0,435
CAE(3)	-1,001	0,150	0,368
CAE(4)	-0,469	0,400	0,625
CAE(5)	-1,304	0,013	0,271
ClassVN		0,091	
ClassVN(1)	-0,651	0,084	0,521
ClassVN(2)	-1,567	0,052	0,209
VNegNorm	0,817	0,001	2,265
ATNorm	-0,771	0,010	0,463
Constante	0,148	0,782	1,159

Fonte: Elaboração própria

Como se pode constatar pelo quadro 11 (e anexo V) as variáveis apresentam significância estatística uma vez que possuem *p-value* inferiores ao nível de significância definido ($\alpha = 0,1$). Abre-se uma exceção para a classificação do CAE que está ligeiramente acima, mas dado o interesse em estudar os diferentes grupos dentro da CAE manteve-se a variável. De facto as variáveis por nós assinaladas com uma significância estatística são:

Reservas sobre o Ativo (*ResAT*) - A variável das *Reservas sobre o Ativo* apresenta significância estatística, uma vez que possui um *p-value* inferior (*0,004*) ao nível de significância por nós definido ($\alpha = 0,1$).

Reservas sobre Outras Reservas (*OutRes*) – A variável *Reservas sobre Outras Reservas* apresenta significância estatística, uma vez que possui um *p-value* de (*0,078*) inferior ao nível de significância definido ($\alpha = 0,1$).

Modelos de Governo (*ModGov*) – A variável *Modelos de Governo* à semelhança das anteriores variáveis apresenta significância estatística, pois possui um *p-value* de (*0,001*) inferior ao nível de significância definido ($\alpha = 0,1$).

CAE – A variável *CAE* apresenta significância estatística ligeiramente acima do nível de significância definido ($\alpha = 0,1$), com um *p-value* de (*0,107*). No entanto como referido anteriormente, dado o interesse em estudar os diferentes grupos da CAE optou-se por manter a variável.

Classificação do Volume de Negócios (*ClassVN*) – Esta variável apresenta significância estatística, pois possui um *p-value* de (*0,091*) inferior aos valores definidos ($\alpha = 0,1$).

Volume de negócios Normalizado (*VNegNorm*) – A variável do *Volume de Negócios Normalizado*, identicamente apresenta significância estatística, pois apresenta um *p-value* inferior de (*0,001*) aos valores definidos ($\alpha = 0,1$).

Ativo Normalizado (*ATNorm*) – A variável *Ativo Normalizado* por apresentar um *p-value* de (*0,010*) aos valores definidos ($\alpha = 0,1$) apresenta significância estatística.

5.3. Submodelos do problema

A utilização de variáveis categoriais – CAE e Classificação pelo Volume de Negócios – permitiu o estudo de submodelos do problema referentes a essas mesmas variáveis, no sentido de apurar se é possível retirar conclusões sobre partes da amostra com características comuns.

Assim criou-se um submodelo para a CAE e outro submodelo para a Classificação pelo Volume de Negócios. A dimensão da empresa medida pelo Volume de Negócios pode ser relevante individualmente para testar a possibilidade de a dimensão da empresa ser elemento propensor à mudança de auditor.

Para os dois submodelos seguiu-se o mesmo procedimento de escolha de variáveis com recurso ao método *Backword* nas suas três vertentes: Wald, Razão de Verosimilhança e Condicional e Regressão Logística das variáveis comuns aos três métodos com posterior retirada das que não são estatisticamente significativas.

5.3.1. Submodelo da CAE

Da divisão das observações em função da CAE referente à empresa que a origina resultaram os seguintes valores repartidos por 5 submodelos como se podem constatar no quadro 12 (excluímos o 6º submodelo por não ser relevante para a análise do submodelo da CAE) no seguimento da classificação realizada previamente quando caracterizamos a variável independente CAE no modelo de regressão.

Quadro 12 – Resultados do Submodelo da CAE

CAE	Observações		Variáveis estatísticas significativas
	Número	Porcentagem	
1	94	27,9%	VNegNorm; ModGov
2	50	14,8%	ClassVN; VNegNorm;
3	36	10,7%	ModGov
4	30	8,9%	ClassVN(1); VNegNorm
5	60	17,8%	ResCA; ResAT; ModGov; ClassVN; TxCresAT.

Fonte: Elaboração Própria

Apesar dos resultados apresentarem uma porcentagem global satisfatória (ver anexo VII) é desaconselhável retirar conclusões sobre os diferentes submodelos da CAE pois ou apresentam um número insuficiente de variáveis estatisticamente significativas ou o número de observações é diminuto.

5.3.2. Submodelo da Classificação pelo Volume de Negócios

Da divisão das observações em função da classificação pelo Volume de Negócios referente à empresa que a origina resultaram os seguintes valores:

Quadro 13 – Resultados do Submodelo da Classificação pelo Volume de Negócios

Classificação pelo Volume de Negócios	Observações		Variáveis estatísticas significativas
	Número	Porcentagem	
1	136	40,4%	ResCP; VNegNorm; ATNorm
2	132	39,2%	ResCA; ResAT; ModGov
3	69	20,4%	ResCP; OutRes; VnegNorm; ATNorm

Fonte: Elaboração Própria

Apesar dos resultados apresentarem uma percentagem global satisfatória (ver anexo VIII) é desaconselhável retirar conclusões sobre os diferentes submodelos da Classificação pelo Volume de Negócios pois apresentam um número insuficiente de variáveis estatisticamente significativas.

5.4. Aplicação do modelo de regressão logística

Após termos excluído as variáveis que não são estatisticamente significativas e referidas no ponto anterior, o nosso modelo de regressão logística adota a seguinte apresentação após concretização dos valores retirados do quadro 11.

$$\begin{aligned} \text{logit}[\theta(Y_N)] = \log\left[\frac{\theta(Y_N)}{1-\theta(Y_N)}\right] = & 0,148 + 1,102 \times \text{ResAT} - 0,709 \times \text{ResOR} - 1,598 \times \text{ModGov} + \\ & -1,214 \times \underbrace{\text{CAE}(1)}_{\text{Indústria}} - 0,833 \times \underbrace{\text{CAE}(2)}_{\text{Construção}} - 1,001 \times \underbrace{\text{CAE}(3)}_{\text{Comércio}} - 0,469 \times \underbrace{\text{CAE}(4)}_{\text{Transportes}} - 1,304 \times \underbrace{\text{CAE}(5)}_{\text{Comunicação}} + \\ & -\frac{1}{3} \times (-0,651) - \frac{1}{3} \times (-1,567) + \frac{2}{3} \times (-0,651) - \frac{1}{3} \times (-1,567) - \frac{1}{3} \times (-0,651) + \frac{2}{3} \times (-1,567) \\ & \underbrace{\hspace{10em}}_{\text{Pequena Dimensão}} \quad \underbrace{\hspace{10em}}_{\text{Média Dimensão}} \quad \underbrace{\hspace{10em}}_{\text{Grande Dimensão}} \\ & +0,817 \times \text{VNegNorm} - 0,771 \times \text{ATNorm} \end{aligned}$$

É de salientar que os coeficientes com valor negativo tendem a aproximar o resultado do modelo para a não mudança de auditor, uma vez que o expoente da função diminui o que se traduz no afastamento da probabilidade 1 de mudança de auditor.

5.3. Conclusões sobre as hipóteses

Com base nos dados obtidos através da amostra selecionada, verificou-se que a mudança de auditor pelas empresas em estudo no nosso contexto empresarial não é uma prática corrente, mesmo quando são alvo de relatórios de auditoria modificados. Para se saber a ligação existente entre a mudança de auditor e o tipo de opinião emitida pelo auditor através do relatório de auditoria, elaboraram-se 11 hipóteses e as respetivas variáveis explicativas que foram testadas através do modelo de regressão logística. Assim sendo, vamos passar a apresentar os resultados obtidos.

Aceita-se a **Hipótese 2 – O relatório de auditoria com reservas sobre o capital próprio é indutor à mudança de auditor**, uma vez que a variável explicativa *Existência de Reservas sobre o Ativo* tem um *p-value* inferior ao nível de significância definido ($\alpha=0,1$). Daí podemos concluir que a presença da mesma vai afetar a variável dependente (mudança de auditor), ou seja, a existência de reservas sobre o ativo no relatório de auditoria financeira é um factor importante para ocorrer mudança de auditor pela empresa auditada.

Aceita-se a **Hipótese 4 - O relatório de auditoria com outras reservas não consideradas nas hipóteses anteriores é indutor à mudança de auditor**, na medida em que a variável explicativa da hipótese em causa, apresenta um *p-value* inferior ao nível de significância estabelecido ($\alpha=0,1$). Logo, podemos afirmar que a existência de outras reservas no relatório de auditoria financeira é razão para ocorrer a mudança de auditor.

Aceita-se a **Hipótese 6 – A mudança de auditor é influenciada pela dimensão da empresa**, quando medida pelas variáveis explicativas – *Valor do Ativo Normalizado e Valor de Negócios Médio Normalizado* – uma vez que ambas apresentam *p-value* com níveis de significância inferiores ao determinado ($\alpha=0,1$). Quando maior for o valor do ativo e do valor de negócios da empresa auditada, maior será a pressão sobre o auditor. O que nos leva a concluir que a dimensão da empresa condiciona a mudança de auditor.

Também a **Hipótese 7 – A mudança de auditor é influenciada pelo crescimento da empresa**, é aceite quando medida pela variável explicativa – *Crescimento do Volume de Negócios* – uma vez que apresenta um *p-value* com um nível de significância inferior ao determinado anteriormente ($\alpha=0,1$). Quanto maior for o crescimento do volume de negócios maior é a pressão sobre o auditor. O que nos leva a concluir que o crescimento da empresa através do volume de negócios condiciona a mudança de auditor.

Aceita-se igualmente a **Hipótese 9 – A mudança de auditor é influenciada pelo Modelo de Governo**, pois a variável explicativa para a referida hipótese – *Modelo de Governo Latino* – revela um *p-value*=0,001 valor inferior ao nível de significância

estabelecido. Por outras palavras, o tipo de Modelo de Governo nas empresas auditadas condiciona a mudança de auditor pelas mesmas.

Aceita-se ainda a **Hipótese 10 – A mudança de auditor é influenciada pela Classificação das Atividades Económicas (CAE)** apesar da variável explicativa – CAE – apresentar um *p-value* levemente superior ao nível de significância estabelecido ($\alpha=0,1$) por considerarmos que os diferentes setores de atividade possam condicionar a mudança de auditor pelas empresas auditadas.

A **Hipótese 1 – O relatório de auditoria com reservas sobre o capital próprio é indutor à mudança de auditor** por nós formulada é rejeitada uma vez que a variável explicativa para a hipótese – *Existência de Reservas sobre o Capital Próprio* – apresenta um *p-value* superior ao nível de significância determinado. Ou seja, a existência de reservas no relatório de auditoria sobre o capital próprio parece não justificar que as empresas mudem de auditor.

Quanto à **Hipótese 3 – O relatório de auditoria com reservas sobre o capital alheio é indutor à mudança de auditor** conclui-se que tem de ser rejeitada pois a variável explicativa – *Reservas sobre o Capital Alheio* – apresentar um *p-value* superior ao nível de significância estabelecido. Portanto podemos afirmar que a presença de reservas sobre o capital alheio no relatório de auditoria financeira parece não ser indutor da mudança de auditor.

Na tentativa de saber se existia relação entre a mudança de auditor e o valor da rendibilidade da empresa, elaborou-se a **Hipótese 5 – A mudança do auditor é influenciada pela rendibilidade da empresa**. As variáveis explicativas – *Rendibilidade dos Capitais Próprios bem como a Rendibilidade do Ativo* – para a referida hipótese apresentam *p-value* superiores ao nível de significância criado ($\alpha=0,1$), logo nos leva a concluir que a hipótese 5 é rejeitada. O valor da rendibilidade da empresa parece não ser determinante para a mudança de auditor.

Quantum à *Hipótese 8 – A mudança do auditor é influenciada pela estrutura de capitais*, é também por nós rejeitada pois as variáveis explicativas – *Debt to Equity*, Endividamento e Autonomia Financeira – ou revelaram problemas de colinearidade ou apresentam *p-value* acima dos níveis de significância determinado. Ou seja, a estrutura de capitais parece não influenciar a mudança de auditor pela empresa auditada.

A *Hipótese 11 – A mudança de auditor é influenciada pelo tipo de empresa de auditoria* é igualmente rejeitada pois a sua variável explicativa – *Big Four* – apresenta um valor de *p-value* superior ao nível de significância estabelecido ($\alpha=0,1$), o que nos leva a concluir que o tipo de empresa de auditoria não é relevante para a mudança de auditor pela empresa cliente.

PARTE III – CONCLUSÕES

CAPÍTULO VI – CONCLUSÕES

Conclusões

Em termos de síntese geral e revisitando os objetivos desta investigação definidos na Introdução importa salientar os aspetos fundamentais que decorrem da interpretação dos resultados obtidos no capítulo anterior.

A mudança do auditor poder-se-á considerar como um comportamento intencional realizado pela empresa para evitar a imagem adversa que pode alcançar os utilizadores da informação financeira contabilística do relatório de auditoria financeira. Ou seja, as entidades que mudam de auditor fazem-no de forma intencional de forma a salvaguardar a imagem negativa da mesma aos *stakeholders*.

Pela pesquisa previamente feita sobre esta temática ao longo da tese chegou-se à conclusão que não existe consenso na literatura sobre a mudança de auditor e o tipo de opinião emitida pelo auditor através do relatório de auditoria financeira. Três vertentes parecem coexistir. Por um lado, há autores que consideram existir uma relação positiva entre o tipo de opinião e a tendência para a mudança de auditor (Chow & Rice, 1982; Craswell, 1988; Citron & Taffier, 1992). Para outros autores não existe qualquer relação entre a opinião do auditor e a mudança de auditor (Schwartz & Menon, 1985; Haskins & Williams, 1990). Ainda relativamente a esta questão, temos uma terceira vertente que defende que existe uma relação de causa-efeito, ou seja, “*opiniões qualificadas podem causar mudanças de auditor, ou mudanças de auditor podem causar opiniões qualificadas*” (DeAngelo, 1982).

No nosso estudo e através da análise descritiva e olhando para os números concluímos que apesar das entidades obterem uma opinião qualificada no relatório de auditoria financeira, optam na sua maioria por continuar com o mesmo auditor. Assim, sugere que a receção de relatórios de auditoria qualificados não parece influenciar a mudança de auditor.

No entanto, as empresas mudam de auditor o que nos leva a deduzir que existem determinados fatores que poderão conduzir à mudança de auditor. Pela análise dos relatórios de auditoria financeira das empresas da nossa amostra verificamos que existem determinados aspetos que são alvo de comentários dos auditores. Nomeadamente, aspetos relacionados com reservas sobre o capital próprio, reservas

sobre o capital alheio, reservas sobre o ativo e a existência de outras reservas. Mas considerou-se também relevante considerarmos outros rácios utilizados na análise económico-financeira da empresa, designadamente a rendibilidade dos capitais próprios, rendibilidade operacional do ativo, autonomia financeira, *Debt to Equity*, endividamento, assim como a dimensão da empresa medida pelo logaritmo do valor do ativo médio, bem como pelo logaritmo do volume de negócios médio pelo ativo normalizado e pelo volume de negócios normalizado. O crescimento da empresa foi mensurado pelo crescimento do volume de negócios e pelo crescimento do valor do ativo.

O tipo de Modelo de Governo praticado pela empresa cliente e que pelas suas diferentes características poderão ser mais propícios à mudança de auditor por parte da administração; os diversos CAE que poderão ser mais propensos à mudança de auditor e por último o tipo de empresa de auditoria (*Big Four*), uma vez que a presença destas grandes empresas de auditoria poderão traduzir mais confiança às empresas clientes pela sua maior capacidade técnica e recursos humanos melhor qualificados.

O recurso ao modelo de regressão logística indica a existência uma associação estatisticamente significativa entre a mudança de auditor e o relatório de auditoria financeira qualificado. Os resultados obtidos demonstram que as variáveis que mais influenciam a mudança de auditor são a existência de reservas sobre o ativo e a existência de outras reservas que não sobre os capitais ou ativo. Acresce ainda a importância do crescimento da empresa medido pelo crescimento do volume de negócios, bem como da dimensão da empresa medido essencialmente pelo seu volume de negócios e valor do ativo normalizado.

É de realçar que os resultados obtidos sugerem igualmente a presença de uma associação estatisticamente significativa entre o tipo de Modelo de Governo, que no nosso país privilegia o Modelo Latino, e a mudança de auditor. A presença dos diferentes CAE, apesar da variável explicativa apresentar um *p-value* com um valor ligeiramente superior ao nível de significância estabelecido, no nosso entendimento poderá condicionar a mudança de auditor pela empresa cliente, uma vez que distintos setores de atividade poderão ser mais propensos à mudança de auditor na procura por

uma empresa de auditoria que lhes proporcione melhores resultados e assim a imagem da empresa seja positiva para os utilizadores da informação financeira.

Em suma, do acima exposto concluímos que a presença de reservas no relatório de auditoria financeira não é determinante para a mudança de auditor. Fatores económico-financeiros terão mais peso na mudança de auditor, como já salientado anteriormente. As empresas clientes procuram salvaguardar o valor do seu ativo, assim como do volume de negócios, contribuindo ambos para a satisfação dos *stakeholders*.

As conclusões do estudo são limitadas ao número de empresas da amostra e período de tempo analisado. Se o período de tempo em análise fosse mais alargado, bem como a dimensão da amostra em análise fosse maior, os resultados obtidos poderiam eventualmente ser mais consistentes.

No entanto e obstante as limitações referidas, o estudo traz uma contribuição importante para a compreensão da relação existente entre o tipo de opinião emitida pelo auditor através do relatório de auditoria financeira e a mudança de auditor.

No âmbito do trabalho realizado, sugere-se a ampliação da amostra a empresas não cotadas em bolsa, assim como procurar variáveis potencialmente explicativas, que poderão influenciar a mudança do auditor, recorrendo a metodologias estatísticas e econométricas. Seria igualmente estimulante alargar a área de estudo ao tecido empresarial de Portugal e Espanha, no sentido de detetar pontos em comum e divergentes. Este ponto não tendo sido abordado na tese poderá ser objeto de investigação futura.

REFERÊNCIAS

-
- Abreu, J. (2010). *Governança das Sociedades Comerciais*. (2ª Ed). Edições Almedina. Coimbra. ISBN: 978-972-40-4112-4
 - A, G., & Collier, P. (1996). Audit Fees and Auditor Change: An Investigation of the Persistence of Fee Reduction by Type of Change. *Journal of Business, Finance & Accounting*, 23 (1), 13 – 27.
 - Abdel-Qader, W. (2002). *An Evaluation of the International Auditing Standards and their Application to the Audit of Listed Corporations in Jordan* (Unpublished Doctoral Thesis). University of Western Sydney, Australia.
 - Addams, H. L., & Davis, B. (1994). Why the fastest growing companies in America hired and fired their auditors. Privately held companies report reasons for selecting and switching auditors. *CPA Journal*, 64 (August), 38 – 41
 - Addams, H. L., Davis, B., & Mono, R. M. (1996). Publicly and Privately Held Companies Report Reasons for selecting and Switching Auditors. *CPA Journal*, April, 74 - 75.
 - Alberton, L. (2002). *Uma contribuição para a formação de auditores contábeis independentes na perspectiva comportamental*. (Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
 - Alleyne, P. A., & Devonish, D. (2006). Perceptions of Auditor Independence in Barbados. *Managerial Auditing Journal*, 21 (6), 621 – 635.
 - Alleyne, P. A., Devonish, D., & Alleyne, P. (2006). Perceptions of Auditor Independence in Barbados. *Managerial Auditing Journal*, 21 (6), 621 – 635.
 - Almeida, B. (2005). *Auditoria e Sociedade - Diferenças de Expectativas*. Portugal: Editora Publisher Team, SA.

- Almeida, J. E. F., Almeida, J. C.G. (2007). Auditoria e Earnings Mangement: estudo empírico nas empresas de capital aberto auditado pelas *Big Four* e demais firmas de auditoria. Congresso USP de Controladoria e Contabilidade. São Paulo. USP.
- Almeida, K. K. N., & Vasconcelos, M. T. (2007). *Conteúdo Informativo do Parecer dos Auditores Independentes sobre Demonstrações Contábeis de Empresas Brasileiras*. (Congresso da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis.). Salvador. 15 - 17, Julho
- Almeida, M. C. (2010). *Um curso moderno e completo*. (7^a Ed.). São Paulo: Atlas.
- Altaman, E., & McGough, T. (1974). Evaluation of Company as a Going Concern. *Journal of Accountancy*, December, 50 – 57.
- American Institute of Certified Public Accountants (AICPA). (1972). Responsibilities and Functions of the Independent Auditor. SAS nº 1. New York, NY: AICPA
- American Institute of Certified Public Accountants (AICPA. (1992). Statement of Position Regarding Mandatory Rotation of Audit Firms of Publicly Held Companies. New York.
- Anderson, D., Francis, J. R., & Stokes, D. J. (1993). Auditing, Directorships and the Demand for Monitoring. *Journal of Accounting and Public Policy*, 12, 353 – 375.
- Anderson, U., Kadous, K., & Koonce, L. (2004). The role of incentives to manage earnings and quantification in auditors' evaluations of management provided information. *Auditing - A journal of Practice e Theory*, 23 (1) 11 – 27.

-
- Arens, A. A., Randal, J. E., & Beasley, M. S. (2003). *Auditing and Assurance Services - An Integrated Approach* (Ninth Edition). New Jersey: Prentice Hall.
 - Arens, A., & Boh, M. (1999). *Auditing in Malaysia: An Integrated Approach*. Prentice-Hall, Selangor.
 - Arens, A., & Loebbecke, J. (1996). *Auditing an Integrated Approach* (6^a Ed). Prentice Hall Inc.
 - Arruñada, B. (2000). Audit Quality: Attributes, Private Safeguards and the Role of Regulation. *European Accounting Review*, 9 (2), 205 – 224.
 - Arruñada, B., & C, P.A. (1997). Mandatory Rotation of Company Auditors: A Critical Examination. *International Review of Law and Economic*, (17), 31 – 61.
 - Ashbaugh, H., & Warfield, T. D. (2003). Audits as a corporate governance mechanism: Evidence from the German market. *Journal of International Accounting Research*, 2, (1), 1 – 22.
 - Assembleia da República, Lei nº 28/20099 de 19 de Junho, Diário da República, 1^a Série nº 117 – 19 de Junho, revê o regime sancionatório no setor financeiro em matéria criminal e contra-ordenacional, pp 4085-4090.
 - Azevedo, F. B. (2007). *Efeito da Troca da Firma de Auditoria no Gerenciamento de Resultados das Companhias Abertas Brasileiras*. (Dissertação de Mestrado em Ciências Contábeis). Fundação Instituto Caipixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças - FUCAPE, Vitória.
 - Bagherpour, M., Monroe, G., & Shailer, G. (2010). Auditor Switching in an Increasingly Competitive Audit Market. *Working papers*.
 - Bakar, N. B. A., Rahman, A. R. ., & Rashid, H. M. A. (2005). Factors influencing auditor independence: Malaysian loan officers' perceptions. *Managerial Auditing Journal*, 20 (8/9), 804 – 822.

- Baker, C. R. (2005). The Varying Concept of Auditor Independence. *The CPA Journal*, (August), 77 (8), 22 – 28.
- Ball, R., Walker, R., & Whittre, G. (1979). Audit qualifications and share prices. *Abacus*, July, 23 – 34.
- Ballesta, J. P. S., & García-Meca, E. (2005). Audit Qualifications and Corporate Governance in Spanish Listed Firms. *Managerial Auditing Journal*, 20 (7), 725 – 738.
- Banks, D., & Kinney, W. (1982). Loss contingency reports and stock prices: an empirical study. *Journal of Accounting Research*, 1, 240 - 254.
- Barbadillo, E. R., Aguilar, N. G., & Pena, N. C. (2006). Evidencia Empírica sobre el Efecto de la Duración del Contrato en la Calidad de la Auditoría: Análise de las medidas de Retención y Rotación Obligatoria de Auditores. *Investigaciones Económicas*, XXX (2), 283 – 316.
- Barker, A., & Jones, A. (2011). *Big Four* accountants face audit reform. *The Financial Times*. Londres.
- Barimahd, B. (2013). The Value Relevance of Audit Report; Auditor Type and Auditor Tenure: Evidence from Iran. *Asian Journal of Finance & Accounting*, 5 (1), 89-103.
- Baskin, E. (1972). The Communicative Effectiveness of Consistency Expectations. *The Accounting Review*, 47(1), 38 – 51.
- Beattie, V., & Fearnley, S. (1995). The Importance of Audit Firm Characteristics and the Drivers of Auditor Change in UK Listed Companies. *Accounting and Business Research*, 25, 227 – 239.
- Beattie, V., & Fearnley, S. (1998). Audit Market Competition: Auditor Changes and the Impact of Tendering. *British Accounting Review*, 30 (September), 261 – 89.

-
- Beattie, V., & Fearnly, S. (2002). *Auditor Independence and Non-Audit Services: A Literature Review*. London: Institute of Chartered Accountants.
 - Beattie, V., Brandt, R., & Fearnley, S. (1999). Perceptions of auditor Independence: UK evidence. *Journal of International Accounting, Auditing & Taxation*, 8 (1), 67 – 107.
 - Becker, L., Defond, M., Jiambalvo, J., & Subramanyam, K. (1998). The effect of audit quality on earnings management. *Contemporary Accounting Research*, 15, 1 – 24
 - Bédard, J., Coulombe, D., & Courteau, L. (2000). Demand and supply of Auditing in IPOs: An empirical analysis of the Quebec market. *Documento de trabalho*.
 - Bedingfield, J. P., & Loeb, S. E. (1974). Auditor changes - An Examination. *Journal of Accountancy*, March, 66 – 69.
 - Behn, B. K., Carcello, J. V., Hermanson, D. R., & Hermanson, R. H. (1997). The determinants of audit client satisfaction among clients of big 6 firms. *Accounting Horizons*, 11 (1), 7 – 24.
 - Bell, T. B., & Tabor, R. H. (1991). Empirical analysis of audit uncertainty qualifications. *Journal of Accounting Research*, 29(2), 350 – 370.
 - Berle, A. A., & Means. G. C. (1932). *The Modern Corporation and Private Property*. Macmillian. New York.
 - Bernstein, L. (1995). *Financial Statement Analysis Theory* (5^a Ed.). Irwin.
 - Bertin, E. (2001). De la Confiance dans la Certification des Comptes: le Cas de L' Avis du Commissaire aux Comptes sur la Continuité de L' Exploitation. Presented at the XV^{èmes} Journées des IAE, Bayonne - Biarritz.

- Borgerth, V. M. C. (2006). *Sox - Entendo a Lei Sabanes - Oxley*. São Paulo: Thomson Learning.
- Boynton, W. C., & Johnson, R. N. (2006). *Modern Auditing: Assurance Services and the Integrity of Financial Reporting*. (8ª Ed.). John Wiley & Sons, Inc.
- Boynton, W. C., Johnson, R. N., & Kell, W. G. (2002). *Modern Auditing* (7ª Ed). São Paulo: Atlas.
- Brealey, R. A., Myers, S. C., & Marcus, A. J. (2011). *Fundamentals of Corporate Finance* (7th Edition.). McGraw-Hill Higher Education.
- Breesch, D., & Branson, J. (2004). Referral as a Determining Factor for Changing Auditors in the Belgian Auditing Market: An Empirical Study. *International Journal of Accounting*, 39 (3), 307 – 326.
- Brigham, E. F., & Houston, J. F. (2011). *Fundamentals of Financial Management* (7th Edition). Brigham Houston.
- Brío González, E. B. (1998). Efecto de las Salvedades de los Informes de Auditoria sobre el Precio de las Acciones en la Bolsa de Madrid. *Revista Española de Financiación y Contabilidad*, XXVII (94 - enero-marzo), 129 – 170.
- Brown, R. (1962). Changing Audit Objectives and Techniques. *The Accounting Review*, 37 (4), 696 –703.
- Burgstahler, D., & Eames, M. (2003). Earnings Management to Avoid Losses and Earnings Decreases: Any Analysts Fooled? *Contemporary Accounting Research*, 20 (2), 253 – 294.
- Burton, J. C., & Roberts, W. (1967). A Study of Auditor Changes. *Journal of Accountancy*, April, 31 – 36.

-
- Cabal García, E. (2000). La Efectividad Comunicativa del Informe de Auditoria Medida Através de su Impacto en el Mercado Bursátil. *Estudios Financieros*, (209-210), 123 – 178.
 - Cabal García, E. (2001). Informes de Auditoria. *Partida Doble*, (119), 20 – 33.
 - Cabal García, E. (2004). La utilidad del informe de auditoría: su impacto en el mercado de valores. *Técnica Contable, Julio-Agosto* (666), 4 – 18
 - Cabal García, E. (2004). La Utilidad del Informe de Auditoria: Su Impacto en el Mercado de Valores. *Técnica Contable, LVI* (666), 4 – 18.
 - Camargo, R. V. W., Dutra, M. H., & Pepinelli, R. C. C. (2011). Parecer dos auditores independentes: uma análise da produção científica nacional desenvolvida entre os anos 1987 e 2010. *Advances in Scientific and Applied Accounting*, 4 (2), 162 – 183.
 - Cañibano Calvo, L. (1996). *Curso de Auditoría Contable* (4ª Edición.). Madrid: Ediciones Pirámides S. A.
 - Carey, P. J., Geiger, M. A., & B. T, O’Connell. (2008). Cost Associated with going-concern modified audit opinions: An analysis of the Australian audit market. *ABACUS*, 44 (1), 61 - 81.
 - Carreira, A. C. M. (2009). O Governo das Maiores Empresas de Construção em Portugal. Dissertação de Mestrado em Economia. Faculdade de Economia – Universidade do Porto.
 - Carpenter, C. G., & Strawser, R. H. (1971). Displacement of Auditors when Clients Go Public. *Journal of Accountancy*, (131), 55 – 58.
 - Chadegani, A. Á., Mohamed, Z. M., & Jari, A. (2011). The Determinant Factors of Auditor Switch among Companies Listed on Tehran Stock Exchange. *International Research Journal of Finance and Economics*, 80, 158 – 168.

- Chan, K. H., Lin, K. Z., & Mo, P. L. L. (2006). A political-economic analysis of auditor reporting and auditor switches. *Review of Accounting Studies (forthcoming)*, 11 (1), 21 – 48.
- Chaney, P.K., Jeter, D. C., & Shaw, P. E. (1997). Client-Auditor Realignment and Restrictions on Auditor Solicitation. *The Accounting Review*, 72 (3), 433 - 453.
- Chen, Y. (2007). *Finance Difficulties, Corporate Governance, and Auditor Switching*. Master's Paper of Hunan University.
- Chew, D. H. (2003). *The Revolution in Corporate Finance*. Blackwell Publishing.
- Chi, W., H. Huang., Y. Liao & H. Xie. (2009). Mandatory audit partner rotation, audit quality, and market perceptions: Evidence from Taiwan. *Contemporary Accounting Research*, 26 (2), 359 - 391.
- Chow, C. W., & Rice, S. J. (1982). Qualified Audit Opinions and Auditor Switching. *Accounting Review*, April, 326 – 335.
- Citron, D. B., & Taffer, R. J. (1992). The Auditor Report under Going Concern Uncertainties: An Empirical Analysis. *Accounting and Business Research*, 22 (88) (autumn), 337 – 345.
- Comissão de Mercado de Valores Mobiliários (CMVM). (1999). *Recomendações da CMVM sobre o governo das sociedades cotadas*. Lisboa.
- Comissão de Mercado de Valores Mobiliários (CMVM). (2001). *Regulamento da CMVM nº 7/2001. Governo das Sociedades Cotadas*. Lisboa.
- Comissão de Mercado de Valores Mobiliários (CMVM). (2003). *Recomendações da CMVM sobre o governo das sociedades cotadas*. Lisboa.

-
- Comissão de Mercado de Valores Mobiliários (CMVM). (2005). Regulamento da CMVM nº 10/2005. Altera os regulamentos da CMVM nº 7/2001 e nº 4/2004 relativos ao governo das sociedades e a deveres de informação. Lisboa.
 - Comissão de Mercado de Valores Mobiliários (CMVM). (2006). Regulamento da CMVM nº 3/2006. Oferta e Emitentes – inclui alteração ao Regulamento nº 7/2001.
 - Comissão de Mercado de Valores Mobiliários (CMVM). (2007). Regulamento da CMVM nº 1/2007. Governo das sociedades cotadas. Lisboa.
 - Comissão de Mercado de Valores Mobiliários (CMVM). (2008). Regulamento da CMVM nº 5/2008. Regulamento de alteração ao regulamento da CMVM nº 1/2007. Lisboa.
 - Comissão de Mercado de Valores Mobiliários (CMVM). (2008). Relatório anual sobre o governo das sociedades cotadas em Portugal em 2008. Lisboa.
 - Comissão de Mercado de Valores Mobiliários (CMVM). (2010). Regulamento da CMVM nº 1/2010. Governo das Sociedades Cotadas. Lisboa.
 - Commission on Public Trust and Private Enterprise. (2003). Finding and Recommendations part 3: Audit and Accounting. New York. The Conference Board.
 - Copley, P. A., & Douthett, E. B. (2002). The Association Between Audit Choice Ownership Retained and Earnings Disclosure by Firms Making Initial Public Offerings. *Contemporary Accounting Research*, 19 (1), 49 – 75.
 - Costa, C. B. (1995). *Auditoria Financeira - Teoria & Prática* (5ª Ed.). Lisboa: Editora Rei dos Livros.
 - Costa, C. B. (2007). *Auditoria Financeira* (8ª Ed.). Lisboa: Editora Rei dos Livros.

- Costa, C., & Alves, G. (2005). *Contabilidade Financeira* (5^a Ed). Lisboa: Publisher Team.
- Cox, D. (1969). *The Analysis of Binary Data*. London: Methuen.
- Correia, P. (2011). Oligopólio das *Big Four*. Brasília. <http://www.contabilidade-financeira.com/2011/05/oligopolio-das-big-four.html>
- Craswell, A. T. (1988). The Association Between Qualified Opinions and Auditor Switches. *Accounting and Business Research*, (19), 23 – 31.
- Craswell, D., Stokes, J., & J, L. (2002). Auditor independence and fee dependence. *Journal of Accounting and Economics*, (33), 253 – 275.
- Crepaldi, S. A. (2004). *Contabilidade Gerencial: Teoria e Prática*. São Paulo: Atlas.
- Davidson, W. N., Jiraporn, P., & DaDalt, P. J. (2004). Causes and Consequences of Audit Shopping: An Analysis of Auditor Opinions, Earnings Management, and Auditor Changes. *Quarterly Journal of Business & Economics*, 45 (1-2), 69 – 87.
- Davis, L., Soo, B., & Trompeter, G. (2002). Auditor Tenure, Auditor Independence and Earnings Management. Documento de trabalho. Boston College.
- DeAngelo, L. (1981). The Auditor-Client Contractual Relationship: An Economic Analysis. UMI Research Press.
- DeAngelo, L. (1981). Auditor size and audit quality. *Journal of Accounting and Economics*, 3 (3), 183-199.
- DeAngelo, L. (1982). Mandated Successful Efforts and Auditor Choice. *Journal of Accounting and Economics*, December, 171 – 203.

-
- Defond, M. L. (1992). The Association Between Changes in Client Firm Agency Costs and Auditor Switching. *A Journal of Practice and Theory*, 11 (1), 16 – 31.
 - Defond, M. L., & Lennox, C. S. (2011). The Effect of Sox on Small Auditor Exits and Audit Quality. *Journal of Accounting and Economics*, 52 (1), 21 – 40.
 - Defond, M., Raghunandan, K., & K, S. (2002). Do non-audit services fees impair auditor independence? Evidence from going concern audit opinions. *Journal of Accounting Research*, (40), 1247 – 1274.
 - Defond, Mark L., & Francis, J. R. (2005). Audit Research After Sarbanes-Oxley. *Auditing: A Journal of Practice & Theory*, 24, 5 – 30.
 - Deis, D. R., & Giroux, G. (1996). The Effect of Auditor Change on Audit Fees, Audit Hours and Audit Quality. *Journal of Accounting and Public Policy*, 15, 55 – 76.
 - Dey, A. (2008). Corporate Governance and Agency Conflicts. *Journal of Accounting Research*, 46 (5), 1143 – 1181.
 - Dodd, P., Dupoch, N., Holthausen, R., & Leftwich, R. (1984). Qualified Audit Opinions and Stock Prices. Information Content, Announcements Dates, and Concurrent Disclosures. *Journal of Accounting and Economics*, 1, 3 – 38.
 - Dopuch, N., Holthausen, R. W., & Leftwich, R. W. (1987). Predicting Audit Qualifications With Financial and Market Variables. *The Accounting Review*, 62 (3), 431 – 454.
 - Dopuch, N., Holthausen, R., & Leftwich, R. (1986). Abnormal stock returns associated with media disclosures of subject to qualified audit opinions. *Journal of Accounting and Economics*, (1), 93 – 117.
 - Dupoch, N., Holthausen, R., & Leftwich, R. (1987). Predicting Audit Qualification with Financial and Market Variables. *The Accounting Review*, 62 (3), 431 – 454.

- Dutra, M. H. (2011). *Modelo de referência para o relatório final de auditoria independente baseado na abordagem da expectation gap*. (Tese de Doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- Dye, R. A. (1991a). Informationally Motivated Auditor Replacement. *Journal of Accounting and Economics*, December, 347 – 374.
- Dye, R. A. (1991b). Informationally Motivated Auditor Replacement. *Journal of Accounting and Economics*, 14, 374 – 394.
- Ebrahim, G. J. (2001). *Análise Multivariada*. IMIP.
- Eichenseher, J. M., & Shields, D. (1983). The Correlates of CPA - Firm Change for Publicly - Held Corporations. *A Journal of Practice and Theory*, Spring, 23 – 37.
- Elliott, J. (1982). Subject to Audit Opinions and Abnormal Security Returns - Outcomes and Ambiguities. *Journal of Accounting Research*, 20 (2), 617 – 638.
- Esperança, José Paulo., & Matias, Fernanda. (2009). *Finanças Empresariais* (2ª Ed). Texto Editora.
- Ettredge, M. (2007). Audit Fees and Auditor Dismissals in the Sarbanes-Oxley Era. *Accounting Horizons*, 21 (4), 371 - 386.
- Ettredge, M. L., Heintz, J., Chan, L., & Scholz, Susan. (2011). Auditor Realignment Accompanying Implementation of SOX 404 ICRF Reporting Requirements. *Accounting Horizons*, 25 (1), 17 – 39.
- Ettredge, M. L., Sholz, S., & Li, C. (2007). Audit Fees and Auditor Dismissals in the Sarbanes-Oxley Era. *Accounting Horizons*, 21 (4), 371 – 386.
- Ewelt-Knauer, Corinna., Gold, Anna., & Pott, Christiane. (2012). What do we know about mandatory audit firm rotation? *ICAS*.

-
- Fávero, L. P., Belfiore, P., Silva, F. L., & Chan, B. L. (2009). *Análise de Dados: Modelagem Multivariada para a Tomada de Decisões*. Rio de Janeiro: Elsevier.
 - Fédération des Experts Comptables Européens. (FEE). (2004). Study on Mandatory Rotation of Audit Firms Fédération des Experts Comptables Européens. <Http://www.lar.Lt/Docs/FEE>. Acesso em 11 de Março de 2014.
 - Fernandes, C., Peguinho, C., Vieira, E., & Neiva, J. (2012). *Análise Financeira - Teoria e Prática* (1ª Ed). Lisboa: Edições Sílabo.
 - Firmino, J. E., Damascena, L.G., & Paulo, E. (2010). Qualidade da auditoria no Brasil: um estudo sobre a atuação das auditorias independentes denominadas *Big Four*. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, 5 (Especial), 40-50.
 - Firth, M. (1978). Qualified Audit Report: Their Impact on Investment Decisions. *The Accounting Review*, (53, julho), 642 – 650.
 - Firth, M. (1999). Company Takeover and The Auditor Choice Decision. *Journal of International Accounting, Auditing & Taxation*, 8 (2), 197 – 214.
 - Firth, M. (2002). Auditor - Provided Consultancy Services and their Associations with Audit Fees and Audit Opinions. *Journal of Business Finance e Accounting*, 29 (5 e 6), 661 – 93.
 - Fisher, R.A. (1973). *Statistical methods and scientific inferences*, Collins Macmillian, London.
 - Flint, D. (1988). *Philosophy and Principles of Auditing*. Hampshire: Macmillan Educational Ltd.
 - Francis, J. R., & Wilson, E. R. (1988). Auditor Changes: a Joint Test of Theories Relating to Agency Costs and Auditor Differentiation. *Accounting Review*, 63 (4), 663 – 682.

- Francis, J., & Krishnan, J. (1999). Accounting Accruals and Auditor Reporting Conservatism. *Contemporary Accounting Research*, 16, 135 – 165.
- Gaganis, C., & Pasiouras, F. (2007). A multivariate analysis of the determinants of auditor's opinions on Asian Banks. *Managerial Auditing Journal*, 22 (3), 268 – 287.
- Gallén, M. L., & Begoña, I. (2005). La Alteración del Resultado para Evitar Perdidas y Descensos: Evidencia Empírica. *Revista Española de Financiación y Contabilidad*, 34 (124), 141 – 181.
- García Benau, M. A., & Monterrey, M. A. (1997). Análisis de la Información Previsional y Qualitativa. *Revista de Contabilidad*, 0 (0), 125 – 166.
- García Benau, M. A., & Pucheta Martinez, M. C. (2001). Comprenden los Usuarios el Informe de Auditoria? *Tecnica Contable*, (marcó), 177 – 194.
- García Benau, M. A., Ruiz Barbadillo, E., & Martinez, A. V. (2000). Factores que condicionan la elección y el cambio de auditor en la empresa española. *Revista de Contabilidad*, 3 (6), 49 – 80.
- García, M. A. (1998). Qué Espera la Sociedad de la Auditoria? - La Contabilidad en el Siglo XXI. *La Técnica Contable*, 17 – 35.
- Gay, G. E., & Schelluch, P. (2006). Assurance Provided by Auditors' Reports on Prospective Financial Information: Implications for the Expectation Gap. *Accounting and Finance*, 46, 653 – 676.
- Geada, F. (2005). Auditoria: Fundamentação Histórica da Profissão. *Auditoria Interna, Instituto Português de Auditores Internos, Outubro/Dezembro* (22), 18 – 19.
- Geiger, M., Raghunandam, K., & Rama, D. V. (1998). Costs Associated with Going-Concern modified audit opinion: an analysis of auditor change, subsequent opinions, and client failures. *Advances in Accounting*, 16, 117 - 139.

-
- Geng, J., & Yang, H. (2001). Analysis on Auditor Switching of Listed Company in China. *Accounting Research*, 22 (4), 57 – 62.
 - Ghosh, A., & Moon, D. (2003). “Does Auditor Tenure Impair Audit Quality? *Office of Economic Analysis. The Securities and Exchange Commission*. Working Paper. <http://ssrn.com/abstract=385880>
 - Gill, G., & Cosserrat, G. (1996). *Modern Auditing in Australia* (4th Ed). Australia: John Wiley & Sons, Ltd.
 - Gómez Aguilar, N., & Ruiz Barbadillo, E. (2000) Un estudio empírico sobre la relación entre informe de auditoría y cambio de auditor. *Revista Española de Financiación y Contabilidad*, XXIX (105), 705 – 741.
 - Gómez Aguilar, N., & Ruíz Barbadillo, E. (2003). Do Spanish Firms Change Auditor to Avoid a Qualified Audit Report. *International Journal of Auditing*, (7), 37 – 53.
 - Government Accountability Office (GAO). (2008). Audits of public companies: continued concentration in audit market for large public companies not all for immediate action. Disponível em: <http://www.gao.gov/new.items/d08163.pdf>
 - Gramling, A. A., & Karapanos, V. (2008). Auditor Independence: a Focus on the SEC Independence Rules. *Issues in Accounting Education*, 23 (2), 247 – 260.
 - Gramling, A. A., Rittenberg, L. E., & Johnstone, K. M. (2012). *Auditoria*. São Paulo: Cengage Learning.
 - Guimarães, J. (2005). A Certificação Legal das Contas. *Revista de Contabilidade e Finanças, Julho/Setembro* (82).
 - Gul, F. A., Lee, D. S., & Lynn, M. (1992). A Note on Audit Qualification and Switches: Some Further Evidence from a Small Sample Study. *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation*, 1 (1), 111 – 120.

- Gul, F. A., Lee, D., & Lynn, M. (1991). *Audit Qualifications and Switches: The Hong Kong Evidence*. Unpublished Manuscript, The Chinese University of Hong Kong.
- Gul, F., & Tsui, J. S. L. (1992). An empirical analysis of Hong Kong bankers' perceptions of auditor ability to resist management pressure in an audit conflict situation. *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation*, 1 (2), 177 – 190.
- Hair, J. F., Anderson, R. E., Tatham, R. L., & Black, W. C. (1999). *Análise Multivariante*. Prentice Hall Iberica S. R. L. (5ª Ed). Madrid.
- Harris, P. (1998). *Accounting and Finance for the International Hospitality Industry*. (1st Ed). Oxford: Reed Educational and Professional Publishing.
- Harris, P. (1998). *Accounting and Finance for the International Hospitality Industry*. Oxford: Reed Educational and Professional Publishing, Oxford Brookers University.
- Haskins, M. E., & Williams, D. (1990). A Contingent Model of Intra-Big Eight Auditor Changes. *Auditing: A Journal of Practice and Theory*, 9 (3), 55 – 74.
- Healy, P., & T., L. (1986). Auditor Changes Following Big Eight Mergers with Non-Big Eight Audit Firms. *Journal of Accounting and Public Policy*, 5 (4), 251 – 265.
- Holmes, A. W. (1978). *Princípios Básicos de Auditoria*. México: Editorial Continente S.A (CECSA).
- Hope, O. K., & Langli, J. C. (2010). Auditor Independence in a Private Firm and Low Litigation Risk Setting. *The Accounting Review*, 85 (2), 573 – 605.
- Hosmer, D. W., & Lemeshow, S. (1989). *Applied Logistic Regression* (2ª Ed). John Wiley & Sons, Inc.

-
- Hudaib, M., & Cooke, T. E. (2002). *Qualified Audit Opinions and Auditor Switching* (Working Paper). University of Exeter, Reino Unido. Retrieved from <http://business-school.exeter.ac.uk/documents/papers>
 - Hudaib, M., & Cooke, T. E. (2005). The Impact of Management director Changes and Financial Distress on Audit Qualification and Auditor Switching. *Journal of Business Finance & Accounting*, 32, 1703 - 1739.
 - Humphrey, G. C., Moizer, P., & Turley, S. (1996). The Audit Expectation gap in Britain: an Empirical Investigation. *Accounting and Business Research*, 23 (summer), 395 – 411.
 - Institute of Chartered Accountants in England and Wales. (2002). *Mandatory Rotation of Audit Firms*. London. <Http://www.icaew.co.uk/publicassets/00/00/03/64/pdf> (acesso em 11 de Março de 2014).
 - International Federation of Accountants (IFAC); ISA 200 – Objetivos e Princípios Gerais que regem uma Auditoria de Demonstrações Financeiras – traduzida pela OROC (eficaz para períodos que comecem em, ou após, 15 de Dezembro de 2006).
 - International Federation of Accountants (IFAC); ISA 700 – O Relatório de Auditoria Independente Sobre Um Conjunto Completo de Demonstrações Financeiras com Finalidade Geral – traduzida pela OROC (eficaz para relatórios de auditoria de demonstrações financeiras que comecem em, ou após, 31 de Dezembro de 2006).
 - Instituto Português de Corporate Governance (IPCG). (2009). Ante-projeto de Código de Bom Governo das Sociedades. <http://www.cgov.pt/> Acedido em 3 de Março de 2014

- Ireland, J. C. (2003). An Empirical Investigation of Determinations of Audit Reports in the U.K. *Journal of Business Finance & Accounting*, 30 (7-8), 975 – 1015.
- Iskandar, T. M., & Syed Mohd, G. (1993). Incident of Qualified Opinions and Effects on Auditor Switching: An Empirical Study in Malaysian. *Journal Pengurusan*, 13, 53-63.
- Ismail, S., Ali Ahmed, H. J., Md. Nassir, A., & Abdul Hamid, M. A. (2008). Why Malaysian second board companies switch auditors: evidence of Bursa Malaysia. *International Research Journal of Finance and Economics*, 13, 123 – 130.
- Istitieh, A., & Rodríguez-Fernandez, J. M. (2006). Factor – product markets and firm’s capital structure: aliterature review. *Review of financial economics*, (15), 49-75.
- Instituto Português de Corporate Governance. (IPCG). (2009). Ante-projecto de Código de Bom Governo das Sociedades. Lisboa.
- Jagels, M. G., & Coltman, M. M. (2004). *Hospitality Management Accounting* (8th Edition). John Wiley & Sons, Inc.
- Jennings, M. M., Pany, K. J., & Reckers, P. M. J. (2006). Strong Corporate Governance and Audit Firm Rotation: Effects on Judges’ Independence Perceptions and Litigation Judgments. *Accounting Horizons*, 20 (3), 253 – 270.
- Jensen, K. L., & Payne, J. L. (2005). Audit Procurement: Managing Audit Quality and Audit Fees in Response to Agency Costs. *Auditing: A Journal of Practice & Theory*, 24, (2), 27-48.
- Jensen, M., & Meckling, W. (1976). Theory of the Firm: Managerial Behavior, Agency Costs and Ownership Structure. *Journal of Financial Economics*, 3, 305 – 360.

-
- Joel, B., & Breesch, D. (2004). Referral as a Determining Factor for Changing Auditors in the Belgian Auditing Market: An Empirical Study. *The International Journal of Accounting*, 39, (3), 307 – 326.
 - John, K., & Senbet, L. (1998). Corporate Governance and board effectiveness. *Journal of Banking and Finance*, 22, 371-403.
 - Johnson, E., Khurana, L. K., & Reynolds, J. K. (2002). Audit-Firm Tenure and The quality of Financial Reports. *Contemporary Accounting Research*, 19, 637 – 60.
 - Johnson, W. B., & Thomas, T. (1990). The Market for Audit Services: Evidence from Voluntary Auditor Changes. *Journal of Accounting and Economic*, 12 (1-3), 281 – 308.
 - Johnson, W., & Lys, T. (1990). The Market for Audit Services - Evidence from Voluntary Auditor Changes. *Journal of Accounting and Economics*, 281 – 308.
 - Jones, F. (1996). The Information Content of the Auditors' Going Concern Evaluation. *Journal of Accounting and Public Policy*, (15) (Spring), 1 – 27.
 - Kleinman, G., & Palmon, D. (2001). *Understanding Auditor-Client Relationships: A Multifaceted Analysis*. Princeton: Markus Weiner Publications, Inc.
 - Knapp, M. C. (1985). Audit Conflict: an empirical study of the perceived ability of auditors to resist management pressure. *The Accounting Review*, 16 (2), 202 – 211.
 - Knechel, R. (2001). *Auditing Assurance & Risk* (2^a Ed). University of Florida: South-Western College Publishing.
 - Koo, C. M., & Sim, H. S. (1999). On the Role Conflict no Auditors in Korea. *Auditing & Accountability Journal*, 12 (2), 206 – 219.

- Koo, C. M., & Sim, H. S. (1999). On the role conflict of auditors in Korea. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 12 (2), 206 – 209.
- Kotler, P. (1996). *Administração de Marketing*. São Paulo: São Paulo: Atlas.
- Krishnan, G. V., & Sengupta, P. (2001). How do Auditors Perceive Recognized vs Disclosed Lease and Pension Obligations? Evidence from Fees and Going-Concern Opinions. *International Journal of Auditing*, 15 (2), 127 – 149.
- Krishnan, J. (1994). Auditor Switching and Conservatism. *The Accounting Review*, 69, 200 –215.
- Krishnan, J., & Krishnan, J. (1996). The role of economic trade-offs in the audit opinion decision: An empirical analysis. *Journal of Accounting, Auditing & Finance*, (11), 565 – 586.
- Krishnan, J., & Stephens, R. (1995). Evidence on Opinion Shopping from Audit Opinion Conservatism. *Journal of Accounting and Public Policy*, 14, 179 - 201.
- Krishnan, J., & Stephens, R. G. (1996). The Simultaneous Relation Between Auditor Switching and Audit Opinion: An Empirical Analysis. *Accounting and Business Research*, 26 (summer), 224 – 36.
- Lafond, R., & Roychowdhury, S. (2008). Managerial Owner Ship and Accounting Conservatism. *Journal of Accounting Research*, 46 (1), 101 – 135.
- Laitinen, E., & Laitinen, T. (1998). Qualified Audit Reports in Finland: Evidence from Large Companies. *The European Accounting Review*, 7 (4), 639 – 653.
- Lam, S., & Chang, S. (1994). Auditor service quality and auditor size: evidence from initial public offererings in Singapore. *Journal of International Accounting, Auditing & Taxation*, 3, (1), 103-114.
- Laureano, R., & Botelho, M. do C. (2012). *SPSS o meu manual de consulta rápida* (2ª Ed). Lisboa: Edições Sílabo.

-
- Lee, H. Y., Mande, V., & Son, M. (2009). Do Lengthy Auditor Tenure and the Provision of Non-Audit Services by the External Auditor Reduce Audit Report Lags? *International Journal of Auditing*, 13, 87 – 104.
 - Lee, T. H., & Azham, M. A. (2008). The Evolving Role of Audit: Where do we go from here? *Accountants Today*, March, 18 – 22.
 - Lennox, C. (2000). Do Companies Successfully Engage in Opinion-Shopping? Evidence from the UK. *Journal of Accounting and Economics*, 29, 321 – 37.
 - Lennox, C. (2000). *Opinion shopping, audit firm dismissals and audit committees* (Working paper). University of Science and Technology, Hong Kong. Acedido me <http://ssrn.com/abstract=299843>
 - Leung, P., Coram, P., & Cooper, B. (2007). *Modern Auditing & Assurance Service* (3rd Ed.) Australia: John Wiley & Sons
 - Levinthal, D.A, & Fichman, M. (1988). Dynamics of inter organizational attachments: Audit-client relationships. *Administrative Science Quarterly*, 33 (3), 345 - 369.
 - Li, S., & Wu, X. (2002). Auditor Switching: Evidence from Chinese Securities Market. *China Financial and Economic Publishing*, 89 – 95.
 - Li, T., & Xue, Z. (2005). The relationship Between Directorate Structure and Auditor Switching: Empirical Study from Chine Securities Market. *Economic Review*, 26 (3), 62 – 65.
 - Lin, Z. J., & Liu, M. (2010). The Determinants of Auditor Switching from the Perspective of Corporate Governance in China. *Advances in Accounting Incorporating Advances in International Accounting Journal*, 26, 117 – 127.
 - Lin, Z. J., Liu, M., & Wang, Z. (2009). Market Implications of the Audit Quality and Auditor Switches: Evidence from China. *Journal of International Financial Management and Accounting*, 20 (1), 35 – 78.

- López Combarros, J. L. (1996). Propuestas para una Modificación de la Ley de Auditoría de Cuentas. *Partida Doble*, 71, 42 – 56.
- Loudder, M. L., Khurana, I. K., Sawyers, R. B., Cordery, C., Johnson, C., Lowe, J., & Wunderle, R. (1992). The information content of audit qualifications. *Auditing: A Journal of Practice & Theory*, 11, 69 - 82.
- Lourenço, J. (1999). *A Auditoria Fiscal*. Lisboa: Vilis Editores.
- Louwers, T. (1998). The relation between going-concern opinion and the auditor's loss function. *Journal of Accounting Research*, 36, 143-156.
- Magge, R. P., & Tseng, M.-C. (1990). Auditing Pricing and Independence. *The Accounting Review*, 65 (2), 315 – 336.
- Marôco, J. (2011). *Análise Estatística com o SPSS Statistics* (5ª Ed). Pero Pinheiro. Acedido de www.reportnumber.pt
- Marques de Almeida, J. J. (2001). Natureza e Papel da Auditoria na Sociedade Atual. *Revisores e Empresas, Janeiro/Março* (12), 36 – 42.
- Martínez, A., & Martínez, M. (2005). Un Estudio Empírico Acerca de la Relevancia del Informe de Auditoría entre los Analistas de Riesgos de las Entidades de Crédito. *Revista Española de Financiación y Contabilidad*, 34 (124), 45 – 75.
- Martins, E. (2005). Análise Crítica de Balanços - Parte I. *Boletim 10B - Pasta Temática Contábil e Balanços*, (26).
- Martins, M. A. C. (1980). A nominal Theory of the Nominal Rate of Interest and the Price Level. *Journal of Political Economy*, (88), 174 – 185.
- Mautz, R. K., & Sharaf, H. A. (1961). *The Philosophy of Auditing*. Sarasota, Fla: American Accounting Association.

-
- Mayoral, J. M., & Sánchez-Segura, A. (2007). Rotación Y Dependencia Económica De Los Auditores: Sus efectos Sobre La Calidad Del Resultado En Las Compañias Cotizadas Españolas. *Investigaciones Económicas*, XXXI (1), 119 – 159.
 - McFadden, D. (1973). *Conditional Logit Analysis of Qualitative Choice Behavior*. New York: Frontiers in Econometrics, New York Wiley.
 - McKeown, J., Mutchler, J., & Hopwood, W. (1991). Towards an Explanation of Auditor Failure to Modify the Audit Opinions of Bankrupt Companies. *A Journal of Practice and Theory*, 10 (Supplement), 1 – 13.
 - Melumad, N., & Thomas, L. (1990). On Auditor's and the Courts in an Adverse Selection Setting. *Journal of Accounting Research*, 28(1), 77 – 120.
 - Menezes, H. C. (2003). *Princípios de gestão financeira*. Presença Editora. Lisboa.
 - Menon, K., & William, S. D. (2001). Long-term in Audit Fees. *A Journal of Practice and Theory*, 20 (1), 115 – 130.
 - Messier, W. F. J., Glover, S. M., & Prawitt, D. F. (2006). *Auditing & Assurance Service - A Systematic Approach* (Fourth Edition). Boston: McGraw-Hill/Irwin.
 - Ministério do Emprego e da Segurança Social, Decreto-Lei nº 9/92, de 22 de Janeiro, Diário da República Série I – A nº 18/92, aprovado pela Lei nº 141/85 de 14 de Novembro, altera o regime do Balanço Social das empresas, pp 439 - 441.
 - Ministério das Finanças, Decreto-Lei nº 487/99, de 16 de Novembro, que aprova o Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.
 - Ministérios das Finanças e da Administração Pública e da Justiça Decreto-Lei nº 76-A/2006, de 29 de Março, Diário da Republica, I Série-A, nº 63.Lisboa, 29 de Março de 2006.
 - Ministério da Justiça, Decreto-Lei nº 1/72, de 3 de Janeiro, Diário da Republica Série I nº 1/72 - Promulga a regulamentação das atividades dos Revisores

Oficiais de Contas e das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas, 3 de Janeiro de 1972, pp 2 - 8

- Ministério da Justiça, Decreto-Lei nº 422 – A/93, de 30 de Dezembro, que promulga o novo estatuto jurídico, que regula a profissão de Revisor Oficial de Contas.
- Moizer, P. (1997). Auditor Reputation: The International Empirical Evidence. *International Journal of Auditing*, 1, 61 – 74.
- Monroe, G., & Teh, S. (1993). Predicting Uncertainty Audit Qualifications in Australia Using Publicly Available Information. *Accounting Finance*, 33 (2), 79 – 106.
- Monteiro, C., & Almeida, F. (2011). *Análise de Balanços e Estudos de Indicadores Económicos com Base nos Modelos SNC*. OTOC.
- Monterrey, J., & Sánchez, A. (2007). Rotación y Dependencia Económica de los Auditores: Sus Efectos sobre la Calidad del Resultado en las Compañías Cotizadas Españolas. *Investigaciones Económicas*, 31, 119 – 159.
- Moore, D. A., Loewenstein, G., Tanlu, L., & Bazerman, M. H. (2003). Auditor independence, conflict of interest, and the unconscious intrusion of bias. *Division of Research*. Harvard Business School
- Moreira, J. (2006). Manipulação para evitar Perdas: O Impacto do Conservadorismo. *Contabilidade e Gestão, Revista Científica da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas*, (3), 33 – 63.
- Mutchler, J. F. (1985). A Multivariate Analysis of Auditor's Going Concern Opinion Decision. *Journal of Accounting Research*, 23 (2), 668 – 682.
- Mutchler, L., & Williams, D. (1990). The relationship between audit technology, client risk profiles and the going-concern opinion decision. *Auditing: A Journal of Practice & Theory*, 9, 39-54.

-
- Myers, J. N., Myers, L. A. & Omer, T. C. (2003). Exploring the term of auditor-client relationship and the quality of earnings: A case for mandatory auditor rotation? *The Accounting Review*, 78 (July), 779 - 799.
 - Nagy, A. L. (2005). Mandatory Audit Firm Turn Over, Financial Reporting Quality, and Client Bargaining Power. *Accounting Horizons*, 19 (2), 51 – 68.
 - Neves, J. C. (2006). *Análise Financeira - Técnicas Fundamentais*. Texto Editores.
 - Newbold, Paul. (1997). *Statistics for Business and Economics*. Fourth Edition – Prentice Hall International Editions, 229-236. ISBN – 0-13-185554-9.
 - Newman, D. P., Patterson, E.N., & Smith, J. R. (2005). The role of auditing in investor protection. *The Accounting Review*, 80, (1), 289-313.
 - Newton, J. D., & Ashton, R. H. (1989). The Association Between Audit Technology and Audit Delay. *Auditing: A Journal of Practice & Theory*, 8 supl, 22 – 37.
 - OCDE. (1999). *OCDE Principles of Corporate Governance*. OCDE Publications. Paris.
 - Ojo, M. (2008). The role of external auditor in the regulation and supervision of the UK banking system. *Journal of Corporate Ownership and Control*, 5, (4).
 - Ordem dos Revisores Oficiais de Contas – Diretriz de Revisão Auditoria 700 – Relatório de Revisão/Auditoria (Fevereiro 2001).
 - Ordem dos Revisores Oficiais de Contas – Directriz de Revisão Auditoria 701 – Relatório de Auditoria elaborado por auditor registado na CMVM sobre informação anual (Fevereiro de 2001).
 - Ordem dos Revisores Oficiais de Contas – Directriz de Revisão Auditoria 810 – Certificação de créditos e de dedução do IVA (Julho, 2007).

- Orta Pérez, M. (1996). Una Propuesta de Marco Conceptual de la Auditoria de Cuentas Anuales. ICAC.
- Palmorese, Z. V. (1986). Audit Fees and Auditor Size: Further Evidence. *Journal of Accounting Research*, 24 (1), 97 – 110.
- Palmorose, Z. (1989). The relation of audit contract type to audit fees and hours. *The accounting review*, 63, 488-499.
- Parlamento Europeu e do Conselho, Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro, que altera o POC transpondo para a Ordem Jurídica Interna a Diretiva nº 2003/51/CE, de 18 de Junho.
- Pasiouras, F. (2007). Multicriteria Decision Support Methodologies for Auditing Decisions: The Case of Qualified Audit Reports in the U.K. *EU R J Oper Res*, 180 (3), 1317-1330
- Petty, R., & S, C. (1996). Auditor Rotation: Framing the Debate. *Australian Accountant*, May, 40 – 41.
- Piot, C. (2000). Relations d'Agence, Opportunités de Croissance et Notoriété de l' Auditeur Externe: Une Étude Empirique du Marché Français. Presented at the XXI Congrès de L'Association Française de Comptabilité, França.
- Plot, C. (2001). Agency Cost and Audit Quality: Evidence from France. *The European Accounting Review*, 10 (3), 461 – 499.
- Portaria nº 83/74 do Ministério da Justiça e das Finanças, que declara constituída a Câmara dos Revisores Oficiais de Contas. Diário da República nº 31/74 Série I, 192 -192.
- Porter, B., Simon, J., & Hatherly, D. (2005). *Principles of External Auditing* (3^a Ed). John Wiley & Sons, Ltd.

-
- Prado Lorenzo, J. M., & González Bravo, M. J. (1998). Auditoria: Hacia donde caminar? VIII Encuentro de La ASEPUC.
 - PricewaterhouseCoopers. (2002). Mandatory Rotation of Audit Firms: Will it improve audit quality? New York, PricewaterhouseCoopers, LLP.
 - Raghunathan, B., Lewis, B., & Evans, J. (1994). An empirical investigation of problem audits. *Research in accounting regulation*, 8, 33-58.
 - Reichelt, K. J., & Wang, D. (2010). Natural and Office-Specific Measures of Auditor Industry Expertise and Effects on Audit Quality. *Journal of Accounting Research*, 48 (3), 647 – 686.
 - Reis, G. M. R. (2009). O rodízio de auditores independentes e a análise se existe ou não impactos no gerenciamento de resultados das empresas auditadas. Dissertação Mestrado – Programa de Mestrado em Contabilidade, Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, Salvador.
 - Revista Exame (2005). Auditoria à lupa. Novembro, 122-126.
 - Revista Exame (2012). As 100 maiores empresas do Brasil. <http://exame.abril.com.br/negócios/empresas/melhores-e-maiores/ranking/2012>
 - Reynolds, J. K., & Francis, J. R. (2001). Does size matter? The influence of large clients on office-level auditor reporting decisions. *Journal of Accounting and Economics*, (30), 375 – 400.
 - Ricchiente, D. (1989). *Auditing: Concepts and Standards* (Rev 2nd). South-Western Publishing Co. Us.
 - Ricchiute, D. N. (2002). *Auditing and Assurance Services*. (7^a Ed.). Mason: Thomson Learning.
 - Robertson, J. C., & Smieliauskas, W. J. (1998). *Auditing & Other Assurance Engagements* (First Canadian Edition). Toronto: McGraw-Hill Ryerson.

- Ruíz Barbadillo, E. (1998). Dimensiones Informativas y Objetivos del Informe de Auditoria. *Revista de Contabilidad*, 1 (2), 120 – 152.
- Ruíz Blanco, S. (1997). Responsabilidad, Formación e Independencia. Las Normas de la Profesión en España: una perspectiva histórica (Vol. Tomo I, pp. 1125 – 1145). Presented at the IX Congreso de AECA, Sevilla.
- Salehi, M. (2007). An Empirical Study of Corporate Audit Expectation Gap in Iran (Unpublished Doctoral Dissertation). University of Mysore, India.
- Santos, A., & Grateron, I. R. G. (2003). Contabilidade criativa e responsabilidade dos auditores. *Revista de Contabilidade & Finanças*, 14 (32), 7-22. USP.
- Santos, E. C., & Pereira, A. C. (2004). O parecer dos auditores independentes sobre demonstrações contábeis: uma abordagem sobre o parecer - padrão atualmente em vigor no Brasil. *Revista Administração Online*, 4 /Jul/Agost/ Set (3).
- Santos, F. P. A. (2008). A Relação entre o Parecer de Auditoria e a Troca de Auditores: Uma Investigação nas Instituições Financeiras Brasileiras. (Dissertação de Mestrado em Administração - Curso de Pós-Graduação em Administração.). Fundação Gertulio Vargas, Rio de Janeiro.
- Schandl, C. W. (1978). *Theory of Auditing*. Houston, Texas: Scholars Book.
- Schelluch, P., & Gay, G. (2006). Assurance Provided by Auditors' Reports on Prospective Financial Information: Implications for the Expectation Gap. *Accounting & Finance*, 46 (4), 653 – 676.
- Schultz, J. J. (1974). The independent auditor and role conflict resolution (PHD dissertation). The University of Texas.
- Schwartz, K. B., & Menon, K. (1985). Auditor Switches by Failing Firms. *The Accounting Review*, LX (April), 248 – 61.

-
- Scott, W. R. (2003). *Financial Accounting Theory* (3^a Ed). Prentice Hall.
 - Securities and Exchange Commission. (SEC). (1988). Financial Reporting Release 31: Disclose Amendments to Regulation S-K, Form 8-K and Schedule 14-A Regarding Changes in Accountants and Potential Opinion Shopping Situations. Washington, D.C.
 - Securities and Exchange Commission. (SEC). (1994). Staff Report on Auditor Independence. Washington, D.C.
 - Securities and Exchange Commission. (SEC). (2000). Revision of the Commission's Auditor Independence File n° 57 – 13- 00 (RIN: 3235 – AH91)
 - Segura, A. S. (2001). El Informe de Auditoria y su Relación con las Características Corporativas, *30* (108), 349 – 391.
 - Sekaram, Uma. (2000). *Research Methods for Business – A Skill-Building Approach* (3^a Ed). John Wiley & Sons, INC.
 - Senteney, D. L., Chen, Y., & Ashok, G. (2006). Predicting Impending Bankruptcy from Auditor Qualified Opinions and Audit Firm Changes. *Journal of Applied Business Research, First Quarter 22* (1), 41 – 55.
 - Shank, J., & Murdock, R. (1978). Comparability in the application of reporting standards: some further evidence. *The Accounting Review, (October)*, 824 - 835.
 - Shleifer, A., & Vishny, R. W. (1997). A survey of Corporate Governance. *Journal of Finance, 52*, 2, 737-783.
 - Shroeder, R. G., Clark, M. W., & Cathey, J. M. (2005). *Financial accounting theory and analysis: text reading and cases*. New York: John Wiley & Sons.
 - Silva, A., & *et al.* (2006). *Livro Branco sobre Corporate Governance em Portugal*. Instituto Portugues de Corporate Governance.

- Silveira, Miceli, A. D. (2004). Governança corporativa e estrutura da propriedade. Tese de Doutorado (Doutoramento em Administração). Faculdade de Economia e Administração e Contabilidade. São Paulo.
- Siqueira, E. (2004). *A Importância, a Credibilidade e a Influência do Parecer da Auditoria como Ferramenta Auxiliar na Utilização das Demonstrações Contábeis para a Tomada de Decisão dos Investidores: Um Estudo Exploratório*. (Dissertação de Mestrado em Ciências Contábeis Atuariais. Curso de Pós-Graduação em Ciências Contábeis Atuariais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- Smith, D. (1986). Auditor, Subject to Opinions, Disclaimers and Auditor Changes. *Auditing - A Journal of Practice e Theory*, 6 (fall), 95 – 108.
- Spathis, C., Doumpos, M., & Zopounidis, C. (2003). Using Client Performance Measures to Identify Pre-Engagement Factors Associate with Qualified Audit Reports in Greece. *The International Journal of Accounting*, 38, 267 – 284.
- Stamp, E., & Moonitz, M. (1978). *International Auditing Standards*. New Jersey: Englewood Cliffs, Prentice Hall.
- *Statement of Position Regarding Mandatory Rotation of Audit Firms of Publicly Held Companies*. (1992). American Institute of Certified Public Accountants, Nova York.
- *Study on Mandatory Rotation of Audit Firms Fédération des Experts Comptables Européens*. (2004). FEE.
- Susan, Z. (2000). Auditor Resignations: Clientele Effects and Legal Liability. *Journal of Accounting and Economics*, 29 (2), 61 – 65.
- Taborda, D. M. G. (2006). *Auditoria, Revisão Legal de Contas e Outras Funções do Revisor Oficial de Contas (16 – 18)*. Sílabo.

-
- Teoh, S. (1992). Auditor Independence, Dismissal Threats and the Market Reaction to Auditor Switches. *Journal of Accounting Research*, 30(1), 1 – 26.
 - Teoh, S., & Wong, T. J. (1993). Perceived auditor quality and the earnings response coefficient. *The Accounting Review*, 68, 346-366.
 - Titman, S., & Truman, B. (1986). Information Quality and the Evaluation of New Issues. *Journal of Accounting and Economics*, 8, 159 – 172.
 - U.S. Senate (1976). The Accounting Establishment: A staff study subcommittee establishment on reports, accounting and management of the committee on government Operations Metcalf Report. U.S. Government Printing Office.
 - Vanstraelen, A. (2000). Impact of renewable long-term audit mandates on audit quality. *The European Accounting Review*, 9, 419 - 442.
 - Vanstraelen, A. (2003). Going-concern opinions, auditor switching, and the self-fulfilling prophecy effect examined in the regulatory context of Belgium. *Journal of Accounting, Auditing and Finance*, 18, 231 –253.
 - Villaroya Lequericaonandia, M. B. (2003). *Alteraciones y Manipulaciones de la Contabilidad*. Universidad de Valladolid.
 - Vinten, G. (1991). The Strategic Audit. *Managerial Auditing Journal*, 6 (4).
 - Zingales, L. (1998). Corporate Governance. The New Palgrave Dictionary of Economics and the Law, 1-20. <http://ssrn.com/abstract=46906> acedido me 20 de Fevereiro de 2014.
 - Wang, Y., & Tu, J. (2006). Vality on Audit Committee of Listed Company: Empirical Research Based on the Stock Market in China. *Management World*, 22 (11), 25 – 33.
 - Warren, C. (1980). Uniformity of auditing standards: a replication. *Journal of Accounting Research*, (spring), 312 - 324.

- Watts, R. L., & Zimmermann, J. L. (1983). Agency problems, auditing, and the theory of the firm: some evidence. *Journal of Law and Economics*, 26, 613 – 633.
- Watts, R. L., & Zimmermann, J. L. (1986). *Positive Accounting Theory*. Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice Hall.
- Weiss, Renee E., & Kalbers, Lawrence P. (2008). Causes and consequences of Auditor Changes: A Comparison of Accelerated and Non-Accelerated Filers. Disponível em: SSRN: <http://ssrn.com/abstract=1270711> ou em <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn>.
- Wiesner, W. (1987). O Parecer de Auditoria como Instrumento de Evidenciação: Um Estudo de Caso. (Tese de Mestrado). Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.
- Willekens, M., Steele, A., & Miltz, D. (1996). Audit standards and auditor liability: a theoretical model. *Accounting and Business Research*, 26, 249 - 264
- Williams, D. (1988). The Potencial Determinants of Auditor Changes. *Journal of Business Finance & Accounting*, 15, 243 – 261.
- Willingham, J. J. (1975). Discussant's Response to Relationship of Auditing Standards to the Detection of Fraud. *CPA Journal*, April, 18 – 21.
- Wilkerson, J. (1987). Selecting experimental and comparison samples for use in studies of auditor reporting decisions. *Journal of Accounting Research*, 15, 161-167.
- Windmoller, R. (2000). The Auditor Market and Auditor Independence. *The European Accounting Review*, 9 (4), 639 – 642.
- Woo E-Sah., & Koh H. C. (2001). Factors Associated With auditor Changes: A Singapore Study. *Accounting and Business Research*, 31 (2), 133 - 144.

- Xia, W., & Chen, H. (2006). Auditor Change Audit Fees and Audit Committee Effectiveness Communication of Finance and Accounting. *Academy Version*, 2 (2), 22 – 25.
- Yang, H., & Xu, P. (2004). Empirical Research on Auditor Switching Influencing Audit Independence. *Audit Research*, 20 (1), 44 – 48.
- Yubero Hermosa, M. del P. (2002). *La Auditoria en España - Un Estudio Empirico*. Editorial Avitas, SA, Colección Empresa.

ANEXOS

Anexo I – Base de dados com todas as variáveis do modelo inicial

	Mod Govern.	Grupos CAE	Tipo de empresa auditoria	Mudou de N Big 4 para Big4	Mudou de Big4 para N Big4	Mudou de Auditor	Reservas dos 3 anos anteriores			
							CP	CA	AT	OR
1	Latino	1	big	0	0	0	1	0	0	0
3	Latino	6	big	0	0	0	0	0	0	0
4	Latino	1	big	0	0	0	0	0	0	0
5	Latino	5	big	0	0	0	1	0	0	0
6	Latino	5	sroc	0	0	0	1	1	1	0
7	Latino	2	sroc	0	0	0	0	0	0	0
8	Latino	1	big	0	0	0	0	0	0	0
9	Latino	4	sroc	0	0	1	1	1	1	1
10	Latino	6	sroc	0	0	0	0	1	0	0
11	Latino	6	sroc	0	0	1	0	1	1	1
12	Dualista	6	big	0	0	0	0	0	0	0
13	Latino	1	sroc	0	0	1	1	1	0	0
14	Latino	6	sroc	0	0	0	1	1	0	0
15	Latino	1	big	1	0	1	1	1	1	0
16	Latino	6	big	0	0	0	1	0	0	1
17	Latino	1	big	0	0	0	1	0	0	1
18	Latino	5	sroc	0	0	0	0	0	0	0
19	Anglosax	5	big	0	0	0	1	0	1	1
20	Latino	2	sroc	0	0	0	1	1	1	0
21	Latino	2	big	0	0	0	0	0	0	0
22	Latino	2	sroc	0	0	0	1	1	1	1
23	Anglosax	5	big	0	0	0	1	0	0	0
24	Anglosax	1	big	1	0	1	1	0	1	1
26	Anglosax	3	big	0	0	0	0	0	0	0
27	Latino	1	big	0	0	0	0	0	1	1
28	Latino	1	sroc	0	0	0	0	0	0	0
29	Latino	1	sroc	0	0	0	1	0	0	1
30	Latino	4	sroc	0	0	1	1	1	1	1
31	Latino	2	sroc	0	0	0	1	1	0	0
32	Latino	6	sroc	0	0	0	0	0	1	0
33	Latino	2	sroc	0	0	0	1	1	1	1
34	Latino	1	big	0	0	0	0	0	0	0
35	Anglosax	5	sroc	0	0	1	1	0	0	0
36	Latino	5	sroc	0	0	1	1	1	0	1
37	Latino	4	sroc	0	0	1	1	1	1	0
38	Anglosax	6	roc	0	0	1	1	1	0	0
39	Latino	3	big	0	0	0	0	0	0	0
40	Latino	6	big	0	0	0	0	0	0	0
41	Latino	3	big	0	0	0	0	0	0	0
42	Latino	4	big	1	0	1	1	0	0	0
43	Latino	3	big	0	0	0	0	0	0	0
44	Latino	1	big	0	0	0	1	1	1	1
45	Latino	3	big	0	0	0	1	0	0	1
46	Latino	5	big	0	0	0	1	0	0	1
47	Latino	2	big	0	0	0	0	0	1	0
48	Latino	5	big	0	0	0	1	0	0	0
49	Latino	1	sroc	0	0	0	0	0	0	0
50	Latino	6	big	0	0	0	1	0	0	1

(Cont)

	Mod Govern.	Grupos CAE	Tipo de empresa auditoria	Mudou de N Big 4 para Big4	Mudou de Big4 para N Big4	Mudou de Auditor	Reservas dos 3 anos anteriores			
							CP	CA	AT	OR
51	Latino	6	sroc	1	0	1	1	0	0	0
52	Latino	4	sroc	0	0	0	1	0	0	1
53	Latino	1	sroc	0	0	0	1	1	1	0
54	Latino	2	sroc	0	0	0	0	0	0	0
55	Latino	3	big	0	0	0	1	0	0	1
56	Latino	1	sroc	0	0	0	1	0	1	0
57	Anglosax	5	sroc	0	0	1	1	1	1	1
58	Latino	1	big	0	0	0	1	0	0	0
60	Latino	6	big	0	0	0	0	0	0	0
61	Latino	1	sroc	0	0	0	1	1	1	0
62	Latino	5	big	0	0	0	1	0	0	0
63	Latino	5	sroc	0	0	1	1	0	1	0
64	Latino	2	sroc	0	0	0	0	0	0	0
65	Latino	1	big	0	0	0	0	0	0	0
66	Latino	4	sroc	0	0	0	1	1	1	1
67	Latino	6	sroc	0	0	0	0	1	0	0
68	Latino	6	sroc	0	0	1	1	1	1	1
69	Dualista	6	big	0	0	0	0	0	0	0
70	Latino	1	sroc	0	0	0	1	1	0	0
71	Latino	6	sroc	0	0	0	1	1	0	0
72	Latino	1	big	0	0	0	1	1	1	0
73	Latino	6	big	0	0	0	1	0	0	1
74	Latino	1	big	0	1	1	1	0	0	1
75	Latino	5	sroc	0	0	0	0	0	0	0
76	Anglosax	5	big	0	0	0	1	0	0	0
77	Latino	2	sroc	0	0	1	1	0	0	0
78	Latino	2	big	0	0	0	0	0	0	0
79	Latino	2	sroc	0	0	0	1	1	1	1
80	Anglosax	5	big	0	0	0	1	0	0	0
81	Anglosax	1	big	0	0	0	1	1	1	1
82	Latino	1	roc	0	0	0	0	0	0	0
83	Anglosax	3	big	1	0	1	0	0	0	0
84	Latino	1	big	0	0	0	0	0	1	1
85	Latino	1	sroc	0	0	0	0	0	0	0
86	Latino	1	sroc	0	0	0	1	0	0	1
87	Latino	4	sroc	0	0	0	1	1	1	1
88	Latino	2	sroc	0	0	0	1	0	0	0
89	Latino	6	sroc	0	0	0	0	0	1	0
90	Latino	2	sroc	0	0	1	1	1	1	1
91	Latino	1	big	0	0	0	0	0	0	0
92	Anglosax	5	sroc	0	0	0	1	0	0	0
93	Latino	5	sroc	0	0	0	1	0	0	1
94	Latino	4	sroc	0	0	0	1	1	1	1
95	Anglosax	6	roc	0	0	1	1	0	0	0
96	Latino	3	big	0	0	0	0	0	0	0
97	Latino	6	big	0	0	0	0	0	0	0
98	Latino	3	big	0	0	0	0	0	0	0
99	Latino	4	big	0	0	0	1	0	0	0
100	Latino	3	big	0	0	0	0	0	0	0

(Cont)

	Mod Govern.	Grupos CAE	Tipo de empresa auditoria	Mudou de N Big 4 para Big4	Mudou de Big4 para N Big4	Mudou de Auditor	Reservas dos 3 anos anteriores			
							CP	CA	AT	OR
101	Latino	1	big	0	0	0	1	1	1	1
102	Latino	3	big	0	0	0	1	0	0	1
103	Latino	5	big	0	0	0	1	0	0	1
104	Latino	2	big	0	0	0	0	0	1	0
105	Latino	5	big	0	0	0	1	0	0	0
106	Latino	1	sroc	0	0	0	0	0	0	0
107	Latino	6	big	0	0	0	1	1	0	1
108	Latino	6	sroc	0	0	0	1	0	0	0
109	Latino	4	sroc	0	0	1	1	0	0	1
110	Latino	1	sroc	0	0	0	1	1	1	0
111	Latino	2	sroc	0	0	0	0	0	0	0
112	Latino	3	big	0	0	0	1	0	0	1
113	Latino	1	sroc	0	0	0	1	0	1	0
114	Anglosax	5	sroc	0	0	1	1	1	1	1
115	Latino	1	big	0	0	0	1	0	0	0
117	Latino	6	big	0	0	0	0	0	0	0
118	Latino	1	sroc	0	0	0	1	1	1	0
119	Latino	5	big	0	0	0	0	0	0	0
120	Latino	5	sroc	0	0	0	1	0	0	0
121	Latino	2	sroc	0	0	0	0	0	0	0
122	Latino	1	big	0	0	0	0	0	0	0
123	Latino	4	sroc	0	0	0	1	1	1	1
124	Latino	6	sroc	0	0	0	0	1	0	0
125	Latino	6	sroc	0	0	1	1	0	1	1
126	Dualista	6	big	0	0	0	0	0	0	0
127	Latino	1	sroc	0	0	1	1	1	0	0
128	Latino	6	sroc	0	0	0	1	1	0	0
129	Latino	1	big	0	0	0	1	1	1	0
130	Latino	6	big	0	0	0	1	0	0	1
131	Latino	1	big	0	0	0	1	0	0	1
132	Latino	5	sroc	0	0	0	0	0	0	0
133	Anglosax	5	big	0	0	0	0	0	0	0
134	Latino	2	sroc	0	0	0	0	0	0	0
135	Latino	2	big	0	0	0	0	0	0	0
136	Latino	2	sroc	0	0	0	0	1	1	1
137	Anglosax	5	big	0	0	0	0	0	0	0
138	Anglosax	1	big	0	0	0	1	1	1	1
139	Latino	1	roc	0	0	0	0	0	0	0
140	Anglosax	3	big	1	0	1	0	0	0	0
141	Latino	1	big	0	0	0	1	0	1	1
142	Latino	1	sroc	0	0	0	0	0	0	0
143	Latino	1	sroc	0	0	0	0	0	0	0
144	Latino	4	sroc	0	0	0	1	1	1	1
145	Latino	2	sroc	0	0	0	0	0	0	0
146	Latino	6	sroc	0	0	0	0	0	1	0
147	Latino	2	sroc	0	0	0	1	1	1	1
148	Latino	1	big	0	0	0	0	0	0	0
149	Anglosax	5	big	0	0	0	0	0	0	0
150	Latino	5	sroc	0	0	1	0	0	0	0

(Cont)

	Mod Govern.	Grupos CAE	Tipo de empresa auditoria	Mudou de N Big 4 para Big4	Mudou de Big4 para N Big4	Mudou de Auditor	Reservas dos 3 anos anteriores			
							CP	CA	AT	OR
151	Latino	4	sroc	0	0	0	1	1	1	1
152	Latino	6	big	1	0	1	0	0	0	0
153	Latino	3	big	0	0	0	0	0	0	0
154	Latino	6	big	0	0	0	0	0	0	0
155	Latino	3	big	0	0	0	0	0	0	0
156	Latino	4	big	0	0	0	0	0	0	0
157	Latino	3	big	0	0	0	1	0	0	0
158	Latino	1	big	0	0	0	1	0	1	1
159	Latino	3	big	0	0	0	0	0	0	0
160	Latino	5	big	0	0	0	0	0	0	0
161	Latino	2	big	1	0	1	0	0	1	0
162	Latino	5	big	0	0	0	1	0	1	0
163	Latino	1	sroc	0	0	0	0	0	0	0
164	Latino	6	big	0	0	0	1	1	0	1
165	Latino	6	sroc	0	0	0	1	0	0	0
166	Latino	4	sroc	0	0	0	1	0	1	1
167	Latino	1	sroc	0	0	0	1	1	1	0
168	Latino	2	sroc	0	0	0	0	0	0	0
169	Latino	3	big	0	0	0	0	0	0	0
170	Latino	1	sroc	0	0	0	1	0	1	0
171	Anglosax	5	big	0	0	0	0	0	0	0
172	Latino	1	big	0	0	0	1	0	0	0
173	Latino	2	big	0	0	0	0	0	0	0
174	Latino	6	big	0	0	0	0	0	0	0
175	Latino	1	sroc	0	0	0	1	1	1	1
176	Latino	5	big	0	0	0	1	0	0	0
177	Latino	5	sroc	0	0	0	1	0	0	0
178	Latino	2	sroc	0	0	0	0	0	0	0
179	Latino	1	big	0	0	0	0	0	0	0
180	Latino	4	sroc	0	0	0	1	1	1	1
181	Latino	6	sroc	0	0	0	0	0	1	0
182	Latino	6	sroc	0	0	1	1	0	1	1
183	Dualista	6	big	0	0	0	0	0	0	0
184	Latino	1	sroc	0	0	1	1	1	0	1
185	Latino	6	sroc	0	0	0	1	1	0	0
186	Latino	1	big	0	0	0	1	1	1	0
187	Latino	6	big	0	0	0	1	1	0	1
188	Latino	1	big	0	0	0	1	0	0	0
189	Latino	5	sroc	0	0	0	1	0	1	0
190	Anglosax	5	big	0	0	0	0	0	0	0
191	Latino	2	sroc	0	0	0	0	0	0	0
192	Latino	2	big	0	0	0	0	0	0	0
193	Latino	2	sroc	0	0	0	0	1	1	1
194	Anglosax	5	big	0	0	0	1	0	0	0
195	Anglosax	1	big	0	0	0	1	1	1	1
196	Latino	1	roc	0	0	0	0	0	0	0
197	Anglosax	3	big	0	0	0	0	0	0	0
198	Latino	1	big	0	0	0	1	0	1	1
199	Latino	1	sroc	0	0	0	0	0	0	0
200	Latino	1	big	0	0	0	0	0	0	0

(Cont)

	Mod Govern.	Grupos CAE	Tipo de empresa auditoria	Mudou de N Big 4 para Big4	Mudou de Big4 para N Big4	Mudou de Auditor	Reservas dos 3 anos anteriores			
							CP	CA	AT	OR
201	Latino	4	sroc	0	0	0	1	1	1	1
202	Latino	2	big	0	0	0	0	0	0	0
203	Latino	6	sroc	0	0	0	0	0	1	0
204	Latino	2	sroc	0	0	0	1	1	1	1
205	Latino	1	big	0	0	0	0	0	0	0
206	Anglosax	5	sroc	0	0	0	1	0	0	0
207	Latino	5	sroc	0	0	0	1	0	1	1
208	Latino	4	sroc	0	0	0	1	1	1	1
209	Anglosax	6	big	1	0	1	0	0	0	0
210	Latino	3	big	0	0	0	0	0	0	0
211	Latino	6	big	0	0	0	0	0	0	0
212	Latino	3	big	0	0	0	0	0	0	0
213	Latino	4	big	0	0	0	0	0	0	0
214	Latino	3	big	0	0	0	1	0	0	0
215	Latino	1	big	0	0	0	0	0	0	1
216	Latino	3	big	0	0	0	0	0	0	0
217	Latino	5	big	0	0	0	0	0	0	0
218	Latino	2	big	0	0	0	0	0	1	0
219	Latino	5	big	0	0	0	1	0	1	0
220	Latino	1	sroc	0	0	0	0	0	0	0
221	Latino	6	big	0	0	0	1	1	0	1
222	Latino	6	big	1	0	1	1	0	0	0
223	Latino	4	sroc	0	0	0	1	0	1	1
224	Latino	1	sroc	0	0	0	1	0	1	1
225	Latino	2	sroc	0	0	0	0	0	0	0
226	Latino	3	big	0	0	0	0	0	0	0
227	Latino	1	sroc	1	0	1	1	0	1	0
228	Anglosax	5	sroc	0	0	0	0	0	0	1
229	Latino	1	big	0	0	0	1	0	0	0
230	Latino	2	big	0	0	0	0	0	0	0
231	Latino	6	big	0	0	0	0	0	0	0
232	Latino	1	sroc	0	0	0	1	1	1	1
233	Latino	5	big	0	0	0	1	0	0	0
234	Latino	5	sroc	0	0	0	1	0	0	0
235	Latino	2	sroc	0	0	0	0	0	0	0
236	Latino	1	big	0	0	0	0	0	0	0
237	Latino	4	sroc	0	0	0	1	0	1	0
238	Latino	6	big	1	0	1	0	0	1	0
239	Latino	6	sroc	0	0	1	1	0	1	1
240	Dualista	6	big	0	0	0	0	0	0	0
241	Latino	1	sroc	0	0	0	1	1	0	1
242	Latino	6	sroc	0	0	0	1	1	0	1
243	Latino	1	big	0	0	0	0	0	0	0
244	Latino	6	big	0	0	0	1	1	1	1
245	Latino	1	big	0	0	1	0	0	0	0
246	Latino	5	sroc	0	0	1	1	0	1	0
247	Anglosax	5	big	0	0	0	0	0	0	0
248	Latino	2	sroc	0	0	1	0	0	0	0
249	Latino	2	big	0	0	0	0	0	0	0
250	Latino	2	sroc	0	0	0	0	1	1	1

(Cont)

	Mod Govern.	Grupos CAE	Tipo de empresa auditoria	Mudou de N Big 4 para Big4	Mudou de Big4 para N Big4	Mudou de Auditor	Reservas dos 3 anos anteriores			
							CP	CA	AT	OR
251	Anglosax	5	big	0	0	0	1	0	0	0
252	Anglosax	1	big	0	0	0	0	1	0	0
253	Latino	1	roc	0	0	0	0	0	0	0
254	Anglosax	3	big	0	0	0	0	0	0	0
255	Latino	1	big	0	0	1	1	1	1	1
256	Latino	1	sroc	0	0	0	0	0	0	0
257	Latino	1	sroc	0	0	1	0	0	0	0
258	Latino	4	sroc	0	0	1	1	1	1	1
259	Latino	2	big	0	0	0	0	0	0	0
260	Latino	6	sroc	0	0	0	1	1	1	0
261	Latino	2	sroc	0	0	0	1	1	1	1
262	Latino	1	big	0	0	0	0	0	0	0
263	Anglosax	5	sroc	0	0	0	1	0	0	0
264	Latino	5	sroc	0	0	0	1	0	1	1
265	Latino	4	sroc	0	0	1	1	1	1	1
266	Latino	6	big	0	0	0	0	0	0	0
267	Latino	3	big	0	0	0	0	0	0	0
268	Latino	6	big	0	0	1	0	0	0	0
269	Latino	3	big	0	0	0	0	0	0	0
270	Latino	4	big	0	0	0	0	0	0	0
271	Latino	3	big	0	0	1	1	0	0	0
272	Latino	1	big	0	0	0	0	0	0	0
273	Latino	3	big	0	0	0	0	0	0	0
274	Latino	5	big	0	0	0	0	0	0	0
275	Latino	2	big	0	0	0	0	0	0	0
276	Latino	5	big	0	0	0	1	0	1	0
277	Latino	1	sroc	0	0	0	0	0	0	0
278	Latino	6	big	0	0	0	1	1	0	1
279	Latino	6	big	0	0	0	1	0	0	1
280	Latino	4	sroc	0	0	0	1	0	1	1
281	Latino	1	big	1	0	1	0	0	1	1
282	Latino	2	sroc	0	0	0	0	0	0	0
283	Latino	3	big	0	0	1	0	0	0	0
284	Latino	1	big	0	0	0	0	0	0	0
285	Anglosax	5	sroc	0	0	0	0	0	0	1
286	Latino	1	big	0	0	0	0	0	0	0
287	Latino	2	big	0	0	0	0	0	0	0
288	Anglosax	6	big	0	0	0	0	0	0	0
289						0	1	1	1	1
290	Latino	5	big	0	0	0	1	0	0	0
291	Latino	5	sroc	0	0	0	1	0	0	0
292	Latino	2	sroc	0	0	0	0	0	0	0
293	Latino	1	big	0	0	0	0	0	0	0
294	Latino	4	sroc	0	0	0	1	0	1	0
295	Latino	6	big	1	0	1	0	0	1	0
296	Latino	6	sroc	0	0	1	1	1	1	1
297	Dualista	6	big	0	0	0	0	0	0	0
298	Latino	1	sroc	0	0	0	0	1	0	1
299	Latino	6	sroc	0	0	0	1	1	0	1
300	Latino	1	big	0	0	0	0	0	0	0

	Mod Govern.	Grupos CAE	Tipo de empresa auditoria	Mudou de N Big 4 para Big4	Mudou de Big4 para N Big4	Mudou de Auditor	Reservas dos 3 anos anteriores			
							CP	CA	AT	OR
301	Latino	6	big	0	0	0	1	1	1	1
302	Latino	1	big	0	0	1	0	0	0	0
303	Latino	5	sroc	0	0	1	1	0	1	0
304	Anglosax	5	sroc	0	0	1	0	0	0	0
305	Latino	2	big	0	0	1	0	0	0	0
306	Latino	6	big	0	0	1	0	0	0	0
307	Latino	2	sroc	0	0	0	0	1	0	1
308	Anglosax	5	big	0	0	1	1	0	0	0
309	Anglosax	1	big	0	0	1	0	0	0	0
310	Latino	1	roc	0	0	1	0	0	0	0
311	Anglosax	3	big	0	0	1	0	0	0	0
312	Latino	1	big	0	0	0	1	1	1	1
313	Latino	1	roc	0	0	1	0	0	0	0
314	Latino	1	sroc	0	0	0	0	0	0	0
315	Latino	4	sroc	0	0	0	1	1	1	1
316	Latino	2	sroc	0	0	1	0	0	0	0
317	Latino	6	sroc	0	0	0	1	1	1	0
318	Latino	2	sroc	0	0	0	1	1	1	1
319	Latino	1	big	0	0	0	0	0	0	0
320	Anglosax	5	sroc	0	0	0	1	0	0	0
321	Latino	5	sroc	0	0	0	1	0	1	1
322	Latino	4	sroc	0	0	0	1	1	1	1
323	Anglosax	6	big	0	0	0	0	0	0	0
324	Latino	3	big	0	0	0	0	0	0	0
325	Latino	6	big	0	0	0	0	0	0	0
326	Latino	3	big	0	0	0	0	0	0	0
327	Latino	4	big	0	0	0	0	0	0	0
328	Latino	3	big	0	0	0	1	0	0	0
329	Latino	1	big	0	0	0	0	0	0	0
330	Latino	3	big	0	0	0	0	0	0	0
331	Latino	5	big	0	0	0	0	0	0	0
332	Latino	2	big	0	0	0	0	0	0	0
333	Latino	5	big	0	0	0	0	0	0	0
334	Latino	1	sroc	0	0	0	0	0	0	0
335	Latino	6	big	0	0	0	1	1	1	1
336	Latino	6	big	0	0	0	1	1	1	1
337	Latino	4	sroc	0	0	0	1	0	1	1
338	Latino	1	big	0	0	0	1	1	1	1
339	Latino	2	sroc	0	0	0	0	0	0	0
340	Latino	3	big	0	0	0	0	0	0	0
341	Latino	1	big	0	0	0	0	0	0	0
342	Anglosax	5	sroc	0	0	0	0	0	0	1

Milhares de €

	Valor médio Vol. Negócios				Valor médio Activo			
	Absoluto	Ln	Classif.	Normal.	Absoluto	Ln	Classif.	Norm.
1	216.998	12,29	2	-0,38	532.025	13,18	2	-0,353370055
3	1.009.872	13,83	2	-0,04	3.691.554	15,12	3	0,29038156
4	14.547	9,585	1	-0,46	45.854	10,73	1	-0,452426906
5	111.581	11,62	1	-0,42	269.767	12,51	1	-0,406804811
6	16.551	9,714	1	-0,46	26.032	10,17	1	-0,456465691
7	106.899	11,58	1	-0,42	116.736	11,67	1	-0,437984756
8	432.457	12,98	2	-0,29	548.208	13,21	2	-0,350072748
9	247.769	12,42	2	-0,36	1.446.735	14,18	2	-0,16699852
10	138.488	11,84	1	-0,41	618.566	13,34	2	-0,335737293
11	7.524	8,926	1	-0,46	1.155.740	13,96	2	-0,226288452
12	9.112.413	16,03	3	3,344	23.467.621	16,97	3	4,319739365
13	34.732	10,46	1	-0,45	253.931	12,44	1	-0,410031486
14	197.291	12,19	2	-0,38	398.841	12,9	1	-0,380506019
15	92.054	11,43	1	-0,43	62.724	11,05	1	-0,448989725
16	45.453	8,272	1	-0,45	152.639	10,7	1	-0,430669616
17	14.283.342	16,47	3	5,506	4.472.884	15,31	3	0,449576856
18	48.112	10,78	1	-0,45	66.926	11,11	1	-0,448133571
19	210.141	12,26	2	-0,38	347.455	12,76	1	-0,390975875
20	564.059	12,03	2	-0,23	697.054	12,02	1	-0,319745426
21	149.360	11,91	1	-0,4	138.917	11,84	1	-0,433465462
22	7.776	13,13	2	-0,46	135.976	12,84	1	-0,434064553
23	257.586	12,46	2	-0,36	415.398	12,94	1	-0,377132679
24	1.080.701	13,89	2	-0,01	699.276	13,46	2	-0,319292695
26	3.909.980	15,18	3	1,168	2.403.678	14,69	2	0,02797792
27	34.433	10,45	1	-0,45	79.523	11,28	1	-0,445566807
28	0	9,63	1	-0,47	3.374.049	10,7	1	0,225690101
29	174.795	12,07	2	-0,39	231.644	12,35	1	-0,41457241
30	52.215	9,553	1	-0,44	3.374.049	10,12	1	0,225690101
31	1.286.162	14,07	3	0,071	1.572.409	14,27	2	-0,141392543
32	1.663.611	14,32	3	0,229	6.672.014	15,71	3	0,897647839
33	30.696	10,33	1	-0,45	482.729	13,09	2	-0,363414042
34	1.029.359	13,84	2	-0,04	2.258.601	14,63	2	-0,001581403
35	6.026.954	15,61	3	2,053	14.587.803	16,5	3	2,5104836
36	21.419	9,972	1	-0,46	41.517	10,63	1	-0,453310635
37	74.343	11,22	1	-0,44	6.486.866	15,69	3	0,85992415
38	1.913.861	14,46	3	0,334	3.194.179	14,98	2	0,1890418
39	796.646	13,59	2	-0,13	855.786	13,66	2	-0,287403908
40	464.459	13,05	2	-0,27	782.209	13,57	2	-0,302395163
41	824.842	13,62	2	-0,12	3.615.547	15,1	3	0,274895126
42	61.095	11,02	1	-0,44	55.832	10,93	1	-0,45039387
43	266.541	12,49	2	-0,35	711.600	13,48	2	-0,31678169
44	1.552.158	14,26	3	0,183	1.915.221	14,47	2	-0,07154494
45	3.525.118	15,08	3	1,007	2.490.258	14,73	2	0,045618526
46	5.746.869	15,56	3	1,936	7.075.050	15,77	3	0,979766238
47	361.907	12,8	2	-0,32	3.127.730	14,96	2	0,17550287
48	853.220	13,66	2	-0,11	1.410.191	14,16	2	-0,174444263
49	3.913	8,272	1	-0,46	44.333	10,7	1	-0,452736877
50	36.063	10,49	1	-0,45	160.297	11,98	1	-0,429109237

(Cont)

Milhares de €

	Valor médio Vol. Negócios				Valor médio Activo			
	Absoluto	Ln	Classif.	Normal.	Absoluto	Ln	Classif.	Norm.
51	32.860	10,4	1	-0,45	91.917	11,43	1	-0,443041607
52	52.029	10,86	1	-0,44	90.392	11,41	1	-0,443352392
53	168.420	12,03	2	-0,4	166.365	12,02	1	-0,427872954
54	692.658	13,45	2	-0,18	2.564.751	14,76	2	0,060796348
55	506.129	13,13	2	-0,25	377.585	12,84	1	-0,384837048
56	83.264	11,33	1	-0,43	140.309	11,85	1	-0,433181776
57	667.909	13,41	2	-0,19	1.040.562	13,86	2	-0,249755877
58	249.342	12,43	2	-0,36	706.723	13,47	2	-0,317775382
60	1.210.020	14,01	3	0,04	4.165.721	15,24	3	0,386992708
61	15.213	9,63	1	-0,46	44.317	10,7	1	-0,452740171
62	115.168	11,65	1	-0,42	273.305	12,52	1	-0,406084015
63	14.087	9,553	1	-0,46	24.754	10,12	1	-0,456726083
64	113.490	11,64	1	-0,42	126.532	11,75	1	-0,435988828
65	441.044	13	2	-0,28	569.167	13,25	2	-0,3458023
66	263.073	12,48	2	-0,36	1.402.341	14,15	2	-0,17604383
67	142.606	11,87	1	-0,41	603.474	13,31	2	-0,338812378
68	10.615	9,27	1	-0,46	1.294.425	14,07	2	-0,198031629
69	10.345.776	16,15	3	3,859	27.009.534	17,11	3	5,041401449
70	35.277	10,47	1	-0,45	271.643	12,51	1	-0,40642251
71	221.199	12,31	2	-0,37	383.941	12,86	1	-0,383541882
72	97.239	11,48	1	-0,43	66.444	11,1	1	-0,44823171
73	47.380	8,254	1	-0,45	141.807	10,85	1	-0,432876627
74	11.969.047	16,3	3	4,538	5.641.915	15,55	3	0,687766057
75	54.995	10,91	1	-0,44	88.383	11,39	1	-0,443761589
76	210.360	12,26	2	-0,38	370.658	12,82	1	-0,386248351
77	555.537	12,04	2	-0,23	713.480	12,06	1	-0,316398642
78	170.688	12,05	2	-0,4	171.346	12,05	1	-0,426857944
79	6.150	13,16	2	-0,46	121.454	12,81	1	-0,437023399
80	172.230	12,06	2	-0,39	354.669	12,78	1	-0,389506148
81	1.074.052	13,89	2	-0,02	746.209	13,52	2	-0,309730134
82	65.567	11,09	1	-0,44	174.684	12,07	1	-0,426177897
83	4.528.340	15,33	3	1,427	2.701.483	14,81	2	0,088655451
84	34.353	10,44	1	-0,45	69.025	11,14	1	-0,447705766
85	0	9,687	1	-0,47	3.426.720	10,68	1	0,236421844
86	295.499	12,6	2	-0,34	456.853	13,03	2	-0,36868612
87	56.684	9,656	1	-0,44	3.426.720	10,13	1	0,236421844
88	1.363.711	14,13	3	0,104	2.248.219	14,63	2	-0,003696727
89	1.985.790	14,5	3	0,364	8.293.728	15,93	3	1,228070773
90	41.663	10,64	1	-0,45	418.412	12,94	1	-0,376518579
91	877.747	13,69	2	-0,1	2.198.771	14,6	2	-0,013771785
92	6.041.824	15,61	3	2,06	14.640.724	16,5	3	2,521266144
93	25.046	10,13	1	-0,46	32.847	10,4	1	-0,455077072
94	75.578	11,23	1	-0,43	4.924.334	15,41	3	0,541559433
95	1.278.000	14,06	3	0,068	3.638.000	15,11	3	0,279469975
96	782.345	13,57	2	-0,14	847.488	13,65	2	-0,289094542
97	498.280	13,12	2	-0,26	801.166	13,59	2	-0,298532621
98	1.057.708	13,87	2	-0,02	3.422.222	15,05	3	0,235505312
99	67.189	11,12	1	-0,44	69.361	11,15	1	-0,447637347
100	231.909	12,35	2	-0,37	490.710	13,1	2	-0,361787851

(Cont)

Milhares de €

	Valor médio Vol. Negócios				Valor médio Activo			
	Absoluto	Ln	Classif.	Normal.	Absoluto	Ln	Classif.	Norm.
101	1.743.540	14,37	3	0,263	2.042.096	14,53	2	-0,045694192
102	3.453.285	15,05	3	0,977	2.721.424	14,82	2	0,092718346
103	5.134.681	15,45	3	1,68	6.558.381	15,7	3	0,874495342
104	496.367	13,12	2	-0,26	3.751.609	15,14	3	0,30261765
105	857.398	13,66	2	-0,11	1.643.526	14,31	2	-0,126902579
106	3.844	8,254	1	-0,46	51.362	10,85	1	-0,451304724
107	39.134	10,57	1	-0,45	167.509	12,03	1	-0,427639865
108	32.876	10,4	1	-0,45	108.584	11,6	1	-0,439645719
109	50.766	10,83	1	-0,45	100.784	11,52	1	-0,441235031
110	169.062	12,04	2	-0,4	173.644	12,06	1	-0,426389728
111	798.943	13,59	2	-0,13	2.784.004	14,84	2	0,105468971
112	520.985	13,16	2	-0,25	364.571	12,81	1	-0,387488504
113	74.625	11,22	1	-0,44	115.547	11,66	1	-0,438226945
114	661.335	13,4	2	-0,19	992.015	13,81	2	-0,259647358
115	292.134	12,58	2	-0,34	981.632	13,8	2	-0,26176296
117	1.394.691	14,15	3	0,117	4.435.678	15,31	3	0,441996231
118	16.107	9,687	1	-0,46	43.388	10,68	1	-0,45292942
119	119.457	11,69	1	-0,42	277.791	12,53	1	-0,405169928
120	15.618	9,656	1	-0,46	25.180	10,13	1	-0,45663915
121	157.552	11,97	1	-0,4	161.998	12	1	-0,428762591
122	454.870	13,03	2	-0,28	577.441	13,27	2	-0,344116411
123	278.166	12,54	2	-0,35	1.367.586	14,13	2	-0,183125066
124	149.219	11,91	1	-0,4	572.704	13,26	2	-0,345081639
125	14.901	9,609	1	-0,46	1.481.169	14,21	2	-0,159982688
126	11.751.556	16,28	3	4,447	30.901.574	17,25	3	5,834401493
127	34.995	10,46	1	-0,45	328.624	12,7	1	-0,394812745
128	245.812	12,41	2	-0,36	373.659	12,83	1	-0,385636967
129	101.508	11,53	1	-0,42	64.790	11,08	1	-0,448568644
130	50.462	8,181	1	-0,45	137.617	10,96	1	-0,433730201
131	13.285.205	16,4	3	5,088	5.871.491	15,59	3	0,734541984
132	37.651	10,54	1	-0,45	94.042	11,45	1	-0,442608572
133	229.519	12,34	2	-0,37	403.234	12,91	1	-0,379611085
134	649.196	12,34	2	-0,19	944.553	12,72	1	-0,26931777
135	194.027	12,18	2	-0,39	204.086	12,23	1	-0,420187195
136	4.593	13,17	2	-0,46	104.142	12,79	1	-0,440550773
137	85.365	11,35	1	-0,43	264.173	12,48	1	-0,407944584
138	1.062.156	13,88	2	-0,02	754.905	13,53	2	-0,307958331
139	67.531	11,12	1	-0,44	168.762	12,04	1	-0,4273845
140	5.550.197	15,53	3	1,854	3.152.783	14,96	2	0,180607398
141	34.687	10,45	1	-0,45	67.369	11,12	1	-0,448043174
142	0	9,774	1	-0,47	3.458.160	10,55	1	0,242827719
143	506.988	13,14	2	-0,25	833.832	13,63	2	-0,29187695
144	62.282	9,953	1	-0,44	3.458.160	10,16	1	0,242827719
145	1.526.288	14,24	3	0,172	2.936.338	14,89	2	0,136506834
146	2.596.137	14,77	3	0,619	6.605.342	15,7	3	0,884063608
147	45.239	10,72	1	-0,45	350.427	12,77	1	-0,390370469
148	704.194	13,46	2	-0,17	2.164.905	14,59	2	-0,020671956
149	4.134.085	15,23	3	1,262	13.668.825	16,43	3	2,323242498
150	38.183	10,55	1	-0,45	67.822	11,12	1	-0,447951012

(Cont)

Milhares de €

	Valor médio Vol. Negócios				Valor médio Activo			
	Absoluto	Ln	Classif.	Normal.	Absoluto	Ln	Classif.	Norm.
151	77.694	11,26	1	-0,43	3.289.187	15,01	3	0,208399537
152	479.144	13,08	2	-0,27	3.919.667	15,18	3	0,336859334
153	763.671	13,55	2	-0,15	838.807	13,64	2	-0,290863297
154	542.350	13,2	2	-0,24	821.567	13,62	2	-0,29437607
155	1.474.717	14,2	3	0,15	3.357.832	15,03	3	0,222386036
156	70.090	11,16	1	-0,44	73.089	11,2	1	-0,446877702
157	238.221	12,38	2	-0,37	449.641	13,02	2	-0,370155627
158	1.844.884	14,43	3	0,305	2.080.702	14,55	2	-0,037828318
159	3.234.418	14,99	3	0,886	3.112.894	14,95	2	0,172480114
160	4.788.211	15,38	3	1,536	6.891.548	15,75	3	0,942377852
161	527.196	13,18	2	-0,25	4.079.077	15,22	3	0,369339062
162	901.651	13,71	2	-0,09	1.817.410	14,41	2	-0,091473785
163	3.572	8,181	1	-0,46	57.767	10,96	1	-0,44999971
164	40.233	10,6	1	-0,45	170.650	12,05	1	-0,426999753
165	33.343	10,41	1	-0,45	126.394	11,75	1	-0,436017014
166	49.872	10,82	1	-0,45	106.325	11,57	1	-0,440105921
167	228.721	12,34	2	-0,37	333.125	12,72	1	-0,393895602
168	1.019.482	13,83	2	-0,04	3.044.844	14,93	2	0,158614981
169	521.867	13,17	2	-0,25	357.213	12,79	1	-0,388987759
170	67.997	11,13	1	-0,44	122.231	11,71	1	-0,436865086
171	713.362	13,48	2	-0,17	1.099.446	13,91	2	-0,237758309
172	288.787	12,57	2	-0,35	1.098.165	13,91	2	-0,238019387
173	278.625	12,54	2	-0,35	1.272.000	14,06	2	-0,202600637
174	2.067.640	14,54	3	0,398	4.792.373	15,38	3	0,514672553
175	17.564	9,774	1	-0,46	38.238	10,55	1	-0,453978593
176	120.686	11,7	1	-0,42	288.117	12,57	1	-0,403066014
177	21.008	9,953	1	-0,46	25.967	10,16	1	-0,456478867
178	202.223	12,22	2	-0,38	222.443	12,31	1	-0,416446971
179	445.756	13,01	2	-0,28	565.155	13,24	2	-0,346619674
180	278.625	12,54	2	-0,35	1.274.520	14,06	2	-0,202087121
181	156.864	11,96	1	-0,4	552.713	13,22	2	-0,349154722
182	16.034	9,682	1	-0,46	1.727.509	14,36	2	-0,109791042
183	9.415.761	16,06	3	3,47	35.289.905	17,38	3	6,728520433
184	36.339	10,5	1	-0,45	357.525	12,79	1	-0,388924189
185	247.487	12,42	2	-0,36	341.279	12,74	1	-0,392234231
186	94.444	11,46	1	-0,43	63.036	11,05	1	-0,44892602
187	57.095	7,694	1	-0,44	154.625	11,2	1	-0,430264834
188	13.218.080	16,4	3	5,06	6.628.430	15,71	3	0,88876777
189	58.806	10,98	1	-0,44	134.583	11,81	1	-0,434348511
190	239.424	12,39	2	-0,37	432.884	12,98	1	-0,373569921
191	776.590	12,54	2	-0,14	1.239.070	13,09	2	-0,209310031
192	207.707	12,24	2	-0,38	214.258	12,27	1	-0,418114794
193	2.815	13,11	2	-0,47	94.685	12,69	1	-0,442477561
194	423	6,047	1	-0,47	159.209	11,98	1	-0,429330848
195	1.018.534	13,83	2	-0,04	772.809	13,56	2	-0,304310405
196	73.134	11,2	1	-0,44	163.820	12,01	1	-0,428391428
197	6.520.174	15,69	3	2,26	3.559.352	15,09	3	0,26344544
198	35.270	10,47	1	-0,45	67.407	11,12	1	-0,448035432
199	0	9,855	1	-0,47	2.496.497	10,43	1	0,046889717
200	594.417	13,3	2	-0,22	1.191.480	13,99	2	-0,219006523

(Cont)

Milhares de €

	Valor médio Vol. Negócios				Valor médio Activo			
	Absoluto	Ln	Classif.	Normal.	Absoluto	Ln	Classif.	Norm.
201	64.796	10,19	1	-0,44	2.496.497	10,25	1	0,046889717
202	1.800.625	14,4	3	0,286	3.896.051	15,18	3	0,332047592
203	3.031.940	14,92	3	0,801	9.711.986	16,09	3	1,517039708
204	46.318	10,74	1	-0,45	314.295	12,66	1	-0,397732335
205	709.077	13,47	2	-0,17	2.254.382	14,63	2	-0,002441156
206	3.473.091	15,06	3	0,986	13.891.922	16,45	3	2,368698469
207	64.446	11,07	1	-0,44	103.636	11,55	1	-0,440653938
208	72.127	11,19	1	-0,44	1.203.472	14	2	-0,216563231
209	533.636	13,19	2	-0,24	4.028.038	15,21	3	0,358939838
210	868.193	13,67	2	-0,1	899.069	13,71	2	-0,278585099
211	579.381	13,27	2	-0,22	836.704	13,64	2	-0,291291918
212	1.431.182	14,17	3	0,132	3.303.692	15,01	3	0,211355055
213	69.384	11,15	1	-0,44	76.884	11,25	1	-0,446104637
214	240.120	12,39	2	-0,37	469.030	13,06	2	-0,366205134
215	1.706.074	14,35	3	0,247	1.896.178	14,46	2	-0,075424936
216	3.719.519	15,13	3	1,089	3.619.411	15,1	3	0,275682549
217	5.215.335	15,47	3	1,714	7.305.093	15,8	3	1,026637316
218	456.596	13,03	2	-0,28	4.220.050	15,26	3	0,398062198
219	939.438	13,75	2	-0,07	1.884.049	14,45	2	-0,077896074
220	2.195	7,694	1	-0,47	72.783	11,2	1	-0,446940212
221	40.935	10,62	1	-0,45	165.610	12,02	1	-0,428026717
222	33.650	10,42	1	-0,45	131.615	11,79	1	-0,434953239
223	48.431	10,79	1	-0,45	110.678	11,61	1	-0,439219136
224	280.130	12,54	2	-0,35	482.786	13,09	2	-0,363402428
225	1.211.862	14,01	3	0,04	3.304.339	15,01	3	0,21148688
226	493.344	13,11	2	-0,26	324.054	12,69	1	-0,395743946
227	60.798	11,02	1	-0,44	110.961	11,62	1	-0,439161407
228	767.118	13,55	2	-0,15	1.267.448	14,05	2	-0,203528104
229	349.873	12,77	2	-0,32	1.142.950	13,95	2	-0,228894404
230	264.110	12,48	2	-0,36	2.359.528	14,67	2	0,018982325
231	2.184.287	14,6	3	0,447	4.976.010	15,42	3	0,552088513
232	19.056	9,855	1	-0,46	33.864	10,43	1	-0,454869927
233	120.239	11,7	1	-0,42	236.985	12,38	1	-0,413484186
234	26.585	10,19	1	-0,46	28.355	10,25	1	-0,455992246
235	243.951	12,4	2	-0,36	294.039	12,59	1	-0,401859479
236	446.763	13,01	2	-0,28	553.739	13,22	2	-0,348945675
237	264.110	12,48	2	-0,36	1.232.305	14,02	2	-0,210688462
238	174.410	12,07	2	-0,39	551.820	13,22	2	-0,349336738
239	14.879	9,608	1	-0,46	1.496.274	14,22	2	-0,156905057
240	7.056.213	15,77	3	2,484	38.277.284	17,46	3	7,337196453
241	34.890	10,46	1	-0,45	382.899	12,86	1	-0,383754325
242	239.072	12,38	2	-0,37	314.671	12,66	1	-0,397655725
243	98.879	11,5	1	-0,43	65.133	11,08	1	-0,448498826
244	54.716	7,069	1	-0,44	172.189	11,07	1	-0,426686251
245	13.719.274	16,43	3	5,27	7.765.919	15,87	3	1,12053011
246	76.512	11,25	1	-0,43	173.128	12,06	1	-0,426494931
247	246.017	12,41	2	-0,36	430.843	12,97	1	-0,373985705
248	890.919	12,73	2	-0,09	1.523.956	13,35	2	-0,151264735
249	210.761	12,26	2	-0,38	222.282	12,31	1	-0,416479774
250	2.159	13,02	2	-0,47	88.915	12,64	1	-0,44365333

(Cont)

Milhares de €

	Valor médio Vol. Negócios				Valor médio Activo			
	Absoluto	Ln	Classif.	Normal.	Absoluto	Ln	Classif.	Norm.
251	393	5,975	1	-0,47	156.770	11,96	1	-0,42982786
252	996.658	13,81	2	-0,05	734.356	13,51	2	-0,312145173
253	78.902	11,28	1	-0,43	166.351	12,02	1	-0,427875739
254	7.633.987	15,85	3	2,725	3.903.338	15,18	3	0,333532381
255	35.480	10,48	1	-0,45	69.182	11,14	1	-0,447673913
256	7.966	9,885	1	-0,46	1.516.767	10,31	1	-0,152729624
257	627.602	13,35	2	-0,2	1.300.459	14,08	2	-0,196802071
258	65.316	10,24	1	-0,44	1.516.767	10,21	1	-0,152729624
259	2.001.509	14,51	3	0,37	3.926.649	15,18	3	0,338282046
260	2.371.477	14,68	3	0,525	8.928.608	16	3	1,357427066
261	39.703	10,59	1	-0,45	280.382	12,54	1	-0,404642014
262	996.398	13,81	2	-0,05	2.437.621	14,71	2	0,034893779
263	2.677.654	14,8	3	0,653	14.574.509	16,49	3	2,507775026
264	93.021	11,44	1	-0,43	155.651	11,96	1	-0,430055787
265	83.451	11,33	1	-0,43	1.183.532	13,98	2	-0,220625922
266	601.579	13,31	2	-0,21	4.192.539	15,25	3	0,392456786
267	907.965	13,72	2	-0,09	942.100	13,76	2	-0,269817499
268	569.347	13,25	2	-0,23	832.519	13,63	2	-0,292144472
269	1.515.469	14,23	3	0,167	3.407.862	15,04	3	0,232579609
270	72.632	11,19	1	-0,44	86.402	11,37	1	-0,444165284
271	233.888	12,36	2	-0,37	622.812	13,34	2	-0,334872106
272	1.446.498	14,18	3	0,138	1.668.782	14,33	2	-0,121756553
273	4.191.685	15,25	3	1,286	3.927.004	15,18	3	0,338354242
274	5.644.139	15,55	3	1,893	7.473.170	15,83	3	1,060882803
275	371.821	12,83	2	-0,31	3.997.685	15,2	3	0,352755439
276	948.780	13,76	2	-0,07	1.918.473	14,47	2	-0,070882347
277	1.175	7,069	1	-0,47	63.988	11,07	1	-0,448732051
278	45.732	10,73	1	-0,45	160.570	11,99	1	-0,429053681
279	32.455	10,39	1	-0,45	133.464	11,8	1	-0,434576507
280	49.256	10,8	1	-0,45	110.199	11,61	1	-0,439316732
281	336.962	12,73	2	-0,33	625.141	13,35	2	-0,334397575
282	1.334.567	14,1	3	0,092	3.137.254	14,96	2	0,177443309
283	453.587	13,02	2	-0,28	308.327	12,64	1	-0,398948242
284	54.949	10,91	1	-0,44	115.091	11,65	1	-0,438319855
285	819.619	13,62	2	-0,12	1.484.330	14,21	2	-0,159338569
286	417.428	12,94	2	-0,29	1.147.241	13,95	2	-0,228020116
287	246.773	12,42	2	-0,36	2.674.583	14,8	2	0,083174462
288	2.007.200	14,51	3	0,373	5.183.271	15,46	3	0,594317776
289	19.636	9,885	1	-0,46	30.031	10,31	1	-0,455650932
290	117.532	11,67	1	-0,42	213.781	12,27	1	-0,418211982
291	27.937	10,24	1	-0,45	27.194	10,21	1	-0,456228867
292	248.879	12,42	2	-0,36	358.831	12,79	1	-0,38865816
293	455.614	13,03	2	-0,28	563.850	13,24	2	-0,346885703
294	246.773	12,42	2	-0,36	1.164.962	13,97	2	-0,224409544
295	191.522	12,16	2	-0,39	580.865	13,27	2	-0,343418842
296	13.442	9,506	1	-0,46	1.227.510	14,02	2	-0,211665371
297	7.465.142	15,83	3	2,655	40.130.129	17,51	3	7,714712076
298	33.131	10,41	1	-0,45	383.736	12,86	1	-0,383583651
299	224.007	12,32	2	-0,37	285.480	12,56	1	-0,4036033
300	108.675	11,6	1	-0,42	65.689	11,09	1	-0,448385473

(Cont)

Milhares de €

	Valor médio Vol. Negócios				Valor médio Activo			
	Absoluto	Ln	Classif.	Normal.	Absoluto	Ln	Classif.	Norm.
301	55.315	4,903	1	-0,44	191.543	10,91	1	-0,422742889
302	14.291.992	16,48	3	5,509	8.943.391	16,01	3	1,360439158
303	107.148	11,58	1	-0,42	212.484	12,27	1	-0,418476177
304	220.552	12,3	2	-0,37	407.269	12,92	1	-0,378788957
305	903.851	12,72	2	-0,09	1.651.734	13,31	2	-0,125230138
306	204.804	12,23	2	-0,38	227.372	12,33	1	-0,415442759
307	1.903	12,83	2	-0,47	87.552	12,55	1	-0,443930972
308	175	5,167	1	-0,47	162.996	12	1	-0,428559385
309	940.831	13,75	2	-0,07	709.728	13,47	2	-0,317163041
310	95.385	11,47	1	-0,43	173.553	12,06	1	-0,426408337
311	8.615.521	15,97	3	3,136	4.154.911	15,24	3	0,384790111
312	33.315	10,41	1	-0,45	58.529	10,98	1	-0,449844453
313	7.430	8,913	1	-0,46	8.847	9,088	1	-0,459967053
314	543.928	13,21	2	-0,24	1.188.909	13,99	2	-0,219530294
315	65.185	11,08	1	-0,44	516.262	13,15	2	-0,35658172
316	2.103.956	14,56	3	0,413	3.864.865	15,17	3	0,32569347
317	2.542.824	14,75	3	0,597	14.882.845	16,52	3	2,570598172
318	38.618	10,56	1	-0,45	263.165	12,48	1	-0,408149896
319	1.322.883	14,1	3	0,087	2.683.142	14,8	2	0,084918419
320	4.457.173	15,31	3	1,397	17.728.939	16,69	3	3,150487486
321	109.301	11,6	1	-0,42	173.328	12,06	1	-0,426454249
322	115.156	11,65	1	-0,42	2.354.417	14,67	2	0,017941031
323	633.093	13,36	2	-0,2	4.480.223	15,32	3	0,451072307
324	896.090	13,71	2	-0,09	909.053	13,72	2	-0,276550731
325	538.318	13,2	2	-0,24	847.899	13,65	2	-0,289010878
326	1.628.137	14,3	3	0,214	3.576.222	15,09	3	0,266882757
327	49.909	10,82	1	-0,45	92.639	11,44	1	-0,4428945
328	195.901	12,19	2	-0,38	724.922	13,49	2	-0,314067411
329	1.307.527	14,08	3	0,08	1.506.529	14,23	2	-0,154815473
330	4.667.898	15,36	3	1,485	4.077.741	15,22	3	0,369066853
331	3.859.928	15,17	3	1,147	6.375.435	15,67	3	0,83722024
332	379.303	12,85	2	-0,31	3.888.517	15,17	3	0,330512546
333	692.861	13,45	2	-0,18	1.939.819	14,48	2	-0,066532981
334	135	4,903	1	-0,47	54.972	10,91	1	-0,450569189
335	54.490	10,91	1	-0,44	238.567	12,38	1	-0,413161787
336	31.037	10,34	1	-0,45	131.154	11,78	1	-0,4350471
337	49.721	10,81	1	-0,45	109.903	11,61	1	-0,439377042
338	333.752	12,72	2	-0,33	603.413	13,31	2	-0,338824705
339	1.304.299	14,08	3	0,079	2.995.639	14,91	2	0,148589502
340	372.942	12,83	2	-0,31	281.218	12,55	1	-0,404471747
341	53.013	10,88	1	-0,44	122.071	11,71	1	-0,436897754
342	845.452	13,65	2	-0,11	1.638.502	14,31	2	-0,127926147

(Cont)

Rácios do ano anterior										
	Rend. Cap. Próprios		Rend. Activo		Autonomia Financ.		Debt to Equity		Endividamento	
	%	Classif.		Classif.		Classif.		Classif.	%	Classif.
1	0,245456343	3	0,369	3	0,11112073	2	2,823	2	0,314	3
3	0,176518501	3	0,106	3	0,428672115	3	1,333	3	0,571	3
4	0,055632941	2	-0,07	1	0,516661578	3	0,935	3	0,483	3
5	0,162090257	3	0,068	2	0,276021172	3	2,623	2	0,724	2
6	0,278366004	3	-0,148	1	-0,584169174	1	-2,71	1	1,584	1
7	0,066325457	2	0,085	3	0,235232998	3	3,242	2	0,763	2
8	0,087120818	2	0,066	2	0,410906216	3	1,434	3	0,589	3
9	0,117756079	3	-0,082	1	-1,173264203	1	-1,85	1	2,173	1
10	-0,009504216	1	0,002	2	0,469128597	3	3,162	2	1,483	1
11	-0,008546333	1	-7E-04	1	0,240852275	3	3,146	2	0,758	2
12	0,155638743	3	0,049	2	0,256583252	3	2,897	2	0,743	2
13	7,225341797	3	0,027	2	0,027820417	2	34,94	2	0,972	1
14	0,242548321	3	0,08	2	0,187764731	3	4,326	2	0,812	2
15	0,032701975	2	0,013	2	0,297391987	3	2,363	2	0,703	2
16	-4,154914239	1	0	2	0,055421014	2	17,04	2	0,945	1
17	0,370591464	3	0,181	3	0,388544033	3	1,574	3	0,611	2
18	0,007020316	2	0,015	2	0,573054783	3	0,745	3	0,427	3
19	0,106198246	3	0,096	3	0,421201178	3	1,374	3	0,579	3
20	0,054289166	2	0,043	2	0,19383264	3	4,188	2	0,812	2
21	0,180828757	3	0,093	3	0,313566486	3	2,189	2	0,686	2
22	0,039929975	2	0,033	2	0,343676452	3	1,077	3	0,37	3
23	0,107386753	3	0,07	2	0,327003634	3	2,058	2	0,673	2
24	1,170958844	3	0,031	2	0,07011938	2	13,26	2	0,93	1
26	0,034241436	2	0,083	3	1,691995035	3	0,417	3	0,705	2
27	-3,381344307	1	8E-04	2	0,010294429	2	96,14	2	0,99	1
28	-2,684251868	1	-0,023	1	0,016002191	2	61,31	2	0,981	1
29	0,180502431	3	0,059	2	0,204065703	3	3,9	2	0,796	2
30	-2,684251868	1	-0,023	1	0,016002191	2	61,31	2	0,981	1
31	0,106008986	3	0,049	2	0,17509879	3	4,711	2	0,825	2
32	0,24009635	3	0,103	3	0,417220952	3	1,397	3	0,583	3
33	-0,004079551	1	0,055	2	-0,35812896	1	3,792	2	-1,36	3
34	0,110939541	3	0,091	3	0,49007645	3	1,04	3	0,51	3
35	0,279072762	3	0,086	3	0,219176922	3	3,563	2	0,781	2
36	0,085910653	2	0,043	2	0,056060106	2	16,84	2	0,944	1
37	-0,087051733	1	-0,014	1	0,335113151	3	1,984	3	0,665	2
38	0,533462658	3	0,031	2	0,259763165	3	2,842	2	0,738	2
39	0,221596598	3	0,067	2	0,140166497	2	6,134	2	0,86	2
40	0,161962452	3	0,076	2	0,469006704	3	0,948	3	0,445	3
41	0,13016715	3	0,078	2	0,356991006	3	1,801	3	0,643	2
42	0,068271468	2	0,062	2	0,294974074	3	2,39	2	0,705	2
43	0,017181613	2	0,002	2	0,41066751	3	1,435	3	0,589	3
44	0,058948014	2	0,056	2	0,25424614	3	2,933	2	0,746	2
45	0,209089743	3	0,072	2	0,309442925	3	2,232	2	0,691	2
46	0,012876615	2	0,057	2	0,268111784	3	2,73	2	0,732	2
47	0,174749275	3	0,106	3	0,432204324	3	1,314	3	0,568	3
48	-0,01526475	1	0,028	2	0,528709927	3	0,891	3	0,471	3
49	0,132220132	3	0,023	2	5,594000789	3	0,594	3	3,323	1
50	-0,10412758	1	-0,022	1	0,064452653	2	12,95	2	0,835	2

(Cont)

	Rácios do ano anterior									
	Rend. Cap. Próprios		Rend. Activo		Autonomia Financ.		Debt to Equity		Endividamento	
	%	Classif.		Classif.		Classif.		Classif.	%	Classif.
51	-0,861770941	1	0,163	3	-0,166039405	1	-7,02	1	1,166	1
52	0,145876306	3	-0,149	1	-1,839736668	1	-1,41	1	2,588	1
53	0,028418918	2	0,039	2	0,459382681	3	1,177	3	0,541	3
54	0,249254605	3	0,032	2	0,28632407	3	2,493	2	0,714	2
55	0,103441818	3	0,064	2	0,355346113	3	1,477	3	0,525	3
56	-2,745527638	1	-0,086	1	0,036123495	2	26,68	2	0,964	1
57	0,174810465	3	0,114	3	0,434859072	3	1,3	3	0,565	3
58	3,462122493	3	0,388	3	0,111991072	2	7,929	2	0,888	2
60	0,160099006	3	0,091	3	0,392903097	3	1,545	3	0,607	2
61	-0,043114871	1	-0,024	1	0,458682999	3	1,18	3	0,541	3
62	0,156975572	3	0,045	2	0,172790374	3	4,787	2	0,827	2
63	-0,072248886	1	-0,066	1	-0,443481566	1	-3,25	1	1,443	1
64	0,197718201	3	0,122	3	0,241733049	3	3,128	2	0,756	2
65	0,094726761	2	0,057	2	0,411718517	3	1,429	3	0,588	3
66	0,10086821	3	-0,078	1	-1,34860916	1	-1,74	1	2,349	1
67	0,105741995	3	0,034	2	0,181205715	3	0,451	3	0,082	3
68	0,00226989	2	0,004	2	0,189202749	3	4,285	2	0,811	2
69	0,140124318	3	0,049	2	0,230875863	3	3,331	2	0,769	2
70	0,236300175	3	-0,07	1	0,037320602	2	0,347	3	0,013	3
71	0,179478185	3	0,075	2	0,254642295	3	2,927	2	0,745	2
72	-0,095216848	1	-0,012	1	0,350971702	3	1,849	3	0,649	2
73	0,214112691	3	0,074	2	0,078150721	2	11,8	2	0,922	1
74	0,320084985	3	0,176	3	0,421992559	3	1,37	3	0,578	3
75	0,025325399	2	0,025	2	0,604330541	3	0,655	3	0,396	3
76	0,174325415	3	0,083	3	0,420016661	3	1,364	3	0,573	3
77	0,088370864	2	0,029	2	0,16762365	3	4,966	2	0,832	2
78	0,183384951	3	0,105	3	0,335075717	3	1,984	3	0,665	2
79	-0,123860095	1	-0,033	1	0,325835935	3	2	3	0,652	2
80	-0,00779729	1	0,073	2	0,592612562	3	0,688	3	0,407	3
81	-0,069240688	1	0,042	2	0,173109534	3	4,752	2	0,823	2
82	0,053656156	2	0,009	2	0,504327815	3	0,983	3	0,496	3
83	0,174621762	3	0,072	2	0,276363156	3	2,618	2	0,724	2
84	4,262792167	3	-0,075	1	-0,028078826	1	-36,6	1	1,028	1
85	2,544585201	3	0,181	3	-0,016384202	1	-62	1	1,016	1
86	0,09180839	2	0,027	2	0,35723984	3	1,799	3	0,643	2
87	2,544585201	3	0,181	3	-0,016384202	1	-62	1	1,016	1
88	0,032025312	2	0,044	2	1	3	0,892	3	0,892	2
89	0,104517557	3	0,051	2	0,349272742	3	1,863	3	0,651	2
90	0,312921471	3	0,027	2	-0,025310741	1	-40,5	1	1,025	1
91	0,111353419	3	0,02	2	0,525409992	3	0,869	3	0,457	3
92	0,400952536	3	0,399	3	0,158648291	3	0,529	3	0,084	3
93	0,197293758	3	0,076	2	0,063901595	2	14,65	2	0,936	1
94	0,168245606	3	-0,071	1	-0,716755768	1	-2,4	1	1,717	1
95	0,144135189	3	0,065	2	0,253592135	3	2,945	2	0,747	2
96	-0,00190868	1	0,079	2	8,07772277	3	0,123	3	0,992	1
97	0,12188511	3	0,171	3	0,492894011	3	1,029	3	0,507	3
98	0,13873349	3	0,093	3	0,322583002	3	2,1	2	0,677	2
99	0,06845758	2	0,034	2	0,281830883	3	2,548	2	0,718	2
100	0,174553931	3	0,006	2	1,326039582	3	1,224	3	1,623	1

Rácios do ano anterior										
	Rend. Cap. Próprios		Rend. Activo		Autonomia Financ.		Debt to Equity		Endividamento	
	%	Classif.		Classif.		Classif.		Classif.	%	Classif.
101	0,125014312	3	-0,095	1	0,290080963	3	2,447	2	0,71	2
102	0,196774159	3	0,065	2	0,263968051	3	2,814	2	0,743	2
103	0,175549713	3	0,065	2	0,229585912	3	3,356	2	0,77	2
104	0,167857498	3	0,097	3	0,397340819	3	1,517	3	0,603	2
105	0,039317056	2	0,05	2	0,531912317	3	0,879	3	0,468	3
106	0,197596444	3	-0,002	1	0,640301046	3	0,378	3	0,242	3
107	0,565682752	3	-0,004	1	0,148412594	2	5,738	2	0,852	2
108	-4,807255521	1	0,137	3	-0,025367915	1	-40,4	1	1,025	1
109	0,17853511	3	0	2	-1,634295613	1	-1,61	1	2,634	1
110	0,00476924	2	0,038	2	0,465006332	3	1,151	3	0,535	3
111	0,146517495	3	0,022	2	0,258923944	3	2,862	2	0,741	2
112	0,080513566	2	0,047	2	0,423099089	3	1,364	3	0,577	3
113	1,177697362	3	-0,059	1	-0,088214787	1	-12,3	1	1,088	1
114	0,133006851	3	0,687	3	0,388969328	3	1,158	3	0,45	3
115	4,59695998	3	0,356	3	0,077482103	2	11,91	2	0,923	1
117	0,135810683	3	0,085	3	0,350096799	3	1,853	3	0,649	2
118	-0,043669251	1	-0,006	1	0,372742596	3	1,683	3	0,627	2
119	-1,341686014	1	0,069	2	-0,051252067	1	-20,5	1	1,051	1
120	0,538808664	3	0,042	2	-0,043789274	1	-238	1	10,44	1
121	0,435862183	3	0,204	3	0,276161461	3	2,615	2	0,722	2
122	0,024938798	2	0,044	2	0,429292771	3	1,329	3	0,571	3
123	0,094545881	2	0,214	3	-1,486395974	1	-1,67	1	2,486	1
124	0,086330483	2	0,05	2	0,217792689	3	4,504	2	0,981	1
125	0,001093949	2	0,005	2	0,171095366	3	4,845	2	0,829	2
126	0,141845666	3	0,054	2	0,239348239	3	3,178	2	0,761	2
127	0,025351297	2	0,031	2	0,035921039	2	26,84	2	0,964	1
128	-0,114506062	1	0,014	2	0,227339602	3	3,399	2	0,773	2
129	-0,154223149	1	-0,025	1	0,298312466	3	2,352	2	0,702	2
130	0,454643019	3	0,08	3	0,111481232	2	7,97	2	0,889	2
131	0,052717684	2	0,025	2	0,335017213	3	1,985	3	0,665	2
132	-0,06423865	1	0,077	2	0,816285163	3	0,225	3	0,184	3
133	0,144175057	3	0,086	3	0,306957449	3	2,258	2	0,693	2
134	0,059117168	2	0,371	3	0,100572314	2	8,943	2	0,899	2
135	0,165064933	3	0,111	3	0,390298427	3	1,562	3	0,61	2
136	-0,287294657	1	-0,046	1	0,290448762	3	2,407	2	0,699	2
137	-0,818189904	1	-0,043	1	0,371839221	3	1,689	3	0,628	2
138	0,006701628	2	0,053	2	0,196984574	3	4,077	2	0,803	2
139	0,052810137	2	0,04	2	0,546653156	3	0,829	3	0,453	3
140	0,188997181	3	0,081	3	0,249861468	3	3,002	2	0,75	2
141	27,93959008	3	-0,306	1	-0,012373859	1	-81,8	1	1,012	1
142	-0,260674739	1	-13,43	1	-0,068593038	1	-15,6	1	1,069	1
143	0,023087297	2	0,029	2	0,246697358	3	3,041	2	0,75	2
144	-0,260674739	1	-13,43	1	-0,068593038	1	-15,6	1	1,069	1
145	0,010720685	2	0,003	2		1	0,908	3	0,908	1
146	-0,042887397	1	0,129	3	2,247864999	3	3,449	2	7,752	1
147	0,15284081	3	0,015	2	-0,31324606	1	-4,19	1	1,313	1
148	0,092147518	2	0,005	2	0,555510412	3	0,782	3	0,435	3
149	0,584448847	3	0,078	2	0,087494493	2	10,43	2	0,913	1
150	0,028790875	2	0,036	2	0,165626881	3	5,038	2	0,834	2

(Cont)

Rácios do ano anterior										
	Rend. Cap. Próprios		Rend. Activo		Autonomia Financ.		Debt to Equity		Endividamento	
	%	Classif.		Classif.		Classif.		Classif.	%	Classif.
151	0,157096497	3	-0,059	1	-0,724373609	1	-2,38	1	1,724	1
152	0,125494071	3	0,062	2	0,264713576	3	2,778	2	0,735	2
153	0,02022621	2	0,086	3	0,06899697	2	13,49	2	0,931	1
154	0,139310339	3	0,183	3	0,523747979	3	0,909	3	0,476	3
155	0,122371869	3	0,066	2	0,342717738	3	1,918	3	0,657	2
156	0,08012131	2	0,057	2	0,367904822	3	1,718	3	0,632	2
157	0,099538135	2	-0,033	1	0,969148551	3	1,606	3	1,557	1
158	-0,271002791	1	-0,012	1	0,208600966	3	3,794	2	0,791	2
159	0,18360924	3	0,028	2	0,253698446	3	2,942	2	0,746	2
160	0,051221598	2	0,024	2	0,213865777	3	3,676	2	0,786	2
161	-0,076243945	1	-0,032	1	0,366616857	3	1,728	3	0,633	2
162	0,005380245	2	0,001	2	0,470728033	3	1,124	3	0,529	3
163	-0,002099895	1	-0,002	1	0,644247959	3	0,361	3	0,233	3
164	0,00499327	2	0,027	2	0,155523442	3	5,43	2	0,844	2
165	-0,230057803	1	0,018	2	-0,018093585	1	-56,3	1	1,018	1
166	0,174930414	3	-0,129	1	-2,05043692	1	-1,49	1	3,05	1
167	-0,09082397	1	0,01	2	0,231701294	3	3,316	2	0,768	2
168	-1,024524093	1	0,041	2	0,106648223	2	8,377	2	0,893	2
169	0,013904785	2	0,023	2	0,377408273	3	1,65	3	0,623	2
170	0,655434047	3	-0,11	1	-0,255364631	1	4,916	2	-1,26	3
171	2,692604972	3	0,079	2	0,014472128	2	59,08	2	0,855	2
172	1,429693855	3	0,074	2	0,051430143	2	18,44	2	0,949	1
173	0,000380734	2	2E-04	2	0,342767296	3	1,869	3	0,641	2
174	0,102665124	3	-0,002	1	0,390409173	3	1,561	3	0,61	2
175	-0,291500664	1	-0,116	1	0,396237585	3	1,743	3	0,691	2
176	4,025435704	3	0,085	3	0,017155971	2	57,29	2	0,983	1
177	-0,506566604	1	0,042	2	0,020275411	2	48,32	2	0,98	1
178	0,025358898	2	0,186	3	0,406064732	3	1,937	3	0,787	2
179	0,020456683	2	0,791	3	0,47614011	3	1,1	3	0,524	3
180	0,09728234	2	-0,096	1	-2,000037601	1	-1,71	1	3,412	1
181	0,148286091	3	0,058	2	0,243216003	3	3,115	2	0,758	2
182	0,003189241	2	0,003	2	0,199076616	3	4,023	2	0,801	2
183	0,102610109	3	0,087	3	0,258270896	3	2,872	2	0,742	2
184	0,150391922	3	0,162	3	0,039494914	2	24,32	2	0,961	1
185	0,10526617	3	0,05	2	0,271598836	3	2,682	2	0,728	2
186	0,090219144	2	0,064	2	0,345850354	3	1,891	3	0,654	2
187	0,225456621	3	0,061	2	0,124070533	2	7,06	2	0,876	2
188	0,145383422	3	0,061	2	0,317953052	3	2,145	2	0,682	2
189	0,027177069	2	0,028	2	0,571378301	3	0,75	3	0,429	3
190	0,131226204	3	0,086	3	0,306704206	3	2,26	2	0,693	2
191	0,0863709	2	0,034	2	0,087052034	2	10,46	2	0,911	1
192	0,153299833	3	0,1	3	0,429096818	3	1,33	3	0,571	3
193	-0,429782336	1	0,027	2	0,225771393	3	3,415	2	0,771	2
194	-0,016479382	1	-0,013	1	0,78553752	3	0,273	3	0,214	3
195	0,014192347	2	0,043	2	0,21793456	3	3,589	2	0,782	2
196	0,150068603	3	0,117	3	0,658111163	3	0,52	3	0,342	3
197	0,209503854	3	0,091	3	0,278654554	3	2,589	2	0,721	2
198	0,91240669	3	-0,095	1	-0,149205544	1	-7,7	1	1,149	1
199	0,274111609	3	-0,208	1	-1,000397402	1	-2	1	2	1
200	0,245886108	3	-0,006	1	0,30788544	3	2,248	2	0,692	2

Rácios do ano anterior										
	Rend. Cap. Próprios		Rend. Activo		Autonomia Financ.		Debt to Equity		Endividamento	
	%	Classif.		Classif.		Classif.		Classif.	%	Classif.
201	0,274111609	3	-0,208	1	-1,000397402	1	-2	1	2	1
202	0,210174868	3	0,024	2	0,085132173	2	6,393	2	0,544	3
203	0,135401645	3	0,051	2	0,239141593	3	3,182	2	0,761	2
204	0,194782469	3	-0,025	1	-0,277861082	1	-4,6	1	1,278	1
205	0,08270395	2	0,052	2	0,496086536	3	1,016	3	0,504	3
206	0,330556586	3	0,047	2	0,160873766	3	5,216	2	0,839	2
207	0,054719693	2	0,047	2	0,145154335	2	5,889	2	0,855	2
208	0,088941955	2	-0,155	1	-1,929879993	1	-1,52	1	2,93	1
209	0,134564654	3	0,058	2	0,23208495	3	3,309	2	0,768	2
210	-0,285203477	1	0,099	3	0,099600416	2	9,204	2	0,917	1
211	0,15195577	3	0,125	3	0,569184139	3	0,757	3	0,431	3
212	0,085270583	2	0,046	2	0,347156731	3	1,881	3	0,653	2
213	0,045941807	2	0,036	2	0,341409607	3	1,929	3	0,659	2
214	0,066892987	2	0,042	2	0,448108324	3	1,232	3	0,552	3
215	-0,168176923	1	-0,001	1	0,221348664	3	3,518	2	0,779	2
216	0,130658538	3	0,041	2	0,264097626	3	2,786	2	0,736	2
217	0,055116763	2	0,098	3	0,224972909	3	3,445	2	0,775	2
218	-0,079175896	1	-0,033	1	0,349960055	3	1,857	3	0,65	2
219	0,006143382	2	-0,486	1	0,487285865	3	1,052	3	0,513	3
220	-1,217289229	1	-0,001	1	0,995099622	3	0,005	3	0,005	3
221	2,947653277	3	-0,179	1	-0,07088861	1	-15,1	1	1,071	1
222	0,835304424	3	-0,074	1	-0,126369977	1	-8,91	1	1,126	1
223	0,100636603	3	-0,147	1	-2,214670355	1	-1,45	1	3,215	1
224	-0,4402121	1	-0,512	1	0,214001228	3	3,673	2	0,786	2
225	0,01351438	2	-3E-06	1	0,146517082	2	5,825	2	0,853	2
226	0,075413433	2	0,05	2	0,47264148	3	1,116	3	0,527	3
227	0,384572531	3	-0,168	1	-0,449134355	1	-3,23	1	1,449	1
228	0,240730878	3	0,032	2	0,128202528	2	6,8	2	0,872	2
229	1,309086331	3	0,127	3	0,096736095	2	9,337	2	0,903	1
230	0,00955789	2	0,003	2	0,163355339	3	5,122	2	0,837	2
231	0,108435853	3	-0,005	1	0,414165404	3	1,414	3	0,586	3
232	0,071572291	2	0,034	2	0,234631597	3	3,256	2	0,764	2
233	0,633425903	3	0,082	3	0,036051205	2	26,74	2	0,964	1
234	0,498007968	3	0,041	2	-0,007498133	1	-134	1	1,007	1
235	0,397234236	3	0,178	3	0,25946912	3	2,231	2	0,579	3
236	0,076467631	2	0,08	3	0,478037119	3	1,092	3	0,522	3
237	0,082039654	2	-0,04	1	-2,006139591	1	-1,5	1	3,006	1
238	0,183818189	3	0,068	2	0,277366779	3	2,593	2	0,719	2
239	0,028651753	2	-0,015	1	-0,531182316	1	-2,88	1	1,531	1
240	0,100039787	3	0,089	3	0,266368598	3	2,754	2	0,734	2
241	0,01751962	2	0,024	2	0,047219395	2	20,18	2	0,953	1
242	0,048517855	2	-0,82	1	0,318564522	3	2,139	2	0,681	2
243	-0,092151952	1	0,005	2	0,273197713	3	2,66	2	0,727	2
244	0,016169783	2	0,015	2	0,124974883	2	7,002	2	0,875	2
245	0,162804783	3	0,07	2	0,29589949	3	2,38	2	0,704	2
246	0,030946149	2	0,013	2	0,527198035	3	0,897	3	0,473	3
247	0,096027259	2	0,067	2	0,317417788	3	2,15	2	0,683	2
248	0,111814846	3	0,03	2	0,083514698	2	10,97	2	0,916	1
249	0,133692481	3	0,092	3	0,470820522	3	1,124	3	0,529	3

Rácios do ano anterior										
	Rend. Cap. Próprios		Rend. Activo		Autonomia Financ.		Debt to Equity		Endividamento	
	%	Classif.		Classif.		Classif.		Classif.	%	Classif.
250	-0,179175437	1	-0,03	1	0,309470327	3	2,104	2	0,651	2
251	0,013644668	2	-0,014	1	0,742365164	3	0,347	3	0,258	3
252	0,022932853	2	0,044	2	0,215939699	3	3,631	2	0,784	2
253	0,138733361	3	0,106	3	0,591824531	3	0,69	3	0,408	3
254	2,274239068	3	0,109	3	0,031693028	2	22,97	2	0,728	2
255	0,453949745	3	-0,1	1	-0,314116694	1	-4,18	1	1,314	1
256	0,225286208	3	-0,185	1	-1,26594452	1	-1,79	1	2,266	1
257	-0,161335261	1	-0,019	1	0,302160382	3	2,31	2	0,698	2
258	0,225286208	3	-0,185	1	-1,26594452	1	-1,79	1	2,266	1
259	0,144274333	3	0,038	2	0,139093435	2	6,189	2	0,861	2
260	0,027149832	2	0,028	2	0,299673814	3	2,337	2	0,7	2
261	0,079575862	2	0,005	2	-0,305819729	1	-4,27	1	1,306	1
262	0,161555439	3	0,104	3	0,488749599	3	1,046	3	0,511	3
263	1,262721611	3	0,027	2	0,303834256	3	2,291	2	0,696	2
264	0,009169603	2	0,034	2	0,152304077	3	5,566	2	0,848	2
265	0,100402943	3	-0,078	1	-1,084999307	1	-1,92	1	2,085	1
266	0,107901842	3	0,056	2	0,229099947	3	3,365	2	0,771	2
267	-0,070639229	1	0,119	3	0,100525332	2	8,788	2	0,883	2
268	0,097999805	2	0,094	3	0,584496835	3	0,711	3	0,416	3
269	0,141438266	3	0,079	2	0,348477302	3	1,87	3	0,652	2
270	0,10975037	3	0,044	2	0,266907723	3	2,748	2	0,733	2
271	-0,013024133	1	-0,019	1	0,464148409	3	1,154	3	0,536	3
272	-0,252425755	1	-0,017	1	0,201113359	3	3,972	2	0,799	2
273	0,217074193	3	0,051	2	0,187013788	3	4,347	2	0,813	2
274	0,090215099	2	0,075	2	0,246505277	3	3,057	2	0,753	2
275	0,522453686	3	0,044	2	0,373738288	3	1,676	3	0,626	2
276	0,04222806	2	-0,464	1	0,523802414	3	0,909	3	0,476	3
277	0,031937505	2	0,031	2	0,948839513	3	0,054	3	0,051	3
278	1,606596195	3	-0,068	1	-0,07088861	1	-15,1	1	1,071	1
279	0,623462608	3	-0,168	1	-0,325206118	1	-4,07	1	1,325	1
280	0,1362788	3	-0,082	1	-2,476506421	1	-1,4	1	3,476	1
281	0,061591211	2	-0,536	1	0,225443423	3	3,436	2	0,775	2
282	0,070066868	2	0,031	2	0,206524715	3	3,842	2	0,793	2
283	0,083364104	2	0,045	2	0,483660804	3	1,068	3	0,516	3
284	-0,119832465	1	-0,015	1	0,237974587	3	3,202	2	0,762	2
285	0,147036369	3	0,05	2	0,15156066	3	5,598	2	0,848	2
286	0,385079886	3	0,048	2	0,124820435	2	7,012	2	0,875	2
287	0,12003403	3	0,064	2	0,191357924	3	4,226	2	0,809	2
288	0,095057383	2	0,061	2	0,397999976	3	1,513	3	0,602	2
289	0	2	0	2	0	2	0	0	0	3
290	0,404505716	3	0,101	3	0,068326585	2	13,64	2	0,932	1
291	-0,083079479	1	0,034	2	0,16549796	3	5,042	2	0,835	2
292	0,141649064	3	0,106	3	0,341600077	3	1,927	3	0,658	2
293	0,089531407	2	0,085	3	0,466557475	3	1,143	3	0,533	3
294	0,104972101	3	-0,098	1	-2,393715023	1	-1,42	1	3,394	1
295	0,067904807	2	0,045	2	0,283035267	3	2,533	2	0,717	2
296	0,04824456	2	-0,014	1	-0,52693278	1	-2,9	1	1,527	1
297	0,116975924	3	0,055	2	0,275925205	3	2,624	2	0,724	2
298	0,007513759	2	0,022	2	0,054012346	2	17,51	2	0,946	1
299	-0,107355582	1	0,006	2	0,30191454	3	2,312	2	0,698	2
300	0,007980804	2	0,032	2	0,290628221	3	2,441	2	0,709	2

Rácios do ano anterior										
	Rend. Cap. Próprios		Rend. Activo		Autonomia Financ.		Debt to Equity		Endividamento	
	%	Classif.		Classif.		Classif.		Classif.	%	Classif.
331	-0,018860815	1	-0,001	1	0,83919306	3	0,192	3	0,161	3
332	0,489522988	3	0,033	2	0,389934946	3	1,565	3	0,61	2
333	0,060215526	2	0,006	2	0,507686207	3	0,034	3	0,017	3
334	0,011081657	2	-0,012	1	0,900157882	3	0,111	3	0,1	3
335	-3,127755102	1	-0,002	1	0,006412286	2	155	2	0,994	1
336	1,483876408	3	-0,165	1	-0,217199543	1	-5,6	1	1,217	1
337	0,161274269	3	-0,024	1	-3,042497155	1	-1,33	1	4,042	1
338	0,031173222	2	0,044	2	0,227614761	3	3,393	2	0,772	2
339	-0,602544408	1	0,019	2	0,120823669	2	7,277	2	0,879	2
340	-0,016790349	1	-0,011	1	0,505653864	3	0,978	3	0,494	3
341	0,000270295	2	0,021	2	0,25442417	3	2,93	2	0,746	2
342	0,148284783	3	0,052	2	0,131615453	2	6,598	2	0,868	2

Crescimento da empresa				
	Volume de Negócios		Activo	
	%	Classif.	%	Classif.
1	9,92%	2	36,46%	3
3	1422,27%	3	25,30%	3
4	9,16%	2	-6,71%	1
5	6,04%	2	72,34%	3
6	-10,21%	1	9,95%	2
7	3,27%	2	20,50%	3
8	2,53%	2	6,13%	2
9	7,57%	2	-3,18%	1
10	5,95%	2	-4,88%	1
11	40,97%	3	27,25%	3
12	6,39%	2	23,79%	3
13	12,76%	2	4,28%	2
14	12,19%	2	-14,47%	1
15	-6,95%	1	-3,57%	1
16	19,85%	3	-8,34%	1
17	2,87%	2	9,69%	2
18	12,51%	2	36,33%	3
19	-4,93%	1	18,44%	3
20	-2,09%	1	26,90%	3
21	22,30%	3	8,62%	2
22	-53,72%	1	-5,91%	1
23	-99,92%	1	-63,21%	1
24	-1,85%	1	32,40%	3
26	21,39%	3	20,05%	3
27	0,55%	2	-20,39%	1
28	10,99%	2	1,12%	2
29	94,74%	3	128,48%	3
30	10,99%	2	1,12%	2
31	7,16%	2	93,91%	3
32	30,76%	3	30,25%	3
33	27,36%	3	-3,86%	1
34	-51,56%	1	-7,65%	1
35	6,98%	2	-7,40%	1
36	17,23%	3	-1,33%	1
37	-17,03%	1	-80,35%	1
38	43,04%	3	-0,05%	1
39	-25,17%	1	-11,58%	1
40	22,72%	3	9,65%	2
41	-7,22%	1	-7,88%	1
42	11,63%	2	12,11%	3
43	-25,99%	1	-62,08%	1
44	21,60%	3	0,55%	2
45	9,52%	2	31,98%	3
46	5,56%	2	11,50%	3
47	10,66%	2	25,61%	3
48	6,78%	2	2,23%	2
49	-26,53%	1	990,79%	3
50	15,32%	3	0,00%	2

Crescimento da empresa				
	Volume de Negócios		Activo	
	%	Classif.	%	Classif.
51	3,21%	2	12,78%	3
52	-9,82%	1	19,22%	3
53	-0,34%	1	-0,26%	1
54	33,82%	3	17,87%	3
55	12,55%	2	-13,39%	1
56	-10,05%	1	-13,57%	1
57	8,09%	2	2,55%	2
58	-11,89%	1	5,56%	2
60	6,25%	2	-4,52%	1
61	12,70%	2	-2,92%	1
62	1,00%	2	-34,68%	1
63	62,66%	3	-3,83%	1
64	76,30%	3	49,60%	3
65	3,20%	2	-3,57%	1
66	2,92%	2	0,22%	2
67	10,72%	2	-13,12%	1
68	14,84%	2	10,56%	3
69	26,19%	3	13,27%	3
70	0,00%	1	25,17%	3
71	1,82%	2	-3,99%	1
72	1,07%	2	0,69%	2
73	0,00%	1	30,71%	3
74	20,11%	3	15,19%	3
75	-95,63%	1	-5,66%	1
76	32,19%	3	8,52%	2
77	51,62%	3	69,83%	3
78	4,43%	2	2,08%	2
79	-25,75%	1	-12,50%	1
80	232,32%	3	-12,35%	1
81	-0,48%	1	-10,85%	1
82	5,99%	2	-6,78%	1
83	28,86%	3	19,17%	3
84	5,61%	2	32,88%	3
85	8,96%	2	1,01%	2
86	60,53%	3	69,27%	3
87	8,96%	2	1,01%	2
88	33,30%	3	10,26%	3
89	35,66%	3	-84,31%	1
90	-27,39%	1	-14,60%	1
91	-2,88%	1	-1,54%	1
92	-89,09%	1	4,50%	2
93	98,51%	3	266,16%	3
94	-2,16%	1	17,39%	3
95	-10,91%	1	-3,63%	1
96	48,97%	3	30,42%	3
97	6,02%	2	2,54%	2
98	0,44%	2	0,72%	2
99	5,66%	2	2,56%	2
100	27,15%	3	36,20%	3

Crescimento da empresa				
	Volume de Negócios		Activo	
	%	Classif.	%	Classif.
101	-14,38%	1	-11,51%	1
102	-4,63%	1	13,84%	3
103	15,67%	3	3,67%	2
104	-42,93%	1	-7,68%	1
105	9,36%	2	12,22%	3
106	2,66%	2	-0,15%	1
107	-15,87%	1	-18,60%	1
108	8,88%	2	14,77%	3
109	5,23%	2	-3,40%	1
110	98,15%	3	272,44%	3
111	27,64%	3	-1,38%	1
112	-1,86%	1	1,26%	2
113	-12,61%	1	-7,65%	1
114	8,87%	2	32,30%	3
115	-0,37%	1	0,78%	2
117	2,83%	2	6,77%	2
118	5,70%	2	-26,79%	1
119	-3,63%	1	1,55%	2
120	47,82%	3	3,89%	2
121	14,93%	2	38,42%	3
122	-11,33%	1	-8,70%	1
123	-9,20%	1	-17,55%	1
124	-0,63%	1	9,28%	2
125	-19,31%	1	14,58%	3
126	-75,94%	1	8,19%	2
127	-0,23%	1	-0,83%	1
128	-10,50%	1	-6,47%	1
129	-14,91%	1	-5,19%	1
130	20,69%	3	15,60%	3
131	-20,40%	1	13,43%	3
132	4417,22%	3	100,06%	3
133	-9,42%	1	-2,35%	1
134	13,14%	2	10,41%	3
135	-2,38%	1	4,55%	2
136	-12,44%	1	-9,03%	1
137	-37,23%	1	1,83%	2
138	-10,06%	1	-8,24%	1
139	21,36%	3	-5,47%	1
140	6,14%	2	2,63%	2
141	-0,97%	1	-5,32%	1
142	-6,23%	1	-84,66%	1
143	-34,51%	1	5,18%	2
144	-6,23%	1	-84,66%	1
145	14,05%	2	24,38%	3
146	-5,00%	1	966,00%	3
147	16,38%	3	-13,15%	1
148	115,43%	3	22,86%	3
149	457,12%	3	8,22%	2
150	75,96%	3	9,52%	2

(Cont)

Crescimento da empresa				
	Volume de Negócios		Activo	
	%	Classif.	%	Classif.
151	-0,12%	1	-58,80%	1
152	11,54%	2	12,32%	3
153	28,03%	3	6,90%	2
154	-4,63%	1	-5,78%	1
155	-1,76%	1	2,83%	2
156	-18,03%	1	1,74%	2
157	8,53%	2	109,46%	3
158	-27,48%	1	-16,47%	1
159	40,83%	3	7,95%	2
160	5,83%	2	3,49%	2
161	0,29%	2	-3,59%	1
162	-2,75%	1	-2,70%	1
163	-94,61%	1	-36,41%	1
164	8,69%	2	12,64%	3
165	-8,43%	1	-11,82%	1
166	-3,29%	1	-1,28%	1
167	-4,16%	1	-4,00%	1
168	3,25%	2	10,52%	3
169	-25,45%	1	-15,01%	1
170	-8,95%	1	-5,48%	1
171	5,84%	2	11,80%	3
172	80,41%	3	5,96%	2
173	470,05%	3	170,99%	3
174	7,82%	2	9,27%	2
175	7,61%	2	-2,47%	1
176	1,60%	2	-11,21%	1
177	-2,86%	1	27,34%	3
178	-1,88%	1	19,27%	3
179	10,01%	2	7,06%	2
180	-9,51%	1	9,68%	2
181	23,50%	3	4,85%	2
182	-15,99%	1	-56,69%	1
183	17,64%	3	4,80%	2
184	-11,75%	1	0,53%	2
185	-1,19%	1	-13,45%	1
186	31,96%	3	15,08%	3
187	-28,21%	1	-5,11%	1
188	17,12%	3	21,96%	3
189	-3,34%	1	11,11%	3
190	-8,39%	1	-7,03%	1
191	-5,39%	1	9,41%	2
192	2,51%	2	4,53%	2
193	-31,94%	1	5,18%	2
194	-73,61%	1	7,28%	2
195	4,79%	2	5,76%	2
196	-1,74%	1	18,41%	3
197	18,78%	3	8,75%	2
198	-2,61%	1	-13,01%	1
199	0,32%	2	-2,96%	1
200	14,53%	2	-20,85%	1

(Cont)

Crescimento da empresa				
	Volume de Negócios		Activo	
	%	Classif.	%	Classif.
201	0,32%	2	-2,96%	1
202	-5,94%	1	-25,10%	1
203	-84,02%	1	-53,87%	1
204	-25,11%	1	-2,94%	1
205	26,49%	3	4,13%	2
206	-0,20%	1	2,22%	2
207	10,86%	2	33,47%	3
208	49,82%	3	97,66%	3
209	37,60%	3	3,87%	2
210	-18,05%	1	1,63%	2
211	-6,36%	1	1,96%	2
212	19,19%	3	5,82%	2
213	31,25%	3	32,25%	3
214	-34,40%	1	-5,01%	1
215	0,36%	2	-7,29%	1
216	5,62%	2	4,66%	2
217	4,39%	2	-0,13%	1
218	5,20%	2	-4,30%	1
219	-3,02%	1	-3,03%	1
220	-40,57%	1	7,37%	2
221	44,68%	3	0,00%	2
222	-10,69%	1	3,20%	2
223	3,41%	2	3,54%	2
224	4,79%	2	-3,58%	1
225	3,50%	2	-22,53%	1
226	6,80%	2	-0,01%	1
227	-6,59%	1	26,48%	3
228	6,03%	2	11,60%	3
229	-3,61%	1	-5,27%	1
230	3631,92%	3	-4,13%	1
231	-32,75%	1	-2,75%	1
232	-100,00%	1	-100,00%	1
233	-4,63%	1	-20,77%	1
234	-16,51%	1	-34,82%	1
235	-5,46%	1	14,43%	3
236	8,33%	2	7,71%	2
237	-0,10%	1	-5,91%	1
238	7,23%	2	2,15%	2
239	12,13%	2	5,89%	2
240	284,55%	3	1,92%	2
241	-2,91%	1	0,96%	2
242	-6,72%	1	-7,92%	1
243	15,30%	3	-5,96%	1
244	19,31%	3	24,50%	3
245	19,48%	3	10,84%	3
246	-15,33%	1	-1,60%	1
247	-13,62%	1	-7,23%	1
248	-2,24%	1	5,77%	2
249	-8,48%	1	-1,92%	1
250	18,57%	3	-0,08%	1

(Cont)

Crescimento da empresa				
	Volume de Negócios		Activo	
	%	Classif.	%	Classif.
251	-96,33%	1	2,85%	2
252	-10,79%	1	-6,94%	1
253	43,53%	3	1,19%	2
254	13,20%	2	7,75%	2
255	-15,00%	1	-30,38%	1
256	5,69%	2	-5,27%	1
257	-9,43%	1	-9,60%	1
258	5,69%	2	-5,27%	1
259	8,56%	2	1,97%	2
260	658,86%	3	145,15%	3
261	5,22%	2	-1,13%	1
262	7,39%	2	5,78%	2
263	62,99%	3	52,78%	3
264	-6,47%	1	-3,96%	1
265	55,57%	3	293,26%	3
266	-22,38%	1	5,06%	2
267	-8,84%	1	-18,14%	1
268	-5,40%	1	9,68%	2
269	5,42%	2	6,05%	2
270	-91,25%	1	-7,64%	1
271	-23,35%	1	-7,84%	1
272	5,02%	2	-3,63%	1
273	-3,01%	1	-0,59%	1
274	-99,99%	1	-46,86%	1
275	0,61%	2	-0,16%	1
276	-77,36%	1	9,43%	2
277	20,19%	3	-1,40%	1
278	8,16%	2	129,05%	3
279	7,67%	2	4,59%	2
280	2,80%	2	-2,95%	1
281	-3,25%	1	-2,80%	1
282	-13,00%	1	1,17%	2
283	-31,16%	1	-10,26%	1
284	6,15%	2	-0,42%	1
285	-1,96%	1	8,17%	2
286	10,59%	2	0,06%	2
287	-11,09%	1	1,74%	2
288	-3,06%	1	35,37%	3
289	0,00%	2	0,00%	2
290	-12,95%	1	-18,20%	1
291	-13,99%	1	-8,52%	1
292	-3,24%	1	-6,87%	1
293	7,96%	2	6,40%	2
294	-0,77%	1	-8,13%	1
295	2,89%	2	-2,09%	1
296	10,74%	2	6,80%	2
297	8,06%	2	3,30%	2
298	-100,00%	1	-100,00%	1
299	-10,86%	1	-9,80%	1
300	-100,00%	1	-100,00%	1

Crescimento da empresa				
	Volume de Negócios		Activo	
	%	Classif.	%	Classif.
301	-11,41%	1	-7,75%	1
302	10,14%	2	36,96%	3
303	-3,54%	1	-0,43%	1
304	-29,94%	1	-6,92%	1
305	-8,21%	1	1,61%	2
306	-11,93%	1	-1,65%	1
307	-9,99%	1	-52,08%	1
308	-75,00%	1	3,03%	2
309	-5,81%	1	-1,70%	1
310	-32,79%	1	-8,49%	1
311	10,55%	2	9,19%	2
312	-23,96%	1	-21,70%	1
313	-100,00%	1	-100,00%	1
314	-9,49%	1	-4,09%	1
315	-100,00%	1	-100,00%	1
316	3,08%	2	2,11%	2
317	2,22%	2	2,16%	2
318	-23,83%	1	-21,96%	1
319	0,92%	2	-3,43%	1
320	6,53%	2	-13,29%	1
321	15,07%	3	0,46%	2
322	-24,21%	1	4,09%	2
323	-9,87%	1	-4,53%	1
324	-29,82%	1	-13,78%	1
325	-100,00%	1	-100,00%	1
326	9,71%	2	11,69%	3
327	4,21%	2	-9,39%	1
328	-17,97%	1	-2,44%	1
329	-2,30%	1	-11,36%	1
330	-2,68%	1	-7,06%	1
331	0,85%	2	1,40%	2
332	-1,30%	1	-5,71%	1
333	295,96%	3	-6,70%	1
334	244,80%	3	-15,37%	1
335	-0,36%	1	7,81%	2
336	7,94%	2	5,80%	2
337	-2,01%	1	-14,24%	1
338	-10,83%	1	-1,55%	1
339	15,25%	3	0,52%	2
340	-26,30%	1	-18,11%	1
341	0,62%	2	-0,33%	1
342	0,18%	2	-9,78%	1

Anexo II – Base de dados com as variáveis do modelo final

MudouAu	ResCP	ResCA	ResAT	OutRes	Big4	NaoBig4	ModGov	CAE
0	1	0	0	0	0	0	1	1
0	0	0	0	0	0	0	1	6
0	0	0	0	0	0	0	1	1
0	1	0	0	0	0	0	1	5
0	1	1	1	0	0	0	1	5
0	0	0	0	0	0	0	1	2
0	0	0	0	0	0	0	1	1
1	1	1	1	1	0	0	1	4
0	0	1	0	0	0	0	1	6
1	0	1	1	1	0	0	1	6
0	0	0	0	0	0	0	0	6
1	1	1	0	0	0	0	1	1
0	1	1	0	0	0	0	1	6
1	1	1	1	0	1	0	1	1
0	1	0	0	1	0	0	1	6
0	1	0	0	1	0	0	1	1
0	0	0	0	0	0	0	1	5
0	1	0	1	1	0	0	0	5
0	1	1	1	0	0	0	1	2
0	0	0	0	0	0	0	1	2
0	1	1	1	1	0	0	1	2
0	1	0	0	0	0	0	0	5
1	1	0	1	1	1	0	0	1
0	0	0	0	0	0	0	0	3
0	0	0	1	1	0	0	1	1
0	0	0	0	0	0	0	1	1
0	1	0	0	1	0	0	1	1
1	1	1	1	1	0	0	1	4
0	1	1	0	0	0	0	1	2
0	0	0	1	0	0	0	1	6
0	1	1	1	1	0	0	1	2
0	0	0	0	0	0	0	1	1
1	1	0	0	0	0	0	0	5
1	1	1	0	1	0	0	1	5
1	1	1	1	0	0	0	1	4
1	1	1	0	0	0	0	0	6
0	0	0	0	0	0	0	1	3
0	0	0	0	0	0	0	1	6
0	0	0	0	0	0	0	1	3
1	1	0	0	0	1	0	1	4
0	0	0	0	0	0	0	1	3
0	1	1	1	1	0	0	1	1
0	1	0	0	1	0	0	1	3
0	1	0	0	1	0	0	1	3
0	1	0	0	1	0	0	1	5

(Cont)

MudouAu	ResCP	ResCA	ResAT	OutRes	Big4	NaoBig4	ModGov	CAE
0	0	0	1	0	0	0	1	2
0	1	0	0	0	0	0	1	5
0	0	0	0	0	0	0	1	1
0	1	0	0	1	0	0	1	6
1	1	0	0	0	1	0	1	6
0	1	0	0	1	0	0	1	4
0	1	1	1	0	0	0	1	1
0	0	0	0	0	0	0	1	2
0	1	0	0	1	0	0	1	3
0	1	0	1	0	0	0	1	1
1	1	1	1	1	0	0	0	5
0	1	0	0	0	0	0	1	1
0	0	0	0	0	0	0	1	6
0	1	1	1	0	0	0	1	1
0	1	0	0	0	0	0	1	5
1	1	0	1	0	0	0	1	5
0	0	0	0	0	0	0	1	2
0	0	0	0	0	0	0	1	1
0	1	1	1	1	0	0	1	4
0	0	1	0	0	0	0	1	6
1	1	1	1	1	0	0	1	6
0	0	0	0	0	0	0	0	6
0	1	1	0	0	0	0	1	1
0	1	1	0	0	0	0	1	6
0	1	1	1	0	0	0	1	1
0	1	0	0	1	0	0	1	6
1	1	0	0	1	0	1	1	1
0	0	0	0	0	0	0	1	5
0	1	0	0	0	0	0	0	5
1	1	0	0	0	0	0	1	2
0	0	0	0	0	0	0	1	2
0	1	1	1	1	0	0	1	2
0	1	0	0	0	0	0	0	5
0	1	1	1	1	0	0	0	1
0	0	0	0	0	0	0	1	1
1	0	0	0	0	1	0	0	3
0	0	0	1	1	0	0	1	1
0	0	0	0	0	0	0	1	1
0	1	0	0	1	0	0	1	1
0	1	1	1	1	0	0	1	4
0	1	0	0	0	0	0	1	2
0	0	0	1	0	0	0	1	6
1	1	1	1	1	0	0	1	2
0	0	0	0	0	0	0	1	1

(Cont)

MudouAu	ResCP	ResCA	ResAT	OutRes	Big4	NaoBig4	ModGov	CAE
0	1	0	0	1	0	0	1	5
0	1	1	1	1	0	0	1	4
1	1	0	0	0	0	0	0	6
0	0	0	0	0	0	0	1	3
0	0	0	0	0	0	0	1	6
0	0	0	0	0	0	0	1	3
0	1	0	0	0	0	0	1	4
0	0	0	0	0	0	0	1	3
0	1	1	1	1	0	0	1	1
0	1	0	0	1	0	0	1	3
0	1	0	0	1	0	0	1	5
0	0	0	1	0	0	0	1	2
0	1	0	0	0	0	0	1	5
0	0	0	0	0	0	0	1	1
0	1	1	0	1	0	0	1	6
0	1	0	0	0	0	0	1	6
1	1	0	0	1	0	0	1	4
0	1	1	1	0	0	0	1	1
0	0	0	0	0	0	0	1	2
0	1	0	0	1	0	0	1	3
0	1	0	1	0	0	0	1	1
1	1	1	1	1	0	0	0	5
0	1	0	0	0	0	0	1	1
0	0	0	0	0	0	0	1	6
0	1	1	1	0	0	0	1	1
0	0	0	0	0	0	0	1	5
0	1	0	0	0	0	0	1	5
0	0	0	0	0	0	0	1	2
0	0	0	0	0	0	0	1	1
0	1	1	1	1	0	0	1	4
0	0	1	0	0	0	0	1	6
1	1	0	1	1	0	0	1	6
0	0	0	0	0	0	0	0	6
1	1	1	0	0	0	0	1	1
0	1	1	0	0	0	0	1	6
0	1	1	1	0	0	0	1	1
0	1	0	0	1	0	0	1	6
0	1	0	0	1	0	0	1	1
0	0	0	0	0	0	0	1	5
0	0	0	0	0	0	0	0	5

(Cont)

MudouAu	ResCP	ResCA	ResAT	OutRes	Big4	NaoBig4	ModGov	CAE
0	0	0	0	0	0	0	1	2
0	0	0	0	0	0	0	1	2
0	0	1	1	1	0	0	1	2
0	0	0	0	0	0	0	0	5
0	1	1	1	1	0	0	0	1
0	0	0	0	0	0	0	1	1
1	0	0	0	0	1	0	0	3
0	1	0	1	1	0	0	1	1
0	0	0	0	0	0	0	1	1
0	0	0	0	0	0	0	1	1
0	1	1	1	1	0	0	1	4
0	0	0	0	0	0	0	1	2
0	0	0	1	0	0	0	1	6
0	1	1	1	1	0	0	1	2
0	0	0	0	0	0	0	1	1
0	0	0	0	0	0	0	0	5
1	0	0	0	0	0	0	1	5
0	1	1	1	1	0	0	1	4
1	0	0	0	0	1	0	1	6
0	0	0	0	0	0	0	1	3
0	0	0	0	0	0	0	1	6
0	0	0	0	0	0	0	1	3
0	0	0	0	0	0	0	1	4
0	1	0	0	0	0	0	1	3
0	1	0	1	1	0	0	1	1
0	0	0	0	0	0	0	1	3
0	0	0	0	0	0	0	1	5
1	0	0	1	0	1	0	1	2
0	1	0	1	0	0	0	1	5
0	0	0	0	0	0	0	1	1
0	1	1	0	1	0	0	1	6
0	1	0	0	0	0	0	1	6
0	1	0	1	1	0	0	1	4
0	1	1	1	0	0	0	1	1
0	0	0	0	0	0	0	1	2
0	0	0	0	0	0	0	1	3
0	1	0	1	0	0	0	1	1
0	0	0	0	0	0	0	0	5
0	1	0	0	0	0	0	1	1
0	0	0	0	0	0	0	1	2

(Cont)

MudouAu	ResCP	ResCA	ResAT	OutRes	Big4	NaoBig4	ModGov	CAE
0	0	0	0	0	0	0	1	6
0	1	1	1	1	0	0	1	1
0	1	0	0	0	0	0	1	5
0	1	0	0	0	0	0	1	5
0	0	0	0	0	0	0	1	2
0	0	0	0	0	0	0	1	1
0	1	1	1	1	0	0	1	4
0	0	0	1	0	0	0	1	6
1	1	0	1	1	0	0	1	6
0	0	0	0	0	0	0	0	6
1	1	1	0	1	0	0	1	1
0	1	1	0	0	0	0	1	6
0	1	1	1	0	0	0	1	1
0	1	1	0	1	0	0	1	6
0	1	0	0	0	0	0	1	1
0	1	0	1	0	0	0	1	5
0	0	0	0	0	0	0	0	5
0	0	0	0	0	0	0	1	2
0	0	0	0	0	0	0	1	2
0	0	1	1	1	0	0	1	2
0	1	0	0	0	0	0	0	5
0	1	1	1	1	0	0	0	1
0	0	0	0	0	0	0	1	1
0	0	0	0	0	0	0	0	3
0	1	0	1	1	0	0	1	1
0	0	0	0	0	0	0	1	1
0	0	0	0	0	0	0	1	1
0	1	1	1	1	0	0	1	4
0	0	0	0	0	0	0	1	2
0	0	0	1	0	0	0	1	6
0	1	1	1	1	0	0	1	2
0	0	0	0	0	0	0	1	1
0	1	0	0	0	0	0	0	5
0	1	0	1	1	0	0	1	5
0	1	1	1	1	0	0	1	4
1	0	0	0	0	1	0	0	6
0	0	0	0	0	0	0	1	3
0	0	0	0	0	0	0	1	6
0	0	0	0	0	0	0	1	3
0	0	0	0	0	0	0	1	4

(Cont)

MudouAu	ResCP	ResCA	ResAT	OutRes	Big4	NaoBig4	ModGov	CAE
0	1	0	0	0	0	0	1	3
0	0	0	0	1	0	0	1	1
0	0	0	0	0	0	0	1	3
0	0	0	0	0	0	0	1	5
0	0	0	1	0	0	0	1	2
0	1	0	1	0	0	0	1	5
0	0	0	0	0	0	0	1	1
0	1	1	0	1	0	0	1	6
1	1	0	0	0	1	0	1	6
0	1	0	1	1	0	0	1	4
0	1	0	1	1	0	0	1	1
0	0	0	0	0	0	0	1	2
0	0	0	0	0	0	0	1	3
1	1	0	1	0	1	0	1	1
0	0	0	0	1	0	0	0	5
0	1	0	0	0	0	0	1	1
0	0	0	0	0	0	0	1	2
0	0	0	0	0	0	0	1	6
0	1	1	1	1	0	0	1	1
0	1	0	0	0	0	0	1	5
0	1	0	0	0	0	0	1	5
0	0	0	0	0	0	0	1	2
0	0	0	0	0	0	0	1	1
0	1	0	1	0	0	0	1	4
1	0	0	1	0	1	0	1	6
1	1	0	1	1	0	0	1	6
0	0	0	0	0	0	0	0	6
0	1	1	0	1	0	0	1	1
0	1	1	0	1	0	0	1	6
0	0	0	0	0	0	0	1	1
0	1	1	1	1	0	0	1	6
1	0	0	0	0	0	0	1	1
1	1	0	1	0	0	0	1	5
0	0	0	0	0	0	0	0	5
1	0	0	0	0	0	0	1	2
0	0	0	0	0	0	0	1	2
0	0	1	1	1	0	0	1	2
0	1	0	0	0	0	0	0	5
0	0	1	0	0	0	0	0	1
0	0	0	0	0	0	0	1	1

(Cont)

MudouAu	ResCP	ResCA	ResAT	OutRes	Big4	NaoBig4	ModGov	CAE
0	0	0	0	0	0	0	0	3
1	1	1	1	1	0	0	1	1
0	0	0	0	0	0	0	1	1
1	0	0	0	0	0	0	1	1
1	1	1	1	1	0	0	1	4
0	0	0	0	0	0	0	1	2
0	1	1	1	0	0	0	1	6
0	1	1	1	1	0	0	1	2
0	0	0	0	0	0	0	1	1
0	1	0	0	0	0	0	0	5
0	1	0	1	1	0	0	1	5
1	1	1	1	1	0	0	1	4
0	0	0	0	0	0	0	1	6
0	0	0	0	0	0	0	1	3
1	0	0	0	0	0	0	1	6
0	0	0	0	0	0	0	1	3
0	0	0	0	0	0	0	1	4
1	1	0	0	0	0	0	1	3
0	0	0	0	0	0	0	1	1
0	0	0	0	0	0	0	1	3
0	0	0	0	0	0	0	1	5
0	0	0	0	0	0	0	1	2
0	1	0	1	0	0	0	1	5
0	0	0	0	0	0	0	1	1
0	1	1	0	1	0	0	1	6
0	1	0	0	1	0	0	1	6
0	1	0	1	1	0	0	1	4
1	0	0	1	1	1	0	1	1
0	0	0	0	0	0	0	1	2
1	0	0	0	0	0	0	1	3
0	0	0	0	0	0	0	1	1
0	0	0	0	1	0	0	0	5
0	0	0	0	0	0	0	1	1
0	0	0	0	0	0	0	1	2
0	0	0	0	0	0	0	0	6
0	1	0	0	0	0	0	1	5
0	1	0	0	0	0	0	1	5
0	0	0	0	0	0	0	1	2
0	0	0	0	0	0	0	1	1
0	1	0	1	0	0	0	1	4
1	0	0	1	0	1	0	1	6
1	1	1	1	1	0	0	1	6
0	0	0	0	0	0	0	0	6
0	0	1	0	1	0	0	1	1
0	1	1	0	1	0	0	1	6
0	0	0	0	0	0	0	1	1
0	1	1	1	1	0	0	1	6
1	0	0	0	0	0	0	1	1
1	1	0	1	0	0	0	1	5

(Cont)

MudouAu	ResCP	ResCA	ResAT	OutRes	Big4	NaoBig4	ModGov	CAE
1	0	0	0	0	0	0	0	5
1	0	0	0	0	0	0	1	2
1	0	0	0	0	0	0	1	6
0	0	1	0	1	0	0	1	2
1	1	0	0	0	0	0	0	5
1	0	0	0	0	0	0	0	1
1	0	0	0	0	0	0	1	1
1	0	0	0	0	0	0	0	3
0	1	1	1	1	0	0	1	1
1	0	0	0	0	0	0	1	1
0	0	0	0	0	0	0	1	1
0	1	1	1	1	0	0	1	4
1	0	0	0	0	0	0	1	2
0	1	1	1	0	0	0	1	6
0	1	1	1	1	0	0	1	2
0	0	0	0	0	0	0	1	1
0	1	0	0	0	0	0	0	5
0	1	0	1	1	0	0	1	5
0	1	1	1	1	0	0	1	4
0	0	0	0	0	0	0	0	6
0	0	0	0	0	0	0	1	3
0	0	0	0	0	0	0	1	6
0	0	0	0	0	0	0	1	3
0	0	0	0	0	0	0	1	4
0	1	0	0	0	0	0	1	3
0	0	0	0	0	0	0	1	1
0	0	0	0	0	0	0	1	3
0	0	0	0	0	0	0	1	5
0	0	0	0	0	0	0	1	2
0	0	0	0	0	0	0	1	5
0	0	0	0	0	0	0	1	1
0	1	1	1	1	0	0	1	6
0	1	1	1	1	0	0	1	6
0	1	0	1	1	0	0	1	4
0	1	1	1	1	0	0	1	1
0	0	0	0	0	0	0	1	2
0	0	0	0	0	0	0	1	3
0	0	0	0	0	0	0	1	1
0	0	0	0	1	0	0	0	5

(Cont)

RCP	RAT	Solvab	AutFinan	Endivid	DtEquity	TxCresVN	TxCresAT	LogVNMed
3	3	3	2	3	2	2	3	12,28764414
3	3	3	3	3	3	3	3	13,82533415
2	1	3	3	3	3	2	1	9,585140066
3	2	3	3	2	2	2	3	11,62250308
3	1	1	1	1	1	1	2	9,714201802
2	3	3	3	2	2	2	3	11,57963507
2	2	3	3	3	3	2	2	12,97723818
3	1	1	1	1	1	2	1	12,42025079
1	2	3	3	1	2	2	1	11,83853896
1	1	3	3	2	2	3	3	8,925808887
3	2	3	3	2	2	2	3	16,02514811
3	2	2	2	1	2	2	2	10,45540234
3	2	2	3	2	2	2	1	12,19243339
2	2	3	3	2	2	1	1	11,43012702
1	2	2	2	1	2	3	1	8,272144805
3	3	3	3	2	3	2	2	16,47460454
2	2	3	3	3	3	2	3	10,78128691
3	3	3	3	3	3	1	3	12,25553243
2	2	2	3	2	2	1	3	12,03421416
3	3	3	3	2	2	3	2	11,91411478
2	2	3	3	3	3	1	1	13,13454752
3	2	3	3	2	2	1	1	12,45910763
3	2	2	2	1	2	1	3	13,89312046
2	3	3	3	2	3	3	3	15,1790429
1	2	2	2	1	2	2	1	10,44677069
1	1	2	2	1	2	2	2	9,629905604
3	2	3	3	2	2	3	3	12,07137104
1	1	2	2	1	2	2	2	9,553007665
3	2	2	3	2	2	2	3	14,06717315
3	3	3	3	3	3	3	3	14,3245013
1	2	3	1	3	2	3	1	10,33189849
3	3	3	3	3	3	1	1	13,84444684
3	3	3	3	2	2	2	1	15,61175224
2	2	2	2	1	2	3	1	9,97204922
1	1	3	3	2	3	1	1	11,2164448
3	2	3	3	2	2	3	1	14,46463305
3	2	2	2	2	2	1	1	13,58816538
3	2	3	3	3	3	3	2	13,04862857
3	2	3	3	2	3	1	1	13,62294754
2	2	3	3	2	2	2	3	11,02018531
2	2	3	3	3	3	1	1	12,49328336
2	2	3	3	2	2	3	2	14,25515678
3	2	3	3	2	2	2	3	15,07542456
2	2	3	3	2	2	2	3	15,5641658

(Cont)

RCP	RAT	Solvab	AutFinan	Endivid	DtEquity	TxCresVN	TxCresAT	LogVNMed
3	3	3	3	3	3	2	3	12,79914163
1	2	3	3	3	3	2	2	13,65677271
3	2	3	3	1	3	1	3	8,272144805
1	1	2	2	2	2	3	2	10,49302269
1	3	1	1	1	1	2	3	10,40000125
3	1	1	1	1	1	1	3	10,85955653
2	2	3	3	3	3	1	1	12,03421416
3	2	3	3	2	2	3	3	13,44829165
3	2	3	3	3	3	2	1	13,13454752
1	1	2	2	1	2	1	1	11,32977156
3	3	3	3	3	3	2	2	13,41190781
3	3	2	2	2	2	1	2	12,42658115
3	3	3	3	2	3	2	1	14,00614772
1	1	3	3	3	3	2	1	9,629905604
3	2	2	3	2	2	2	1	11,65414432
1	1	1	1	1	1	3	1	9,553007665
3	3	3	3	2	2	3	3	11,63946707
2	2	3	3	3	3	2	1	12,99689917
3	1	1	1	1	1	2	2	12,48018811
3	2	3	3	3	3	2	1	11,86784086
2	2	2	3	2	2	2	3	9,270054776
3	2	3	3	2	2	3	3	16,15208891
3	1	3	2	3	3	1	3	10,47097702
3	2	3	3	2	2	2	1	12,30681652
1	1	3	3	2	3	2	2	11,48492714
3	2	2	2	1	2	1	3	8,254355482
3	3	3	3	3	3	3	3	16,29783443
2	2	3	3	3	3	1	1	10,91499755
3	3	3	3	3	3	3	2	12,25657721
2	2	2	3	2	2	3	3	12,03802079
3	3	3	3	2	3	2	2	12,04759065
1	1	3	3	2	3	1	1	13,16347589
1	2	3	3	3	3	3	1	12,05658607
1	2	2	3	2	2	1	1	13,88694866
2	2	3	3	3	3	2	1	11,0908278
3	2	3	3	2	2	3	3	15,32586591
3	1	1	1	1	1	2	3	10,44445433
3	3	1	1	1	1	2	2	9,687029934
2	2	3	3	2	3	3	3	12,59642186
3	3	1	1	1	1	2	2	9,656200717
2	2	3	3	2	3	3	3	14,12572046
3	2	3	3	2	3	3	1	14,50152755
3	2	1	1	1	1	1	1	10,63736072
3	2	3	3	3	3	1	1	13,6851133

(Cont)

RCP	RAT	Solvab	AutFinan	Endivid	DtEquity	TxCresVN	TxCresAT	LogVNMed
3	3	3	3	3	3	1	2	15,61421651
3	2	2	2	1	2	3	3	10,12846941
3	1	1	1	1	1	1	3	11,23292492
3	2	3	3	2	2	1	1	14,06080691
1	2	3	3	1	3	3	3	13,57005126
3	3	3	3	3	3	2	2	13,11891678
3	3	3	3	2	2	2	2	13,87161518
2	2	3	3	2	2	2	2	11,11526482
3	2	3	3	1	3	3	3	12,35410033
3	1	3	3	2	2	1	1	14,37142809
3	2	3	3	2	2	1	3	15,05483651
3	2	3	3	2	2	3	2	15,45152821
3	3	3	3	2	3	1	1	13,11507018
2	2	3	3	3	3	2	3	13,66165789
3	1	3	3	3	3	2	1	8,254355482
3	1	2	2	2	2	1	1	10,57475545
1	3	1	1	1	1	2	3	10,40048805
3	2	1	1	1	1	2	1	10,83497555
2	2	3	3	3	3	3	3	12,03802079
3	2	3	3	2	2	3	1	13,59104488
2	2	3	3	3	3	1	2	13,16347589
3	1	1	1	1	1	1	1	11,22023532
3	3	3	3	3	3	2	3	13,4020154
3	3	2	2	1	2	1	2	12,5849671
3	3	3	3	2	3	2	2	14,1481832
1	1	3	3	2	3	2	1	9,687029934
1	2	1	1	1	1	1	2	11,69071175
3	2	1	1	1	1	3	2	9,656200717
3	3	3	3	2	2	2	3	11,96751296
2	2	3	3	3	3	1	1	13,02776768
2	3	1	1	1	1	1	1	12,53597214
2	2	2	3	1	2	1	2	11,91317254
2	2	2	3	2	2	1	3	9,609205973
3	2	3	3	2	2	1	2	16,27949619
2	2	2	2	1	2	1	1	10,46297
1	2	3	3	2	2	1	1	12,4123223
1	1	3	3	2	2	1	1	11,52789289
3	3	2	2	2	2	3	3	8,180787619
2	2	3	3	2	3	1	3	16,40216157
1	2	3	3	3	3	3	3	10,53612365
3	3	3	3	2	2	1	1	12,34373964

(Cont)

RCP	RAT	Solvab	AutFinan	Endivid	DtEquity	TxCresVN	TxCresAT	LogVNMed
2	3	2	2	2	2	2	3	12,3402582
3	3	3	3	2	3	1	2	12,1757526
1	1	3	3	2	2	1	1	13,16516805
1	1	3	3	2	3	1	2	11,35468755
2	2	2	3	2	2	1	1	13,87581168
2	2	3	3	3	3	3	1	11,12034203
3	3	3	3	2	2	2	2	15,52934392
3	1	1	1	1	1	1	1	10,45411065
1	1	1	1	1	1	1	1	9,773587653
2	2	3	3	2	2	1	2	13,13624196
1	1	1	1	1	1	1	1	9,952642729
2	2	3	3	1	3	2	3	14,2383492
1	3	3	3	1	2	1	3	14,76953513
3	2	1	1	1	1	3	1	10,71972219
2	2	3	3	3	3	3	3	13,46480917
3	2	2	2	1	2	3	2	15,23477658
2	2	2	3	2	2	3	2	10,55014567
3	1	1	1	1	1	1	1	11,26052902
3	2	3	3	2	2	2	3	13,07975576
2	3	2	2	1	2	3	2	13,54589191
3	3	3	3	3	3	1	1	13,20366621
3	2	3	3	2	3	1	2	14,20397644
2	2	3	3	2	3	1	2	11,15754017
2	1	3	3	1	3	2	3	12,38095409
1	1	3	3	2	2	1	1	14,42792714
3	2	3	3	2	2	3	2	14,98935956
2	2	3	3	2	2	2	2	15,38166734
1	1	3	3	2	3	2	1	13,17532704
2	2	3	3	3	3	1	1	13,71198318
1	1	3	3	3	3	1	1	8,180787619
2	2	2	3	2	2	2	3	10,60245112
1	2	1	1	1	1	1	1	10,41460313
3	1	1	1	1	1	1	1	10,81720832
1	2	3	3	2	2	1	1	12,3402582
1	2	2	2	2	2	2	3	13,83480489
2	2	3	3	2	3	1	1	13,16516805
3	1	2	1	3	2	1	1	11,12722377
3	2	2	2	2	2	2	3	13,47774391
3	2	2	2	1	2	3	2	12,57344352
2	2	3	3	2	3	3	3	12,53762327

(Cont)

RCP	RAT	Solvab	AutFinan	Endivid	DtEquity	TxCresVN	TxCresAT	LogVNMed
3	1	3	3	2	3	2	2	14,54191826
1	1	3	3	2	3	2	1	9,773587653
3	3	2	2	1	2	2	1	11,70094741
1	2	2	2	1	2	1	3	9,952642729
2	3	3	3	2	3	1	3	12,21712798
2	3	3	3	3	3	2	2	13,00752774
2	1	1	1	1	1	1	2	12,53762327
3	2	3	3	2	2	3	2	11,96313659
2	2	2	3	2	2	1	1	9,682466747
3	3	3	3	2	2	3	2	16,05789558
3	3	2	2	1	2	1	2	10,50063765
3	2	3	3	2	2	1	1	12,41911468
2	2	3	3	2	3	3	3	11,45576235
3	2	2	2	2	2	1	1	7,693937326
3	2	3	3	2	2	3	3	16,39709617
2	2	3	3	3	3	1	3	10,98200484
3	3	3	3	2	2	1	1	12,38599271
2	2	2	2	1	2	1	2	12,54300787
3	3	3	3	3	3	2	2	12,24388211
1	2	3	3	2	2	1	2	13,10896265
1	1	3	3	3	3	1	2	6,047372179
2	2	3	3	2	2	2	2	13,8338749
3	3	3	3	3	3	1	3	11,20004865
3	3	3	3	2	2	3	2	15,69041167
3	1	1	1	1	1	1	1	10,47078802
3	1	1	1	1	1	2	1	9,855137292
3	1	3	3	2	2	2	1	13,29533581
3	1	1	1	1	1	2	1	10,18811496
3	2	2	2	3	2	1	1	14,40364457
3	2	3	3	2	2	1	1	14,92471324
3	1	1	1	1	1	1	1	10,74328593
2	2	3	3	3	3	3	2	13,47171987
3	2	2	3	2	2	1	2	15,06055553
2	2	2	2	2	2	2	3	11,07358812
2	1	1	1	1	1	3	3	11,18618835
3	2	3	3	2	2	3	2	13,18746986
1	3	2	2	1	2	1	2	13,6741697
3	3	3	3	3	3	1	2	13,26971557
2	2	3	3	2	3	3	2	14,174011
2	2	3	3	2	3	3	3	11,14741638

(Cont)

RCP	RAT	Solvab	AutFinan	Endivid	DtEquity	TxCresVN	TxCresAT	LogVNMed
2	2	3	3	3	3	1	1	12,38889269
1	1	3	3	2	2	2	1	14,34970519
3	2	3	3	2	2	2	2	15,12910501
2	3	3	3	2	2	2	1	15,46711395
1	1	3	3	2	3	2	1	13,03155352
2	1	3	3	3	3	1	1	13,7530371
1	1	3	3	3	3	1	2	7,693937326
3	1	1	1	1	1	3	2	10,61974072
3	1	1	1	1	1	1	2	10,42375843
3	1	1	1	1	1	2	2	10,78790227
1	1	3	3	2	2	2	1	12,54300787
2	1	2	2	2	2	2	1	14,00766858
2	2	3	3	3	3	2	1	13,10896265
3	1	1	1	1	1	1	3	11,01530669
3	2	2	2	2	2	2	3	13,55039591
3	3	2	2	1	2	1	1	12,76532646
2	2	2	3	2	2	3	1	12,48412222
3	1	3	3	3	3	1	1	14,59680017
2	2	3	3	2	2	1	1	9,855137292
3	3	2	2	1	2	1	1	11,69723671
3	2	1	1	1	1	1	1	10,18811496
3	3	3	3	3	2	1	3	12,40472266
2	3	3	3	3	3	2	2	13,00978353
2	1	1	1	1	1	1	1	12,48412222
3	2	3	3	2	2	2	2	12,06916604
2	1	1	1	1	1	2	2	9,607683699
3	3	3	3	2	2	3	2	15,76941906
2	2	2	2	1	2	1	2	10,45994598
2	1	3	3	2	2	1	1	12,38452144
1	2	3	3	2	2	3	1	11,50165553
2	2	2	2	2	2	3	3	7,069307074
3	2	3	3	2	2	3	3	16,43431226
2	2	3	3	3	3	1	1	11,24519851
2	2	3	3	2	2	1	1	12,41315727
3	2	2	2	1	2	1	2	12,72772544
3	3	3	3	3	3	1	1	12,25848165
1	1	3	3	2	2	3	1	13,02494237
2	1	3	3	3	3	1	2	5,974657429
2	2	3	3	2	2	1	1	13,8121633
3	3	3	3	3	3	3	2	11,27595763

(Cont)

RCP	RAT	Solvab	AutFinan	Endivid	DtEquity	TxCresVN	TxCresAT	LogVNMed
3	3	2	2	2	2	2	2	15,84812077
3	1	1	1	1	1	1	1	10,47672444
3	1	1	1	1	1	2	1	9,885119895
1	1	3	3	2	2	1	1	13,34966096
3	1	1	1	1	1	2	1	10,23769532
3	2	2	2	2	2	2	2	14,50941195
2	2	3	3	2	2	3	3	14,67902367
2	2	1	1	1	1	2	1	10,58919043
3	3	3	3	3	3	2	2	13,81190172
3	2	3	3	2	2	3	3	14,80045147
2	2	2	3	2	2	1	1	11,44057697
3	1	1	1	1	1	3	3	11,33201491
3	2	3	3	2	2	1	2	13,30731259
1	3	2	2	2	2	1	1	13,71896074
2	3	3	3	3	3	1	2	13,25224537
3	2	3	3	2	3	2	2	14,2312353
3	2	3	3	2	2	1	1	11,19316546
1	1	3	3	3	3	1	1	12,36259765
1	1	3	3	2	2	2	1	14,18465579
3	2	2	3	2	2	1	1	15,24861336
2	2	3	3	2	2	1	1	15,54612816
3	2	3	3	2	3	2	1	12,82616694
2	1	3	3	3	3	1	2	13,76293188
2	2	3	3	3	3	3	1	7,069307074
3	1	1	1	1	1	2	3	10,73055355
3	1	1	1	1	1	2	2	10,38760979
3	1	1	1	1	1	2	1	10,80478647
2	1	3	3	2	2	1	1	12,72772544
2	2	3	3	2	2	1	2	14,10411745
2	2	3	3	3	3	1	1	13,02494237
1	1	3	3	2	2	2	1	10,9141547
3	2	2	3	2	2	1	2	13,61659528
3	2	2	2	2	2	2	2	12,94186815
3	2	2	3	2	2	1	2	12,41622552
2	2	3	3	2	3	1	3	14,51225111
3	3	2	2	1	2	1	1	11,67446875
1	2	2	3	2	2	1	1	10,23769532
3	3	3	3	2	3	1	1	12,42472211
2	3	3	3	3	3	2	2	13,02940124
3	1	1	1	1	1	1	1	12,41622552
2	2	3	3	2	2	2	1	12,16275796
2	1	1	1	1	1	2	2	9,506139413
3	2	3	3	2	2	2	2	15,82575506
2	2	2	2	1	2	1	1	10,40821462
1	2	3	3	2	2	1	1	12,31943258
2	2	3	3	2	2	1	1	11,59611399

(Cont)

RCP	RAT	Solvab	AutFinan	Endivid	DtEquity	TxCresVN	TxCresAT	LogVNMed
2	2	2	2	2	2	1	1	4,902802589
3	2	3	3	2	2	2	3	16,47520992
2	2	3	3	3	3	1	1	11,58196634
2	2	3	3	2	2	1	1	12,30388726
2	2	2	2	1	2	1	2	12,71815248
2	2	3	3	3	3	1	1	12,22980708
1	1	3	3	2	2	1	1	12,82917819
2	1	3	3	3	3	1	2	5,166688924
1	2	3	3	2	2	1	1	13,75451845
3	3	3	3	3	3	1	1	11,46567661
3	3	3	3	2	2	2	2	15,96907594
3	1	1	1	1	1	1	1	10,41376302
3	1	1	1	1	1	1	1	8,913213841
1	1	3	3	2	2	1	1	13,20657216
3	1	1	1	1	1	1	1	11,08498466
3	2	2	2	2	2	2	2	14,55932994
3	2	2	3	2	2	2	2	14,74878583
3	1	1	1	1	1	1	1	10,56146514
3	3	3	3	3	3	2	1	14,095324
3	2	2	3	2	2	2	1	15,31002534
1	1	2	3	2	2	3	2	11,60185777
2	1	1	1	1	1	1	2	11,65404301
3	2	3	3	2	2	1	1	13,35837208
1	3	2	2	1	2	1	1	13,70579576
1	2	3	3	3	3	1	1	13,19620412
3	2	3	3	2	3	2	3	14,30294697
3	2	3	3	2	2	2	1	10,8179633
2	1	3	3	3	3	1	1	12,18536641
1	1	2	3	2	2	1	1	14,08364838
2	2	2	3	2	2	1	1	15,35621949
1	1	3	3	3	3	2	2	15,16615909
3	2	3	3	2	3	1	1	12,84608976
2	2	3	3	3	3	3	1	13,4485842
2	1	3	3	3	3	3	1	4,902802589
1	1	2	2	1	2	1	2	10,90577859
3	1	1	1	1	1	2	2	10,34292458
3	1	1	1	1	1	1	1	10,81418936
2	2	3	3	2	2	1	1	12,71815248
1	2	2	2	2	2	3	2	14,08117655
1	1	3	3	3	3	1	1	12,82917819
2	2	3	3	2	2	2	1	10,87829245
3	2	2	2	2	2	2	1	13,64762628

(Cont)

Class. VN	VNegNorm	LogActMed	Class. AT	ActNorm
2	-0,37566852	13,18444482	2	-0,35337
2	-0,044165435	15,12155807	3	0,290382
1	-0,460313995	10,73321771	1	-0,45243
1	-0,41974391	12,5053139	1	-0,4068
1	-0,459476117	10,16706902	1	-0,45647
1	-0,421701538	11,66767025	1	-0,43798
2	-0,28558449	13,21440945	2	-0,35007
2	-0,362803272	14,18481985	2	-0,167
1	-0,408493868	13,33515917	2	-0,33574
1	-0,463250473	13,96025168	2	-0,22629
3	3,343532824	16,97113219	3	4,319739
1	-0,451874791	12,44481589	1	-0,41003
2	-0,383908285	12,89631896	1	-0,38051
1	-0,427908211	11,04649411	1	-0,44899
1	-0,447392237	10,69947708	1	-0,43067
3	5,505514886	15,31354387	3	0,449577
1	-0,446280362	11,11133783	1	-0,44813
2	-0,378535659	12,7583914	1	-0,39098
2	-0,230561135	12,02193745	1	-0,31975
1	-0,40394825	11,84162951	1	-0,43347
2	-0,463144972	12,84155011	1	-0,43406
2	-0,358698753	12,93699157	1	-0,37713
2	-0,014551604	13,45780079	2	-0,31929
3	1,168379117	14,69251076	2	0,027978
1	-0,451999595	11,28380576	1	-0,44557
1	-0,466396143	10,69911235	1	0,22569
2	-0,393313656	12,35295555	1	-0,41457
1	-0,444564745	10,11672891	1	0,22569
3	0,071352296	14,2681194	2	-0,14139
3	0,229165067	15,71343227	3	0,897648
1	-0,453561908	13,08721001	2	-0,36341
2	-0,036017858	14,6302563	2	-0,00158
3	2,053492426	16,49569633	3	2,510484
1	-0,457440651	10,63385023	1	-0,45331
1	-0,435313097	15,68529008	3	0,859924
3	0,333795112	14,97684065	2	0,189042
2	-0,133316011	13,65977562	2	-0,2874
2	-0,272204352	13,56987725	2	-0,3024
2	-0,12152693	15,10075362	3	0,274895
1	-0,440852128	10,93010485	1	-0,45039
2	-0,3549545	13,47527123	2	-0,31678
3	0,182566072	14,4653434	2	-0,07154
3	1,007467086	14,72789701	2	0,045619
3	1,936388272	15,77208512	3	0,979766

(Cont)

Class. VN	VNegNorm	LogActMed	Class. AT	ActNorm
2	-0,31508181	14,95581806	2	0,175503
2	-0,109662137	14,15923595	2	-0,17444
1	-0,464759965	10,69947708	1	-0,45274
1	-0,451318087	11,98478362	1	-0,42911
1	-0,452657411	11,42864127	1	-0,44304
1	-0,444642652	11,41190736	1	-0,44335
2	-0,395979342	12,02193745	1	-0,42787
2	-0,176793621	14,75737196	2	0,060796
2	-0,254781852	12,84155011	1	-0,38484
1	-0,431583198	11,85160241	1	-0,43318
2	-0,18714109	13,85527183	2	-0,24976
2	-0,362145412	13,46839402	2	-0,31778
3	0,039517222	15,24239993	3	0,386993
1	-0,460035539	10,69911235	1	-0,45274
1	-0,418244173	12,51834245	1	-0,40608
1	-0,460506323	10,11672891	1	-0,45673
1	-0,418945751	11,74825052	1	-0,43599
2	-0,281994377	13,25192917	2	-0,3458
2	-0,356404342	14,1536533	2	-0,17604
1	-0,406772119	13,31045741	2	-0,33881
1	-0,461957838	14,07357688	2	-0,19803
3	3,859205971	17,11170049	3	5,041401
1	-0,451646856	12,51224521	1	-0,40642
2	-0,373912274	12,85824504	1	-0,38354
1	-0,425740206	11,10411477	1	-0,44823
1	-0,446586553	10,84664739	1	-0,43288
3	4,537900479	15,5457341	3	0,687766
1	-0,443402557	11,38943869	1	-0,44376
2	-0,378443816	12,82303508	1	-0,38625
2	-0,234124489	12,06476442	1	-0,3164
2	-0,395031084	12,05144213	1	-0,42686
2	-0,463824808	12,80647751	1	-0,43702
2	-0,39438623	12,77893953	1	-0,38951
2	-0,017331712	13,522761	2	-0,30973
1	-0,43898237	12,07073391	1	-0,42618
3	1,426917129	14,80931156	2	0,088655
1	-0,452032904	11,14222887	1	-0,44771
1	-0,466396143	10,6779305	1	0,236422
2	-0,342846928	13,03211768	2	-0,36869
1	-0,442696381	10,13381855	1	0,236422
3	0,10377592	14,62564905	2	-0,0037
3	0,363869135	15,93101008	3	1,228071
1	-0,448976849	12,94422108	1	-0,37652
2	-0,099407459	14,60340913	2	-0,01377

(Cont)

Class. VN	VNegNorm	LogActMed	Class. AT	ActNorm
3	2,05970976	16,4993175	3	2,521266
1	-0,45592433	10,3996157	1	-0,45508
1	-0,4347966	15,40969953	3	0,541559
3	0,067939737	15,10694464	3	0,27947
2	-0,139295148	13,6500324	2	-0,28909
2	-0,258063823	13,59382386	2	-0,29853
2	-0,024164912	15,04580051	3	0,235505
1	-0,438304207	11,14708195	1	-0,44764
2	-0,369434249	13,1036086	2	-0,36179
3	0,262583498	14,52948729	2	-0,04569
3	0,97743334	14,81666583	2	0,092718
3	1,680430236	15,69625438	3	0,874495
2	-0,258863655	15,13769528	3	0,302618
2	-0,107915162	14,31235429	2	-0,1269
1	-0,464788814	10,84664739	1	-0,4513
1	-0,450033953	12,02879037	1	-0,42764
1	-0,452650721	11,59527935	1	-0,43965
1	-0,445170855	11,52073158	1	-0,44124
2	-0,395710781	12,06476442	1	-0,42639
2	-0,132355524	14,83940074	2	0,105469
2	-0,24857079	12,80647751	1	-0,38749
1	-0,435195052	11,65743554	1	-0,43823
2	-0,189889979	13,80749351	2	-0,25965
2	-0,34425408	13,7969714	2	-0,26176
3	0,116728478	15,30519104	3	0,441996
1	-0,459661615	10,6779305	1	-0,45293
1	-0,416450789	12,53462431	1	-0,40517
1	-0,459866067	10,13381855	1	-0,45664
1	-0,400523009	11,99534133	1	-0,42876
2	-0,276213404	13,26636213	2	-0,34412
2	-0,350094189	14,1285577	2	-0,18313
1	-0,404007063	13,25812428	2	-0,34508
1	-0,460165847	14,20834197	2	-0,15998
3	4,446966798	17,24631769	3	5,834401
1	-0,451764482	12,70266952	1	-0,39481
2	-0,363621361	12,831098	1	-0,38564
1	-0,423955324	11,07891169	1	-0,44857
1	-0,44529768	10,96416719	1	-0,43373
3	5,08819048	15,58561916	3	0,734542
1	-0,450654	11,45150031	1	-0,44261
2	-0,370433655	12,90727149	1	-0,37961

(Cont)

Class. VN	VNegNorm	LogActMed	Class. AT	ActNorm
2	-0,194965222	12,71627407	1	-0,26932
2	-0,385272834	12,22629839	1	-0,42019
2	-0,464475934	12,78608752	1	-0,44055
1	-0,430704903	12,48435947	1	-0,40794
2	-0,022305189	13,53434719	2	-0,30796
1	-0,438161216	12,03624472	1	-0,42738
3	1,854158802	14,96379611	2	0,180607
1	-0,451893536	11,1179452	1	-0,44804
1	-0,466396143	10,55159378	1	0,242828
2	-0,254422981	13,63378762	2	-0,29188
1	-0,440355979	10,16458178	1	0,242828
3	0,171749743	14,89267367	2	0,136507
3	0,619057025	15,70338932	3	0,884064
1	-0,447481433	12,76690674	1	-0,39037
2	-0,171970383	14,58788704	2	-0,02067
3	1,262077994	16,43062823	3	2,323242
1	-0,450431708	11,12463699	1	-0,44795
1	-0,433912172	15,00615088	3	0,2084
2	-0,266064646	15,18151717	3	0,336859
2	-0,147102999	13,63973632	2	-0,29086
2	-0,239638015	13,61896837	2	-0,29438
3	0,150187604	15,02680618	3	0,222386
1	-0,43709115	11,19943954	1	-0,44688
2	-0,366795182	13,01620477	2	-0,37016
3	0,304955887	14,54821573	2	-0,03783
3	0,885924349	14,95106351	2	0,17248
3	1,535570023	15,74580634	3	0,942378
2	-0,245973951	15,2213813	3	0,369339
2	-0,089412842	14,41292297	2	-0,09147
1	-0,464902817	10,96416719	1	-0,45
1	-0,449574457	12,04737191	1	-0,427
1	-0,452455328	11,74715665	1	-0,43602
1	-0,445544639	11,57425886	1	-0,44011
2	-0,370767162	12,71627407	1	-0,3939
2	-0,040147603	14,92896034	2	0,158615
2	-0,248201884	12,78608752	1	-0,38899
1	-0,43796624	11,7136707	1	-0,43687
2	-0,168137324	13,91031728	2	-0,23776
2	-0,345653515	13,90915113	2	-0,23802
2	-0,349902001	14,05610102	2	-0,2026

(Cont)

Class. VN	VNegNorm	LogActMed	Class. AT	ActNorm
3	0,398090603	15,38253625	3	0,514673
1	-0,459052717	10,55159378	1	-0,45398
1	-0,415936941	12,57112193	1	-0,40307
1	-0,45761277	10,16458178	1	-0,45648
2	-0,381845921	12,31242767	1	-0,41645
2	-0,280023997	13,2448559	2	-0,34662
2	-0,349902001	14,05808046	2	-0,20209
1	-0,400810664	13,22259476	2	-0,34915
1	-0,459692276	14,36219104	2	-0,10979
3	3,47036373	17,37910751	3	6,72852
1	-0,45120283	12,78696057	1	-0,38892
2	-0,362920898	12,74045658	1	-0,39223
1	-0,426908805	11,05146656	1	-0,44893
1	-0,44252468	11,19523311	1	-0,43026
3	5,060125443	15,70687858	3	0,888768
1	-0,441809027	11,80993391	1	-0,43435
2	-0,366292064	12,9782243	1	-0,37357
2	-0,141701384	13,08732808	2	-0,20931
2	-0,379553322	12,27493462	1	-0,41811
2	-0,465219043	12,68866442	1	-0,44248
1	-0,466219285	11,97797518	1	-0,42933
2	-0,040543826	13,55778721	2	-0,30431
1	-0,435818584	12,00652354	1	-0,42839
3	2,259709561	15,08508897	3	0,263445
1	-0,451649643	11,11850909	1	-0,44804
1	-0,466396143	10,43009794	1	0,04689
2	-0,217868637	13,99070679	2	-0,21901
1	-0,439304728	10,25257042	1	0,04689
3	0,286451058	15,17547395	3	0,332048
3	0,801267651	16,08887132	3	1,51704
1	-0,447030439	12,65808625	1	-0,39773
2	-0,169928646	14,62838629	2	-0,00244
3	0,985714292	16,4468181	3	2,368698
1	-0,439450925	11,54863682	1	-0,44065
1	-0,436239474	14,00072099	2	-0,21656
2	-0,243281088	15,20878988	3	0,35894
2	-0,103401738	13,70911469	2	-0,27859
2	-0,224155097	13,63722524	2	-0,29129
3	0,131985481	15,01055129	3	0,211355
1	-0,437386331	11,25004874	1	-0,4461

(Cont)

Class. VN	VNegNorm	LogActMed	Class. AT	ActNorm
2	-0,366001343	13,05842201	2	-0,36621
3	0,246918704	14,45535066	2	-0,07542
3	1,088746765	15,10182196	3	0,275683
3	1,71415221	15,80408238	3	1,026637
2	-0,275492037	15,25535753	3	0,398062
2	-0,073614116	14,44893392	2	-0,0779
1	-0,465478406	11,19523311	1	-0,44694
1	-0,449281088	12,01739091	1	-0,42803
1	-0,452327109	11,78763374	1	-0,43495
1	-0,446146847	11,61437735	1	-0,43922
2	-0,349273035	13,08732808	2	-0,3634
3	0,040287228	15,01074711	3	0,211487
2	-0,260127302	12,68866442	1	-0,39574
1	-0,440976444	11,61693407	1	-0,43916
2	-0,145661658	14,05251599	2	-0,20353
2	-0,320112985	13,94912349	2	-0,22889
2	-0,355970769	14,67397216	2	0,018982
3	0,446861365	15,42013899	3	0,552089
1	-0,458428768	10,43009794	1	-0,45487
1	-0,416123833	12,37575072	1	-0,41348
1	-0,45528073	10,25257042	1	-0,45599
2	-0,364399451	12,59146656	1	-0,40186
2	-0,279603106	13,22444934	2	-0,34895
2	-0,355970769	14,02439696	2	-0,21069
2	-0,393474625	13,22097719	2	-0,34934
1	-0,460175324	14,21848835	2	-0,15691
3	2,483829039	17,46036717	3	7,337196
1	-0,451808662	12,85552566	1	-0,38375
2	-0,366439237	12,65928187	1	-0,39766
1	-0,425054378	11,08418661	1	-0,4485
1	-0,443519348	11,06645605	1	-0,42669
3	5,269676115	15,86525532	3	1,12053
1	-0,43440637	12,06178648	1	-0,42649
2	-0,36353551	12,97349903	1	-0,37399
2	-0,093900064	13,34573304	2	-0,15126
2	-0,378276156	12,31170362	1	-0,41648
2	-0,465493318	12,63891619	1	-0,44365
1	-0,466231689	11,96253504	1	-0,42983
2	-0,049690112	13,5067492	2	-0,31215
1	-0,433407104	12,02185529	1	-0,42788

(Cont)

Class. VN	VNegNorm	LogActMed	Class. AT	ActNorm
3	2,725398054	15,17734264	3	0,333532
1	-0,451561841	11,14449117	1	-0,44767
1	-0,463065532	10,30996881	1	-0,15273
2	-0,203993882	14,07822809	2	-0,1968
1	-0,439087175	10,21075164	1	-0,15273
3	0,37044116	15,18329703	3	0,338282
3	0,525126101	16,00477102	3	1,357427
1	-0,449796052	12,54390824	1	-0,40464
2	-0,049799097	14,70653326	2	0,034894
3	0,653139404	16,49478462	3	2,507775
1	-0,427503905	11,95537374	1	-0,43006
1	-0,431505013	13,98401375	2	-0,22063
2	-0,214874181	15,248817	3	0,392457
2	-0,086773217	13,75586671	2	-0,26982
2	-0,228350344	13,63221172	2	-0,29214
3	0,167226145	15,04159577	3	0,23258
1	-0,436028332	11,3667661	1	-0,44417
2	-0,368606823	13,34200052	2	-0,33487
3	0,13838915	14,32760478	2	-0,12176
3	1,286160738	15,18338727	3	0,338354
3	1,893436253	15,82682983	3	1,060883
2	-0,310936735	15,20122592	3	0,352755
2	-0,069708335	14,46703994	2	-0,07088
1	-0,465904732	11,06645605	1	-0,44873
1	-0,447275447	11,98648319	1	-0,42905
1	-0,452826603	11,80158456	1	-0,43458
1	-0,445802052	11,61004008	1	-0,43932
2	-0,325511255	13,34573304	2	-0,3344
3	0,091590581	14,95885835	2	0,177443
2	-0,27674997	12,63891619	1	-0,39895
1	-0,44342193	11,6534813	1	-0,43832
2	-0,123710683	14,21047405	2	-0,15934
2	-0,291868024	13,95287078	2	-0,22802
2	-0,363219424	14,79930391	2	0,083174
3	0,372820446	15,46094695	3	0,594318
1	-0,417255499	12,27270585	1	-0,41821
1	-0,454715733	10,21075164	1	-0,45623
2	-0,362339038	12,79060588	1	-0,38866

(Cont)

Class. VN	VNegNorm	LogActMed	Class. AT	ActNorm
2	-0,275902475	13,24254295	2	-0,34689
2	-0,363219424	13,96819903	2	-0,22441
2	-0,386320183	13,27227365	2	-0,34342
1	-0,460775999	14,02049856	2	-0,21167
3	2,654803699	17,50763795	3	7,714712
1	-0,452544105	12,85771096	1	-0,38358
2	-0,372738101	12,56192725	1	-0,4036
1	-0,420958917	11,09269184	1	-0,44839
1	-0,443268625	10,91457318	1	-0,42274
3	5,5091312	16,00642538	3	1,360439
1	-0,421597222	12,26662197	1	-0,41848
2	-0,374182787	12,91722836	1	-0,37879
2	-0,088493015	13,31035715	2	-0,12523
2	-0,380767076	12,33434272	1	-0,41544
2	-0,465600492	12,54688426	1	-0,44393
1	-0,466322835	12,00147889	1	-0,42856
2	-0,073031837	13,47263755	2	-0,31716
1	-0,42651537	12,06423831	1	-0,42641
3	3,135780831	15,23980149	3	0,38479
1	-0,452467035	10,97727194	1	-0,44984
1	-0,463289845	9,087833697	1	-0,45997
2	-0,238978109	13,98854692	2	-0,21953
1	-0,439142086	13,15436902	2	-0,35658
3	0,413274578	15,16743722	3	0,325693
3	0,59676669	16,51571977	3	2,570598
1	-0,450249973	12,48053776	1	-0,40815
3	0,086705463	14,80249905	2	0,084918
3	1,397162257	16,69070882	3	3,150487
1	-0,420697185	12,06293911	1	-0,42645
1	-0,418249051	14,67180384	2	0,017941
2	-0,201698077	15,31518345	3	0,451072
2	-0,091738192	13,72015904	2	-0,27655
2	-0,241323808	13,6505168	2	-0,28901
3	0,214333135	15,08981749	3	0,266883
1	-0,445528891	11,4364655	1	-0,44289
2	-0,38448917	13,49381888	2	-0,31407
3	0,08028521	14,22531911	2	-0,15482
3	1,485267053	15,22105372	3	0,369067
3	1,147452077	15,66796293	3	0,83722
2	-0,307808487	15,17353832	3	0,330513
2	-0,176708886	14,4781054	2	-0,06653
1	-0,466339838	10,91457318	1	-0,45057
1	-0,44361356	12,38240547	1	-0,41316
1	-0,453419613	11,78412748	1	-0,43505
1	-0,445607494	11,6073504	1	-0,43938
2	-0,326853505	13,31035715	2	-0,33882
3	0,078935573	14,91266823	2	0,14859
2	-0,310467902	12,54688426	1	-0,40447
1	-0,444231238	11,71235812	1	-0,4369
2	-0,112910102	14,30929297	2	-0,12793

**Anexo III – Primeiro resultado do SPSS com 14 variáveis - Bloco 1: Método =
Enter**

Testes de coeficientes de modelo Omnibus

		Qui-quadrado	df	Sig.
Etapa 1	Etapa	75,809	23	,000
	Bloco	75,809	23	,000
	Modelo	75,809	23	,000

Resumo do modelo

Etapa	Verossimilhança de log -2	R quadrado Cox & Snell	R quadrado Nagelkerke
1	236,820 ^a	,201	,333

a. Estimação finalizada no número de iteração 20 porque o máximo de iterações foi atingido. Não é possível encontrar a solução final.

Teste de Hosmer e Lemeshow

Etapa	Qui-quadrado	df	Sig.
1	6,621	8	,578

Tabela de contingência para teste de Hosmer e Lemeshow

		Mudou de auditor = Não mudou de auditor		Mudou de auditor = Mudou de auditor		Total
		Observado	Esperado	Observado	Esperado	
Etapa 1	1	33	32,874	1	1,126	34
	2	34	32,291	0	1,709	34
	3	31	31,853	3	2,147	34
	4	30	31,344	4	2,656	34
	5	30	30,529	4	3,471	34
	6	32	29,263	2	4,737	34
	7	26	28,036	8	5,964	34
	8	27	26,645	7	7,355	34
	9	23	24,841	11	9,159	34
	10	12	10,322	19	20,678	31

Tabela de Classificação^a

	Observado	Previsto			
		Mudou de auditor		Porcentagem correta	
		Não mudou de auditor	Mudou de auditor		
Etapa 1	Mudou de auditor	Não mudou de auditor	220	58	79,1
		Mudou de auditor	22	37	62,7
Porcentagem global					76,3

a. O valor de recorte é ,200

Variáveis na equação

	B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)	95% C.I. para EXP(B)		
							Inferior	Superior	
Etapa 1 ^a	ResCP	,310	,472	,432	1	,511	1,364	,541	3,441
	ResCA	,375	,478	,617	1	,432	1,455	,571	3,711
	ResAT	,538	,496	1,177	1	,278	1,713	,648	4,529
	OutRes	-,442	,484	,834	1	,361	,643	,249	1,660
	ModGov	-,1246	,557	5,004	1	,025	,288	,096	,857
	CAE			3,190	5	,671			
	CAE(1)	-,914	,563	2,636	1	,104	,401	,133	1,209
	CAE(2)	-,301	,655	,212	1	,645	,740	,205	2,669
	CAE(3)	-,734	,860	,728	1	,393	,480	,089	2,589
	CAE(4)	-,015	,671	,000	1	,983	,985	,265	3,669
	CAE(5)	-,501	,602	,694	1	,405	,606	,186	1,970
	Big4	23,125	10428,513	,000	1	,998	11037606617,739	,000	..
	AutFinan			,547	2	,761			
AutFinan(1)	,366	,656	,311	1	,577	1,442	,398	5,221	
AutFinan(2)	,012	,588	,000	1	,984	1,012	,319	3,206	
RendAT			,169	2	,919				
RendAT(1)	,152	,474	,103	1	,748	1,165	,460	2,948	
RendAT(2)	-,008	,607	,000	1	,989	,992	,302	3,257	
ClassVN			3,772	2	,152				
ClassVN(1)	-,769	,461	2,786	1	,095	,463	,188	1,143	
ClassVN(2)	-,1402	,892	2,468	1	,116	,246	,043	1,415	
TxCresVN			,006	2	,997				
TxCresVN(1)	,018	,409	,002	1	,965	1,018	,457	2,267	
TxCresVN(2)	,035	,486	,005	1	,942	1,036	,400	2,686	
TxCresAT			,948	2	,623				
TxCresAT(1)	-,176	,429	,168	1	,682	,839	,362	1,944	
TxCresAT(2)	-,487	,500	,946	1	,331	,615	,230	1,639	
VNegNorm	,826	,259	10,214	1	,001	2,285	1,376	3,792	
ATNorm	-,620	,317	3,814	1	,051	,538	,289	1,002	
Constante	-,188	,977	,037	1	,848	,829			

a. Variável(is) inserido(s) na etapa 1: ResCP, ResCA, ResAT, OutRes, ModGov, CAE, Big4, AutFinan, RendAT, ClassVN, TxCresVN, TxCresAT, VNegNorm, ATNorm.

Anexo IV – Segundo resultado do SPSS com 10 variáveis

Backward Wald

Resumo do modelo

Etapa	Verossimilhança de log -2	R quadrado Cox & Snell	R quadrado Nagelkerke
1	280,240 ^a	,092	,152
2	280,265 ^a	,092	,151
3	280,449 ^a	,091	,151
4	280,873 ^a	,090	,149
5	289,886 ^a	,065	,108
6	291,191 ^a	,062	,102
7	295,762 ^a	,049	,081

a. Estimação finalizada no número de iteração 5 porque as estimativas de parâmetro mudaram foram alteradas para menos de ,001.

Teste de Hosmer e Lemeshow

Etapa	Qui-quadrado	df	Sig.
1	4,996	8	,758
2	5,795	8	,670
3	5,009	8	,757
4	6,546	8	,586
5	9,287	8	,319
6	6,588	8	,582
7	13,370	8	,100

Tabela de Classificação^a

	Observado	Previsto			
		Mudou de auditor		Porcentagem correta	
		Não mudou de auditor	Mudou de auditor		
Etapa 1	Mudou de auditor	Não mudou de auditor	199	79	71,6
		Mudou de auditor	24	35	59,3
	Porcentagem global				69,4
Etapa 2	Mudou de auditor	Não mudou de auditor	202	76	72,7
		Mudou de auditor	23	36	61,0
	Porcentagem global				70,6
Etapa 3	Mudou de auditor	Não mudou de auditor	200	78	71,9
		Mudou de auditor	23	36	61,0
	Porcentagem global				70,0
Etapa 4	Mudou de auditor	Não mudou de auditor	200	78	71,9
		Mudou de auditor	21	38	64,4
	Porcentagem global				70,6
Etapa 5	Mudou de auditor	Não mudou de auditor	203	75	73,0
		Mudou de auditor	27	32	54,2
	Porcentagem global				69,7
Etapa 6	Mudou de auditor	Não mudou de auditor	211	67	75,9
		Mudou de auditor	30	29	49,2
	Porcentagem global				71,2
Etapa 7	Mudou de auditor	Não mudou de auditor	193	85	69,4
		Mudou de auditor	25	34	57,6
	Porcentagem global				67,4

a. O valor de recorte é ,200

		Variáveis na equação						95% C.I. para EXP(B)	
		B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)	Inferior	Superior
Etapa 1 ^a	ResCP	,301	,412	,534	1	,465	1,351	,603	3,028
	ResCA	-,182	,422	,185	1	,667	,834	,365	1,907
	ResAT	1,062	,409	6,727	1	,009	2,891	1,296	6,450
	OutRes	-,752	,426	3,113	1	,078	,471	,204	1,087
	ModGov	-1,643	,491	11,225	1	,001	,193	,074	,506
	CAE			9,286	5	,098			
	CAE (1)	-1,225	,480	6,505	1	,011	,294	,115	,753
	CAE (2)	-,771	,565	1,859	1	,173	,463	,153	1,401
	CAE (3)	-,974	,696	1,956	1	,162	,378	,097	1,478
	CAE (4)	-,508	,562	,817	1	,366	,602	,200	1,811
	CAE (5)	-1,427	,556	6,582	1	,010	,240	,081	,714
	ClassVN			4,539	2	,103			
	ClassVN(1)	-,625	,383	2,667	1	,102	,535	,253	1,133
	ClassVN(2)	-1,566	,812	3,714	1	,054	,209	,043	1,027
	TxCresAT			,024	2	,988			
	TxCresAT(1)	-,059	,379	,024	1	,877	,943	,449	1,982
	TxCresAT(2)	-,021	,397	,003	1	,958	,979	,450	2,131
	VNegNorm	,803	,243	10,916	1	,001	2,231	1,386	3,592
	ATNorm	-,745	,298	6,236	1	,013	,475	,264	,852
	Constante	,873	,722	1,463	1	,226	2,395		
Etapa 2 ^a	ResCP	,304	,411	,549	1	,459	1,356	,606	3,034
	ResCA	-,180	,420	,184	1	,668	,835	,366	1,903
	ResAT	1,065	,409	6,778	1	,009	2,900	1,301	6,465
	OutRes	-,755	,426	3,139	1	,076	,470	,204	1,083
	ModGov	-1,637	,489	11,222	1	,001	,195	,075	,507
	CAE			9,346	5	,096			
	CAE (1)	-1,213	,472	6,600	1	,010	,297	,118	,750
	CAE (2)	-,765	,564	1,843	1	,175	,465	,154	1,404
	CAE (3)	-,973	,696	1,956	1	,162	,378	,097	1,478
	CAE (4)	-,504	,560	,809	1	,368	,604	,202	1,811
	CAE (5)	-1,424	,555	6,582	1	,010	,241	,081	,715
	ClassVN			4,531	2	,104			
	ClassVN(1)	-,620	,380	2,657	1	,103	,538	,255	1,134
	ClassVN(2)	-1,558	,810	3,701	1	,054	,211	,043	1,030
	VNegNorm	,798	,238	11,209	1	,001	2,222	1,392	3,545
	ATNorm	-,744	,298	6,246	1	,012	,475	,265	,852

Etapa 3ª	Constante	,836	,670	1,558	1	,212	2,307			
	ResCP	,258	,396	,424	1	,515	1,294	,595	2,815	
	ResAT	1,027	,400	6,585	1	,010	2,794	-1,275	6,124	
	OutRes	-,788	,419	3,534	1	,060	,455	,200	1,034	
	ModGov	-1,612	,485	11,058	1	,001	,200	,077	,516	
	CAE			9,178	5	,102				
	CAE(1)	-1,208	,472	6,550	1	,010	,299	,119	,754	
	CAE(2)	-,772	,563	1,879	1	,170	,462	,153	1,394	
	CAE(3)	-,950	,695	1,869	1	,172	,387	,099	1,510	
	CAE(4)	-,484	,558	,754	1	,385	,616	,207	1,838	
	CAE(5)	-1,359	,533	6,495	1	,011	,257	,090	,731	
	ClassVN			4,503	2	,105				
	ClassVN(1)	-,617	,380	2,646	1	,104	,539	,256	1,135	
	ClassVN(2)	-1,552	,810	3,668	1	,055	,212	,043	1,037	
	VNegNorm	,808	,238	11,551	1	,001	2,243	-1,408	3,574	
ATNorm	-,746	,298	6,259	1	,012	,474	,264	,851		
Etapa 4ª	Constante	,794	,662	1,438	1	,230	2,213			
	ResAT	1,102	,386	8,161	1	,004	3,010	1,413	6,410	
	OutRes	-,709	,402	3,108	1	,078	,492	,224	1,083	
	ModGov	-1,598	,484	10,901	1	,001	,202	,078	,522	
	CAE			9,045	5	,107				
	CAE(1)	-1,214	,470	6,663	1	,010	,297	,118	,747	
	CAE(2)	-,833	,555	2,248	1	,134	,435	,146	1,292	
	CAE(3)	-1,001	,695	2,074	1	,150	,368	,094	1,435	
	CAE(4)	-,469	,557	,709	1	,400	,625	,210	1,864	
	CAE(5)	-1,304	,526	6,139	1	,013	,271	,097	,761	
	ClassVN			4,794	2	,091				
	ClassVN(1)	-,651	,377	2,987	1	,084	,521	,249	1,091	
	ClassVN(2)	-1,567	,807	3,764	1	,052	,209	,043	1,016	
	VNegNorm	,817	,238	11,843	1	,001	2,265	1,422	3,607	
	ATNorm	-,771	,300	6,612	1	,010	,463	,257	,833	
Etapa 5ª	Constante	,887	,648	1,874	1	,171	2,427			
	ResAT	,964	,372	6,728	1	,009	2,623	1,266	5,434	
	OutRes	-,425	,376	1,277	1	,258	,653	,312	1,367	
	ModGov	-1,269	,420	9,143	1	,002	,281	,123	,640	
	ClassVN			4,882	2	,087				
	ClassVN(1)	-,632	,351	3,241	1	,072	,531	,267	1,058	
	ClassVN(2)	-1,309	,717	3,332	1	,068	,270	,066	1,101	
	VNegNorm	,619	,213	8,447	1	,004	1,857	1,223	2,818	
	ATNorm	-,490	,260	3,549	1	,060	,613	,368	1,020	
	Etapa 6ª	Constante	-,260	,481	,292	1	,589	,771		
		ResAT	,753	,322	5,481	1	,019	2,123	1,130	3,987
		ModGov	-1,232	,418	8,670	1	,003	,292	,128	,662
		ClassVN			4,323	2	,115			
		ClassVN(1)	-,583	,349	2,783	1	,095	,558	,282	1,107
		ClassVN(2)	-1,219	,706	2,983	1	,084	,295	,074	1,179
VNegNorm		,577	,209	7,620	1	,006	1,780	1,182	2,682	
ATNorm		-,450	,254	3,136	1	,077	,638	,387	1,049	
Etapa 7ª		Constante	-,381	,470	,658	1	,417	,683		
		ResAT	,864	,316	7,470	1	,006	2,373	1,277	4,411
		ModGov	-1,042	,397	6,895	1	,009	,353	,162	,768
		VNegNorm	,398	,170	5,507	1	,019	1,489	1,068	2,075
		ATNorm	-,573	,279	4,215	1	,040	,564	,326	,974
Constante		-1,019	,359	8,045	1	,005	,361			

a. Variável(is) inserida(s) na etapa 1: ResCP, ResCA, ResAT, OutRes, ModGov, CAE, ClassVN, TxResAT, VNegNorm, ATNorm.

Backward Likelihood Ratio (LR)

Resumo do modelo

Etapa	Verossimilhança de log -2	R quadrado Cox & Snell	R quadrado Nagelkerke
1	280,240 ^a	,092	,152
2	280,265 ^a	,092	,151
3	280,449 ^a	,091	,151
4	280,873 ^a	,090	,149
5	289,886 ^a	,065	,108
6	291,191 ^a	,062	,102
7	295,762 ^a	,049	,081

a. Estimação finalizada no número de iteração 5 porque as estimativas de parâmetro mudaram foram alteradas para menos de ,001.

Teste de Hosmer e Lemeshow

Etapa	Qui-quadrado	df	Sig.
1	4,996	8	,758
2	5,795	8	,670
3	5,009	8	,757
4	6,546	8	,586
5	9,287	8	,319
6	6,588	8	,582
7	13,370	8	,100

		Variáveis na equação					95% C.I. para EXP(B)			
		B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)	Inferior	Superior	
Etapa 1 ^a	ResCP	,301	,412	,534	1	,465	1,351	,603	3,028	
	ResCA	-,182	,422	,185	1	,667	,834	,365	1,907	
	ResAT	1,062	,409	6,727	1	,009	2,891	1,296	6,450	
	OutRes	-,752	,426	3,113	1	,078	,471	,204	1,087	
	ModGov	-1,643	,491	11,225	1	,001	,193	,074	,506	
	CAE			9,286	5	,098				
	CAE(1)	-1,225	,480	6,505	1	,011	,294	,115	,753	
	CAE(2)	-,771	,565	1,859	1	,173	,463	,153	1,401	
	CAE(3)	-,974	,696	1,956	1	,162	,378	,097	1,478	
	CAE(4)	-,508	,562	,817	1	,366	,602	,200	1,811	
	CAE(5)	-1,427	,556	6,582	1	,010	,240	,081	,714	
	ClassVN			4,539	2	,103				
	ClassVN(1)	-,625	,383	2,667	1	,102	,535	,253	1,133	
	ClassVN(2)	-1,566	,812	3,714	1	,054	,209	,043	1,027	
	TxCresAT			,024	2	,988				
	TxCresAT(1)	-,059	,379	,024	1	,877	,943	,449	1,982	
	TxCresAT(2)	-,021	,397	,003	1	,958	,979	,450	2,131	
VNegNorm	,803	,243	10,916	1	,001	2,231	1,386	3,592		
ATNorm	-,745	,298	6,236	1	,013	,475	,264	,852		
Constante	,873	,722	1,463	1	,226	2,395				
Etapa 2 ^a	ResCP	,304	,411	,549	1	,459	1,356	,606	3,034	
	ResCA	-,180	,420	,184	1	,668	,835	,366	1,903	
	ResAT	1,065	,409	6,778	1	,009	2,900	1,301	6,465	
	OutRes	-,755	,426	3,139	1	,076	,470	,204	1,083	
	ModGov	-1,637	,489	11,222	1	,001	,195	,075	,507	
	CAE			9,346	5	,096				
	CAE(1)	-1,213	,472	6,600	1	,010	,297	,118	,750	
	CAE(2)	-,765	,564	1,843	1	,175	,465	,154	1,404	
	CAE(3)	-,973	,696	1,956	1	,162	,378	,097	1,478	
	CAE(4)	-,504	,560	,809	1	,368	,604	,202	1,811	
	CAE(5)	-1,424	,555	6,582	1	,010	,241	,081	,715	
	ClassVN			4,531	2	,104				
	ClassVN(1)	-,620	,380	2,657	1	,103	,538	,255	1,134	
	ClassVN(2)	-1,558	,810	3,701	1	,054	,211	,043	1,030	
	VNegNorm	,798	,238	11,209	1	,001	2,222	1,392	3,545	
	ATNorm	-,744	,298	6,246	1	,012	,475	,265	,852	
	Constante	,836	,670	1,558	1	,212	2,307			
Etapa 3 ^a	ResCP	,258	,396	,424	1	,515	1,294	,595	2,815	
	ResAT	1,027	,400	6,585	1	,010	2,794	1,275	6,124	
	OutRes	-,788	,419	3,534	1	,060	,455	,200	1,034	
	ModGov	-1,612	,485	11,058	1	,001	,200	,077	,516	
	CAE			9,178	5	,102				
	CAE(1)	-1,208	,472	6,550	1	,010	,299	,119	,754	
	CAE(2)	-,772	,563	1,879	1	,170	,462	,153	1,394	
	CAE(3)	-,950	,695	1,869	1	,172	,387	,099	1,510	
	CAE(4)	-,484	,558	,754	1	,385	,616	,207	1,838	
	CAE(5)	-1,359	,533	6,495	1	,011	,257	,090	,731	
	ClassVN			4,503	2	,105				
	ClassVN(1)	-,617	,380	2,646	1	,104	,539	,256	1,135	
	ClassVN(2)	-1,552	,810	3,668	1	,055	,212	,043	1,037	
	VNegNorm	,808	,238	11,551	1	,001	2,243	1,408	3,574	
	ATNorm	-,746	,298	6,259	1	,012	,474	,264	,851	
	Constante	,794	,662	1,438	1	,230	2,213			
	Etapa 4 ^a	ResAT	1,102	,386	8,161	1	,004	3,010	1,413	6,410
OutRes		-,709	,402	3,108	1	,078	,492	,224	1,083	
ModGov		-1,598	,484	10,901	1	,001	,202	,078	,522	
CAE				9,045	5	,107				
CAE(1)		-1,214	,470	6,663	1	,010	,297	,118	,747	
CAE(2)		-,833	,555	2,248	1	,134	,435	,146	1,292	
CAE(3)		-1,001	,695	2,074	1	,150	,368	,094	1,435	
CAE(4)		-,469	,557	,709	1	,400	,625	,210	1,864	
CAE(5)		-1,304	,526	6,139	1	,013	,271	,097	,761	
ClassVN				4,794	2	,091				
ClassVN(1)		-,651	,377	2,987	1	,084	,521	,249	1,091	
ClassVN(2)		-1,567	,807	3,764	1	,052	,209	,043	1,016	
VNegNorm		,817	,238	11,843	1	,001	2,265	1,422	3,607	
ATNorm		-,771	,300	6,612	1	,010	,463	,257	,833	
Constante		,887	,648	1,874	1	,171	2,427			
Etapa 5 ^a		ResAT	,964	,372	6,728	1	,009	2,623	1,266	5,434
		OutRes	-,425	,376	1,277	1	,258	,653	,312	1,367
	ModGov	-1,269	,420	9,143	1	,002	,281	,123	,640	
	ClassVN			4,882	2	,087				
	ClassVN(1)	-,632	,351	3,241	1	,072	,531	,267	1,058	
	ClassVN(2)	-1,309	,717	3,332	1	,068	,270	,066	1,101	
	VNegNorm	,619	,213	8,447	1	,004	1,857	1,223	2,818	
	ATNorm	-,490	,260	3,549	1	,060	,613	,368	1,020	
	Constante	-,260	,481	,292	1	,589	,771			
	ResAT	,753	,322	5,481	1	,019	2,123	1,130	3,987	
Etapa 6 ^a	ModGov	-1,232	,418	8,670	1	,003	,292	,128	,662	
	ClassVN			4,323	2	,115				
	ClassVN(1)	-,583	,349	2,783	1	,095	,558	,282	1,107	
	ClassVN(2)	-1,219	,706	2,983	1	,084	,295	,074	1,179	
	VNegNorm	,577	,209	7,620	1	,006	1,780	1,182	2,682	
	ATNorm	-,450	,254	3,136	1	,077	,638	,387	1,049	
	Constante	-,381	,470	,658	1	,417	,683			
	ResAT	,864	,316	7,470	1	,006	2,373	1,277	4,411	
	ModGov	-1,042	,397	6,895	1	,009	,353	,162	,768	
	VNegNorm	,398	,170	5,507	1	,019	1,489	1,068	2,075	
Etapa 7 ^a	ATNorm	-,573	,279	4,215	1	,040	,564	,326	,974	
	Constante	-1,019	,359	8,045	1	,005	,361			

a. Variável(is) inserida(s) na etapa 1: ResCP, ResCA, ResAT, OutRes, ModGov, CAE, ClassVN, TxCresAT, VNegNorm, ATNorm.

Tabela de Classificação

	Observado	Previsto			
		Mudou de auditor		Porcentagem correta	
		Não mudou de auditor	Mudou de auditor		
Etapa 1	Mudou de auditor	Não mudou de auditor	199	79	71,6
		Mudou de auditor	24	35	59,3
	Porcentagem global				69,4
Etapa 2	Mudou de auditor	Não mudou de auditor	202	76	72,7
		Mudou de auditor	23	36	61,0
	Porcentagem global				70,6
Etapa 3	Mudou de auditor	Não mudou de auditor	200	78	71,9
		Mudou de auditor	23	36	61,0
	Porcentagem global				70,0
Etapa 4	Mudou de auditor	Não mudou de auditor	200	78	71,9
		Mudou de auditor	21	38	64,4
	Porcentagem global				70,6
Etapa 5	Mudou de auditor	Não mudou de auditor	203	75	73,0
		Mudou de auditor	27	32	54,2
	Porcentagem global				69,7
Etapa 6	Mudou de auditor	Não mudou de auditor	211	67	75,9
		Mudou de auditor	30	29	49,2
	Porcentagem global				71,2
Etapa 7	Mudou de auditor	Não mudou de auditor	193	85	69,4
		Mudou de auditor	25	34	57,6
	Porcentagem global				67,4

a. O valor de recorte é ,200

Backward Conditional

Resumo do modelo

Etapa	Verossimilhança de log -2	R quadrado Cox & Snell	R quadrado Nagelkerke
1	280,240 ^a	,092	,152
2	280,265 ^a	,092	,151
3	280,449 ^a	,091	,151
4	280,873 ^a	,090	,149
5	289,886 ^a	,065	,108
6	291,191 ^a	,062	,102

a. Estimacão finalizada no número de iterao 5 porque as estimativas de parâmetro mudaram foram alteradas para menos de ,001.

Teste de Hosmer e Lemeshow

Etapa	Qui-quadrado	df	Sig.
1	4,996	8	,758
2	5,795	8	,670
3	5,009	8	,757
4	6,546	8	,586
5	9,287	8	,319
6	6,588	8	,582

Tabela de Classificação^a

Observado		Previsto			
		Mudou de auditor		Porcentagem correta	
		Não mudou de auditor	Mudou de auditor		
Etapa 1	Mudou de auditor	Não mudou de auditor	199	79	71,6
		Mudou de auditor	24	35	59,3
	Porcentagem global				69,4
Etapa 2	Mudou de auditor	Não mudou de auditor	202	76	72,7
		Mudou de auditor	23	36	61,0
	Porcentagem global				70,6
Etapa 3	Mudou de auditor	Não mudou de auditor	200	78	71,9
		Mudou de auditor	23	36	61,0
	Porcentagem global				70,0
Etapa 4	Mudou de auditor	Não mudou de auditor	200	78	71,9
		Mudou de auditor	21	38	64,4
	Porcentagem global				70,6
Etapa 5	Mudou de auditor	Não mudou de auditor	203	75	73,0
		Mudou de auditor	27	32	54,2
	Porcentagem global				69,7
Etapa 6	Mudou de auditor	Não mudou de auditor	211	67	75,9
		Mudou de auditor	30	29	49,2
	Porcentagem global				71,2

a. O valor de recorte é ,200

		Variáveis na equação					95% C.I. para EXP(B)			
		B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)	Inferior	Superior	
Etapa 1 ^a	ResCP	,301	,412	,534	1	,465	1,351	,603	3,028	
	ResCA	-,182	,422	,185	1	,667	,834	,365	1,907	
	ResAT	1,062	,409	6,727	1	,009	2,891	1,296	6,450	
	OutRes	-,752	,426	3,113	1	,078	,471	,204	1,087	
	ModGov	-1,643	,491	11,225	1	,001	,193	,074	,506	
	CAE			9,286	5	,098				
	CAE(1)	-1,225	,480	6,505	1	,011	,294	,115	,753	
	CAE(2)	-,771	,565	1,859	1	,173	,463	,153	1,401	
	CAE(3)	-,974	,696	1,956	1	,162	,378	,097	1,478	
	CAE(4)	-,508	,562	,817	1	,366	,602	,200	1,811	
	CAE(5)	-1,427	,556	6,582	1	,010	,240	,081	,714	
	ClassVN			4,539	2	,103				
	ClassVN(1)	-,625	,383	2,667	1	,102	,535	,253	1,133	
	ClassVN(2)	-1,566	,812	3,714	1	,054	,209	,043	1,027	
	TxCresAT			,024	2	,988				
	TxCresAT(1)	-,059	,379	,024	1	,877	,943	,449	1,982	
	TxCresAT(2)	-,021	,397	,003	1	,958	,979	,450	2,131	
	VNegNorm	,803	,243	10,916	1	,001	2,231	1,386	3,592	
	ATNorm	-,745	,298	6,236	1	,013	,475	,264	,852	
	Constante	,873	,722	1,463	1	,226	2,395			
Etapa 2 ^a	ResCP	,304	,411	,549	1	,459	1,356	,606	3,034	
	ResCA	-,180	,420	,184	1	,668	,835	,366	1,903	
	ResAT	1,065	,409	6,778	1	,009	2,900	1,301	6,465	
	OutRes	-,755	,426	3,139	1	,076	,470	,204	1,083	
	ModGov	-1,637	,489	11,222	1	,001	,195	,075	,507	
	CAE			9,346	5	,096				
	CAE(1)	-1,213	,472	6,600	1	,010	,297	,118	,750	
	CAE(2)	-,765	,564	1,843	1	,175	,465	,154	1,404	
	CAE(3)	-,973	,696	1,956	1	,162	,378	,097	1,478	
	CAE(4)	-,504	,560	,809	1	,368	,604	,202	1,811	
	CAE(5)	-1,424	,555	6,582	1	,010	,241	,081	,715	
	ClassVN			4,531	2	,104				
	ClassVN(1)	-,620	,380	2,657	1	,103	,538	,255	1,134	
	ClassVN(2)	-1,558	,810	3,701	1	,054	,211	,043	1,030	
	VNegNorm	,798	,238	11,209	1	,001	2,222	1,392	3,545	
	ATNorm	-,744	,298	6,246	1	,012	,475	,265	,852	
	Constante	,836	,670	1,558	1	,212	2,307			
	Etapa 3 ^a	ResCP	,258	,396	,424	1	,515	1,294	,595	2,815
		ResAT	1,027	,400	6,585	1	,010	2,794	1,275	6,124
		OutRes	-,788	,419	3,534	1	,060	,455	,200	1,034
ModGov		-1,612	,485	11,058	1	,001	,200	,077	,516	
CAE				9,178	5	,102				
CAE(1)		-1,208	,472	6,550	1	,010	,299	,119	,754	
CAE(2)		-,772	,563	1,879	1	,170	,462	,153	1,394	
CAE(3)		-,950	,695	1,869	1	,172	,387	,099	1,510	
CAE(4)		-,484	,558	,754	1	,385	,616	,207	1,838	
CAE(5)		-1,359	,533	6,495	1	,011	,257	,090	,731	
ClassVN				4,503	2	,105				
ClassVN(1)		-,617	,380	2,646	1	,104	,539	,256	1,135	
ClassVN(2)		-1,552	,810	3,668	1	,055	,212	,043	1,037	
VNegNorm		,808	,238	11,551	1	,001	2,243	1,408	3,574	
ATNorm		-,746	,298	6,259	1	,012	,474	,264	,851	
Constante		,794	,662	1,438	1	,230	2,213			
Etapa 4 ^a		ResAT	1,102	,386	8,161	1	,004	3,010	1,413	6,410
		OutRes	-,709	,402	3,108	1	,078	,492	,224	1,083
		ModGov	-1,598	,484	10,901	1	,001	,202	,078	,522
		CAE			9,045	5	,107			
	CAE(1)	-1,214	,470	6,663	1	,010	,297	,118	,747	
	CAE(2)	-,833	,555	2,248	1	,134	,435	,146	1,292	
	CAE(3)	-1,001	,695	2,074	1	,150	,368	,094	1,435	
	CAE(4)	-,469	,557	,709	1	,400	,625	,210	1,864	
	CAE(5)	-1,304	,526	6,139	1	,013	,271	,097	,761	
	ClassVN			4,794	2	,091				
	ClassVN(1)	-,651	,377	2,987	1	,084	,521	,249	1,091	
	ClassVN(2)	-1,567	,807	3,764	1	,052	,209	,043	1,016	
	VNegNorm	,817	,238	11,843	1	,001	2,265	1,422	3,607	
	ATNorm	-,771	,300	6,612	1	,010	,463	,257	,833	
	Constante	,887	,648	1,874	1	,171	2,427			
	Etapa 5 ^a	ResAT	,964	,372	6,728	1	,009	2,623	1,266	5,434
		OutRes	-,425	,376	1,277	1	,258	,653	,312	1,367
		ModGov	-1,269	,420	9,143	1	,002	,281	,123	,640
		ClassVN			4,882	2	,087			
		ClassVN(1)	-,632	,351	3,241	1	,072	,531	,267	1,058
ClassVN(2)		-1,309	,717	3,332	1	,068	,270	,066	1,101	
VNegNorm		,619	,213	8,447	1	,004	1,857	1,223	2,818	
ATNorm		-,490	,260	3,549	1	,060	,613	,368	1,020	
Constante		-,260	,481	,292	1	,589	,771			
Etapa 6 ^a		ResAT	,753	,322	5,481	1	,019	2,123	1,130	3,987
	ModGov	-1,232	,418	8,670	1	,003	,292	,128	,662	
	ClassVN			4,323	2	,115				
	ClassVN(1)	-,583	,349	2,783	1	,095	,558	,282	1,107	
	ClassVN(2)	-1,219	,706	2,983	1	,084	,295	,074	1,179	
	VNegNorm	,577	,209	7,620	1	,006	1,780	1,182	2,682	
ATNorm	-,450	,254	3,136	1	,077	,638	,387	1,049		
Constante	-,381	,470	,658	1	,417	,683				

a. Variável(is) inserida(s) na etapa 1: ResCP, ResCA, ResAT, OutRes, ModGov, CAE, ClassVN, TxCresAT, VNegNorm, ATNorm.

Anexo V – Terceiro resultado do SPSS com 7 variáveis

Resumo de processamento do caso

Casos não ponderados ^a		N	Porcentagem
Casos selecionados	Incluído na análise	337	100,0
	Casos ausentes	0	,0
	Total	337	100,0
Casos não selecionados		0	,0
Total		337	100,0

a. Se a ponderação estiver em vigor, veja a tabela de classificação para o número total de casos.

Codificação de variável dependente

Valor original	Valor interno
Não mudou de auditor	0
Mudou de auditor	1

Codificações de variáveis categóricas

		Frequência	Codificação de parâmetro				
			(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
Grupos CAE	Indústria	94	1,000	,000	,000	,000	,000
	Construção	50	,000	1,000	,000	,000	,000
	Comércio	36	,000	,000	1,000	,000	,000
	Transportes	30	,000	,000	,000	1,000	,000
	Comunicação	60	,000	,000	,000	,000	1,000
	Outros	67	,000	,000	,000	,000	,000
Classificação pelo Volume de Negócios	Pequena	136	-,333	-,333			
	Média	132	,667	-,333			
	Grande	69	-,333	,667			

Tabela de Classificação^a

	Observado	Previsto			
		Mudou de auditor		Percentagem correta	
		Não mudou de auditor	Mudou de auditor		
Etapa 1	Mudou de auditor	Não mudou de auditor	200	78	71,9
		Mudou de auditor	21	38	64,4
	Porcentagem global				70,6

a. O valor de recorte é ,200

Variáveis na equação

	B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)	95% C.I. para EXP(B)	
							Inferior	Superior
Etapa 1 ^a ResAT	1,102	,386	8,161	1	,004	3,010	1,413	6,410
OutRes	-,709	,402	3,108	1	,078	,492	,224	1,083
ModGov	-1,598	,484	10,901	1	,001	,202	,078	,522
CAE			9,045	5	,107			
CAE(1)	-1,214	,470	6,663	1	,010	,297	,118	,747
CAE(2)	-,833	,555	2,248	1	,134	,435	,146	1,292
CAE(3)	-1,001	,695	2,074	1	,150	,368	,094	1,435
CAE(4)	-,469	,557	,709	1	,400	,625	,210	1,864
CAE(5)	-1,304	,526	6,139	1	,013	,271	,097	,761
ClassVN			4,794	2	,091			
ClassVN(1)	-,651	,377	2,987	1	,084	,521	,249	1,091
ClassVN(2)	-1,567	,807	3,764	1	,052	,209	,043	1,016
VNegNorm	,817	,238	11,843	1	,001	2,265	1,422	3,607
ATNorm	-,771	,300	6,612	1	,010	,463	,257	,833
Constante	,148	,532	,077	1	,782	1,159		

a. Variável(is) inserida(s) na etapa 1: ResAT, OutRes, ModGov, CAE, ClassVN, VNegNorm, ATNorm.

Matriz de correlações

		Constante	ResAT	OutRes	ModGov	CAE(1)	CAE(2)	CAE(3)	CAE(4)	CAE(5)	ClassVN(1)	ClassVN(2)	VNegNorm	ATNorm
Etapa 1	Constante	1,000	,004	-,282	-,754	-,432	-,228	-,461	-,195	-,638	-,169	,008	,064	-,323
	ResAT	,004	1,000	-,477	-,147	-,211	-,098	,011	-,170	-,122	-,024	-,073	,259	-,162
	OutRes	-,282	-,477	1,000	,179	,207	,055	,142	-,055	,215	,169	,178	-,272	,220
	ModGov	-,754	-,147	,179	1,000	,088	-,110	,131	-,026	,394	,304	,226	-,144	,212
	CAE(1)	-,432	-,211	,207	,088	1,000	,394	,362	,389	,474	,047	,167	-,388	,312
	CAE(2)	-,228	-,098	,055	-,110	,394	1,000	,255	,306	,303	-,186	-,024	-,063	,111
	CAE(3)	-,461	,011	,142	,131	,362	,255	1,000	,146	,330	-,125	-,207	-,132	,335
	CAE(4)	-,195	-,170	-,055	-,026	,389	,306	,146	1,000	,305	,098	,146	-,091	,019
	CAE(5)	-,638	-,122	,215	,394	,474	,303	,330	,305	1,000	,100	,172	-,190	,223
	ClassVN(1)	-,169	-,024	,169	,304	,047	-,186	-,125	,098	,100	1,000	,415	-,139	-,027
	ClassVN(2)	,008	-,073	,178	,226	,167	-,024	-,207	,146	,172	,415	1,000	-,582	-,210
	VNegNorm	,064	,259	-,272	-,144	-,388	-,063	-,132	-,091	-,190	-,139	-,582	1,000	-,403
	ATNorm	-,323	-,162	,220	,212	,312	,111	,335	,019	,223	-,027	-,210	-,403	1,000

Anexo VI – Multicolinearidade entre as variáveis iniciais

Coeficientes^a

Modelo	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	t	Sig.	Estatísticas de colinearidade		
	B	Erro Padrão	Beta			Tolerância	VIF	
1	(Constante)	,292	,124					
	Autonomia Financeira	,074	,048	,148	1,527	,128	,307	3,257
	Endividamento	,007	,047	,014	,157	,875	,380	2,634
	Debt to Equity	-,119	,058	-,214	-2,057	,041	,268	3,731
	Rendibilidade dos Capitais Próprios	,006	,030	,012	,204	,839	,785	1,274
	Rendibilidade do Activo Total	-,005	,034	-,009	-,139	,889	,747	1,338
	Classificação pelo Volume de Negócios	-,137	,048	-,271	-2,873	,004	,325	3,077
	Volume de Negócios Normalizado	,069	,031	,182	2,243	,026	,438	2,282
	Taxa de crescimento do Volume de Negócios	-,007	,029	-,015	-,253	,800	,855	1,170

a. Variável Dependente: Mudou de auditor

Diagnóstico de colinearidade^a

Modelo	Dimensão	Autovetor	Índice de condição	Proporções de variância											
				Constante	Autonomia Financeira	Endividamento	Debt to Equity	Rendibilidade dos Capitais Próprios	Rendibilidade do Activo Total	Classificação pelo Volume de Negócios	Volume de Negócios Normalizado	Taxa de crescimento do Volume de Negócios	Classificação pelo Activo Normalizado	Taxa de crescimento do Activo	
1	1	9,165	1,000	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00
	2	1,710	2,315	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,12	,00	,00	,14
	3	,353	5,099	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,60	,00	,00	,72
	4	,230	6,308	,00	,01	,03	,01	,02	,00	,01	,00	,14	,00	,00	,19
	5	,150	7,809	,00	,01	,03	,01	,16	,01	,02	,01	,17	,06	,04	,03
	6	,117	8,843	,00	,00	,01	,00	,04	,17	,04	,02	,31	,12	,05	,10
	7	,102	9,498	,00	,00	,00	,00	,11	,05	,02	,06	,30	,05	,00	,59
	8	,070	11,456	,01	,00	,06	,00	,27	,68	,03	,04	,02	,00	,00	,02
	9	,035	16,085	,00	,03	,03	,02	,01	,06	,65	,02	,00	,68	,01	,00
	10	,030	17,441	,23	,20	,52	,03	,01	,02	,15	,07	,02	,00	,00	,05
	11	,021	20,862	,69	,09	,22	,17	,37	,01	,00	,04	,04	,01	,01	,00
	12	,015	24,353	,07	,63	,10	,76	,01	,00	,08	,01	,00	,08	,02	,01

a. Variável Dependente: Mudou de auditor

Correlações

		Endividamento	Autonomia Financeira
Endividamento	Correlação de Pearson	1	,680**
	Sig. (2 extremidades)		,000
	N	337	337
Autonomia Financeira	Correlação de Pearson	,680**	1
	Sig. (2 extremidades)	,000	
	N	337	337

** . A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades).

Correlações

		Rendibilidade dos Capitais Próprios	Rendibilidade do Activo Total
Rendibilidade dos Capitais Próprios	Correlação de Pearson	1	,281**
	Sig. (2 extremidades)		,000
	N	337	337
Rendibilidade do Activo Total	Correlação de Pearson	,281**	1
	Sig. (2 extremidades)	,000	
	N	337	337

** . A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades).

Correlações

		Classificação pelo Volume de Negócios	Classificação pelo Activo
Classificação pelo Volume de Negócios	Correlação de Pearson	1	,751**
	Sig. (2 extremidades)		,000
	N	337	337
Classificação pelo Activo	Correlação de Pearson	,751**	1
	Sig. (2 extremidades)	,000	
	N	337	337

** . A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades).

Correlações

			Rendibilidade dos Capitais Próprios	Rendibilidade do Activo Total
tau_b de Kendall	Rendibilidade dos Capitais Próprios	Coefficiente de Correlação	1,000	,247**
		Sig. (2 extremidades)	.	,000
		N	337	337
	Rendibilidade do Activo Total	Coefficiente de Correlação	,247**	1,000
		Sig. (2 extremidades)	,000	.
		N	337	337
rô de Spearman	Rendibilidade dos Capitais Próprios	Coefficiente de Correlação	1,000	,264**
		Sig. (2 extremidades)	.	,000
		N	337	337
	Rendibilidade do Activo Total	Coefficiente de Correlação	,264**	1,000
		Sig. (2 extremidades)	,000	.
		N	337	337

** . A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades).

Anexo VII – Resultados Submodelo CAE

Submodelo CAE1 - Bloco 1: Método = Enter

Testes de coeficientes de modelo Omnibus

		Qui-quadrado	df	Sig.
Etapa 1	Etapa	5,056	2	,080
	Bloco	5,056	2	,080
	Modelo	5,056	2	,080

Resumo do modelo

Etapa	Verossimilhança de log -2	R quadrado Cox & Snell	R quadrado Nagelkerke
1	77,469 ^a	,052	,090

a. Estimação finalizada no número de iteração 5 porque as estimativas de parâmetro mudaram foram alteradas para menos de ,001.

Resumo do modelo

Etapa	Verossimilhança de log -2	R quadrado Cox & Snell	R quadrado Nagelkerke
1	77,469 ^a	,052	,090

a. Estimação finalizada no número de iteração 5 porque as estimativas de parâmetro mudaram foram alteradas para menos de ,001.

Teste de Hosmer e Lemeshow

Etapa	Qui-quadrado	df	Sig.
1	9,610	8	,293

Tabela de contingência para teste de Hosmer e Lemeshow

	Mudou de auditor = Não mudou de auditor		Mudou de auditor = Mudou de auditor		Total	
	Observado	Esperado	Observado	Esperado		
Etapa 1	1	9	7,924	0	1,076	9
	2	8	7,922	1	1,078	9
	3	7	7,919	2	1,081	9
	4	6	7,917	3	1,083	9
	5	7	7,912	2	1,088	9
	6	9	7,896	0	1,104	9
	7	8	7,874	1	1,126	9
	8	8	7,848	1	1,152	9
	9	9	7,736	0	1,264	9
	10	8	8,051	5	4,949	13

Tabela de Classificação^a

Observado		Previsto						
		Casos selecionados ^b			Casos não selecionados ^c			
		Mudou de auditor		Porcentagem correta	Mudou de auditor		Porcentagem correta	
Não mudou de auditor	Mudou de auditor	Não mudou de auditor	Mudou de auditor					
Etapa 1	Mudou de auditor		72	7	91,1	163	36	81,9
	Não mudou de auditor		10	5	33,3	33	11	25,0
Porcentagem global					81,9			71,6

a. O valor de recorte é ,200

b. Casos selecionados Grupos CAE EQ 1

c. Casos não selecionados Grupos CAE NE 1

Variáveis na equação

		B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
Etapa 1 ^a	ModGov	-1,161	,923	1,582	1	,208	,313
	VNegNorm	,331	,160	4,269	1	,039	1,392
	Constante	-,681	,866	,619	1	,432	,506

a. Variável(is) inserida(s) na etapa 1: ModGov, VNegNorm.

Submodelo CAE2 - Bloco 1: Método = Enter

Testes de coeficientes de modelo Omnibus

		Qui-quadrado	df	Sig.
Etapa 1	Etapa	9,279	3	,026
	Bloco	9,279	3	,026
	Modelo	9,279	3	,026

Resumo do modelo

Etapa	Verossimilhança de log -2	R quadrado Cox & Snell	R quadrado Nagelkerke
1	27,414 ^a	,169	,326

a. Estimação finalizada no número de iteração 7 porque as estimativas de parâmetro mudaram foram alteradas para menos de ,001.

Teste de Hosmer e Lemeshow

Etapa	Qui-quadrado	df	Sig.
1	6,961	8	,541

Tabela de contingência para teste de Hosmer e Lemeshow

	Mudou de auditor = Não mudou de auditor		Mudou de auditor = Mudou de auditor		Total	
	Observado	Esperado	Observado	Esperado		
Etapa 1	1	5	4,964	0	,036	5
	2	5	4,954	0	,046	5
	3	5	4,900	0	,100	5
	4	5	4,860	0	,140	5
	5	5	4,767	0	,233	5
	6	4	4,597	1	,403	5
	7	5	4,496	0	,504	5
	8	3	4,319	2	,681	5
	9	5	3,703	0	1,297	5
	10	2	2,440	3	2,560	5

Tabela de Classificação^a

Observado			Previsto					
			Casos selecionados ^b			Casos não selecionados ^c		
			Mudou de auditor			Mudou de auditor		
			Não mudou de auditor	Mudou de auditor	Porcentagem correta	Não mudou de auditor	Mudou de auditor	Porcentagem correta
Etapa 1	Mudou de auditor	Não mudou de auditor	38	6	86,4	169	65	72,2
		Mudou de auditor	3	3	50,0	41	12	22,6
Porcentagem global					82,0			63,1

a. O valor de recorte é ,200

b. Casos selecionados Grupos CAE EQ 2

c. Casos não selecionados Grupos CAE NE 2

Variáveis na equação

	B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)	95% C.I. para EXP(B)	
							Inferior	Superior
Etapa 1 ^a ClassVN			4,655	2	,098			
ClassVN(1)	-2,244	1,805	1,546	1	,214	,106	,003	3,645
ClassVN(2)	-9,177	4,523	4,117	1	,042	,000	,000	,732
VNegNorm	13,253	5,482	5,844	1	,016	569532,288	12,283	2,641E+10
Constante	-,278	,771	,130	1	,719	,757		

a. Variável(s) inserida(s) na etapa 1: ClassVN, VNegNorm.

Matriz de correlações

		Constante	ClassVN(1)	ClassVN(2)	VNegNorm
Etapa 1	Constante	1,000	-,656	-,580	,660
	ClassVN(1)	-,656	1,000	,820	-,731
	ClassVN(2)	-,580	,820	1,000	-,934
	VNegNorm	,660	-,731	-,934	1,000

Submodelo CAE3 - Bloco 1: Método = Enter

Testes de coeficientes de modelo Omnibus

		Qui-quadrado	df	Sig.
Etapa 1	Etapa	5,998	1	,014
	Bloco	5,998	1	,014
	Modelo	5,998	1	,014

Resumo do modelo

Etapa	Verossimilhança de log -2	R quadrado Cox & Snell	R quadrado Nagelkerke
1	23,014 ^a	,153	,277

a. Estimação finalizada no número de iteração 5 porque as estimativas de parâmetro mudaram foram alteradas para menos de ,001.

Teste de Hosmer e Lemeshow

Etapa	Qui-quadrado	df	Sig.
1	,000	0	.

Tabela de contingência para teste de Hosmer e Lemeshow

		Mudou de auditor = Não mudou de auditor		Mudou de auditor = Mudou de auditor		Total
		Observado	Esperado	Observado	Esperado	
Etapa 1	1	28	28,000	2	2,000	30
	2	3	3,000	3	3,000	6

Tabela de Classificação^a

Observado			Previsto					
			Casos selecionados ^b			Casos não selecionados ^c		
			Mudou de auditor		Porcentagem correta	Mudou de auditor		Porcentagem correta
Não mudou de auditor	Mudou de auditor	Não mudou de auditor	Mudou de auditor					
Etapa 1	Mudou de auditor	Não mudou de auditor	28	3	90,3	216	31	87,4
		Mudou de auditor	2	3	60,0	44	10	18,5
Porcentagem global					86,1			75,1

a. O valor de recorte é ,200

b. Casos selecionados Grupos CAE EQ 3

c. Casos não selecionados Grupos CAE NE 3

Variáveis na equação

		B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
Etapa 1 ^a	ModGov	-2,639	1,097	5,792	1	,016	,071
	Constante	,000	,816	,000	1	1,000	1,000

a. Variável(is) inserida(s) na etapa 1: ModGov.

Submodelo CAE4 - Bloco 1: Método = Enter**Testes de coeficientes de modelo Omnibus**

		Qui-quadrado	df	Sig.
Etapa 1	Etapa	,471	2	,790
	Bloco	,471	2	,790
	Modelo	,471	2	,790

Resumo do modelo

Etapa	Verossimilhança de log -2	R quadrado Cox & Snell	R quadrado Nagelkerke
1	32,126 ^a	,016	,024

a. Estimação finalizada no número de iteração 5 porque as estimativas de parâmetro mudaram foram alteradas para menos de ,001.

Teste de Hosmer e Lemeshow

Etapa	Qui-quadrado	df	Sig.
1	3,970	8	,860

Tabela de contingência para teste de Hosmer e Lemeshow

		Mudou de auditor = Não mudou de auditor		Mudou de auditor = Mudou de auditor		Total
		Observado	Esperado	Observado	Esperado	
Etapa 1	1	3	2,611	0	,389	3
	2	2	2,479	1	,521	3
	3	2	2,382	1	,618	3
	4	2	2,342	1	,658	3
	5	3	2,311	0	,689	3
	6	2	2,269	1	,731	3
	7	2	2,239	1	,761	3
	8	2	2,150	1	,850	3
	9	2	2,114	1	,886	3
	10	3	2,103	0	,897	3

Tabela de Classificação^a

Observado			Previsto					
			Casos selecionados ^b			Casos não selecionados ^{c,d}		
			Mudou de auditor		Porcentagem correta	Mudou de auditor		Porcentagem correta
Não mudou de auditor	Mudou de auditor	Não mudou de auditor	Mudou de auditor					
Etapa 1	Mudou de auditor	Não mudou de auditor	5	18	21,7	96	100	49,0
		Mudou de auditor	1	6	85,7	17	25	59,5
Porcentagem global					36,7			50,8

a. O valor de recorte é ,200

b. Casos selecionados Grupos CAE EQ 4

c. Casos não selecionados Grupos CAE NE 4

d. Alguns dos casos não selecionados não são classificados devido a valores ausentes nas variáveis independentes ou variáveis categóricas com valores fora do intervalo dos casos selecionados.

Variáveis na equação

		B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
Etapa 1 ^a	ClassVN(1)	2,800	6,675	,176	1	,675	16,453
	VNegNorm	-39,940	79,212	,254	1	,614	,000
	Constante	-17,259	31,580	,299	1	,585	,000

a. Variável(is) inserida(s) na etapa 1: ClassVN, VNegNorm.

Submodelo CAE5 - Bloco 1: Método = Enter**Testes de coeficientes de modelo Omnibus**

		Qui-quadrado	df	Sig.
Etapa 1	Etapa	19,233	7	,007
	Bloco	19,233	7	,007
	Modelo	19,233	7	,007

Resumo do modelo

Etapa	Verossimilhança de log -2	R quadrado Cox & Snell	R quadrado Nagelkerke
1	34,835 ^a	,274	,462

a. Estimação finalizada no número de iteração 7 porque as estimativas de parâmetro mudaram foram alteradas para menos de ,001.

Teste de Hosmer e Lemeshow

Etapa	Qui-quadrado	df	Sig.
1	12,887	7	,075

Tabela de contingência para teste de Hosmer e Lemeshow

		Mudou de auditor = Não mudou de auditor		Mudou de auditor = Mudou de auditor		Total
		Observado	Esperado	Observado	Esperado	
Etapa 1	1	6	5,995	0	,005	6
	2	7	6,963	0	,037	7
	3	6	6,922	1	,078	7
	4	6	5,795	0	,205	6
	5	6	5,585	0	,415	6
	6	7	6,224	0	,776	7
	7	6	5,789	1	1,211	7
	8	4	4,057	2	1,943	6
	9	2	2,670	6	5,330	8

Tabela de Classificação^a

Observado		Previsto						
		Casos selecionados ^b			Casos não selecionados ^c			
		Mudou de auditor		Porcentagem correta	Mudou de auditor		Porcentagem correta	
		Não mudou de auditor	Mudou de auditor		Não mudou de auditor	Mudou de auditor		
Etapa 1	Mudou de auditor	Não mudou de auditor	44	6	88,0	174	54	76,3
		Mudou de auditor	2	8	80,0	34	15	30,6
Porcentagem global					86,7			68,2

a. O valor de recorte é ,200

b. Casos selecionados Grupos CAE EQ 5

c. Casos não selecionados Grupos CAE NE 5

Variáveis na equação

		B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
Etapa 1 ^a	ResCA	3,179	1,463	4,720	1	,030	24,015
	ResAT	2,416	1,232	3,845	1	,050	11,200
	ModGov	-3,732	1,871	3,978	1	,046	,024
	ClassVN			3,399	2	,183	
	ClassVN(1)	-3,213	1,743	3,398	1	,065	,040
	ClassVN(2)	-2,073	1,808	1,314	1	,252	,126
	TxCresAT			4,330	2	,115	
	TxCresAT(1)	-2,555	1,484	2,965	1	,085	,078
	TxCresAT(2)	-3,115	1,829	2,901	1	,089	,044
	Constante	-2,003	,793	6,380	1	,012	,135

a. Variável(is) inserida(s) na etapa 1: ResCA, ResAT, ModGov, ClassVN, TxCresAT.

Anexo VIII – Resultados Submodelo da Classificação pelo Volume de Negócios

Submodelo da Classificação pelo Volume de Negócios1 - Bloco 1: Método = Enter

Testes de coeficientes de modelo Omnibus

		Qui-quadrado	df	Sig.
Etapa 1	Etapa	12,167	3	,007
	Bloco	12,167	3	,007
	Modelo	12,167	3	,007

Resumo do modelo

Etapa	Verossimilhança de log -2	R quadrado Cox & Snell	R quadrado Nagelkerke
1	128,787 ^a	,086	,133

a. Estimação finalizada no número de iteração 6 porque as estimativas de parâmetro mudaram foram alteradas para menos de ,001.

Teste de Hosmer e Lemeshow

Etapa	Qui-quadrado	df	Sig.
1	8,785	8	,361

Tabela de contingência para teste de Hosmer e Lemeshow

		Mudou de auditor = Não mudou de auditor		Mudou de auditor = Mudou de auditor		Total
		Observado	Esperado	Observado	Esperado	
Etapa 1	1	13	13,538	1	,462	14
	2	13	13,034	1	,966	14
	3	13	12,346	1	1,654	14
	4	10	11,799	4	2,201	14
	5	11	10,908	3	3,092	14
	6	13	10,489	1	3,511	14
	7	10	10,117	4	3,883	14
	8	10	9,915	4	4,085	14
	9	11	9,261	3	4,739	14
	10	3	5,592	7	4,408	10

Tabela de Classificação^a

Observado			Previsto					
			Casos selecionados ^b			Casos não selecionados ^c		
			Mudou de auditor		Porcentagem correta	Mudou de auditor		Porcentagem correta
			Não mudou de auditor	Mudou de auditor		Não mudou de auditor	Mudou de auditor	
Etapa 1	Mudou de auditor	Não mudou de auditor	67	40	62,6	169	2	98,8
		Mudou de auditor	11	18	62,1	30	0	,0
Porcentagem global					62,5			84,1

a. O valor de recorte é ,250

b. Casos selecionados Classificação pelo Volume de Negócios EQ 1

c. Casos não selecionados Classificação pelo Volume de Negócios NE 1

Variáveis na equação

		B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
Etapa 1 ^a	ResCP	1,382	,601	5,290	1	,021	3,981
	VNegNorm	-31,535	17,531	3,236	1	,072	,000
	ATNorm	1,350	,873	2,391	1	,122	3,859
	Constante	-15,984	7,943	4,049	1	,044	,000

a. Variável(is) inserida(s) na etapa 1: ResCP, VNegNorm, ATNorm.

Submodelo da Classificação pelo Volume de Negócios2 - Bloco 1: Método = Enter

Testes de coeficientes de modelo Omnibus

		Qui-quadrado	df	Sig.
Etapa 1	Etapa	8,115	3	,044
	Bloco	8,115	3	,044
	Modelo	8,115	3	,044

Resumo do modelo

Etapa	Verossimilhança de log -2	R quadrado Cox & Snell	R quadrado Nagelkerke
1	104,172 ^a	,060	,104

a. Estimação finalizada no número de iteração 5 porque as estimativas de parâmetro mudaram foram alteradas para menos de ,001.

Teste de Hosmer e Lemeshow

Etapa	Qui-quadrado	df	Sig.
1	,595	3	,898

Tabela de contingência para teste de Hosmer e Lemeshow

		Mudou de auditor = Não mudou de auditor		Mudou de auditor = Mudou de auditor		Total
		Observado	Esperado	Observado	Esperado	
Etapa 1	1	8	7,716	0	,284	8
	2	13	12,526	1	1,474	14
	3	67	67,826	9	8,174	76
	4	14	14,215	5	4,785	19
	5	10	9,716	5	5,284	15

Tabela de Classificação^a

Observado	Previsto							
	Casos selecionados ^b			Casos não selecionados ^c				
	Mudou de auditor		Porcentagem correta	Mudou de auditor			Porcentagem correta	
	Não mudou de auditor	Mudou de auditor		Não mudou de auditor	Mudou de auditor	Porcentagem correta		
Etapa 1	Mudou de auditor	Não mudou de auditor	88	24	78,6	127	39	76,5
		Mudou de auditor	10	10	50,0	26	13	33,3
Porcentagem global					74,2			68,3

a. O valor de recorte é ,200

b. Casos selecionados Classificação pelo Volume de Negócios EQ 2

c. Casos não selecionados Classificação pelo Volume de Negócios NE 2

Variáveis na equação

	B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)	95% C.I. para EXP(B)		
							Inferior	Superior	
Etapa 1 ^a	ResCA	-1,382	,800	2,986	1	,084	,251	,052	1,204
	ResAT	1,358	,608	4,989	1	,026	3,887	1,181	12,796
	ModGov	-1,034	,580	3,178	1	,075	,356	,114	1,108
	Constante	-1,083	,531	4,151	1	,042	,339		

a. Variável(is) inserida(s) na etapa 1: ResCA, ResAT, ModGov.

Matriz de correlações

		Constante	ResCA	ResAT	ModGov
Etapa 1	Constante	1,000	-,169	-,211	-,807
	ResCA	-,169	1,000	-,499	,161
	ResAT	-,211	-,499	1,000	-,090
	ModGov	-,807	,161	-,090	1,000

Submodelo da Classificação pelo Volume de Negócios3 - Bloco 1: Método = Enter

Testes de coeficientes de modelo Omnibus

		Qui-quadrado	df	Sig.
Etapa 1	Etapa	13,821	4	,008
	Bloco	13,821	4	,008
	Modelo	13,821	4	,008

Resumo do modelo

Etapa	Verossimilhança de log -2	R quadrado Cox & Snell	R quadrado Nagelkerke
1	43,285 ^a	,182	,322

a. Estimação finalizada no número de iteração 6 porque as estimativas de parâmetro mudaram foram alteradas para menos de ,001.

Teste de Hosmer e Lemeshow

Etapa	Qui-quadrado	df	Sig.
1	6,466	8	,595

Tabela de contingência para teste de Hosmer e Lemeshow

		Mudou de auditor = Não mudou de auditor		Mudou de auditor = Mudou de auditor		Total
		Observado	Esperado	Observado	Esperado	
Etapa 1	1	7	6,953	0	,047	7
	2	7	6,861	0	,139	7
	3	7	6,677	0	,323	7
	4	7	6,536	0	,464	7
	5	7	6,480	0	,520	7
	6	6	6,390	1	,610	7
	7	7	6,095	0	,905	7
	8	4	5,706	3	1,294	7
	9	4	4,904	3	2,096	7
	10	3	2,399	3	3,601	6

Tabela de Classificação^a

Observado			Previsto					
			Casos selecionados ^b			Casos não selecionados ^c		
			Mudou de auditor			Mudou de auditor		
			Não mudou de auditor	Mudou de auditor	Porcentagem correta	Não mudou de auditor	Mudou de auditor	Porcentagem correta
Etapa 1	Mudou de auditor	Não mudou de auditor	52	7	88,1	168	51	76,7
		Mudou de auditor	3	7	70,0	36	13	26,5
Porcentagem global					85,5			67,5

a. O valor de recorte é ,200

b. Casos selecionados Classificação pelo Volume de Negócios EQ 3

c. Casos não selecionados Classificação pelo Volume de Negócios NE 3

Variáveis na equação

	B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)	95% C.I. para EXP(B)		
							Inferior	Superior	
Etapa 1 ^a	ResCP	1,612	1,026	2,469	1	,116	5,012	,671	37,423
	OutRes	-3,734	1,850	4,075	1	,044	,024	,001	,897
	VNegNorm	,838	,295	8,086	1	,004	2,313	1,298	4,121
	ATNorm	-,945	,537	3,100	1	,078	,389	,136	1,113
	Constante	-2,441	,663	13,562	1	,000	,087		

a. Variável(is) inserida(s) na etapa 1: ResCP, OutRes, VNegNorm, ATNorm.

Matriz de correlações

		Constante	ResCP	OutRes	VNegNorm	ATNorm
Etapa 1	Constante	1,000	-,443	,286	-,542	-,120
	ResCP	-,443	1,000	-,575	,346	-,382
	OutRes	,286	-,575	1,000	-,630	,397
	VNegNorm	-,542	,346	-,630	1,000	-,431
	ATNorm	-,120	-,382	,397	-,431	1,000